



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL Nº 0002/AM/22, de 26/04/2022

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício do Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João André Varela Coelho, Maria Adelaide Pereira da Conceição, José Gomes Fernandes, Aníbal Henrique Guerreiro Cardona, Luís Renato Guardado Marques, André Filipe Agostinho Tasqueiro, João Paulo Antunes dos Santos, Pedro da Silva Moreira, Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota, António João Venâncio Carvalho, Carla Marisa Marques Guerra Fernandes Pereira, Ilídio Manuel da Mota, Luís Couto dos Santos, Manuel José Carreira Serra, Felismino Conceição Neves Carreira, Nuno Gabriel Almeida de Oliveira, Fernando Rodrigues Matias, Elisabete Gameiro João, Marlene Vaz Matias, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Amado Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, João Carlos Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Nelson da Silva Pereira, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Daniel de Brito Ferreira, Rogério da Conceição dos Santos a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23/02/2022;
- Ponto 1.2. Leitura/resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal de Contas – Ano de 2021;
- Ponto 2.3. Apreciação do Parecer Anual do Auditor Externo, para efeitos do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Para conhecimento;
- Ponto 2.4. Apresentação do Balanço Social 2021 - Para conhecimento;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022;
- Ponto 2.6. Apresentação do Relatório Final da Auditoria realizada, pela AD&C, à operação POSEUR-03-2012-FC-000720 – Rede de Drenagem dos lugares de Outeiro do Louriçal e Foitos- Processo n.º EC20-21/ESA/1/SC1/POSEUR/0011 - Para conhecimento;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.7. Apresentação do Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) - Revisão 03 – Para conhecimento;
- Ponto 2.8. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest, E.M. - Relatório de Execução Orçamental - 4.º Trimestre 2021 - Para conhecimento;
- Ponto 2.9. Apresentação do Relatório de Gestão 2021 da PMUGest, E.M. - Para conhecimento;
- Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a extinção de delegação de competências / Avocação de poderes delegados na PMUGest, E.M.;
- Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de competências no domínio do estacionamento público – fiscalização das zonas de estacionamento de duração limitada (Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro) na PMUGest, E.M.;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de Competências ao Abrigo do DL 21/2019 - Proposta de Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Pombal e os Agrupamentos de Escolas.
- Ponto 2.13. Apresentação da proposta da Câmara sobre Remessa de Processos de aquisição de bens e serviços para cumprimento da autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal em 21/12/2020 – Para conhecimento;
- Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia;
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências na área da Ação Social e Minuta de Protocolo de Colaboração a realizar com a APEPI;
- Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências na área da Ação Social e Minuta de Protocolo de Colaboração a realizar com a Caritas Diocesana de Coimbra;
- Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Licenciamento de Área Extrativa e anexos Mineiros da Mina C-150, Denominada de "Nasce Água" da Empresa IMOSA - Indústrias Mineiras do Mondego, S.A.;
- Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação do Relatório da Comissão constituída no âmbito da deliberação da Assembleia de 23.02.2022, relativa à Petição contra Instalação de uma Unidade de Processamento de Produtos à base de Carne da empresa Lusiaves junto ao tecido urbano da Vila da Guia e a Defesa do Sistema Aquífero Leirosa – Monte Real;
- Ponto 2.19. Eleição de Membro da Assembleia Municipal (Presidente de Junta) para o Conselho Municipal da Saúde;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.20. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento;
- Ponto 2.21. Apresentação, discussão e votação da Recomendação n.º 6/GM-PS/2022 – Regulamento de procedimento e informação relativo a contratações por entidades controladas pela Câmara Municipal de Pombal;
- Ponto 2.22. Apresentação, discussão e votação da Recomendação n.º 7/GM-PS/2022 – Candidatura à Rede Nacional de Centro de Apoio à Integração de Migrantes;
- Ponto 2.23. Apresentação, discussão e votação da Recomendação n.º 8/GM-PS/2022 – Tarifa Familiar da Água;
- Ponto 2.24. Apresentação, discussão e votação da Moção nº 01/GM-PS/2022 –Pela salvaguarda dos interesses da população de Casal da Rola e Casais do Porto face a eventual concessão de exploração de Tripoli e outros minerais associados.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se verificado a falta de Manuel Henriques Nogueira Matos, Presidente da União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

De seguida, informou ter recebido um pedido de substituição do membro da Bancada do Partido Socialista, Leandro Gabriel Pedro Siopa, tendo sido chamado o cidadão imediatamente a seguir na lista Pedro da Silva Moreira.

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição de membros do Partido Social Democrata:

- De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido substituída por António João Venâncio Carvalho, chamado por impossibilidade da cidadã imediatamente a seguir na lista do PSD, Isabel Encarnação Costa;
- De Nicolle Lourenço, tendo sido substituída por Felismino Conceição Neves Carreira, em virtude dos membros imediatamente a seguir na respetiva lista, Nilton César do Carmo Leopoldo e Marília Fernandes Serrario, se encontrarem impossibilitados de comparecer à sessão; e,
- De Alexandre Filipe Fontes dos Santos, substituído por André Filipe Agostinho Tasqueiro.

De seguida informou a Assembleia Municipal de que receberam um ofício da Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, dizendo que a moção aprovada por esta Assembleia Municipal “*Pombal – Cuidados de saúde primários para todos*” foi recebida, mereceu a melhor atenção e foi levada ao conhecimento das Senhoras e Senhores Deputados da Comissão de Saúde.

Referiu ter na Mesa uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento prematuro do funcionário do Município de Pombal, Jorge Manuel Alves Neves, o qual leu e é do seguinte teor:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A Assembleia Municipal de Pombal expressa o seu maior pesar pelo falecimento prematuro de Jorge Manuel Alves Neves, funcionário do Município de Pombal, endereçando as maiores condolências aos familiares enlutados.”

Colocado o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Deu ainda nota de ter sido apresentada, pelo membro do Oeste Independente, Luís Couto, uma proposta de incorporação de um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra na Ucrânia e pela paz neste país europeu, perguntando se alguém se opunha a que fosse observado o minuto de silêncio, o qual se seguiu de imediato.

De seguida deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Ponto 1. Período de antes da ordem do dia.

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 23/02/2022.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se quer inscrever.”

Ilídio da Mota (PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal, Professor Paulo Mota Pinto, Senhores Membros da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Pimpão, Senhoras e Senhores Vereadores, caros deputados, funcionários do Município de Pombal, Senhoras e Senhores Jornalistas, caro público aqui presente, e a todos os que nos seguem pelas vias de comunicação, apresento os meus respeitosos cumprimentos.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na página 137 da Ata n.º 1, que está agora aqui em discussão, entre a intervenção do Senhor Deputado João Varela Coelho e a intervenção do Senhor Deputado Henrique Mota, há um momento da reunião que não se encontra lavrado na ata.

Isto porque terminada a intervenção do Senhor Deputado João Varela Coelho, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta do Ponto n.º 2.21 à votação, e nesse momento, eu pedi a palavra, tendo de seguida alertado para a necessidade de um pedido de desculpas do Senhor Deputado Dr. José Gomes Fernandes, pelas insinuações proferidas por este e dirigidas a alguns deputados do Partido Socialista, sob pena de eu próprio também ter de abandonar a sessão. Isto não se encontra registado. E depois, foi dada a palavra, então, ao Senhor Deputado, Dr. Henrique Mota.

Neste sentido, venho solicitar a revisão da ata, se assim por bem o entenderem, para que reproduza estes acontecimentos ocorridos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Queria só dar aqui uma explicação, em nome dos serviços.

Eu recordo-me desse momento da última Assembleia Municipal, e gostava de pedir que os intervenientes se pusessem de acordo sobre a redação do texto respetivo, pela seguinte razão: é que no áudio da sessão, uma vez que não tinha o microfone posto e ligado quando essas intervenções foram feitas, elas não são audíveis no áudio. Para



MUNICÍPIO DE POMBAL

comprovar isso, se quiserem, poderão consultar o áudio junto da Dra. Virgínia Moderno. Está disponível.

O ideal seria, realmente, os intervenientes que têm memória disso se porem de acordo e fazerem uma sugestão de texto sobre essa parte da ata, se possível. Mas, isso é a minha sugestão, antecipando a próxima intervenção.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Às vezes, pretende-se escrever mais do que aquilo que consta e do que aquilo que foi. Se formos a reproduzir, já o conheço há muito com a ponta do dedo em riste, e se, de facto, o Senhor Deputado quer transcrever isso dessa forma, foi assim que aconteceu, cada um fica com a forma como se quer pronunciar, sendo isso sim, penso eu, um ataque de carácter.

É só para que, se quiser que fique, que fique.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu peço que nós não reproduzamos aqui qualquer discussão sobre este ponto na última reunião.

O que está em causa na ata é um mero relato dos factos, que não foi possível porque não estava audível no áudio, repito, e poderão verificar isso, se entenderem necessário.

O que eu pedia é que, caso não se ponham de acordo sobre o que foi dito na altura, então que façam chegar por escrito aos serviços aqui da Assembleia Municipal a vossa memória, ou o vosso relato do que foi dito nesse momento, para nós, então, tentarmos obter o acordo das partes e das testemunhas, para isso ser relatado nesta ata.

Esta ata ficaria, então, com a aprovação diferida, adiada para a próxima reunião, por causa deste ponto, a não ser que nós a consideremos aprovada em tudo, salvo neste número – vamos ver qual é o número que está em causa, é apenas esta objeção. Portanto, nós podemos considerar aprovada, salvo quanto a este ponto, que fica adiado para a próxima reunião, por falta de elementos documentais que permitam aprovar.

Então, eu ia sugerir que nós considerássemos a ata aprovada em tudo, salvo quanto ao Ponto n.º 2.21., que aguarda uma sugestão de redação pelos intervenientes nessa parte, que peço que façam chegar por escrito aos serviços, para que se possa, na próxima reunião, voltar a submeter à aprovação. Estamos de acordo nisso?

Vamos submeter, então, à votação e o Ponto n.º 2.21 será de novo trazido aqui para aprovação na próxima reunião.

Sobre a votação, os deputados municipais Felismino e João Pimpão dos Santos, como não estiveram presentes, pretenderão abster-se. Fica registado.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 23/02/2022, com exclusão do ponto n.º 2.21, a votação por aguardar uma sugestão de redação dos intervenientes nessa parte, foi a mesma aprovada por maioria com seis abstenções.

Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** disse já ter informado sobre a resposta à Moção, acrescentando que não tinha nada mais a referir, neste ponto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 1.3. Intervenções na generalidade, antes da ordem do dia.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se há inscrições para uso da palavra neste período de antes da ordem do dia, por parte dos membros da Assembleia Municipal.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“A minha intervenção neste ponto, está relacionada com as obras no Viaduto Guilherme Santos e na Rua Eduardo Gomes, aqui no centro de Pombal.

Basicamente, aquilo que eu pretendia era congratular o Município com a intervenção de manutenção desta principal artéria da cidade, onde gostaria de destacar tanto a celeridade que a obra teve, como o esforço que se percecionou, por parte dos pombalenses, em minimizar o impacto na circulação rodoviária, executando as obras num horário pós-laboral, entre as dezoito ou dezanove horas e a meia noite.

Depois, queria também destacar nesta intervenção os 350.000,00 € de intervenção sem financiamento comunitário, e também a resolução dos já sobejamente conhecidos problemas de drenagem de águas pluviais nesta zona da cidade, nomeadamente junto à zona conhecida como a zona de acesso à Charneca, onde se situa uma loja dos 999.

Ainda assim, e tendo em conta esta intervenção, aproveito também este momento para questionar o Senhor Presidente de Câmara relativamente ao processo de Requalificação do IC2, isto porque esta artéria é importante para a cidade, mas o acesso à zona industrial da Formiga, que é feito por intermédio desta artéria, deveria ser feito a partir do próprio IC. E gostaria de saber em que ponto é que estão os projetos, as intenções de intervenção, nomeadamente no troço Meirinhas – Pombal, no troço Pombal – Redinha, e em específico nesta zona da cidade, do acesso à zona industrial da Formiga e também relacionado com os atravessamentos do próprio IC e com o nó entre o IC2 e a Nacional 1.6, ali junto à Toyota.

E sobre isto, aproveito também para uma opinião que há muito tempo defendo, e que não poderia deixar de frisar em Assembleia Municipal, uma vez que estamos a tratar a principal artéria, e em alguns pontos, a única artéria de ligação de algumas zonas da nossa cidade e do nosso concelho ao centro da cidade, gostava de recomendar, de pedir que fosse feito o estudo para a criação de uma via circular sul à cidade, que pudesse permitir a ligação da parte a oeste da cidade, onde temos uma série de freguesias – Guia, Ilha e Mata Mourisca, a própria Charneca, muitas das localidades de Pombal que para acederem a Pombal têm que obrigatoriamente passar no viaduto Guilherme Santos e na Rua Eduardo Gomes, não tendo outra alternativa, o mesmo se aplica à Rua de Albergaria e todas as freguesias a sul do concelho, Santiago, S. Simão, Albergaria e Vermoil que, para acederem a Pombal, têm obrigatoriamente que vir pela Rua de Albergaria, e como tal, direcionarem-se ao centro da cidade, portanto, aproveitar este momento desta intervenção, onde foi dado um primeiro passo no sentido da requalificação desta via que tanto precisava, para que este estudo seja também realizado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre isto, também destacar uma circunstância. Nós estamos num momento onde a requalificação do IC2 está a decorrer, estamos num momento onde a revisão ao PDM será iniciada e esta via projetada poderá ser desde já acautelada. Isto tal como – e agora, a matéria política, estamos num órgão político – temos aí instrumentos de financiamento comunitário, desde o PRR ao Portugal 2030 e tudo o mais, em que deve ser executada também pressão junto do Estado Central para que os financiamentos destes grandes projetos não se resumam ao Estado Central, em que o PRR é para ser aplicado em 80% em Lisboa e no Porto e depois sobram umas pequenas migalhas para os Municípios. E portanto, acho que a execução deste projeto pode também dar força ao Município de Pombal para que uma obra desta envergadura possa também ser financiada neste âmbito desta intervenção.”

Nuno Oliveira (PS):

“A minha intervenção é no sentido de notar que celebrámos, por estes dias, finalmente – e congratular-me por isso – o 25 de abril, era um tipo de celebrações a que já não estávamos habituados aqui no Concelho de Pombal, infelizmente. É um processo que ainda tem falhas, nomeadamente houve uma reunião entre alguns membros aqui da Assembleia Municipal e elementos da Câmara, onde foram definidas coisas que não foram integralmente cumpridas e que estou certo que irá correr melhor, no futuro. Foram comemorações que continuam também a esquecer as freguesias – embora esse tenha sido um ponto alertado precisamente nessa reunião, e por todos, não apenas por quem estava do PS, mas também do Oeste Independente e do PSD.

Tivemos eventos, como a questão do festival, que era para acontecer e depois não aconteceu, numa situação que provavelmente ainda terá explicações para serem dadas. Foi uma sessão que protocolarmente costuma ser presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, sugiro eu, se poderia ter feito representar para o ato neste evento.

Mas, de uma forma geral, quero mostrar – e essa é a nota dominante – apreço e agrado por vermos finalmente esta data, que é tão relevante para todos, creio eu, nesta sala, a ser novamente celebrada em Pombal. E isto é um sinal de que quando se envolvem as pessoas de diferentes origens partidárias, não apenas as representadas nos órgãos, mas também as que estão fora deles, mas que têm uma atividade digna no concelho, as coisas correm melhor, e são, de facto, mais benéficas para todos, portanto, penso que é um sinal positivo para o futuro.

Estou também em crer que esta forma de lidar com vozes contrárias será talvez uma tomada de consciência que venha contrariar aquilo que se passou, por exemplo, na última Assembleia Municipal, em que todas as propostas da Oposição foram chumbadas, de uma forma quase indiscriminada, e que isto possa ser um sinal para um novo tipo de relacionamento nesta casa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Querida dar o seguinte esclarecimento: Como sabem, eu sou deputado da Assembleia da República e continuo a exercer esta função e continuarei, até ao final do mandato, mas tinha, coincidentemente, justamente na manhã do dia 25 de abril, a Sessão Comemorativa do 25 de abril, com a presença do Senhor Presidente da República e, por respeito institucional, não podia deixar de estar presente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pedi, em comunicação com o Senhor Presidente da Câmara, que ele presidisse à sessão, e a essa representação institucional que, neste caso, teve lugar. Agradeço, de todo o modo, a referência que fez.”

Oeste Independente):

“Acima de tudo, eu queria só aqui intervir na generalidade, dividindo em dois pontos. O primeiro, naturalmente, na sequência do minuto de silêncio que acabámos de observar, sobre a questão da situação da comunidade ucraniana refugiada no concelho, queria saber, se possível, se o Executivo se pudesse pronunciar relativamente a quantos refugiados é que, neste momento, estão no concelho, se há divisão de quantas crianças, quantas mulheres, qual é que é a sua situação de residência, se estão em domicílios exclusivos, se estão com familiares e amigos, que apoio atual existe por parte da Câmara, se existe apoio financeiro, se sim, se não, em que montantes, se pudéssemos também ter aqui um bocadinho de conhecimento, na Assembleia Municipal, sobre a situação destas pessoas que, naturalmente, estão a atravessar uma fase extremamente complicada, e o nosso princípio europeu e humanista obriga-nos, naturalmente, a tomar conta desta população.

O segundo aspeto que eu queria aqui referir é algo que já é do conhecimento da Câmara, mas queria trazer aqui à Assembleia Municipal, pela relevância que lhe assiste. É do conhecimento da Assembleia Municipal que o Oeste Independente já trouxe aqui, por duas vezes, a questão do Pombus, e da otimização das rotas do Pombus. Naturalmente, nessa sequência, nós tivemos uma reunião sobre vários assuntos com a Vereadora Isabel Marto, onde abordámos esse assunto de uma forma muito rápida, mas que nos encaminhou, e estamos a aguardar neste momento a marcação de uma reunião com o Eng.º Nuno Elias, da Divisão de Mobilidade, para podermos dar continuidade a essas nossas sugestões, e ter também algumas clarificações.

Neste caso particular, não trago sobre o Pombus, em questão, mas sobre o transporte escolar afeto ao Agrupamento de Escolas da Guia, e em particular duas questões: a primeira, a reposição da carreira regular 7507 Guia – Lourical, das dezasseis e vinte e cinco, da transportadora Transdev, que existia antes da pandemia SARS-CoV2, até ao ano letivo 2019-20. E depois desta situação, nós sabemos, já é do conhecimento da Câmara que, efetivamente, essa carreira foi interrompida. Só para termos conhecimento aqui, na Assembleia, que em termos das necessidades reais para esse horário, à segunda são trinta e oito alunos – foi feito um levantamento pela Associação de Pais – à terça, trinta e quatro alunos, à quinta, vinte e cinco alunos, e à sexta-feira, quarenta e três alunos. Isto significa que os alunos, neste momento, têm que esperar até às dezasseis horas, ou depois das dezasseis horas, para poderem finalmente chegar a casa. Tendo em consideração o número de pessoas, pedia alguma urgência na resolução deste assunto.

A outra questão, também com uma otimização relativamente ao horário, mas aqui da Rodoviária do Lis, que é o autocarro do final da manhã, no circuito Guia – Gaspara. Apesar de as aulas terminarem às treze horas e vinte, só se realiza às 14h25. Naturalmente, os alunos são obrigados a esperar mais de uma hora após as aulas, obviamente que aqui está uma concentração essencialmente de alunos do quinto ano de escolaridade, e aqui a chegada a casa normal é expectável à volta das quinze horas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também fazer referência aqui ao Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, sobre o n.º 1 do art.º 19.º, Secção 2:

“O plano de transporte escolar inclui obrigatoriamente os circuitos especiais existentes ou a criar, sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam regularmente as necessidades de transporte, no que refere ao cumprimento dos horários escolares, ou que impliquem para os alunos tempos de espera superiores a quarenta e cinco minutos, ou deslocações superiores a sessenta minutos em cada viagem.”

Portanto, este pedido aqui, não só é uma questão de sensibilidade, de necessidade, mas também de cumprimento legal, que solicitamos que seja regularizado por parte do Executivo.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Infelizmente, vou trazer aqui um assunto desagradável, mas tenho que o trazer. Tendo sido alertado para uma ilegalidade na nossa Assembleia, não posso deixar agora de dela dar público testemunho e apresentar o caso, com vista à sua regularização. A Lei n.º 2/2001, de 14 de agosto, Lei eleitoral já com várias modificações posteriores, refere especificamente, no seu art.º 16.º, parágrafo seis, que cito:

“Ninguém pode ser candidato simultaneamente em listas apresentadas por diferentes Partidos, coligações ou grupos de cidadãos.”

Diz ainda a mesma Lei, no seu art.º 204.º, parágrafo quatro, que também cito:

“Quem aceitar ser proposto como candidato em duas ou mais listas, com violação do disposto no n.º 6 do art.º 16.º, é punido com a coima de 500€ a 2.500€.”

Diz ainda a Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, art.º 8.º, n.º 1, alínea b), que tem a ver com a perda de mandato: “Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição.”

Nestes termos, e dado termos na nossa companhia o membro Luís Couto, eleito pelo Movimento Oeste Independente, e também eleito na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca pelo Movimento “Gonçalo Ramos Independentes”, temos aqui uma evidente ilegalidade, por ferir o n.º 6 do art.º 16.º, ou seja, ocupa ilegalmente o lugar de deputado, situação que urge reparar, conforme determina a Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, atrás mencionada.

Mais informo que os seguintes elementos da mesma lista do Oeste Independente, a saber, Liliana Raquel Marques Oliveira, Nuno Couto Fernandes e André Cardoso Mota, estão na mesma lista, nos lugares seguintes, e em igual ilegalidade, pelo que nenhum destes nomes poderá tomar posse em substituição do membro que terá forçosamente que sair desta Assembleia.

Nestes termos, solicito a V. Exa. que o assunto seja comunicado ao Ministério Público e a todas as demais instâncias legais devidas, e que esta Assembleia tome as medidas tidas por convenientes para repor a legalidade e funcionamento do órgão.

Nestes termos, coloca-se ainda a idoneidade e a regularidade do relatório da comissão de acompanhamento da petição da Lusiaves, porque integrou o seu seio um membro em situação irregular, ficando eu na dúvida sobre a validade legal do mesmo documento, já concluído e entregue aos membros da Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assim, a minha interpretação do ato é uma total falta de lealdade para com esta Assembleia Municipal, visto que Luís Couto usou de ilegalidade objetiva para dar continuidade às suas pretensões políticas pessoais, como está patente nas suas iniciativas de protagonismo constante que, aliás, não é a primeira vez que utiliza, já que no mandato anterior não se escusou de utilizar uma associação há vinte anos adormecida para intervir irregularmente numa Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, e que, por isso, a sua intervenção foi apagada da ata dessa Assembleia. Como tal, é meu entendimento que não deveria continuar nesta Assembleia, e convidaria o próprio a renunciar ao mandato de deputado da Assembleia Municipal, como sinal de respeito pela mesma e pelos colegas.

Só desta forma a Assembleia Municipal poderá continuar o seu trabalho de forma legal e o Luís Couto poderá continuar a intentar os seus objetivos pessoais, mas como individuo que não pertence à mesma Assembleia Municipal.

Amigo Luís Couto, julgo que reconhece este texto, e convém sermos coerentes, e por isso devia agora tomar para si o que aos outros já recomendou, e assim poupar esta Assembleia a trabalhos maiores para regularizar o seu irregular e ilegal mandato. Haja vergonha e haja coragem.

Agradeço, então, Senhor Presidente, que sejam dados os passos necessários para a regularização do mesmo, ficando eu já disponível para assumir as denúncias às autoridades competentes, se esta for a opinião desta Assembleia, e lamentando ter de denunciar e presenciar mais um ato ilegal, que nunca deveria ter acontecido. “

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vou dar a palavra, seguidamente, ao membro da Assembleia Municipal, Luís Couto, uma vez que foi diretamente visado na sua intervenção, e só depois iria dizer qual é o entendimento da Mesa sobre este ponto.

De todo o modo, para fins de registo, para não termos só a transcrição da sua intervenção gravada, se pudesse fazer chegar, quando puder, um exemplar escrito, para nós podermos apreciar, então agradecia.

Muito obrigado.”

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

“Eu vou levantar-me, porque acho que a gravidade das declarações proferidas por quem me chama “amigo”, por parte do Manuel Serra, e, naturalmente, não tenho nenhum receio que esta apresentação aqui seja colocada à Assembleia Municipal, espero que sejam colocadas e tiradas a limpo quaisquer dúvidas relativamente à questão da legalidade, para que seja limpa a minha honra, relativamente a isso.

Não vou comentar, naturalmente, as declarações que me visam pessoalmente, difamatórias, pessoais, que o Senhor Manuel Serra, que foi Presidente da União de Freguesias, o primeiro Presidente da União de Freguesias após a agregação, e tem um papel extremamente importante na vida comum, tem um papel de relevância, de importância, e como tal, tem uma dignidade a quem nós devemos respeito.

Naturalmente, um Presidente de Junta que já exerceu funções públicas e de serviço público tem, da minha parte, independentemente dos seus posicionamentos, quer eu concorde com ele, quer não, o meu respeito e o meu agradecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esta forma de estar não é a minha, naturalmente não me posso pronunciar, nem vou responder, porque acho que não merece esta resposta.

Senhor Presidente, peço, naturalmente, que esta questão tenha o seu encaminhamento, que a minha honra seja limpa, só pela única questão de que há, naturalmente, uma das questões importantíssimas neste facto, as pessoas são inocentes, não são criminosas, ou não são acusadas só simplesmente porque alguém o diz.

Pode ser levantada a suspeita, pode ser levantado o processo legal todo, mas não se fazem acusações deste género.

Muito obrigado a todos e é com um sorriso nos lábios que agradeço esta oportunidade para poder limpar a honra, quer a minha, pessoal, quer das pessoas que me acompanham, quer em termos do grupo de cidadãos e eleitores do qual tenho muito orgulho em fazer parte.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu pedia, então, que fizesse depois chegar, a intervenção escrita, ou a participação escrita que aqui fez.

Sobre esse ponto, a Mesa entende que não deve decidir nada, neste momento, isto é, irá prosseguir com os trabalhos normalmente, e enfim, decidirá assim que tiver ocasião de ter acesso ao registo escrito, e também ouvindo sempre as outras partes – veremos se ainda o poderá fazer no decurso desta Assembleia, ou no final.

Passamos, então, à intervenção seguinte. Marlene Matias.”

Marlene Matias (PS):

“Estou convicta de que o tempo será de agrado, particularmente do Senhor Presidente da Câmara. Hoje vou falar de felicidade, curioso.

Não, não vou dissertar sobre o conceito, até porque o considero muito complexo e muito subjetivo, mas debrucei-me essencialmente nos indicadores que a ONU utiliza para medir a felicidade de um país, e são esses mesmos indicadores que colocam no ranking dos países mais felizes a Dinamarca, a Finlândia e a Islândia, por exemplo. Esses indicadores são a qualidade de vida, a liberdade de expressão, o salário médio, a expectativa de vida, os apoios sociais, a confiança. Avaliam também, por exemplo, como os imigrantes se sentem acolhidos e integrados nesses territórios.

Pois bem, Senhor Presidente, explique-nos, e tendo em conta um cenário micro – neste caso, o nosso concelho – qual tem sido o trabalho feito pelo Pelouro da Felicidade, que é assumido por si, quais as atividades planeadas, quais são os indicadores de medição utilizados, que diagnóstico é que este pelouro já efetuou, que nos permita aferir se somos, ou não, um concelho feliz.”

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Eu queria congratular-me com a arborização que tem sido feita junto do corredor ribeirinho. De facto, estão-se a dar passos noutras zonas, inclusivamente no Bioparque da Charneca. E falando, de facto, da arborização, aproveito também para referir os passadiços junto às margens do Rio Arunca. E é com muito orgulho e alegria que vejo as inúmeras pessoas que os utilizam, foi, de facto, uma obra que promove atividades de vida saudável por parte dos cidadãos, e das pessoas que escolham nos vir visitar, a possibilidade do contacto com a biodiversidade, a promoção da própria limpeza das margens do rio, que o próprio equipamento promove.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De facto, é agradável, num domingo, ou num dia à tarde, dar um passeio pelos passadiços junto ao Rio Arunca, e ver a quantidade de pessoas que os utilizam, as famílias, as crianças, é, de facto, um equipamento que nos deve orgulhar, e que é uma mais valia para a nossa cidade.

Agora, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara para quando esse corredor ribeirinho, que segue em direção ao norte da cidade, porque eu sei que, de facto, as coisas não se fazem em um só dia, mas penso que não deve parar junto à Ponte da Valdeira, deve continuar até Albergaria dos Doze, e por que não também seguir o caminho até Almagreira. O caminho faz-se caminhando. Aceito que não tem que ser em um só mandato, mas fazer as coisas progressivamente.

Obrigado, e parabéns pela obra que foi concretizada.”

André Tasqueiro (PPD/PSD):

“Ontem celebrámos 48 anos de um momento importante da nossa história, o momento em que colocámos o poder nas mãos do povo. 48 anos em que um conjunto de temáticas como a habitação, cultura, saúde ou educação passaram a ter uma importância reforçada, num país que se pretendia tornar europeu e cosmopolita.

Contudo, os primeiros tempos da democracia não foram calmos, onde os militares tentavam ter o poder das palavras, com recurso às armas. Este combate ideológico que contrapôs diferentes tipos de sistemas de governação, assim como diferentes modos de vida em comunidade, rapidamente passou das mesas das salas de jantar para as ruas, e das ruas para as escolas, com tudo o que isso acarreta. A escola era um local fértil para a discussão ideológica, onde todos eram elementos ativos destes confrontos, confrontos esses onde, por vezes, a palavra era substituída pela agressão, tornando um espaço de transmissão de conhecimentos num espaço de destruição do pluralismo e determinação do pensamento crítico, muitas vezes com recurso à violência.

A política, com tudo o que a ela está associado, foi escorraçada das escolas, sendo considerada, até aos dias de hoje, como um tema tabu nas mesmas.

Em 1975, não seria expectável que, em 2022, o membro mais novo nesta casa fosse eu, com vinte e cinco anos, enquanto que, na primeira Assembleia Constituinte, o deputado mais novo, à data, tinha vinte e um anos.

Com base num estudo da Fundação Gulbenkian sobre a participação dos jovens na política, uma das conclusões a que os investigadores chegaram foi que a participação política eleitoral jovem tem vindo a decrescer, em oposição a outras formas de participação política não eleitoral, geralmente associadas às causas de participação cívica.

Posto isto, é necessário continuar a fortalecer as formas de participação política não eleitoral, ao mesmo tempo que é visível a necessidade de uma aposta robusta na participação política eleitoral jovem, enquanto eleitores e eleitos.

Para isso, são de louvar os estímulos à participação cívica e política no Concelho de Pombal protagonizados pelo Município, através de um conjunto de iniciativas, como o Programa “Bem Comum”, que envolve o Município de Pombal, a Associação Coolpolitics e a Fundação Gulbenkian, assim como o Parlamento dos Jovens de Pombal, que reuniu na passada sexta-feira cerca de três dezenas de jovens de diversas escolas do concelho, que deram os seus contributos sobre o tema “O meu concelho precisa de...”, para que Pombal continue a sua caminhada de envolvimento de todos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

mesmo aqueles que ainda não podem votar, de forma a estimular a inversão do desligamento entre a política e os jovens, porque ao final do dia, todos contam.”

Ilídio da Mota (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, permita-me que, de forma breve, deixe ao Senhor Presidente da Câmara algumas questões.

Relativamente à rede Pombus, é um sistema de transporte público excelente que serve a população de forma muito prática e eficiente. No entanto, a população alvo é restrita à cidade e à Freguesia de Pombal.

Certamente estarão a realizar esforços para abranger mais lugares e freguesias. É, na minha perspetiva, importante que esta rede de transportes vá além dos limites administrativos de uma só freguesia e abranja mais zonas geográficas onde haja potencial para servir mais pombalenses.

Por exemplo, a linha que sai de Pombal e que passa pelos Carvalhais, Valdeira, Cruta, e que termina nos Roques, a apenas dois quilómetros do centro de Vermoil, volta para Pombal, quando, na minha perspetiva, poderia continuar, entrando na Freguesia de Santiago de Litém, nos lugares de Arneiro do Pisão, Pisão, S. Francisco, e prosseguir até ao centro da Freguesia de Vermoil, e então voltar, ou eventualmente circular pela Ranha de S. João, Matos da Ranha, entrando então, na Freguesia de Pombal, pela Ranha de Baixo, servindo assim mais populações.

Deixo esta sugestão.

Relativamente à questão dos ecopontos, deixava aqui outra questão sobre os ecopontos e contentores de lixo na cidade de Pombal. Podemos encontrar diversos pontos onde estes dispositivos estão muito bem integrados e bem localizados, alguns abaixo do nível do solo – como aqui, logo à saída da Câmara, no Cardal. Contudo, há localizações onde os contentores estão na via pública ou em cima de passeios, tornando-se inestéticos, prejudicando a paisagem, além de provocarem constrangimentos à circulação automóvel e criarem um ambiente desagradável. Refiro-me, por exemplo, aos contentores e ecopontos na Avenida Heróis do Ultramar, junto ao cruzamento do Hospital de Pombal, ou no cruzamento junto à mãe de água, na Charneca, ou junto à Filarmónica de Pombal, sendo que, por exemplo, estes dois últimos estrangulam a circulação nos dois sentidos, junto a cruzamentos, situação que se repete em mais casos no nosso concelho.

Deixo, por isso, esta minha preocupação, no sentido de se poder fazer um levantamento, e com a devida oportunidade melhorar a localização destes dispositivos, e em alguns casos construir e investir na construção de eco-ilhas subterrâneas, que em muito melhorará o ambiente no nosso concelho.

Outra questão, relativamente ao IC2, já foi aqui falada hoje, mas há muito que se fala nas obras e nos projetos, mas nem as condições do pavimento têm sido devidamente reparadas pela Infraestruturas de Portugal. Questiono qual o ponto de situação da requalificação do IC2 no Concelho de Pombal, se há um projeto, e se será feita a apresentação pública deste projeto. Acho que era da maior importância a apresentação deste projeto, e que fosse discutido.

Termino com mais uma questão de melhoramento de circulação, junto à Escola Gualdim Pais. Aqui, junto à Escola Marquês de Pombal, foi feita uma passagem lateral para deixarmos as crianças, e recolhermos, para os transportes públicos e para os pais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Junto à Gualdim Pais há grandes constrangimentos nas horas de ponta, os autocarros não têm sítio próprio, digamos assim, para deixar as crianças, param na via pública e, portanto, criam-se ali vários constrangimentos. Seria bom também poder estudar o melhoramento desta frente da Escola Gualdim Pais.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Também vou ser breve, e infelizmente também vou trazer aqui um assunto que eu não gosto de trazer, mas vou ter que trazer uma das preocupações da nossa Freguesia de Almagreira, a questão da saúde. Só para dar aqui nota, e penso que não houve Assembleia nenhuma em que eu não tivesse falado neste tema, e falo-o aqui, não porque não tenhamos médico, atualmente, mas porque, na minha opinião, o Ministério da Saúde continua a brincar com os profissionais de saúde que passam pelo Polo de Saúde de Almagreira.

Neste caso, tivemos uma troca de médico, ou seja, a médica que teoricamente não podia estar em Almagreira, e que, segundo ela, teve que sair por vontade de alguém, não dela própria, voltou a Almagreira. A minha preocupação neste momento, como a de todos os almagreirenses é: até quando? Ou seja, nós temos o edifício, temos as condições, temos atualmente a equipa e o que nos tentam vender é que teremos que obrigar os médicos, os enfermeiros, e os técnicos a associar-se em USF's. Não sei como é que eu vou conseguir obrigar um conjunto de médicos e de enfermeiros a associar-se e a propor uma USF aqui para um território.

E o meu ponto é este: na minha opinião – e esta é uma opinião meramente pessoal, e já a levei também à minha Assembleia de Freguesia – via muito mais facilmente este problema resolvido se o próprio Ministério da Saúde contemplasse um concurso – ou seja, tendo um edifício, tendo dois edifícios, mas contemplasse esta questão como um concurso. Ou seja, havia aquela unidade, e os médicos e enfermeiros concorriam para aquela unidade, concorriam como um posto de trabalho. E quando arranjassem melhores condições de trabalho – como nós sabemos, e temos essa consciência – sairiam de lá, mas aquela vaga ficava aberta e, automaticamente, poderia concorrer outro médico ou outro enfermeiro para aquele lugar. Porque senão, o meu receio – e tenho aqui o antigo Presidente de Junta, e outros Presidentes de Junta que já passaram por lá – vamos andar a falar desta questão da saúde “ad aeternum”.

É uma situação que eu pergunto também, em termos de descentralização de competências, ouvimos falar em várias áreas, a questão da saúde também irá ser descentralizada para o Município, e eu questiono o Executivo – percebo que já foram feitas muitas reuniões de trabalho – em que ponto é que está esta descentralização de competências, se o Município tem alguma ideia do que é que irá receber, de como é que irá financiar essa descentralização, que meios é que serão precisos. E neste caso, eu, como Presidente de Junta de Freguesia, estou ao lado do Executivo para aquilo que entender, e para ajudar também aqui a população a resolver mais este problema”.

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Ontem foi o 25 de Abril e foi abril que respirámos nestes últimos cinco dias, não só com o levantamento da obrigatoriedade da máscara, mas com uma programação que foi tão enriquecedora e vasta que chegou a todos os pombalenses. Houve atividades para todos os gostos e feitios: Parlamento Municipal de Jovens de Pombal, a sessão solene onde os jovens também participaram e tiveram um papel bastante relevante, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

espetáculo “Canções pela liberdade”, pelo Coro Infantil e Juvenil de Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, “Abril em Piano de Fundo”, com o Coro Municipal Marquês de Pombal, o Trail Running “Pombal – Sicó”, onde se agregou e se associou também o centenário do Sporting Clube de Pombal, o 5.º Pombal em Rolamentos, e o extraordinário concerto da Banda da Armada, que deliciou todos os presentes, um momento altíssimo de elevação cultural.

Soube-nos a tanto, soube-nos a tanto, mas também nos soube um bocadinho a pouco, faltou-nos o “Oh da Praça”, um dos eventos que também era uma âncora charneira destas comemorações, que seria também coorganizado pela Freguesia de Pombal. Este festival, que iniciou há três anos, arquitetado por três pessoas da comunidade, três pombalenses – o Vasco Faleiro, o Leonel Mendrix e o Carlos Calika – foi um festival que quis, realmente, chegar a públicos alternativos, e que este ano teria ainda uma dinâmica mais diversificada e com uma forte componente social e humana, tendo várias atividades para toda a comunidade, com artistas nacionais, de forma a ampliar e diferenciar as várias vertentes artísticas, envolvendo igualmente uma dinâmica mais ativa no pilar da intervenção social.

E é aqui que a nossa comunidade é muito forte, e era aqui que eu também queria dar ênfase, que estas coletividades todas que tivemos aqui, os Bombeiros, tivemos aqui o Coro Municipal, o Coro Infantil, todas estas instituições são instituições da comunidade. O “Oh da Praça” também foi um festival que iniciou pela comunidade, e a que a Junta de Freguesia se agregou e temos que continuar a apoiar os projetos da comunidade.

Este ano surgiu também mais uma coletividade, a Encant’Art, presidida pelo Vasco Faleiro, um dos mentores também deste projeto e que veio trazer a diferenciação em termos de projeto, podendo e fazendo chegar este festival à vertente social, fazendo também parte de angariação de bens para instituições que deles necessitem e para pessoas identificadas pelas Comissões Sociais de Freguesia.

Só para referenciar que, realmente, as coletividades do nosso concelho, também as coletividades da nossa freguesia, são um motor importantíssimo e que ajudam a nossa comunidade a ser forte, ajudam a nossa comunidade a respirar e a ter uma pegada grande, forte, e com uma vertente cultural e de intervenção vastíssima.”

Gonçalo Ramos (Presidente U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

“Eu vou fazer, efetivamente, uma intervenção que dividirei, dentro do mesmo tema, em duas abordagens distintas.

É uma intervenção que está relacionada com os acordos e com os contratos interadministrativos que o Município vem, ao longo dos anos, e por forma a concretizar as suas competências em proximidade, assumindo com as freguesias.

De facto, é do conhecimento de todos que os tempos vêm mudando e, em determinados aspetos, não vêm mudando para melhor.

Vivemos ainda uma crise de saúde pública que dispensa apresentações, e cujas implicações também já foram por demais analisadas.

Como se isso não bastasse, estamos agora, e em tempos que pareciam modernos, confrontados com uma crise militar na Europa, que agudiza ainda mais a crise já instalada nas matérias-primas e nos preços de tudo o que sejam consumíveis. E isto tem, naturalmente, consequências para todos nós.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu fiz este preâmbulo para pensarmos em conjunto nos valores dos acordos e dos contratos que servem para a prestação de serviços delegados, e que, em alguns casos, são os mesmos desde, creio eu, 2009, pelo menos.

Ora, não se acompanhar a inflação, em condições normais, já faz moessa para nós, freguesias. Com esta realidade atual, esta moessa é ainda maior, se compararmos os custos de hoje com os que tínhamos há, por exemplo, dez ou quinze anos atrás. E fica o exercício de fazermos essa comparação com, por exemplo, os custos dos produtos alimentares, dos combustíveis, da eletricidade, mas sobretudo dos recursos humanos – porque sem recursos humanos não se prestam serviços – para facilmente percebermos a taxa de esforço que recai hoje sobre as freguesias.

Pedimos, por isso, Senhor Presidente, que por forma a podermos dignificar a qualidade dos serviços que prestamos aos nossos jovens e às nossas famílias, que sejam urgentemente revistas as participações previstas nos contratos interadministrativos com as freguesias, porque nós, na minha perspetiva, para podermos continuar a prestar estes serviços, temos que ter condições adequadas para o efeito, com a componente financeira à cabeça.

E por outro lado, gostaria também, e na sequência desta realidade, de abordar outra, que se prende com os timings da atribuição destas participações. Eu trouxe alguns exemplos de situações que, na opinião da União de Freguesias, não estão conformes, e que têm implicações diretas na nossa gestão financeira corrente.

Trouxe o exemplo das Atividades de Animação e de Apoio à Família, com o programa de fornecimento de refeições do pré-escolar, que o Município decidiu suportar a 100%. Nós aplaudimos a medida, como é evidente, mas isto acabou por fazer com que o que habitualmente era uma receita fixa e mensal para a Junta, passa agora a ser uma receita transferida pelo Município, que não acompanha esta cadência, neste momento, o que faz com que tenhamos verbas das refeições ainda por receber, desde setembro ou outubro.

Trago também o exemplo da Unidade de Saúde Familiar, no que diz respeito ao apoio do Município para os serviços de segurança naquele equipamento. O início do segundo acordo é de setembro; hoje, se tudo correr bem – e eu espero que sim – consolidar-se-á o apoio para o terceiro acordo (também falarei sobre isso mais à frente), mas do segundo acordo, que é de setembro, ainda só recebemos o equivalente, neste momento, a dois meses (setembro e outubro).

E trago também o exemplo do contrato interadministrativo da limpeza urbana. É evidente que estamos no segundo trimestre, em rigor, e convencionalmente, estes apoios são atribuídos às Juntas no primeiro mês do trimestre, ainda estamos a tempo, temos o mês de abril ainda para receber esta verba, que pode vir até ao final do mês, mas eu queria dar o exemplo do que aconteceu, por exemplo, no primeiro trimestre, porque recebemos em março, quando esta seria uma verba que, em condições normais, receberíamos em janeiro.

Posto isto, Senhor Presidente, nós estamos habituados a acompanhar a comunicação social, vimos uma notícia que figura num jornal local, que dá nota de que temos um Município que paga a dez ou quinze dias aos fornecedores, o que é um motivo de orgulho, genuinamente, mas, e a nós em concreto, que vemos a freguesia como o maior prestador de serviços do Município, em proximidade com as populações, causa-nos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

naturalmente, algum desconforto por perceber que não temos tido, pelo menos ultimamente, o mesmo tratamento. E peço construtivamente à Câmara Municipal que reveja os timings da atribuição dos apoios às freguesias, porque, na minha opinião, é uma matéria decisiva para podermos continuar a ser um prestador de serviços de qualidade, que o Município e as famílias precisam.”

João Varela Coelho (PS):

“Efetivamente, ontem celebrámos o 25 de Abril, com algumas mensagens que não são comuns nestas alturas, de necessidade de fazermos com que permaneçam vivos alguns dos valores que conquistámos em 25 de abril de 1974. Dia 26 de abril de 2022, ainda continuamos com o desafio de concretizar algumas dessas palavras com atos.

O Gonçalo Ramos acabou por evidenciar uma das partes da minha intervenção, que é a necessidade, realmente, de concretizar algumas das promessas de honrar sempre a importância do Poder Local nas conquistas de abril, cabe ao Senhor Presidente da Câmara cumprir com esse desígnio.

Outra das conquistas de abril, efetivamente, é o respeito pela Oposição e, portanto, nesse sentido, há alguma necessidade de correção de algumas coisas que não estão a correr tão bem, e essa necessidade impera, antes de mais, na falta de resposta que nós temos tido aos nossos requerimentos.

Eu reforço a ideia de que nós fizemos quatro requerimentos em dezembro que ainda não tiveram resposta, tivemos alguns, agora no seguimento da última Assembleia Municipal, que não tiveram resposta, uma promessa da Senhora Vereadora Catarina Silva, que iríamos ter acesso às auditorias que eram feitas, nomeadamente na parte do amianto, às associações, isso ainda não recebemos.

Mas há um, em particular, que é o requerimento de dia 28 de outubro, em que pedia ao Senhor Presidente da Câmara que nos indicasse se o Regulamento Municipal de Extração de Inertes estava a ser cumprido, em concreto, se nós recebemos ou não recebemos – nós, Município – algum valor pela extração de inertes que é feita no nosso concelho. Isso ainda não foi respondido e nós não conseguimos perceber porquê.

Efetivamente, há um problema com a falta de resposta aos nossos requerimentos, também há algum problema com a concretização do espaço de trabalho para a Oposição, que continua sem um espaço de trabalho nesta casa, e isso obrigaria, pelo menos, a algum pedido de desculpa – e isso, ficaremos sempre à disposição para o receber.

Também carece de explicação à população por que é que, tendo num ato de solidariedade organizado a recolha de bens para enviar para o território em guerra, neste momento, para a Ucrânia, para apoiar as populações, que serão sempre as principais vítimas de toda a injustiça feita por políticos, queríamos perceber por que é que as duas toneladas recolhidas na zona do Oeste, passado um mês e qualquer coisa, ainda não foram expedidas para o território onde as pessoas realmente precisam delas. Tivemos aqui um ato nobre, simbólico, de respeito para com essas vítimas, mas para além do ato simbólico, e para além das palavras, convinha que nós concretizássemos com atos, algo tão simples quanto aquilo que o Senhor Presidente da Câmara fez, que foi pôr-se ao lado do camião que levava alguns bens, pois que se ponha ao lado dos bens que ainda estão aí guardados em algum sítio para enviar para a Ucrânia, teremos todo o gosto em ver essa fotografia também.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Senhor Presidente, obriga-nos a amizade que nos une, que ultrapassa, e muito, as paredes desta casa, também a pedir ao Senhor Presidente que esclareça e tranquilize a população em relação a uma suspeita que foi levantada, em relação a um apoio dado por esta Câmara a uma atividade em concreto, já mencionada aqui pela Senhora Presidente de Junta de Pombal, e eu peço encarecidamente que utilize – já que não foi dada essa oportunidade por mais ninguém nesta casa, senti-me obrigado a fazer esta intervenção, porque acho que deve esclarecer, e estou perfeitamente tranquilo de que haverá um esclarecimento perfeitamente compreensível, para aquela suspeita que foi levantada esta semana, de que havia alguma irregularidade no apoio dado ao “Oh da Praça”, nomeadamente a ideia de que a Associação Encant’Art era também a Associação Revigorar, para a qual foi mencionada uma ligação familiar com o Senhor Presidente.

E portanto, como o conheço, sei que é uma pessoa séria, sei que é uma pessoa de bem, sei que é uma pessoa que gosta de Pombal tanto quanto eu, como aqueles que aqui estão, tenho a certeza de que tudo isto não passa de uma confusão. Mas, como não lhe deram a oportunidade de esclarecer e como o gabinete de propaganda desta Câmara ainda não teve a oportunidade de criar um espaço em que o senhor pudesse fazer esse esclarecimento – enfim, dentro da felicidade, isso não é permitido – então, gostaria que usasse este tempo, que acho que também é devido, para além de todos nós nos congratularmos com as boas conquistas da Câmara, então que as pessoas se tranquilizassem.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu não sei se o deputado João Coelho me permite que eu fale, uma vez que sou irmão do Presidente da Câmara. Mesmo sendo irmão do Presidente da Câmara, consegui ser eleito pela população da Freguesia das Meirinhas, que aqui represento com muita estima e gosto.

E espero que os apoios que sejam atribuídos à Junta de Freguesia das Meirinhas tenham todo o critério e sejam escrutinados de toda a maneira, tanto os da Junta de Freguesia das Meirinhas, como os apoios dados à Freguesia de Pombal, para toda e qualquer atividade para que a Junta de Freguesia de Pombal peça um apoio.

É um escrutínio ao apoio que foi atribuído à Junta de Freguesia que devem procurar, e não a telenovela de tentar brincar com a honra dos outros.

Estamos no dia 26 de abril, a democracia também é saber respeitar os órgãos democráticos, também é saber respeitar as decisões tomadas em democracia, nos colégios como o Executivo Municipal. Se há dúvidas, pergunte-se, mas pergunte-se com seriedade, não é num tom nem na calça, nem na perna. Não deve ser aceite.

Sobre o espaço de trabalho que o Partido Socialista pede ao Presidente da Câmara, eu até acho que, na Câmara – e fui Chefe de Gabinete desta Câmara – há poucos espaços de trabalho e compreendo, tendo o Partido Socialista uma sede aqui tão perto, que podem trabalhar lá, se quiserem trabalhar.

Depois, o respeito da democracia, o 26 de abril, e estamos cá hoje também para dizer uma coisa: sobre o tema que o Presidente Gonçalo falou, sobre os apoios, nomeadamente ao programa de generalização das refeições escolares, eu quero também deixar aqui uma coisa importante: de pouco nos serve a nós, Presidentes de Junta, reclamar o valor junto da Câmara. A Câmara, e até os elementos do Partido



MUNICÍPIO DE POMBAL

Socialista, que têm um Governo do Partido Socialista, que governa com maioria absoluta e tem o poder absoluto de alterar o Despacho n.º 8452-A/2015, que define como 2,50€ o valor máximo a pagar por refeição, pela parte do Estado.

Ou seja, as nossas crianças, hoje em dia, a comer por 2,50€, é preciso um esforço muito grande para manter a qualidade, e temo-la mantido. E falo das Meirinhas, a Junta de Freguesia das Meirinhas serve cento e quarenta e seis refeições diárias. A 2,50€, com o preço a que temos as coisas hoje, não é fácil. Mas, isto é o Despacho n.º 8452-A/2015, é este despacho que tem que ser alterado, porque é este despacho que norteia o valor das refeições escolares.

O desafio que eu lanço é para os agentes políticos usarem a sua boa argumentação, que usam para outras coisas, para usarem para coisas concretas e sérias, como a alteração deste despacho por parte das entidades do Ministério da Educação.

Tenho dito.”

João Varela Coelho (PS):

“Eu queria referir que agradeço o elogio com que nós fomos aqui presenteados, de dizer que temos bons argumentos. Não é a procura de bons argumentos que estava aqui a tentar passar, mas simplesmente passar algumas preocupações, nomeadamente com o cumprimento do Direito de Oposição em alguns pontos, como por exemplo, e acrescentava, o facto de nós continuarmos a não ser convidados para alguns atos oficiais da Câmara Municipal, algumas representações que são feitas em algumas atividades da Câmara Municipal. Em concreto um tem uma consequência que considero um bocadinho mais grave, e que já me dirigi ao Senhor Presidente da Câmara, de forma direta e pessoal, mas que não tendo resolução, vejo-me obrigado a entregar aqui na Assembleia Municipal, para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal resolver como bem entender, que é o facto de um membro do Partido Socialista, um membro desta Bancada ter sido designado como representante da Assembleia Municipal nos órgãos sociais da ETAP, os órgãos sociais da ETAP já tomaram posse, pelos vistos, e eu não fui convocado.

Peço desculpa, mas eu, na verdade, não fui convocado, não pude tomar posse.

Vou tentar continuar, mas confesso que com as interrupções permanentes, se torna difícil manter o raciocínio. Mas, eu vou, então, esclarecer os menos esclarecidos: o que está em causa é um desrespeito pelo órgão, não é propriamente pela pessoa, nem muito menos pelo Partido Socialista. O que está em causa é que há membros deste órgão que não estão a ser convocados para os atos oficiais sobre os quais têm responsabilidade.

De hoje em diante, a ETAP funcionará certamente sem a minha presença, não está em causa; o que está em causa, sim, é eu ter um dever de responsabilidade perante este órgão que não posso cumprir, porque não estou lá, porque não fui convidado.

Portanto, essa situação continua por esclarecer, já foi denunciada há algum tempo, em tempo devido, e acho que isso, em si, encerra o que é que tem sido a concretização do espírito do 25 de abril em relação à Oposição, ainda que eu acrescentasse uma última coisa, se me permite, porque essa é em relação à população toda. Eu convido as pessoas, pombalenses no geral, qualquer pessoa que tenha curiosidade, a ir ao site da Câmara e procurar o mapa dos ajustes diretos, que deve ser publicitado para todos os Pombalenses, que deve ser atualizado – olhe, onde, por exemplo, está o Senhor Presidente das Meirinhas como ainda Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, ainda Diogo Mateus, e não foi atualizado. E eu perguntava ao Senhor



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Câmara quando é que o site da Câmara Municipal é atualizado a este nível, com pessoas que já não desempenham funções em determinados órgãos, e ainda são designadas como os titulares desses órgãos. Ou então, quando é que as pessoas têm direito a informação cabal sobre aquilo que é feito pela Câmara Municipal, e não só a propaganda que passa no Facebook.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Dizer que nós, na época da democracia, estamos a ouvir lamentos permanentes do Partido Socialista. Continuam a vitimizar-se todos os dias, com o argumento de aparente exigência de respeito pela Oposição. Mas, respeitar a Oposição não é dar o governo à Oposição, o governo não é da Oposição aqui nesta Câmara. O Executivo foi eleito por uma maioria, e é esse o projeto que deve seguir e as propostas que são apresentadas aqui terão em consideração esse resultado eleitoral e os projetos que foram submetidos e aprovados. Não entendo essa permanente vitimização, do “coitadinho”.

Depois, dizer também que continuo a ouvir dizer, do lado do Partido Socialista, que não gostam, e que são ofendidos quando nós lhes dirigimos, diretamente, sobre várias questões. Sentem-se ofendidos quando os questionamos sobre diversas questões, sobre as suas propostas. Poderão sentir-se ofendidos, obviamente, é uma questão de sensibilidade e de argumentação.

Mas, vir permanentemente a esta Assembleia levantar eco de suspeitas, que são levantadas não sabemos por quem e depois vem aqui alguém dar eco a essa suspeita, de forma insinuante, dizendo que, certamente, haverá explicações razoáveis, mas de forma a prosseguir farisaicamente com a suspeita – de uma forma mansinha, só não são diretos, nem falam forte, como alguns não gostam, outros gostam – eu, por exemplo, não gosto, prefiro a forma direta, olhos nos olhos, dizer às pessoas o que sinto e o que é.

Virem aqui permanentemente fazer insinuações, como ainda agora fizeram, relativamente ao Presidente da Câmara, mas dizendo que a amizade, e que certamente será tudo razoável; mas, no entanto, o que foi aqui feito foi prolongar essa suspeita, essa insinuação, para que não morra esquecida.

É esse o jogo do Partido Socialista aqui nesta Assembleia Municipal.

Era só esta a nota que eu queria deixar.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Não estava para usar da palavra, vou fazê-lo no seguimento da intervenção do deputado João Coelho. Pese embora a questão que ele colocou tenha sido ao Senhor Presidente de Câmara, eu penso que posso ajudar a esclarecer e a responder à questão, tendo em conta que, na primeira sessão da Assembleia Municipal, tanto eu, como o Senhor Deputado João Coelho, como a Senhora Deputada Elisabete João, fomos eleitos para representar a Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da ETAP – falou em órgãos sociais, mais concretamente é o Conselho Consultivo da ETAP. E da mesma forma que o Senhor Deputado diz que não foi convocado, nem tomou posse no órgão, também nós não fomos convocados, nem tomámos posse no órgão, como é óbvio. E porquê? Porque o órgão ainda não reuniu. Isto parece-me de uma elementar simplicidade, que não entendo por que razão é um tema para esta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dar aqui nota que é muito bonito vir aqui para a sessão da Assembleia Municipal cantar a liberdade, e falar de liberdade, e até trazer um cravo na lapela, mas a liberdade que eu penso que o 25 de Abril nos deu, não foi a liberdade de irmos para aqui levantar insinuações, levantar suspeitas, pôr em causa a honra das pessoas, porque essa não é a liberdade que nós queremos construir.

E, portanto, na última Assembleia Municipal, a Senhora Deputada Carla Leitão acusou-me de eu ter um tom jocoso a falar. Se ela aqui estivesse hoje, eu perguntava-lhe como é que qualifica o tom do Senhor Deputado João Coelho, quando se dirige ao Senhor Presidente de Câmara.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Permitam-me só, antes de passar a palavra à deputada Marlene Matias, registar a presença nesta sala do Eng.º Narciso Mota, antigo Presidente da Câmara, durante vários mandatos, que quero também cumprimentar daqui.”

Marlene Matias (PS):

“Eu sei que tenho pouco tempo, mas vou ser rápida, porque, de facto, não posso deixar de mostrar aqui a minha indignação pelas palavras do Senhor Membro, José Gomes Fernandes, porque ele acabou de dizer que a Oposição não está aqui a fazer nada, porque a maioria absoluta é a mesma coisa que poder absoluto, que aqui o meu colega atrás acabou de dizer, que o Partido Socialista ganhou maioria absoluta, e portanto, tem o poder absoluto. Temos visões completamente diferentes.

Outra questão é que o Senhor Membro, José Gomes Fernandes, é um mestre das insinuações. Quem insinuou, na última Assembleia o que insinuou, vem para aqui dizer o quê?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Obrigado pela vossa presença, e pelas preocupações que também nos trazem, relativamente a alguns assuntos do maior interesse para a nossa comunidade e dizer que é bom estarmos de regresso ao Salão Nobre, à casa da democracia local.

E deixava aqui um conselho, para quem ainda não teve oportunidade: nós, na sexta-feira, tivemos aqui uma sessão, à tarde, com dezenas de jovens dos vários pontos, de várias freguesias do nosso concelho, que participaram no Parlamento Municipal de Jovens, onde trouxeram ideias, partilharam projetos, argumentaram e discutiram entre eles, mas com um nível de elevação que, se calhar, faz ver a muitas pessoas, porque nós, quando exercemos funções – e como nós dissemos que para este mandato, uma das nossas principais preocupações era contribuir para a elevação do debate democrático, para que mais pessoas se identificassem com a democracia local, e que mais pessoas participassem nos órgãos, porque nós precisamos que os jovens se envolvam nos órgãos autárquicos, há pessoas que deviam ponderar se, realmente, a sua conduta, enquanto eleito local, está de acordo com esse compromisso que assumiram com as pessoas. A minha vai manter-se fiel ao compromisso que eu assumi e as pessoas conhecem-me muito bem e sabem bem o compromisso que eu assumi com cada uma delas, e sabem bem aquilo que eu faço, dia e noite, todos os dias da minha vida, para dar o melhor em prol das funções que desempenho, com muita honra, com muito orgulho. E as insinuações que me fazem, a título pessoal, só me dão mais força, mas já iremos a esse ponto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Celebrar abril é estarmos neste órgão a partilhar ideias, projetos, esclarecer dúvidas, e podermos ajudar a população a ter melhor qualidade de vida. É esse o objetivo, comum a todas as forças políticas.

Por isso, vou responder às várias questões suscitadas pelos Senhores Deputados, desde logo o Renato Guardado, relativamente ao IC2, e também junto com a pergunta, se o Ilídio da Mota me permitir, junto com a questão suscitada, relativamente à requalificação do IC2. Tem sido um projeto que nós temos acompanhado desde a primeira hora, junto da Infraestruturas de Portugal e do próprio projetista, nomeadamente com as especialidades. Neste momento, as especialidades já estão todas prontas, e há um compromisso por parte da Infraestruturas de Portugal – porque a Infraestruturas de Portugal é que é a dona da obra – no sentido de se fazer um esclarecimento público cabal a toda a população, até porque, como sabem, existem muitos confinantes no IC2 que vão ter que também participar neste processo, porque o alargamento e algumas melhorias que vão ser feitas nas bermas do IC2 precisam também dessa articulação com os próprios proprietários dos terrenos, e nós queremos fazer isso da melhor forma, e o mais rápido possível. Ou seja, a partir do momento em que nós, com as especialidades todas prontas, possamos ir para o terreno, no sentido de identificar os proprietários e, naturalmente, sinalizar também aquilo que são as responsabilidades partilhadas – e o Senhor Vereador Pedro Navega tem estado também em contacto permanente, ainda na semana passada também tivemos uma reunião com os responsáveis da Infraestruturas de Portugal, no sentido de agilizar este processo, que é muitíssimo importante.

E a parte mais relevante deste projeto é que tem financiamento no âmbito do PRR, para requalificar desde as Meirinhas até Pombal. A pergunta relativamente, depois, ao resto da extensão, até à Redinha, é uma prioridade, e nós não vamos baixar os braços. Já falei com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e junto da Infraestruturas de Portugal, para que essa intervenção também seja uma realidade, e que é muito necessária.

Juntamente com esta requalificação do IC2, acho que temos que começar a pensar – e é isso que também estamos a pensar, no âmbito também desta intervenção – naquilo que deve ser o anel rodoviário a circular a Freguesia de Pombal, e neste caso, a zona mais urbana da Freguesia de Pombal.

Neste momento, nós estrategicamente temos que fazer a ligação do Casarelo para abrir para quem vai para as Freguesias de Vila Cã e Abiul, no âmbito do IC8, e essa via do Casarelo aberta até à Avenida Europa vai fazer essa circulação, e temos de fazer o mesmo para o lado de lá do IC2, nomeadamente de Flandes para a Charneca, do IC2 para a zona industrial da Formiga – ou seja, criar vias de comunicação para que o escoamento rodoviário possa acontecer de uma forma mais célere e integrada. E naturalmente que estamos atentos a essa estratégia, e estamos a trabalhar também nesse sentido, para melhorar a mobilidade junto da cidade de Pombal.

E já agora, também referenciar esse aspeto muito positivo, esta intervenção que está a ser feita na entrada da cidade de Pombal, uma das principais preocupações que nós tivemos, nomeadamente junto do empreiteiro, era que esta intervenção tivesse o menor impacto possível na vida das pessoas. É por isso que as intervenções foram feitas no período noturno, e é por isso que dividimos em duas componentes esta intervenção – fizemos a intervenção agora junto aqui ao Cardal, e vamos fazer agora a intervenção



MUNICÍPIO DE POMBAL

– já está, como vocês já repararam – junto à rotunda que dá acesso à zona industrial da Formiga, para também fazermos essa requalificação. E creio que com esta intervenção, estamos a aumentar a dignidade de uma das entradas nobres na nossa cidade.

Relativamente às questões suscitadas pelo Gabriel Oliveira, agradecer esse reconhecimento às comemorações do 25 de abril. Naturalmente, nós nunca agradamos a todos, eu já percebi isso, no exercício destas funções e de outras, que nunca se agrada a todos. O que é certo é que a esmagadora maioria das pessoas que interage connosco agradece o facto de termos assinalado desta forma marcante o 25 de abril. E a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pombal já falou sobre também as várias iniciativas que foram desenvolvidas ao longo dos últimos dias. O que é certo é que nós, do ponto de vista cultural, tivemos espetáculos de casa cheia, envolvendo agentes culturais locais, tivemos o Teatro Cine com vários espetáculos, sempre com casa cheia, tivemos a Casa Varela, que se assume cada vez mais como um centro de experimentação artística, uma referência a nível regional e nacional, com uma exposição de pintura da Lídia Carrola e com um espetáculo de dança da Sofia Falcão, que também foram verdadeiramente extraordinários, e são artistas Pombalenses, e tivemos outras dinâmicas, no sentido de valorizar a cultura e colocar a cultura como um eixo importantíssimo da celebração do 25 de abril, considerando que o 25 de abril também nos deu a liberdade de nós podermos inovar e criar, e passar mensagens de forma direta, concreta, por intermédio das manifestações culturais. E eu acho que isso é realmente uma riqueza, nós, no nosso concelho, termos essa mesma mais valia.

E naturalmente que eu vou referir algo que já referi várias vezes: se os Senhores Membros da Assembleia Municipal, ou se qualquer cidadão do meu concelho tiver alguma ideia – como já tenho recebido algumas, e ainda agora, no WhatsApp, depois das comemorações, a darem sugestões de mais iniciativas, ou de outras iniciativas diferentes – se tiverem alguma ideia de alguma iniciativa que deva ser feita, para melhorar aquilo que são os programas comunitários que nós desenvolvemos, são sempre bem-vindas. Não têm que esperar que seja a Câmara a solicitar qualquer sugestão, estamos sempre disponíveis. Mas, tivemos a preocupação, no âmbito destas comemorações, de ouvir os vários Partidos políticos, e tentar acolher as suas sugestões. E isso é democracia, isso é abril, isso é liberdade.

Para além disso, estivemos na sessão de evocação do 25 de Abril, e demos oportunidade de os jovens de todas as forças políticas –independentemente de estarem com representação nos órgãos autárquicos – poderem vir aqui partilhar a sua opinião sobre abril, colocar os olhos no futuro, para que eles também nos digam o que é que nós temos de fazer para eles poderem ter mais esperança no futuro. E foi realmente aqui uma sessão verdadeiramente impactante, todos aqueles que tiveram oportunidade de assistir, aqui ou pelas redes sociais, a esta cerimónia, ficaram agradados com o que ouviram, porque perceberam que temos jovens que têm um pensamento estruturado sobre o futuro do nosso território, e isso também é muito relevante.

Em relação ao Luís Couto, transportes escolares, queria dizer que amanhã mesmo vai haver uma reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, precisamente com os vários representantes, e dentro da CIM, dos vários Municípios, precisamente sobre os transportes escolares.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós temos tido uma preocupação grande e, no caso da Guia, a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas da Guia já nos sinalizou essa preocupação, nós estamos a trabalhar com a CIM no sentido de regularizar essa situação e tentar fazer com que atempadamente – por isso é que já estamos a trabalhar neste processo, também para preparar já o próximo ano letivo, tentar ainda, durante este ano letivo, trabalhar no sentido de encontrar mais soluções para os problemas diagnosticados, mas também preparar já o próximo ano letivo.

E queria dizer que no âmbito da rede de transportes escolares, o nosso objetivo é articular os horários dos circuitos com os horários letivos. Isso é muito importante, porque estamos a falar de um concelho grande, de muitos estabelecimentos de ensino. E portanto, nós estamos a promover essa articulação, as suas sugestões são bem-vindas. e a Vereadora Gina Domingues está a acompanhar diretamente esta matéria, se depois o Luís quiser mais algum esclarecimento ou dar algum contributo relativamente a essa matéria.

Relativamente às questões suscitadas pela Marlene Matias, agradeço de forma genuína essa preocupação, até porque a Marlene, no âmbito das funções profissionais que exerce, tem tido uma colaboração muito positiva, ativa, para realmente nós contribuirmos também para melhorar aquilo que é a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores. E já tem noção da nossa preocupação com a felicidade e o bem-estar de cada uma das pessoas que trabalha no Município de Pombal. E é por isso que nós estamos a trabalhar em duas frentes: uma frente interna e uma frente externa.

A frente interna, para mim, neste momento, é mais importante. Nós, neste momento, constituímos uma equipa multidisciplinar dentro do Município de Pombal, com colaboradores de diversas unidades orgânicas, e estamos a trabalhar num plano de satisfação e motivação dos nossos colaboradores, onde se vai integrar uma dessas iniciativas que nós vamos ter, em parceria com a ARS, precisamente para focarmos nas pessoas, em cada um dos seres humanos que trabalha nesta Câmara, e que para mim é muito mais do que um número, é um cidadão que merece ser motivado também nas suas funções. E nós criámos condições – para além daquelas que são as condições remuneratórias, que sabemos que são cruciais, mas que nós temos pouca margem de manobra – mas, criar condições do ponto de vista da prevenção dos riscos psicossociais, do ponto de vista da saúde e bem-estar, do seu posto de trabalho, para que, realmente, as pessoas se sintam mais motivadas. E quando tivermos esse plano gizado, naturalmente também daremos conhecimento – e tem que ir à Câmara, naturalmente, antes disso, mas depois daremos conhecimento à Assembleia Municipal. E depois, no plano externo, estamos neste momento a trabalhar para fazermos um relatório da avaliação da qualidade de vida no Município de Pombal, com dez indicadores, que são indicadores que foram definidos pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida. E eu posso dizer-lhe quais são os indicadores: ambiente, urbanismo e habitação, saúde, ensino e formação, economia e emprego, acessibilidade e transportes, turismo e identidade, cultura e lazer, segurança, diversidade, tolerância e felicidade. E esta avaliação vai ser feita no nosso concelho, por intermédio de inquéritos também à população, e no final vai ser elaborado um relatório, um relatório que nos vai estabelecer um plano de ação concreto, com medidas concretas, ações que no terreno vão concretizar aquilo que são as necessidades de



MUNICÍPIO DE POMBAL

melhoria, ou as propostas de melhoria no desenvolvimento de cada um destes indicadores.

Portanto, é um trabalho também extraordinário, os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os Senhores Presidentes de Junta estão todos convidados a participar neste trabalho, porque é o nosso objetivo. Eu não tenho vergonha nenhuma em dizer que o meu objetivo de ser Presidente da Câmara Municipal de Pombal é fazer com que os cidadãos que vivem no meu território sejam felizes. O meu objetivo, e creio que deve ser o objetivo de todos vós, é trabalhar para que as pessoas que vivem no nosso território sejam cada vez mais felizes, se sintam bem, que independentemente do dinheiro que ganhem – e o salário é muito importante – elas saberem que vivem num território que aposta em cada um dos cidadãos, que melhora em termos daquilo que é a oferta cultural, desportiva, que aposta no ambiente e na qualidade de vida, pensando nas pessoas, trabalhando para as pessoas. E por isso é que estamos com esta estratégia, que eu creio que no séc. XXI é a estratégia que é a mais certa, no sentido de valorizarmos as pessoas, e fazermos com que cada uma das medidas e das propostas que aqui apresentamos seja a pensar nas pessoas.

E portanto, creio que respondi à sua questão.

O André Tasqueiro também falou sobre o 25 de abril, nesta componente da participação cívica dos jovens, muitíssimo importante. Nós valorizamos mesmo a participação dos jovens. É por isso que no âmbito do Programa “Jovem Autarca”, nós temos neste momento a Sara, que é a jovem autarca que foi eleita pelos seus colegas, tivemos centenas de alunos a participar nas várias escolas do nosso concelho na eleição da Sara, e agora estamos a trabalhar para implementar os projetos que a Sara propôs na sua candidatura. Extraordinário.

Mas, para além disso, lançámos, no âmbito do Programa “Bem Comum”, o Orçamento Participativo Jovem, que tem um budget associado, que vai fazer com que, com a formação de facilitadores que já temos no terreno e que começou no passado mês de março, fazer com que os jovens participem, elejam eles próprios aquele que é o projeto que eles querem ver realizado, e depois nós, Câmara Municipal, vamos ajudar a que seja concretizado.

Foi por isso que reativámos o Parlamento Municipal de Jovens, e tivemos aqui jovens do ensino secundário, dos estabelecimentos de ensino do concelho todo, a virem cá, eles próprios, dizer aquilo que deve ser feito no concelho. E uma das principais preocupações é precisamente a que foi também salientada pelos Senhores Deputados Municipais, o que significa que existe aqui uma boa articulação das prioridades, relativamente à rede de transportes e à necessidade de nós aumentarmos e alargarmos a rede.

E por isso, passo para o Ilídio da Mota, dizendo que é verdadeiramente uma necessidade. E nós estamos a estudar internamente, com as nossas equipas, no sentido de garantir que a rede de transportes urbanos, Pombus, possa ser alargado, para além da Freguesia de Pombal. É um compromisso que eu assumi, é um compromisso que, do ponto de vista financeiro, é muito exigente, e este crescimento tem de ser feito, naturalmente, de forma sustentável. Mas, estamos a trabalhar nesse sentido, e eu espero ter boas notícias relativamente a essa matéria.

Também tomei boa nota na questão dos ecopontos, que também nos preocupa, naturalmente, essa matéria, e nomeadamente aqui em articulação estreita com a



MUNICÍPIO DE POMBAL

própria Valorlis, e com a estratégia da Valorlis relativamente a esta recolha, destes pontos de recolha.

Para além disso, na Escola Gualdim Pais também sabemos que nas horas de início e de término do horário letivo, é preciso haver ali uma intervenção, porque, realmente, nós precisamos que haja mais segurança nessa altura em que os pais vão levar ou vão buscar os filhos à escola. E eu espero – e vamos trabalhar para isso – que no âmbito de uma intervenção séria de que a escola vai ter que ser alvo, naturalmente – existe esse diagnóstico, já existem projetos feitos no Município de Pombal, no âmbito da requalificação daquela escola – que essa intervenção também possa ser uma realidade. Passava ao Gonçalo Ramos. Gonçalo, agradeço as tuas preocupações genuínas, relativamente à necessidade de atualizarmos aquilo que sejam as transferências do Município de Pombal, no âmbito dos contratos interadministrativos, com aquilo que é a realidade que nós estamos a sentir no dia a dia. E nós, Câmara, também – aumento dos preços de todos os bens, e necessidade de nós não termos mais recursos por parte da Administração Central, no caso destas áreas importantíssimas que o Gonçalo referiu, e que não nos permite também atualizar, nós próprios, aquilo que são os valores que temos afetos a cada uma destas áreas.

E portanto, isto é um ciclo vicioso, mas que nós temos noção de que as dificuldades aumentaram muito, para nós próprios, e para os autarcas de freguesia. E é por isso também que, no âmbito dos contratos interadministrativos – que como o Gonçalo sabe, a maioria deles tiveram que ir às Assembleias de Freguesia – ainda ontem, ao falar com o Joaquim Alberto, da contabilidade, soube que já estão a ser regularizadas as situações todas, e estes pagamentos, alguns estão a ser feitos hoje, outros vão ser feitos nos próximos dias. O que é relevante é que, realmente, há essa preocupação também de ir atualizando aquilo que é um trabalho que tem que ser feito de forma séria.

A Senhora Vereadora Catarina Silva vai reunir com os Presidentes de Junta de Freguesia todos, num trabalho de reformulação e atualização de todos aqueles que são os contratos interadministrativos e dos compromissos que nós temos com os Senhores Presidentes de Junta, que são parceiros altamente privilegiados no desenvolvimento do nosso território. E creio que essa relação de confiança é saudável e é muito positiva. E esporadicamente, sempre que houver alguma situação em que haja necessidade de nós, também internamente, agilizarmos, naturalmente estamos disponíveis para o fazermos, como tem sido nosso apanágio.

Humberto, queria agradecer o facto de colocares aqui uma questão relacionada com uma área que é fulcral também para a nossa comunidade, que é a questão do acesso da nossa população aos cuidados de saúde. E o que é certo é que esta é uma área onde nós vamos assumir muitas responsabilidades, mas não temos, neste momento, do ponto de vista do compromisso financeiro, os recursos que são necessários para manter todas as instituições de saúde a funcionar como estão a funcionar hoje em dia. Esse é que é o grande problema. E quando se falava aqui do respeito pelo 25 de Abril, pela Administração Local, quando alguns membros da Assembleia Municipal disseram que era importante que o Presidente da Câmara Municipal respeitasse a Administração Local, pois é uma área onde o Presidente de Câmara e a Câmara Municipal – digo o Presidente de Câmara, mas todos – cumpre ainda mais do que aquilo que devia, nos termos da Lei.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Gonçalo referia que ainda não tinha sido paga a componente de segurança da Unidade de Saúde Familiar, precisamente uma responsabilidade que é da Administração Central. E se não fosse a Câmara a chegar-se à frente, como aconteceu no Louriçal e na Guia, aquela população, a população do meu território, do meu concelho, não tinha acesso àqueles serviços de segurança. E fomos nós que avançámos com isso, já foi à reunião de Câmara, como o Gonçalo sabe, e portanto, isso também já vai ser regularizado, e também atualizámos os valores, etc.

Mas, isto é cumprir abril e respeitar a Administração Local e fazer pela Administração Local o que a Administração Central não faz por nós. Essa é que é a grande nuance. E mesmo com recursos escassos, estarmos ao lado das nossas populações.

Ao Fernando Matias, a questão dos passadiços, obrigado por esse reconhecimento. É um trabalho sério, feito por técnicos desta Câmara e, naturalmente, pela empresa responsável, e é um trabalho que tem uma visibilidade muito positiva, porque se vê que as pessoas usufruem deste investimento, que é um investimento a pensar na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas, porque convida as pessoas a irem conhecer o rio, nós, do ponto de vista daquilo que é a responsabilidade que temos, enquanto entidade pública, temos ali uma infraestrutura que serve diretamente as pessoas, e creio que isso é muito positivo.

E creio que agora vou terminar, só com uma resposta muito rápida ao João Coelho, no respeito pela Oposição.

O respeito pela Oposição é tão importante como o respeito pelos eleitos locais, independentemente dos Partidos pelos quais eles sejam eleitos, independentemente das funções que eles desempenham. E portanto, eu nunca faltei ao respeito a nenhum membro desta sala. E se eu algum dia faltar ao respeito a algum membro desta sala, eu peço desculpa.

E portanto, respeitar a Oposição é aquilo que nós temos vindo a fazer, respeitamos a Oposição, envolvemos a Oposição nos principais documentos de trabalho da nossa Câmara, para além de envolver, ouvindo aquilo que eram as sugestões da Oposição no nosso Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, nós integrámos as suas ideias – não fizemos só uma questão de ouvir, do ponto de vista formal, não, integrámos as ideias.

E portanto, quando respeitamos a Oposição, é no sentido de dizer que o vosso papel é muito importante. E então, se for construtivo, ainda melhor. Infelizmente, não tem sido. E agora, permitam-me que deixe aqui duas notas. Em relação ao espaço de trabalho, já disse que, neste momento, estamos numa reorganização dos espaços desta casa, mas estão sempre disponíveis – sempre disponíveis – sempre que quiserem fazer alguma reunião, sempre que quiserem fazer alguma sessão de trabalho, sempre que tiverem alguma necessidade de ter um espaço próprio e apoio administrativo para esse tipo de reunião, para aquilo que vocês entenderem, para o desempenho das vossas funções, enquanto membros da Assembleia Municipal, nós estamos inteiramente disponíveis. Eu já referi isso umas duas ou três vezes, estamos sempre disponíveis. Quando quiserem vir reunir, quando quiserem fazer alguma sessão de trabalho, sobre o que quiserem, estamos disponíveis. E portanto, reforço essa nossa posição, e vamos encontrar aqui solução, para ter um espaço exclusivo para os membros da Assembleia Municipal poderem também ter o seu espaço, para quando quiserem vir aqui à Câmara Municipal, estarem num espaço próprio.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente às toneladas de bens, isto é muito sério, é muito sério. Falarmos do esforço da nossa população na recolha de bens, numa questão como esta, depois do que se passou – e até estão aqui as voluntárias que fazem parte também do centro logístico que nós temos, de apoio à comunidade ucraniana – é muito sério, porquê? Porque ou nós queremos um esclarecimento, e nós perguntamos o que é que aconteceu, ou então nós vamos insinuar que há aqui algum aproveitamento político sobre a situação, que foi aquilo que foi feito aqui, o que é só manifestamente injusto.

O que aconteceu foi que houve mantimentos, ou houve bens que já não couberam nos camiões que seguiram para a Ucrânia, e neste momento, esses bens estão no centro logístico da comunidade ucraniana, e estão a ser utilizados para apoiar os refugiados que nós estamos a receber. E são os voluntários – que por acaso até aqui estão alguns – são os voluntários da própria comunidade ucraniana aqui em Pombal que estão a fazer essa recolha, um trabalho notável, porque eles têm que pegar em montes de roupa, nos diversos bens, etc., têm que separar tudo, separar por tamanhos, e depois são eles próprios, numa iniciativa proativa, que também estão a entrar em contacto com as pessoas que estão a recolher os próprios refugiados, para responder às solicitações. É isto, é isto o que está a acontecer.

E mais um agradecimento que eu aqui presto também a esse trabalho extraordinário feito pela nossa comunidade e pelos voluntários que se associaram.

Relativamente à ETAP, uma coisa é nós virmos mais uma vez aqui insinuar, e dizer “não me chamam porque não querem que eu participe”. Foi isso que o João Coelho aqui quis dizer. Não foi nada disso. E o João Coelho teve o cuidado de me ligar a perguntar – eu não partilho conversas pessoais, mas do ponto de vista da questão da presença do João Coelho e dos membros da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo da ETAP, é um órgão que reúne, nos termos do art.º 27.º dos estatutos da ETAP, uma vez por ano, e ainda não reuniu.

Quando reunir, vão ser convocados. O que aconteceu – e eu expliquei isso – o que aconteceu foi uma reunião dos órgãos sociais, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral. Simples, não há má intenção nenhuma, não há ninguém que queira esconder ninguém, não há ninguém que queira calar ninguém, pelo contrário.

Nesta questão da ETAP – e permitam-me que eu diga isso – nesta questão da ETAP, apesar de o método de Hondt não indicar nenhum membro do Partido Socialista, ou nenhum membro da Oposição nesse órgão consultivo, que são só três pessoas, o José Gomes Fernandes, que estava nesta comissão, falou com o João Coelho e disponibilizou o seu lugar, na altura que estava proposto, para o João Coelho fazer parte deste órgão. Então, como é que isto é calar a Oposição? Como é que é isto desrespeitar a Oposição? Pelo contrário, é valorizar.

Permita-me só concluir com uma nota, com todo o respeito, relativamente ao que o João Coelho referiu, insinuações que andam por aí. Eu não sei que insinuações é que andam por aí, e o João disse que é meu amigo há muito tempo, e somos amigos de infância, e eu não tenho problemas de o dizer e tudo aquilo que eu puder fazer para ajudar o João Coelho, eu farei. Felizmente, na postura política, nós também temos de ter a mesma responsabilidade e nós não podemos vir para um órgão público, com as responsabilidades que temos, fazer insinuações, quando sabemos que elas não correspondem à verdade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aquilo que se passa, no âmbito de uma atividade organizada pela Junta de Freguesia de Pombal, em colaboração com outras instituições, em que organizaram um determinado evento. E portanto, a Câmara Municipal atribuiu um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Pombal para aquela Junta organizar essa iniciativa, e é a Junta de Freguesia de Pombal que está a fazer essa organização, naturalmente com as entidades que se associam a esse evento.

Outra coisa diferente – e para não haver dúvidas nenhuma, nem insinuações – não há transferência financeira nenhuma para nenhuma associação, no caso do evento em particular, nem por parte da Câmara Municipal de Pombal, nem por parte da Junta de Freguesia de Pombal. Isto é muito importante, porque quando nós insinuamos, não insinuamos só aqui; insinuamos também quando escrevemos nas redes sociais, ou quando partilhamos a nossa opinião sobre outras pessoas. E eu vejo, ouço, leio, e chego a casa e lamento – lamento porque são pessoas que eu considero, que eu respeito, no caso do João Coelho e de todos os membros da Oposição, pessoalmente respeito, e conhecem-me desde pequenino. E quem me conhece desde pequeno sabe quais é que são os valores que têm guiado a minha vida. E custa-me, custa-me perceber que eu me sacrifico pessoalmente e familiarmente para exercer estas funções, porque o faço com honra, com muito orgulho, e depois ter pessoas que eu considero e por quem tenho respeito a colocar em causa a minha honra pessoal e a minha honra familiar. Mas, tenho de viver com isso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Eu queria só informar que fui mais tolerante no ponto, uma vez que está em causa uma matéria que, evidentemente, toca a honra, e acrescentei ali dois minutos, como tolerância de defesa da honra.

Agora, passamos às intervenções do público, e primeiro temos os cidadãos Oksana Babych, Iryna Nykoluk e Igor Deybuk, em representação dos Amigos da Ucrânia.

Igor Deybuk (Munícipe):

“Estamos aqui para agradecer a toda a gente. Vocês já sabem o que se passou na Ucrânia. Quando esta coisa começou, dia 24 de fevereiro, quatro da manhã, estava no meu local de trabalho e ouvi logo as notícias, e nem sei explicar o que senti no meu corpo, estou longe da minha terra, em que é que eu posso ajudar e fazer pelo nosso povo.

Logo depois, de manhã, quando chegou às nove horas, liguei para um trabalhador dos Transportes Pombalenses, motorista internacional, falei com o meu patrão, e perguntei em que é que ele podia ajudar, se conhecia alguém, para nós vermos como podíamos ajudar com alguma coisa, por exemplo, produtos humanitários. Ele disse: “Olha, neste momento, não posso dizer nada, mas eu vou saber. Se tu precisares de alguma coisa, diz-me. Se precisas de um camiã, disto ou daquilo, nós arranjam-te.” Pronto.

Eu já estou aqui há vinte anos em Portugal, há vinte anos a viver em Pombal, e ele disse logo: “Se precisas de um carro, não há problema, eu arranjo.” Eu, depois, comecei a ligar aos meus amigos que têm empresas de produtos alimentares, várias coisas, muitos amigos portugueses que já conheço e quero agradecer a toda esta gente, neste momento, que ninguém disse que não. Naquele momento, nós ainda não sabíamos que era preciso produtos alimentares, roupas, medicamentos.

Isto foi no dia 24, ele deu a primeira carrinha da empresa, eu ainda não sabia, porque aqui em Pombal não tinha ainda o sítio onde nós podíamos fazer algum armazém, juntar



MUNICÍPIO DE POMBAL

produtos humanitários, e depois arranjar o camião para levarem para lá. Mas, naquele momento, eu vi no Facebook um anúncio, que têm pessoal ali na zona de Óbidos, que tem pessoal que faz recolhas de produtos humanitários e leva para a Ucrânia. Nós, logo naquele dia, arranámos uma carrinha Mercedes Sprinter com produtos alimentares, água, arroz, todos os produtos, entregámos para lá. Isto foi num sábado.

No domingo, já ouvi dizer que aqui em Pombal arranaram um espaço, nos Bombeiros Voluntários de Pombal, para nós juntarmos e enviar e toda a gente trazia para lá.

Quero agradecer a toda a gente, porque a organização que arranaram aqui em Pombal está aqui no meu coração até eu morrer, porque a organização aqui do pessoal, não sei explicar, mesmo o Senhor Pedro Pimpão, porque eu próprio fui levar um camião com produtos alimentares à fronteira da Ucrânia, a trinta quilómetros da Ucrânia – só para vocês verem, estou a trinta quilómetros da Ucrânia, ali a trezentos quilómetros da minha casa, e por exemplo, mesmo se quisesse ir para lá, sei que está lá a guerra, doeu-me. Mas, sei que aquilo que nós arranámos aqui, que levámos para lá, pelo menos, chegou ao ponto certo, onde nós queríamos que aquilo chegasse.

Gostava de ver, porque vi aquilo só no Facebook, e o pessoal meteu lá a nossa bandeira, a Câmara Municipal de Pombal está lá numa cidade ucraniana, perto de Kiev, e gostava de ver, quando o pessoal meter o vídeo de quando eles descarregaram aquele camião de produtos humanitários que veio daqui nós trabalhámos tudo aqui, arranámos aquilo tudo, e chegou lá ao ponto certo, e depois aquilo foi para crianças, mesmo para onde o pessoal mais precisava, e estávamos todos contentes, todos felizes. Nós agradecemos muito aqui ao povo pombalense, ao Presidente da Câmara de Pombal, agradeço aos meus chefes e patrões do Pombalense, que me ajudaram naquilo que podiam, e deram o máximo para nós aproveitarmos o tempo e arranarmos produtos, aquilo que nós estávamos a precisar.

Agradecemos muito aos Bombeiros Voluntários de Pombal, pessoal muito espetacular para ajudar, ajudaram a fazer paletes, a arrumar as paletes, a arrumar o camião, muito boa gente, gente que fica aqui no nosso coração.

Nós podemos falar muito, mas é só para vocês perceberem que isto fica connosco sempre, até nós morrermos, porque o que o povo pombalense aqui fez, de repente – isto foi dentro de uma semana, nem tanto, que nós arranámos bastantes produtos humanitários para levar para lá. Isto conta muito, toda a gente connosco, pela Ucrânia, aquilo que nós podemos ajudar daqui. Não posso ir para lá, ajudamos aqui, o máximo que podemos fazer, fizemos. Mas, agradecemos a todos.”

Oksana Babych (Munícipe):

“Em nome de toda a nossa comunidade ucraniana, quero do fundo do coração agradecer ao Presidente da Assembleia, ao Presidente da Câmara Municipal, por darem a oportunidade de nós manifestarmos aqui, nesta Assembleia, nesta reunião, e do fundo do coração quero agradecer a todos os pombalenses, a todas as associações, aos Bombeiros Voluntários, ao Restaurante Manjar do Marquês e ao Restaurante O Pote, que organizou também para nós os almoços nos Bombeiros Voluntários e à nossa grande e especial amiga, Prof.^a Adelaide, sem ela se calhar não conseguíamos fazer nada.

Como o Ígor disse, a primeira carrinha foi para Óbidos, mas depois eu liguei à Prof.^a Adelaide, que já conheço há muitos anos – já estou a viver também há vinte anos em Portugal – ela fez uns telefonemas e organizou nos Bombeiros Voluntários o espaço.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Um grande obrigado à Carla Longo também, e à Junta de Freguesia de Pombal, a todas as empresas, associações, restaurantes, farmácias, um obrigado especial aos Bombeiros Voluntários, que desde o primeiro dia nos ajudaram muito e disponibilizaram o espaço.

Depois, um agradecimento especial também ao Pedro Pimpão, porque organizaram o segundo transporte, o segundo camião foi graças a vocês todos, ao Pedro Pimpão, à Câmara Municipal, que organizou o segundo camião para a Ucrânia, o Igor levou até à Polónia, e foi depois o meu irmão, que trabalha na Câmara Municipal. Eles fizeram uma carta em inglês a pedir para essa ajuda ir mesmo diretamente a para onde estavam muitos refugiados e sabemos que foi mesmo para o sítio certo.

Eu só posso dizer que tenho orgulho de viver em Pombal, estou orgulhosa, os pombalenses são espetaculares, pessoas muito boas, pessoas incríveis, que nos ajudaram muito. A nossa bandeira tem as mesmas cores também, as cores da esperança e da paz para a nossa terra materna.

Depois, também quero agradecer, que a Câmara Municipal disponibilizou ainda um armazém em frente da antiga CERCIPOM, que nós somos todos voluntários lá. Organizamos e separamos a roupa, a alimentação, e entregamos um cabaz, uma vez por mês, de alimentação, higiene, roupas, as pessoas vão lá, aquilo trabalha todos os dias, vamos também sábados e domingos. Além dos nossos trabalhos, nós também lá trabalhamos todos – portugueses, ucranianos, todos trabalham lá.

Um grande, grande obrigado, mesmo de coração cheio, e do fundo do coração, para vocês todos. Vocês são espetaculares, e mais uma vez posso dizer que tenho orgulho de viver em Pombal, e tenho orgulho de conhecer estas pessoas todas, neste momento tão trágico e difícil. Os nossos agradecimentos, da nossa comunidade ucraniana.

Obrigada por tudo. Glória à Ucrânia.

Espero que vá correr tudo bem, que a Ucrânia ganhe, e vai haver paz na Ucrânia, e vai vencer.”

Iryna Nykoluk (Munícipe) ---

“Eu sou a Irina, vivo em Pombal há vinte e um anos, conheço os pombalenses, fui há vinte e um anos atrás bem recebida nesta terra e sempre fui apoiada.

Neste momento, eu quero agradecer ao Presidente da Assembleia, por nos dar a oportunidade de nos manifestarmos aqui, na vossa reunião, e contar o que estamos a sentir, e o que estamos a fazer.

E nós queremos dizer que quando a guerra começou, nós começámos a trabalhar vinte e quatro horas, sete dias por semana. Nós temos o nosso trabalho, e depois do trabalho vamos apoiar os nossos refugiados, que aqui em Pombal temos já várias famílias de refugiados – alguns têm casas, outros não. Trabalhamos sábados e domingos com eles também, fazemos tradução para eles, é o nosso apoio.

Queria também agradecer ao Pedro Pimpão e à Câmara Municipal, que organizou a vigília de Pombal, que nós todos podíamos sentir que não somos os únicos neste combate, pudemos sentir o vosso apoio, saber que temos proteção pela vossa parte, que nos apoiam a nós todos. Também é bom saber que continuam a apoiar os nossos refugiados, sei que a vida é difícil, não só para nós, mas vocês também sofrem com esta guerra, com o aumento dos preços, e a vida económica não é muito fácil, mas os portugueses continuam a contribuir para as nossas ajudas, que trazem bens essenciais que nós precisamos, precisa a nossa terra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E para nós, foi muito bom saber que tudo o que nós recolhemos e mandámos para a Ucrânia, chegou ao seu ponto, porque da Ucrânia eles mandam para nós as fotos, a dizer que isto foi para os homens, militares, mesmo para a guerra, foi para as crianças que ficaram sem os pais, que precisam de roupas e algum miminho.

É a mínima coisa que podemos fazer pela nossa terra, e contamos com vocês no futuro também.

Eu sei que é difícil, mas sem vocês, nós também não conseguíamos fazer aquilo que estamos a fazer.

Obrigada, do fundo do coração, de toda a comunidade ucraniana de Pombal. glória aos Pombalenses, glória à Ucrânia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhores Membros da Assembleia Municipal, eu queria, em nome da Mesa, propor que a Assembleia Municipal adotasse um voto de solidariedade com o povo ucraniano, e um voto para que consiga superar as presentes dificuldades, e de que tenha sucesso na sua luta de resistência. É um voto simples, apenas com estas três coisas.

Quero também agradecer a estes três cidadãos ucranianos e pombalenses o facto de terem aqui vindo, e de terem feito esse relato, que para mim foi bastante tocante.

Muito obrigado.”

Colocado o Voto de Solidariedade a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação.

“Então, passamos ao cidadão seguinte, que é o cidadão Jorge da Silva Mendes Ferreira, que pretende intervir sobre a falta de pavimento nas ruas da Aldeia do Vale e os orçamentos para a cultura.”

Não se encontrando presente o cidadão inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à cidadã seguinte, Catarina Margarida dos Santos Soares.

Catarina Soares (Munícipe):

“Foi com enorme surpresa que a população do Casal da Rola e Casais do Porto tomou conhecimento da publicação da DGEG a 15 de fevereiro de 2022. De acordo com os editais publicados, a DGEG coloca em consulta pública dois pedidos de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de minerais tripoli para as áreas designadas por Casal da Rola e Casais do Porto. Após análise dos processos – processos estes somente disponíveis para consulta pública na Plataforma Participa a partir do dia 14 de março de 2022 – constatámos que a Câmara Municipal emitiu um parecer favorável a 20 de dezembro de 2019, sem realizar qualquer tipo de consulta à população.

De acordo com a análise dos processos submetidos na Plataforma Participa, o plano de trabalho da Clariant Ibérica Producción fundamenta-se no conhecimento geológico da área pretendida, tendo como objetivo analisar e quantificar os minerais de tripoli, a fim de averiguar a sua viabilidade económica, com um orçamento de cerca de 250.000€ para os dois processos. Nesta primeira fase, a Clariant Ibérica Producción pretende realizar cerca de trinta perfurações.

Ora, ao ser permitido qualquer tipo de pesquisa e prospeção de depósitos de minerais de tripoli e minerais associados, abre-se a “caixa de Pandora”. A concretizar-se a intenção da Clariant Ibérica Producción, a paz que reina na nossa freguesia terá os dias contados. No Concelho de Pombal, temos como exemplo as pedreiras da Rouça, Albergaria dos Doze e Barrocal, entre outras, que condicionam a qualidade de vida das populações e nada acrescentam às povoações afetadas, somente às empresas que são



MUNICÍPIO DE POMBAL

proprietárias destas explorações. Devido à escassa fiscalização por parte da DGEG, este tipo de explorações raramente cumpre o plano de lavra, sendo abandonadas sem qualquer tipo de requalificação paisagística. O impacto de uma exploração mineral é nocivo para qualquer tipo de população, e o retorno é ilusório, quando comparado com as consequências nefastas que resultam deste tipo de exploração.

A exploração intensiva de produtos do subsolo produz mudanças drásticas, tanto na paisagem, como na própria biodiversidade autóctone, assim como nas infraestruturas e bens sociais dos habitantes. Para além da desvalorização das propriedades contíguas à pedreira, verificam-se os seguintes impactos ambientais: aumento significativo do tráfego de veículos de transporte de materiais inertes, colapso ou abatimento dos caminhos públicos e estradas municipais, aumento considerável do nível sonoro na zona envolvente à exploração, diminuição da qualidade do ar, obstrução, contaminação e desvio dos cursos de água, produção de resíduos inerentes à exploração, produção de eventuais derrames durante a circulação de equipamentos móveis, remoção da cobertura vegetal protetora do solo, expondo-o à ação da erosão, desmoronamento do solo fomentado pela escorrência das águas pluviais, que atingem velocidades elevadas em planos inclinados, afetação do ordenamento do território – dado que, por exemplo, no caso do Casal da Rola, afeta uma mancha que está em zona REN – destruição da flora e fauna envolvente, e no caso nomeadamente do Casal da Rola e dos Casais do Porto, temos aqui envolvidas aves migratórias que circulam nesta zona.

Face ao exposto, questiono a Câmara Municipal de Pombal se já tem data definida pela Clariant Ibérica Producción para o esclarecimento de dúvidas, e face ao abaixo assinado em que recolhemos cerca de mil assinaturas, e à participação na Plataforma Participa, em que recolhemos cerca de cento e oitenta participações, questiono se a Câmara Municipal de Pombal irá apoiar o movimento dos moradores contra qualquer tipo de prospeção, pesquisa ou exploração de depósitos minerais de tripoli, e outros minerais associados.

Em nota de conclusão, se a felicidade da população é um bem para o Município, apelamos ao apoio da Câmara para este movimento que visa contestar este tipo de explorações, que em nada nos valoriza; muito pelo contrário, só nos vem prejudicar.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quería cumprimentar a Catarina, e todas as pessoas que aqui estão presentes, e que vivem nesta parte do território, onde foi feito este pedido de pesquisa, para também perceber – e a Catarina referiu isso na sua intervenção – e ter um conhecimento mais aprofundado daquilo que são as qualidades geológicas que existem no nosso território. Quería só deixar duas notas.

A primeira é a nossa postura desde o início, a nossa postura tem sido, e vai continuar a ser, de total disponibilidade de informação e apoio à população. Não podia ser de outra forma. Eu sei que a Catarina também tem tido esclarecimentos, os que nós podemos dar. E agora é a parte em que eu vou aprofundar um pouco mais.

A primeira, e foi a principal pergunta, estará a Câmara ao lado da população? Sim, estaremos sempre ao lado da população, e qualquer decisão que seja tomada – e no caso, é por uma entidade licenciadora, que é a DGEG, não somos nós, para que fique muito claro quem é que tem responsabilidades, quem tem que prestar esclarecimentos é a DGEG.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E aquilo que nós fizemos – e agora era a parte que eu queria dizer – no dia 18 de março, fomos nós, por nossa iniciativa, quando tivemos conhecimento de que já era público aquilo que era o período de consulta, de auscultação, que enviámos para a DGEG um ofício, onde nós exigíamos à DGEG que intercedesse junto da empresa que tinha feito o pedido de exploração, para que fosse esclarecer as pessoas, para que viesse aqui ao território, porque o Município de Pombal – e eu acho que isto é facilmente perceptível para todos – nem o Município, nem a Junta de Freguesia, têm real conhecimento das intenções da própria empresa. Mas, nós queremos saber.

E portanto, nós estamos ao lado da população, exigindo que a empresa explique aquilo que são as suas perspetivas de intervenção no território, o que vai fazer – porque, neste momento, naturalmente, estamos no período de pedido de pesquisa; não há plano de lavra, não há áreas poligonais definidas, ainda não temos nenhuma definição desse género.

O que é certo é que nós estaremos sempre ao lado das pessoas, no sentido de garantir que têm informação disponível para poderem participar de forma livre e consciente – e foi aquilo que nós viemos dizer, aquilo que nós viemos dizer à DGEG foi que para as pessoas poderem participar livremente e de forma a que conhecessem aquilo que ia acontecer, que ia suceder no terreno, que houvesse uma explicação por parte da DGEG e da própria empresa exploradora, relativamente àquilo que são as verdadeiras intenções, com este pedido de pesquisa.

Neste momento, a nossa postura é estar ao lado das populações, e no caso, da Junta de Freguesia, que tem acompanhado desde a primeira hora – o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem acompanhado este processo, e também está preocupado, naturalmente, com aquilo que pode ser o desenrolar deste processo. E eu posso garantir-vos que, neste momento, está este período de consulta pública, mas que nós – e foi isso que fizemos, e foi isso que no edital está lá bem escrito – o que nós dissemos é que tem que haver um esclarecimento cabal, no terreno, à população, de quais é que são os interesses da exploração. E aí, sim, quando chegar essa altura – porque este é só um processo agora de pesquisa, e depois, se este processo tiver continuidade, tem que haver um licenciamento, tem que haver um processo de licenciamento, ou seja, tem que haver uma consulta pública, tem que haver pareceres das entidades, e nós exigimos que houvesse em qualquer pedido um parecer da Câmara e um parecer da Junta de Freguesia, para que as entidades, neste caso, com responsabilidade na matéria estejam muito bem identificadas – a DGEG, o Ministério da Economia, são estas entidades que são responsáveis, e nós temos que lhes exigir que a população que vive, no caso, na Freguesia do Louriçal, merece o respeito e merece ser esclarecida de tudo aquilo que forem os desenvolvimentos.

E o meu compromisso, como Presidente de Câmara – e o Vereador Pedro Navega acompanha mais esta matéria em pormenor – é estarmos disponíveis para prestar toda a informação que tivermos, sendo certo que relativamente a esta matéria, nós só temos a informação que está disponível, não temos mais informação, porque não é um licenciamento nosso.

Portanto, à Catarina e às pessoas do Louriçal, a todas as pessoas que subscreveram o abaixo assinado, a todas as pessoas que estão preocupadas, quero dizer-vos que vão contar sempre com o nosso apoio, no sentido de esclarecerem todas as dúvidas que existam. É lógico que aquilo que nós queremos é promover a qualidade de vida e o bem-



MUNICÍPIO DE POMBAL

estar das pessoas e dos territórios. E portanto, este equilíbrio entre estes pedidos de exploração, de conhecimento daquilo que é a mais valia que nós temos, felizmente, no nosso concelho, em termos geológicos, tem que ser sempre compatível com a preservação do ambiente e com a qualidade de vida das pessoas. E isso continua a ser o mote daquilo que é a nossa preocupação.

E portanto, assumo hoje aqui o compromisso convosco, de estarmos ao lado, naturalmente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia também, no sentido de exigir que sejam prestados todos os esclarecimentos relativamente a esta matéria. E se não forem prestados os esclarecimentos, nós agiremos em conformidade, sempre em defesa da população e do nosso território.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não temos mais intervenções no período de antes da ordem do dia.

Não fez a inscrição prévia? “Os cidadãos interessados deverão proceder à sua inscrição junto da Mesa até ao início da sessão...”, diz o art.º 34.º, n.º 2, “... fazendo-se acompanhar de documento idóneo de identificação, indicando a respetiva morada e o assunto a tratar.” É o que diz o art.º 34.º n.º 2.

Mas, eu penso que, sendo a primeira vez, nós podemos abrir uma exceção, será a título excecional, isto não voltará a acontecer. Faça favor.”

Telmo Lopes (Munícipe):

“Obrigado.

Sou filiado e militante do CDS-PP, como é do conhecimento público, e as minhas opiniões são concertadas com a Comissão Política Concelhia atual, como é natural.

Vou começar a minha intervenção, já sei que o Senhor Presidente da Câmara não vai ter tempo para me responder, uma vez que já esgotou o tempo que tinha. Vou apelar ao seu poder de síntese, para poder responder a todas as perguntas que lhe vou colocar, inclusive perguntas que coloquei na última Assembleia Municipal.

Assim sendo, na altura tive oportunidade de perguntar qual era o valor da expropriação do terreno junto ao IC2, e qual era a utilidade de fazerem aí um jardim. Agradecia se conseguisse responder da forma mais sucinta possível.

Em relação à visita à ETAR, que ficou programado ser marcada por esta Assembleia Municipal, eu gostaria de saber se essa visita já foi marcada, e gostaria de pedir à Assembleia Municipal autorização para que um representante do CDS-PP de Pombal vos acompanhasse nessa visita.

E aproveito, sobre este tema, para perguntar ao Senhor Presidente, ou a algum membro do Executivo, se sabe qual a razão pela qual a certificação ISO9001, que é uma norma de caráter geral, foi abandonada pela Câmara Municipal de Pombal, assim como a certificação ISO14001, do Departamento de Águas e Saneamento da Câmara, que também foi abandonada, se não me engano, em 2014.

Não tenho qualquer conhecimento das razões para se ter deixado essas certificações, sendo que, principalmente a ISO14001, ajudaria muitíssimo em termos de um controlo daquilo que se passa na ETAR de Pombal.

Aguardamos ainda acesso aos projetos do Parque Verde do Casarelo e da zona industrial da Formiga.

E em relação também aqui a algumas intervenções que já foram feitas nesta Assembleia, muito rapidamente, foi elogiada a obra dos passadiços junto ao Rio Arunca. Em relação à obra dos passadiços do Rio Arunca, aquilo que eu tenho para



MUNICÍPIO DE POMBAL

dizer é o seguinte: enquanto cidadão Pombalense, e enquanto membro da Comissão Política Concelhia do CDS-PP, temos a nossa opinião sobre o projeto em causa. Só para levantar uma questão: é prioritário investir e prolongar esse passadiço até Albergaria dos Doze, gastando uns bons milhões de euros, ou é prioritário investir e executar o Plano de Recuperação Urbana de Albergaria dos Doze, que está aprovado já há alguns anos, e que não sei se já há verba para essa execução? Era essa pergunta que eu queria deixar, acho que não estou a ofender ninguém.

Em relação às cerimónias do 25 de abril, nas quais eu tive oportunidade de participar, queria dar os parabéns ao Executivo por duas iniciativas: uma já foi realçada, a vinda dos jovens a este local, na cerimónia que aqui decorreu, e a outra também, a informação junto ao busto de Salgueiro Maia, porque, com certeza, muitos pombalenses desconheciam a sua ligação com a nossa terra...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Caro Telmo Lopes, este período destina-se a pedir esclarecimentos, não a veicular posições de forças políticas que não foram eleitas para a Assembleia Municipal.

Eu não sei se tinha esse entendimento do Regimento, mas esse é o entendimento da Mesa.

Eu não lhe vou tirar a palavra, peço que conclua, mas é uma manifesta fraude ao Regimento, que queira utilizar este período para veicular posições partidárias de forças políticas que não conseguiram ser eleitas.

Tenho de lhe dizer isto com toda a frontalidade.

Termine, por favor. Muito obrigado.”

Telmo Lopes (Munícipe):

“... Peço desculpa, Senhor Presidente.

Vou colocar uma última pergunta, diretamente ao Senhor Presidente e ao Executivo, sobre a requalificação da zona da Várzea, da cidade de Pombal, qual é o ponto de aquisição dos terrenos que vão permitir a ligação entre a Travessa 31 de Janeiro e a Rua da Estação, uma vez que o resto da obra está praticamente pronta, e essa zona está parada, e pelo que eu consigo perceber, ou pelo que qualquer cidadão atento que lá passe consegue perceber, não há condições para que a obra seja terminada e o projeto seja concluído.

Muito obrigado, Senhor Presidente, mais uma vez.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Da próxima vez que quiser usar a palavra, a título pessoal, peço que se inscreva previamente, mas, estamos aqui num espírito de maior participação possível, e, portanto, abrimos aqui uma exceção e será a única.

O Senhor Presidente da Câmara foi diretamente interpelado para o efeito, e, portanto, vou dar-lhe a palavra para responder. Mas, antes disso, penso que será sobre a condução dos trabalhos, João Pimpão dos Santos.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, só queria fazer uma pergunta: este cidadão procedeu à inscrição prévia? Ficámos com o contacto dele? É que eu gostaria que a Mesa pudesse remeter ao cidadão o Estatuto do Direito de Oposição, que é para conhecer melhor o estatuto que regula os direitos e os deveres dos Partidos políticos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Tem acesso ao Regimento, que está no site, peço que consulte e veja isso, da próxima vez.

Senhor Presidente da Câmara, peço que, se quiser, use agora da palavra para responder, uma vez que foi diretamente interpelado para o efeito, e a interpretação da Mesa é que quando é diretamente interpelado neste período, não está limitado ao tempo dos vinte e cinco minutos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito brevemente, relativamente aos vários pedidos sobre o ponto de situação dos processos diversos que o Telmo aqui questionou, naturalmente que vamos fazer chegar essa informação.

Relativamente à cerimónia do 25 de abril e a ligação ao Salgueiro Maia, é importante esse reconhecimento, porque da invocação que fizemos ao Salgueiro Maia, percebemos que a nossa comunidade fica a conhecer melhor aquilo que é o impacto que a nossa comunidade de Pombal teve na vida de Salgueiro Maia. E naturalmente que com a placa informativa que colocámos junto ao seu busto, damos acesso a esse conhecimento às pessoas, para que elas depois possam também investigar mais sobre as histórias que relacionam Salgueiro Maia ao nosso concelho.

Relativamente aos outros processos, aquisição de terrenos, estamos na fase final das negociações e nos processos burocráticos para assinar os contratos.

Relativamente ao IC2, há um projeto para um jardim, mas nós não avançámos ainda com nenhum processo relativamente a essa matéria, é algo que ainda está em análise.

E sobre os passadiços, é a opinião do Telmo, outras opiniões são diferentes.

A minha opinião é que é um investimento na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas, e que elas usufruem, e que é uma mais valia para elas e para o próprio rio, porque vai fazer com que mais pessoas estejam junto do rio, estejam próximas do rio, e é uma forma também de devolvermos o rio à população.

E entre prioridades, eu acho que também vai ser uma prioridade alargarmos o corredor ribeirinho até Albergaria, com todas as possibilidades, e um plano estratégico a médio e longo prazo, também para norte, porque também todo o rio merece essa infraestrutura de apoio, também para as pessoas usufruírem mais do rio.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado. Está agora terminado o período de antes da ordem do dia.

Queria dizer o seguinte, antes de prosseguir: caro membro da Assembleia Municipal, Luís Couto, a Mesa emitiu o seguinte despacho, neste requerimento que foi apresentado e assinado por Manuel Serra:

“Ao Senhor Deputado Municipal Luís Couto, para, querendo, se pronunciar sobre este requerimento no prazo de quinze dias.” Isto é, se quiser, pode pronunciar-se sobre este pedido, para que seja comunicada ao Ministério Público esta situação. Nós não faremos nada sem ouvir a outra parte. E portanto, vou entregar-lhe cópia escrita do requerimento, para, se quiser, dizer alguma coisa. A Mesa não tomará nenhuma atitude, nem nenhuma decisão, e provavelmente até trará aqui essa questão de novo. No fundo, isso é dar-lhe a oportunidade de se pronunciar por escrito sobre o requerimento que foi entregue na Mesa pelo deputado municipal Manuel Serra.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

*“Só queria agradecer pela amabilidade da clarificação e dizer que iremos proporcionar isso.
Muito obrigado.”*

Ponto 2. Período da ordem do dia.

Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quanto à informação do Presidente da Câmara, ela foi distribuída, vamos dá-la por conhecida e por lida.

Pergunto se alguém quer usar da palavra neste ponto.”

André Tasqueiro (PPD/PSD):

“Ao analisar as informações do Senhor Presidente deparei-me, na página 103, com a referência a uma candidatura do Politécnico de Leiria e do Município de Pombal a uma residência de estudantes, ao PRR, assim como a elaboração do procedimento de contratação do projeto de execução para a mesma.

Se queremos, de facto, que o ensino superior em Pombal tenha alunos de fora, é necessário que os mesmos tenham alojamento condigno, a preços aceitáveis para os alunos. E olhando para o mercado de arrendamento atual, é, de facto, perceptível que as opções que existem não correspondem às disponibilidades financeiras dos estudantes universitários, pelo que é necessário colmatar as faltas de alojamento estudantil.

Posto isto, de facto, é de felicitar o Município de Pombal, em consórcio com o Politécnico de Leiria, pela candidatura deste novo edifício, com capacidade para quarenta e dois estudantes, localizado na zona histórica, que irá dar uma resposta positiva às necessidades de alojamento estudantil, ao mesmo tempo que pretende ainda dar um novo dinamismo à zona histórica.

Estamos a falar de um investimento total previsto de cerca de 1.500.000,00 €, que poderá aumentar devido à conjuntura atual dos materiais de construção, sendo que 80% do valor total é financiado pelo PRR, e o restante é pelo Politécnico de Leiria e pelo Município de Pombal, graças a uma boa cooperação entre estas duas entidades para esta candidatura ao PRR, esperando que, de facto, passem no futuro a estar reunidas melhores condições para a fixação e manutenção de alunos deslocados no ensino superior em Pombal.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Lendo a informação do Presidente, saltaram-me aqui três ou quatro assuntos, que eu gostaria de enaltecer e questionar.

Na página 26, e voltando a falar, desta vez como um ato já consumado sobre o Festival de Teatro que decorreu em Pombal, e que, para mim, o ponto mais alto foi em Vermoil, como é óbvio, dar os parabéns a toda a organização, porque pelo menos naqueles eventos que eu consegui acompanhar, foi casa cheia em quase todos, dar os parabéns também ao TAP pelo excelente espetáculo que proporcionou aos vermoilenses.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Passando para a página 53, e tendo em conta toda a decoração que temos neste momento na cidade, dar os parabéns ao Município pelos Corações de Viana que temos aí, os setenta Corações de Viana que estão espalhados pela cidade. E gostaria de fazer um convite, de deslocá-los, pelo menos uma parte, até ao centro de Vermoil, que acho que era de louvar conseguirmos espalhar esta decoração toda, no meu caso, por Vermoil, mas acho que era engraçado espalhar isto para as freguesias todas.

Também na página 53, apesar de já ter sido mencionado nesta Assembleia, mas não poderia também deixar de falar no assunto, a questão dos transportes públicos, e dar também aqui o meu aval à necessidade de que o Pombus venha a dar cobertura a todos os centros de freguesia.

Na página 45, com o título “Centro local de apoio à integração de imigrantes em Pombal”, dar os parabéns ao Município por acompanhar quatrocentos e vinte e três imigrantes, oriundos de dezanove países. Após esta prova de solidariedade que foi aqui testemunhada pelos nossos concidadãos ucranianos, acho que é de louvar o Município ter encetado para ter uma reunião com o Alto Comissariado para as Imigrações, e eu acho que é assim que nós todos, decisores políticos, vivemos, e acho que é isto que nos enche o coração.

Propor também – e não sei se se enquadra aqui na questão deste centro local, mas falar também com o Conselho Português dos Refugiados e avaliar a possibilidade de termos aqui uma casa de acolhimento para crianças refugiadas. Eu estive envolvido num processo semelhante, e é gratificante conseguirmos ajudar estas crianças que estão a passar por necessidades.

Aproveito também para reforçar o pedido do meu colega Fernando Matias, e o Passeio Ribeirinho é fundamental, porque sem ele nós não conseguimos ligar as populações ao rio. E neste momento, com a necessidade de estarmos de bem com o ambiente, acho que é fundamental, até pela própria proteção do rio. Acho que numa fase inicial terá que ir até Albergaria, e depois sim, continuar para o outro lado.

Tenho dito.”

Carla Longo (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Dar nota, primeiro, do 1.º BioBlitz. O BioBlitz foi uma ação que foi dinamizada por mais uma entidade da nossa comunidade, pelos Amigos do Arunca, uma atividade interessantíssima que deu a conhecer um património extraordinário que nos era desconhecido, o Bioparque da Charneca, como todos sabem, um parque que me é muito querido, pela proximidade, mas que veio dar nota de que realmente temos um património em termos de biodiversidade que deve ser protegido, deve ser promovido, e que é de uma importância extraordinária, em termos de demarcação da nossa posição a nível nacional.

Este BioBlitz foi organizado por uma associação, lá está, e volto a dizer que são as associações que são a força da nossa comunidade, e que são elas que fazem acontecer muitas das atividades na nossa terra.

Isto para fazer encadeamento com o “Oh da Praça”, já que surgiram algumas dúvidas, e eu faço questão também aqui de clarificar a Assembleia, para que possa, de alguma forma, ser desmistificado todo este “sururu” que foi sendo gerado ao longo destes tempos nas pseudo comunicações sociais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O “Oh da Praça” é um projeto que nasceu há três anos, é a terceira edição, de três Pombalenses – o Leonel, o Carlos Calika e o Vasco Faleiro. O Vasco recentemente criou uma coletividade, que é a associação denominada “Encant’Art”, e esta associação veio trazer uma mais valia ao projeto “Oh da Praça”. O projeto “Oh da Praça” mantém a sua estrutura em termos de contratação de todos os artistas a cargo da Junta de Freguesia de Pombal, e toda a gestão dos artistas, não sendo feita qualquer transferência em termos financeiros, nem de um centavo, para qualquer coletividade. A Associação Encant’Art realmente associa-se como uma mais valia em termos sociais e artísticos, para promover uma maior inserção na comunidade da área social e da área artística, que faz chegar com outras ideias, e chegar mais longe, e a públicos mais abrangentes.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Eu devia ter intervindo anteriormente, mas aproveito para fazer aqui dois reparos, e também uma informação. Quando falávamos de transporte, iria falar nisso, mas também na última Assembleia – e porque também já o colega Humberto falou aqui da questão da saúde – queria também dar nota do desenvolvimento de algumas coisas, que também vão sendo positivas, e que, na verdade, também nos cabe a nós agradecer esse trabalho. E se na última Assembleia falava daquilo que era a desilusão da construção do novo Centro de Saúde, que tinha por propósito ter melhor qualidade na saúde – e foi isso que a Câmara Municipal fez, cabia à parte do Estado fazer o seu trabalho.

Na altura, tínhamos três mil utentes sem médico de família, há cerca de três meses, só uma médica conseguia dar atendimento a mil e duzentos utentes. Felizmente, numa articulação de trabalho entre o Executivo da Junta de Freguesia, a Senhora Diretora do ACES Pinhal Litoral, Dra. Delfina Carvalho, e a Senhora Diretora Regional da Saúde do Centro, Dra. Rosa Reis, e também a grande envolvência aqui, a qual muito agradeço e prezo, do Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales, que também ficou muito surpreendido com o caos vivido neste Centro de Saúde, havia uma previsão de colocar ali duas médicas, a curto prazo, ainda provisórias, dei-lhe nota desse conhecimento. Neste momento, temos três médicas, duas ainda estão naquela fase de preenchimento dos ficheiros, que irá ser lançada a concurso público, também três enfermeiros; estamos aqui com um défice ainda de duas administrativas, porque uma está a gozar férias, esteve doente durante um ano, e a outra também está de baixa.

Portanto, neste momento, está-se a tentar recuperar aquilo que foi perdido, estamos a falar de meses e meses, utentes que não tiveram sequer uma única consulta. E queria aqui aproveitar para, além de agradecer, também comunicar à população do Louriçal que espero, a curto prazo, que as coisas comecem a voltar um pouco à normalidade, para bem da saúde de todos.

Mas, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que neste envolvimento da saúde e de toda a mobilidade que já defendia – como o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores sabem – a mobilidade a nível de transportes é necessária, o mais urgente possível, para esta freguesia, porque não carece só da questão dos transportes escolares, carece também das pessoas que vivem a dez quilómetros de distância, mesmo dentro da freguesia, e que precisam de vir até ao Louriçal, acima de tudo na questão da saúde, e claro, os mais idosos não têm esse transporte.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, eu queria aqui deixar estas duas situações bem delineadas, dizendo que este é o local onde devemos reivindicar, também é o local onde devemos agradecer, esperando que tudo continue no progresso e na salvaguarda das pessoas. E neste caso, pedir, então, ao Senhor Presidente que não se esqueça deste projeto – e eu sei que não esquece e que está em cima da mesa – e nós estaremos cá também para colaborar, no sentido de melhor servir as populações, para que aquelas pessoas mais idosas tenham transportes até ao centro da vila.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Eu tenho aqui alguns pontos. Começo aqui pela página 6 da informação do Presidente, o meu colega de Vermoil já me copiou, mas eu só queria dizer que a melhor peça foi em Almagreira, sem dúvida. Portanto, temos aqui algumas divergências, isto pode ficar já aqui um caso na Assembleia. Mas, para enaltecer aqui o trabalho do Município. Esta descentralização da cultura – e depois do 25 de abril, tinha de o dizer aqui – como uma Junta de Freguesia aqui ao lado, é muito bom, e depois ter um grupo de teatro, também tenho que o dizer aqui, o Grupo de Teatro Amador de Almagreira, que faz questão também de levar a cultura a outras terras e eu, como representante da freguesia, tenho que o dizer publicamente e agradecer o trabalho voluntário de todos eles, que trabalham o ano todo, para depois ir levando o nosso nome – e eu continuo a dizer que são os embaixadores da freguesia, são um dos embaixadores, com vários grupos dentro daquele. Depois a Câmara e o próprio TAP, dão-lhes a hipótese de levar o seu trabalho a outras freguesias. Tinha que o dizer aqui. Obrigado a eles.

Depois, também dar aqui uma nota, foi público, e tem a ver aqui, em termos da educação, na página 22, o Conselho Municipal da Educação, para também não haver dúvidas relativamente a Almagreira. Foi-nos pedido um parecer, em termos de área de influência, neste caso, do Instituto D. João V, e o nosso parecer não foi desfavorável; ou seja, o nosso parecer – e para clarificar aqui a situação – foi de manter a área que está atualmente – são as escolas de Pombal, a Secundária e a Marquês – por vários motivos, mas já foi aqui falado, os transportes é o principal – ou seja, a única rede, a que podemos chamar rede de transportes, é Almagreira – Pombal, se considerarmos rede – também já é conhecida a minha posição relativamente aos transportes, que tem de ser muito mais reforçada a questão do alargamento do Pombus. E faço esse apelo aqui, mais uma vez, para que o Município apresse este alargamento às freguesias, porque não tenho dúvidas de que esta questão iria resolver muitas outras. E quando falamos em mobilidade, tudo o resto vem atrás – a saúde, a educação, o próprio emprego.

Temos a questão também, e foi aqui falado há bocadinho, dos próprios refugiados, foi colocada essa questão, mesmo colocando refugiados em freguesias, como é que depois havia a mobilidade para os serviços. Isto é para todos nós pensarmos, em comunidade, e aqui positivamente, contem comigo para fazer esta construção.

Depois, uma parte negativa, tinha que a trazer aqui também, e nós somos vizinhos da futura – e espero eu que não – exploração de tripoli, ali na fronteira com a Freguesia de Almagreira. Ou seja, tinham que nos calhar os caulinos do lado de Pombal e depois apanhamos o tripoli do lado do Louriçal. Só por esta nota, ou seja, eu não sou contra, pessoalmente, que um concelho saiba o que é que tem no seu subsolo. Ou seja, eu não tenho dúvidas – e há aqui especialistas – que o nosso solo é rico, e se não fosse rico, não havia tantas empresas a fazer pedidos de prospeção, para perceber o que é que lá



MUNICÍPIO DE POMBAL

está debaixo. O meu receio – e digo-o aqui, porque tivemos este problema e continuamos a tê-lo com os caulinos, com as argilas, com os inertes – é que estas empresas, quando fazem este pedido, já sabem que há ali potencial. Ou seja, o que eles querem saber neste momento é se é muito, se é pouco, se o custo de exploração compensa ou não compensa, nesta fase, porque isto depois tem a ver com a procura – eu dou-vos um exemplo, eu também dei nota à Câmara, há quatro semanas, a exploração que estava inapta na zona dos Penedos, Reguengo, da Aldeia da Lagoa, de caulinos, começou outra vez a ser reativada. Porquê? Soube depois que havia procura, ou seja, o próprio mercado começou uma guerra, todos nós temos essa consciência. Agora, o que eu queria alertar, e queria sensibilizar também o Município, e no fundo, a comunidade em geral, é a questão da venda dos terrenos – ou seja, sabemos logo que um dos primeiros processos – e neste caso também já aconteceu, porque são pessoas de Almagreira que também têm lá terrenos, o estradão que limita as duas freguesias certamente será a estrada utilizada pelas viaturas pesadas para fazer a extração, não tenho dúvidas nenhuma, porque ali está a acontecer a mesma coisa nos Penedos. É esse alerta, ou seja, perceber, a nível de comunidade se queremos, ou não, mais este tipo de exploração. Ou seja, que mais valias é que este tipo de produto traz para a nossa terra. O que eu sei é que em termos de taxas diretas, não traz nada – ou seja, o Ministério da Economia fica com as taxas todas lá em Lisboa, fará delas o que bem entender, mas para nós, localmente – para mim, e já o disse noutros fóruns – não traz nada, e disse-o também na minha Assembleia de Freguesia. Não tenho nada contra as empresas, não tenho nada contra os trabalhadores que trabalham nessas empresas, isso é claro; agora, temos que avaliar, nós todos, como comunidade, se queremos mais crateras, e perceber se é uma mais valia, ou não, tê-las cá. Isto é a minha posição, e a posição em Almagreira. Foi decidido lá, na Assembleia de Freguesia, reativar – ou seja, uma nova comissão de acompanhamento, não só de caulinos, vamos ter de lhe dar o nome aqui de exploração de inertes e minerais, porque percebemos que inertes teoricamente não têm valor, minerais têm, mas todos têm valor, ou seja, depende da procura e depende do mercado.

Página 59, só aqui um ponto de situação por causa do saneamento. Também é uma questão que me intriga, como pessoa e como contribuinte, a questão das ligações. Já se falou aqui nas ETAR's, e nós todos, comunidade, estamos a investir muito em saneamento. Queria agradecer ao Município esse investimento, e queria perguntar, porque estranhei, em 2022, aqui na página 65, havia só quatro clientes identificados. O que é que eu pressuponho? Como é que o Município, no fim de instalar as redes, vai perceber se as pessoas dos lugares ligam ou não ligam o ramal, porque isso é que me preocupa, porque eu, enquanto Presidente de Junta, estou aqui a pedir saneamento, mas depois como é que eu consigo saber se as pessoas ligam ou não ligam? Porque depois vamos ter o mesmo problema – ou seja, eu investi – eu, Município, eu, comunidade – e depois, como é que eu tenho algum retorno? Todos sabemos que é deficitário este sistema de saneamento; agora, preocupa-me perceber se o Município consegue, ou não, fazer esse controlo.

É esse alerta que eu faço aqui, como Presidente de Junta, porque depois é injusto estar aqui a pedir, e não saber.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Gonçalo Ramos (Presidente U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

“Senhor Presidente, eu confesso que não sei a página onde estão estas temáticas. Quero começar a minha intervenção por me referir a necessidades de asfaltagens na União de Freguesias. Lembrar que foi com agrado que vimos, aquando da aprovação do Orçamento para 2022, o cabimento de verbas nestas rubricas.

Lembrar também que já transita do mandato passado um levantamento, que já deve ter perto de três anos, de habitações próprias consolidadas já há muitos anos, que não têm acessos dignos. E queria, neste sentido, questionar o Senhor Presidente se, de facto, podemos ter alguma perspetiva de, a curto prazo, podermos satisfazer estas necessidades, que os nossos habitantes, nestas situações, naturalmente têm, e porque também merecem que olhemos para elas com algum cuidado. Alargar, depois, estas preocupações à própria rede viária. Como sabe, temos algumas estradas em condições bastante deficitárias. E relembrar – porque eu falo muitas vezes nisto, falo nisto porque tenho genuína preocupação, e o colega falou agora do saneamento – a relação entre o investimento no saneamento e a qualidade da rede viária. Nós temos um caso concreto para o qual urge olharmos de forma atenta, que é nas Águas Belas e nos Estevais – eu já falei disto. Vejo com agrado, através das palavras do Senhor Vereador, que existe vontade municipal em resolver o assunto. O que eu lhe perguntava é se, de facto, podemos avançar celeremente para a discussão em relação à solução mais apropriada para aquela zona, em virtude de termos as obras que estão em andamento em fase de conclusão, e depois termos um troço que é visto por muitos como sendo o pior do concelho, ou um dos piores.

Depois, terminar, lembrando uma reunião que tivemos há algum tempo – já há mais de um mês, creio eu – onde tivemos oportunidade de apresentar um instrumento digital, uma ferramenta digital às diversas Juntas de Freguesia, onde daí acabou por surgir uma proposta conjunta, dando seguimento à leitura que a Câmara tem tido, e bem, de converter Pombal numa Smart City, podermos ter um instrumento digital, nomeadamente uma aplicação móvel, para distribuir por todas as freguesias, para podermos, de forma homogénea, fazer uma gestão dos serviços, dos acessos a serviços, do tratamento de dados, entre outras soluções que depois entendamos pertinentes, e portanto, alargando a visão da Smart City para as Smart Villages, que é, no fundo, ver de forma integrada um concelho, para uma realidade que é cada vez mais importante e que está cada vez mais na moda, que é evoluirmos digitalmente, para acompanharmos os novos tempos.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, na página 53 da informação está patente um aumento de utilizadores da rede Pombus, de 22894, em fevereiro, para 27665, em março, evolução que se saúda e demonstra a disponibilidade da população para utilizar os transportes públicos.

A Junta de Freguesia de Meirinhas, a que presido, defende a disponibilização imediata à população de serviço público de transporte de passageiros que respeite a continuidade urbanística entre Pombal e Leiria.

É urgente a disponibilização de serviço de transporte de passageiros pendular entre Leiria e Pombal, possibilitando que as pessoas possam ter confiança neste transporte, porque, ao contrário do que acontece atualmente, o transporte público responde às suas



MUNICÍPIO DE POMBAL

necessidades de horário, de mobilidade, e oferece a confiança da viabilidade ao ser constante e ao respeitar horários predefinidos e bem divulgados.

A autoridade de transportes, cujas competências esta Assembleia Municipal delegou na CIM, deve exigir um aumento de horários, pelo menos com transporte a chegar a Pombal e a Leiria ao início da manhã, ao meio da manhã, à hora de almoço, a meio da tarde e ao final do dia. Menos do que isto não servirá a população.

Estamos cientes de que face à descridibilização instalada no serviço de transportes públicos de passageiros, pela insipiente oferta, pelo desenquadramento de horários e pela má e deficiente publicidade ao serviço, nesta fase, a CIMRL, enquanto autoridade de transportes, tem que encontrar com o concessionário formas de auxílio e compensação para o restabelecimento da confiança, pelo que se solicita ao Município de Pombal que seja porta-voz desta necessidade urgente.

Estamos comprometidos com os objetivos de descarbonização, pelo que uma rede de transportes públicos eficiente é um contributo essencial para que nos encontremos mais perto de cumprir as responsabilidades para com o planeta.

Há alturas em que teremos de tomar decisões arrojadas, mas que o futuro mostrará serem acertadas.

De pouco serve escrever e falar sobre mobilidade, criar centros urbanos mais amigos da mobilidade, quando continuamos a ser obrigados, cada um, a conduzir a sua viatura, por não existirem transportes comuns, públicos e adequados às necessidades. Se é nossa pretensão continuar a construir uma Comunidade Intermunicipal coesa, temos de assumir e cumprir a pretensão de disponibilizar uma rede de mobilidade eficiente e coerente.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, relativamente às obras de saneamento e ao emissário de Carnide, eu gostaria de saber para quando a entrada em funcionamento em pleno, e queria deixar duas ou três sugestões, para que a Câmara pudesse pensar nisso. Porque? Porque numa altura em que se fala tanto na defesa do aquífero da Mata do Urso, a ETAR da Guia, neste momento, descarrega os seus efluentes tratados diretamente na vala hidráulica que infiltra no solo e que vai diretamente para o aquífero. Dá-me ideia – e acho que a Câmara devia pensar nesta situação – que deveria ser pensada uma estação elevatória na ETAR da Guia, com vista ao seu encerramento, para que conseguisse apanhar todo o trajeto que está, dos efluentes que para ali vão em gravidade, de forma a trazê-los para cima, para a zona da 109, exatamente no sentido contrário em que eles neste momento vão, e possam ser descarregados na ETAR do Louriçal, e desse modo ter-se uma solução mais defensiva e mais vantajosa. Obviamente que teria que ser criado um emissário na zona das Espinheiras, no Ribeiro dos Cordeirinhos, e portanto, encontrar aí a melhor solução de ligação em gravidade, para que esses efluentes pudessem ser feitos.

Pronto, era esta pergunta e esta sugestão que eu queria dizer.

Também gostava de deixar mais uma sugestão, aproveitando o momento, e não fazendo disto um grande discurso. Como eu já fui Presidente de Junta e já sofri as dores dos financiamentos e das dificuldades de dinheiro, e como ouvi os meus ex-colegas a queixarem-se aqui dessas dificuldades, eu, na altura em que era Presidente de Junta, fiz uma proposta, que nunca foi atendida, mas deixo e reforço essa proposta, não sei se haverá possibilidades legais de a pôr em prática, que é exatamente o seguinte: o



MUNICÍPIO DE POMBAL

Município é sempre devedor às freguesias, e portanto, vai-lhes pagando. A questão está em se o Município tem disponibilidades financeiras, ou não, para ir suprindo as deficiências das Juntas, ou se tem que esperar por todos os regulamentos e por todos os acordos que faz, obviamente, com as Juntas, para poder disponibilizar esse dinheiro. Ora, sabendo de antemão, pelo histórico, que há sempre uma percentagem que é devida, uma das formas de desafogar as Juntas de Freguesia é exatamente libertar, quase que em conta corrente, dinheiro que possa eventualmente ser disponível, e posteriormente fazer-se o acerto de contas, após os contratos devidamente firmados e devidamente aprovados nas Assembleias.

Fica esta minha proposta e esta minha recomendação.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Das várias questões que foram suscitadas, a primeira, do André Tasqueiro, é relativamente à residência para estudantes. E só para enquadrar, porque também têm essa informação nos vossos documentos, esta residência para estudantes tem uma estratégia muito mais alargada.

A estratégia principal foi aquela com que nós nos comprometemos com os pombalenses, é de atrair mais pessoas, fixar mais pessoas. E por intermédio da nossa Associação “Homem Académico”, nós vamos fazer com que haja mais oportunidades de os nossos jovens se identificarem com o nosso território, conhecerem o nosso território. E a residência para estudantes, no sítio onde ela se perspectiva que venha a ser implementada, também tem esse objetivo de atrair os jovens para a zona histórica, atrair os jovens para Pombal, dar-lhes condições, uma residência de estudantes que vai ser supermoderna. Passou a outro nível de candidaturas, ainda não estão concluídas todas as etapas, nós estamos com uma expectativa positiva de que seja uma realidade, estamos a trabalhar com o Politécnico de Leiria nesse sentido, temos bons indicadores, mas até o processo estar terminado, vamos mantendo os pés no chão, porque é um investimento significativo, uma parceria extraordinária com o Politécnico de Leiria, e que vai alavancar estrategicamente, para o futuro, e colocar Pombal como um sítio que seja promotor do conhecimento e da inovação.

E por isso, dizer que no âmbito dessa estratégia mais alargada, estamos também no âmbito do PRR a fazer neste momento uma candidatura – essa tenho quase a certeza, porque houve uma seriação pelas comunidades intermunicipais – em que vamos ter um espaço de cowork na zona histórica, um espaço de cowork para que, neste período pós-pandemia, possamos ter uma infraestrutura para nómadas digitais, para quem quiser, profissionais liberais, etc., poderem ter um espaço na zona histórica, propício, realmente, a poderem desempenhar as suas atividades profissionais em regime de cowork.

E numa terceira linha, estamos neste momento – eu não tenho falado muito nisso, porque eu gosto de anunciar as coisas quando elas se realizam, mas tenho que falar nisso porque está a ser feito um trabalho que é verdadeiramente impactante. Neste momento, nós estamos, no âmbito dos Bairros Digitais, numa candidatura a nível nacional, de 200.000.000,00 € para o cômputo nacional, precisamente para revitalizar o comércio local, num investimento que estamos a fazer agora, com um perímetro que é referenciado à área urbana, mas que depois nós queremos que seja alargado a todo o concelho, beneficiando dos instrumentos que vamos ter, nomeadamente do ponto de



MUNICÍPIO DE POMBAL

vista tecnológico e de atratividade do nosso comércio, para melhorar e aumentar o seu desenvolvimento económico.

Portanto, três iniciativas em que nós estamos a aproveitar o PRR. E para dizer o quê? Isto custa dinheiro, dá trabalho, está a envolver muitas pessoas no trabalho de preparação das candidaturas, de fundamentação das candidaturas, de definição estratégica, etc., e isso está a acontecer agora, estamos a fazer esse trabalho agora. Esperemos que dê frutos no futuro, mas se não der, é trabalho que estamos a fazer de forma séria, no sentido de alinhar com o nosso objetivo de promover o desenvolvimento económico e criar mais fenómenos de atratividade também no nosso território, fixando os jovens.

A residência para estudantes é, destes três ângulos de intervenção, no âmbito do PRR, aquela que nós esperamos que seja a que está mais próxima de ser concretizada.

Muito rapidamente, ao Daniel, relativamente à descentralização cultural de que vários Presidentes de Junta falaram, é bom, é bom referirem isso, porque eu também sinto isso, eu sinto que o facto de o Festival de Teatro ser anualmente descentralizado pelas freguesias é uma oportunidade extraordinária de as pessoas que normalmente não vêm ao teatro poderem ter esse espetáculo.

E quando eu era Presidente de Junta de Freguesia, nós fazíamos os ciclos de teatro amador em parceria com o INATEL, e a primeira vez que nós fizemos, creio que foi nos Vicentes, e foi extraordinário ver pessoas das mais diversas idades a encherem o salão dos Vicentes para ir assistir a uma peça de teatro e saírem super felizes. E noutro contexto, nunca viriam a Pombal – e é pertinho – para ver um espetáculo teatral.

Portanto, merece reconhecimento esse trabalho por parte do nosso Grupo de Teatro Amador de Pombal, dos nossos técnicos da área da cultura.

Em relação ao BioBlitz, é realmente um evento que merece esse destaque pela positiva, quer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos Amigos do Arunca, uma coletividade que junta, de forma voluntária, pessoas que estão empenhadas em promover o ambiente, e nomeadamente as nossas linhas de água, temos vários projetos já na calha no âmbito da valorização também dos nossos rios.

Naquele território em particular, temos ali, em termos de biodiversidade, um espaço único a nível nacional, e os investigadores e os biólogos que ali estiveram estavam maravilhados com o potencial que aquele espaço tem, em termos de diversidade de plantas. E realmente merece esse nosso reconhecimento, para que se continuem a fazer este tipo de iniciativas. E agradecer à Junta de Freguesia, naturalmente, também o apoio.

Ao Presidente José Manuel Marques, a questão da saúde, é bom que vamos tendo respostas, nós precisamos de respostas, e nomeadamente dos profissionais de saúde, que é esse o cerne da questão, porque temos as infraestruturas, nós precisamos é dos profissionais, dos recursos humanos. E portanto, se há boas notícias, ainda bem, e temos que as valorizar. E se o Secretário de Estado António Sales ajudou a resolver esse assunto, ainda bem, e temos que também agradecer, naturalmente, no exercício das suas funções, esta relação de proximidade e de querer tentar ajudar, é muito positivo. Nós temos essa conduta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Na parte do Presidente Humberto Lopes, em relação à educação e ao Pombal, naturalmente que é uma questão que nos preocupa também, estamos a acompanhar, como é lógico, e já respondi relativamente também ao alargamento da rede de transportes urbanos.

Na parte do Gonçalo, naturalmente que o levantamento que o Gonçalo salientou, é verdade, há um levantamento feito, mas na ordem dos 2.000.000,00 € ou 3.000.000,00 €, só das necessidades de asfaltagem. O que se tem que fazer agora – e é o que está a ser feito – são as prioridades, perceber este ano o que é que pode ser feito, etc., estando a ser analisada a asfaltagem nas Águas Belas e nos Estevais, que é um processo que está agora em cima da mesa.

Em relação à modernização administrativa, claro que sim, tem que ser para toda a gente, e as Juntas de Freguesia têm aqui um papel muito importante.

Em relação ao reforço da ligação entre Leiria e Pombal, proposto pelo João Pimpão, a Senhora Vereadora, amanhã mesmo, na reunião da CIM, vai frisar também a importância que é nós termos mais horários, e também para que as pessoas participem, que adiram a estes horários, porque neste momento nós temos essas linhas, entre Leiria e Pombal, o que temos é que as reforçar ou ter mais linhas durante o dia, para que haja mais incentivos para as pessoas poderem usufruir. Isto tudo tem questões financeiras associadas, têm que ser analisadas, nomeadamente com as transportadoras e com as entidades que estão a trabalhar com a CIM nesta matéria, e que também são aqui do nosso território.

Por último, Manuel Serra, agradecer as sugestões, e naturalmente que a melhor forma é fazer chegar aos serviços, nomeadamente no nosso Departamento de Água e Saneamento Básico, essas sugestões, para poderem ser analisadas.

Por último, das informações, uma que não consta destas informações, mas que eu veiculei publicamente, e queria dar conhecimento à Assembleia Municipal, que no âmbito das comemorações dos quarenta e oito anos do 25 de abril, nós decidimos que devemos começar já também a preparar as comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril aqui em Pombal. E portanto, vamos constituir uma comissão para organizar esta mesma data, que vai ser constituída por pessoas representativas de todo o território – ou seja, o mais representativas do território possível – de várias tendências ideológicas, porque o 25 de abril é de todos, e que convidei para presidir a esta comissão o Luís Marques, que todos conhecem, jornalista, foi Diretor Geral da SIC, administrador da RTP, viveu o 25 de abril e aquele período pré-25 de abril de uma forma muito particular, porque esteve preso, esteve na clandestinidade, etc. Portanto, combinando duas dimensões que considero muito relevantes no âmbito do 25 de abril, liberdade política e liberdade de imprensa, creio que é uma pessoa que, com o seu prestígio, vai emprestar realmente a estas comemorações a dignidade que elas merecem.

E mais uma vez, lanço o repto, se tiverem alguma sugestão, algum contributo, de alguma iniciativa, algum projeto, que seja feito no âmbito das comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril aqui em Pombal, estamos disponíveis para acolher essas sugestões.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal de Contas – Ano de 2021.

Foi presente à Assembleia o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal das Contas, relativo ao ano de 2021, previamente distribuído por todos os membros do órgão, acompanhado da seguinte deliberação da Câmara Municipal:

“Ponto 2.7.1. Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal das Contas – Ano 2021.

Foi presente à reunião a informação n.º 11/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 08-04-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais- Ano de 2021

Exmo Sr. Presidente

No termos da alínea i) do n.º 1 do Art.º 33.º conjugado com a alínea l) do n.º 1 do Art.º 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar os documentos de prestação de contas, e submeter à Assembleia Municipal que os aprecia e vota na sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o calendário definido no n.º 1 do Art.º 76.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Os Documentos de Prestação de Contas foram elaborados em obediência às Normas de Contabilidade Pública (NCP) anexas ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), à Resolução no 2/2021 do Tribunal de Contas relativo a prestação de contas do ano de 2021, e à Instrução n.º 1/2019-PG do Tribunal de Contas que definiu os modelos de demonstrações financeiras e de demonstrações orçamentais a adotar na elaboração dos documentos de prestação de contas.

O Relatório de Gestão integra o conjunto dos documentos de prestação de contas, e visa interpretar e explicitar as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho da gestão na execução da sua estratégia, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas públicas, através de informação que seja útil e compreensível.

As contas são auditadas por um auditor externo, responsável pela emissão da certificação legal de contas, como determina o Art.º 77.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

A versão draft da Cerificação Legal das Contas, será entregue até ao dia da realização da reunião da Câmara, que será vertida na versão definitiva, após a aprovação das contas pelo Órgão Executivo.

De igual de modo, se submete em anexo, uma nota introdutória que resume de forma sucinta as contas individuais do Município.

Nestes termos, propõe-se que, em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do Art.º 33.º conjugado com a alínea l) do n.º 1 do Art.º 25.º, ambos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais do ano de 2021,



MUNICÍPIO DE POMBAL

seja submetido a deliberação do Órgão Executivo, no sentido de aprovar e submeter à apreciação e votação do Órgão Deliberativo."

Junto encontra-se o referido Relatório que se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado no respetivo serviço.

O Senhor Presidente da Câmara disse que nas 429 páginas do Relatório de Gestão estava bem espelhada a dinâmica da Câmara nas suas múltiplas funções e diversos serviços, agradecendo o empenho, entrega e dedicação de todos os trabalhadores nas suas diversas funções, uma vez que são eles, desde os Assistentes Operacionais aos Dirigentes que, diariamente, dão o seu melhor para alcançar os objetivos a que o Município de Pombal se propõe, quer do ponto de vista da execução dos documentos previsionais, quer dos principais objetivos de desenvolvimento económico, financeiro e social do Concelho de Pombal.

Disse que o Relatório é fruto do trabalho de cada um dos trabalhadores e que, por esse motivo, agradeceu a sua colaboração, com destaque para os serviços de contabilidade que estiveram na análise técnica da prestação financeira e de toda a preparação do documento, na pessoa do Joaquim Alberto, que é quem coordena a equipa.

Disse que, segundo os dados constantes no Relatório, o Município de Pombal estava com uma boa saúde financeira, tinha uma boa gestão dos recursos públicos e destacou isso pela positiva, acrescentando que a sociedade podia orgulhar-se da forma responsável como a Câmara contínua a ser gerida.

Quanto ao respeito pelo equilíbrio orçamental, disse que era visível que as receitas correntes são superiores às despesas, mas que o mais relevante é que alavancaram a capacidade de investimento por afetação das receitas correntes às despesas de capital, despesas de investimento, acrescentando que isso merecia um destaque muito positivo.

Disse que o Relatório apresentava um grau de receita de 96%, de despesa de 93% e que o PPI, o PAM, etc., eram um bom demonstrativo da boa capacidade do Município implementar os objetivos propostos.

Disse que continuam e ter uma relação muito responsável e de confiança com os fornecedores, acrescentando que a média de pagamentos a fornecedores é na ordem dos 10 ou 15 dias e que a Câmara de Pombal é uma instituição que merece esse reconhecimento pelo bom relacionamento do ponto de vista financeiro, de gestão interna para garantir os prazos que contribuem para essa relação de confiança.

A Senhora Vereadora Isabel Marto cumprimentou os presentes, referindo que, uma vez que o Relatório de Gestão vertia sobre o executivo anterior, não ia pormenorizar opções e explicações.

Disse que se verificava uma receita de € 50.000.000,00, a que correspondia 96% do previsto, valor esse que foi subindo, em comparação com anos anteriores.

Disse que a despesa foi de cerca de € 43.000.000,00, a que corresponde 83% da previsão e que a taxa de execução era das melhores taxas que se têm verificado nos últimos anos.

Disse que, em termos financeiros, o Relatório mostrava muito rigor, que se refletia numa receita corrente superior à despesa corrente e que permitiu reforçar o investimento no PPI, acrescentando que esse rigor se devia ao trabalho do Chefe e de toda a equipa da Divisão de Administração e Finanças, porque não é fácil a gestão diária de um orçamento que tem de ser dinâmico e tem de se adaptar às necessidades das várias unidades orgânicas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Informou que têm de entrar nas contas públicas novos mapas financeiros com resultados desde o ano de 2020 e que o Município tinha um resultado líquido positivo de cerca de € 1.100.000,00, ligeiramente abaixo do valor de 2020 mas que não era significativo. Disse que se percebia que havia um ligeiro aumento da despesa, o que era normal devido à subida do ordenado mínimo, mas que o resultado líquido positivo continuava a ser bom.

Quanto ao endividamento, disse que em dezembro era de cerca de € 7.000.000,00, mas que desse valor, € 4.000.000,00 correspondiam a dívidas normais de curto prazo, faturas do final do ano e a despesas de IRS e Segurança Social que se têm de ser pagas ao Estado, pelo que o volume da dívida não era preocupante.

Referiu haver € 3.500.000,00 de empréstimos de médio ou longo prazo que correspondiam a compromissos em termos de habitação, bem como a um reforço devido a obras de saneamento, mas que esse valor também não era preocupante e estava abaixo da capacidade de endividamento.

A Senhora Vereadora Odete Alves disse que o documento é muito extenso e muito minucioso e que dá um grande trabalho avaliar, mas que permitiu ter uma visão abrangente da dinâmica da Câmara e do funcionamento de cada Departamento.

Disse que, o que se verificava, como referido pela Senhora Vereadora Isabel Marto é que havia um aumento da receita em cerca de 9,46% e que as receitas de vendas de investimento tinham diminuído em cerca de 66% face ao ano 2020, o que se devia à venda dos lotes na Zona Industrial da Guia, que tinha diminuído face ao ano de 2020. Em matéria de impostos diretos, disse que havia um aumento da receita, acima dos 4%, aumentando em cerca de € 493.000,00.

Quanto às despesas correntes, disse que houve um aumento de cerca de 8,72%, justificada pelo aumento das despesas com o pessoal, e que havia um saldo de gerência acima dos € 7.000.000,00 e um resultado líquido do exercício com uma redução de cerca de 26% face ao ano de 2020.

Disse que a discordância do Partido Socialista era motivada pelas opções de investimento do executivo anterior, e que continuavam sem verificar nenhuma estratégia para o desenvolvimento do Concelho de Pombal, captação de investimento e de pessoas, e dinamização de comércio local e turismo, acrescentando que iriam votar contra o Relatório de Contas.

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais, respeitantes ao ano económico 2021.

Mais deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, remeter o mesmo para apreciação da Assembleia Municipal.”

Colocado o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal das Contas, relativo ao ano de 2021, a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 6 votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Creio que não há necessidade de uma explicação muito aprofundada, porque têm acesso aos documentos, e relativamente àquilo que é a disponibilidade que nós temos em termos financeiros, da gestão que é feita no nosso Município. E eu queria destacar isso, de uma forma muito positiva, porque este documento espelha o trabalho de muita



MUNICÍPIO DE POMBAL

gente, muitos técnicos dos diversos setores da Câmara Municipal, que do ponto de vista daquilo que é o trabalho que desempenham, merecem esse reconhecimento.

Permita-me só, Senhor Presidente, destacar aqui três conclusões.

A primeira, e que é a mais relevante, é que, em termos financeiros, a Câmara de Pombal está de boa saúde o que é realmente relevante e que apraz registrar, porque há um trabalho de muita gente para que isso aconteça dessa forma.

Dizer que, no âmbito também daquilo que são os níveis de execução, tanto das despesas como das receitas, temos níveis de execução muitíssimo positivos, e com uma boa performance do ponto de vista daquilo que é o desempenho financeiro do Município. No caso da receita corrente, que é superior à despesa corrente, o que é revelador daquilo que são os bons princípios de gestão e que respeitam também o princípio do equilíbrio orçamental. E portanto, temos aqui uma boa solidez financeira das nossas contas.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Câmara, a Comissão Política do Partido Socialista, o secretariado do Partido Socialista, já tinha determinado o resultado da sua análise a este documento, e já tinha veiculado a sua posição política na reunião de Câmara, ao justificar o voto contra como uma análise política em relação à gestão que a Câmara tem tido, e à prioridade, em termos de políticas públicas, que a Câmara tem definido para o desenvolvimento do Concelho.

Portanto, nesse sentido, o que esta Bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista deve fazer é corroborar, continuar, reafirmar a posição do Partido Socialista, que a Concelhia do Partido Socialista de Pombal apresentou, de votar contra, no sentido de que esta é uma manifestação daquilo que já tinha sido analisado em devido tempo, o Orçamento de 2021, é a concretização dessas medidas, e nesse sentido, o Partido Socialista, já na altura, em devido tempo, apresentou a sua preocupação com a incapacidade da Câmara de trazer fatores competitivos e diferenciadores para Pombal, que permitam a recuperação da população, com um ritmo mais acelerado do que alguns concelhos que não têm as mesmas condições naturais.

E portanto, neste momento, só me cabe trazer algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas por parte do Senhor Presidente da Câmara, na medida em que essas não resultam como evidentes da leitura do relatório de gestão, ainda que – e devemos todos fazer essa homenagem ao enorme trabalho, em quantidade, mas em qualidade também, o grande trabalho de informação que foi feito por todos os funcionários da Câmara, de todos os departamentos, de todas as divisões, e isso tornou-se evidente num documento que é extenso, que é exigente, mas que se saúda pela concretização de algo que devia estar presente também em todos nós, que era o de prestar mais informação e melhor informação aos Pombalenses.

Vamos, então, às dúvidas, algumas delas já afirmadas aqui por outros membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta.

Em relação à educação, fica por esclarecer qual é que é a opção estratégica por parte do Senhor Presidente da Câmara, no que diz respeito ao 3.º ciclo e ao secundário, e nomeadamente a questão da rede escolar, não resultou evidente quais foram as iniciativas que foram tomadas por parte da Câmara neste último ano para enfrentar aquilo que tem sido reportado como o excesso de alunos na Escola Secundária de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombal, e a perda de alunos, e a perda de capacidade de manutenção de alguns projetos educativos nas zonas mais distantes do concelho.

Já apresentámos uma proposta nesse sentido, fica por determinar quais são as medidas de combate ao insucesso escolar noutros níveis de ensino, para além dos do 1.º e 2.º ciclos, que já dissemos e fizemos a devida homenagem ao esforço que tem sido feito, mas que, atendendo às crescentes responsabilidades que os Municípios vão assumindo também nesta área, é preocupante e deve estar presente na determinação de políticas públicas para um futuro muito próximo.

Em relação ao PDM e à reabilitação urbana, fica patente uma preocupação da nossa parte, que tem sido comunicada, que é a falta de envolvimento e de esclarecimento das populações sobre os sucessivos passos que o PDM irá ter na sua revisão, e portanto, na audição das expectativas das populações, e portanto, entendemos que deve haver algum esclarecimento nesse sentido, e isso não ficou evidente do trabalho que foi feito no ano que termina.

Em relação à exploração de inertes, continuamos sem perceber se há, ou não, o cumprimento integral do Regulamento Municipal de Extração de Inertes – ficámos a saber as ações de fiscalização, mas não percebemos se o referido regulamento está permanentemente cumprido – não nos parece.

Em relação às obras particulares, ainda fica evidente que há muitos processos pendentes, que é uma preocupação que temos trazido aqui, e que não temos tido nenhuma resposta cabal, a não ser algo vago, como tem sido também comum por parte do Senhor Presidente da Câmara, que é uma preocupação – é uma preocupação, mas determinemos, então, como é que será feito.

Em relação ao saneamento, também registamos com agrado o investimento que tem sido feito, mas a preocupação que também resulta evidente da leitura do documento, só deixava essa preocupação, que não há um incentivo para a ligação progressiva no investimento no saneamento.

E depois, em relação aos recursos humanos e à aquisição de bens e serviços, de uma forma geral, continua a ser evidente, e uma preocupação da nossa parte, que há um conjunto de contratação de profissionais a recibos verdes – perdoem-me a expressão – para desempenhar funções que são permanentes. E isso tem que merecer alguma preocupação, que falaremos dela mais à frente, mas ainda assim, resulta do relatório de gestão como uma preocupação, penso que também partilhada por parte da Vereação e do Senhor Presidente da Câmara, mas não podíamos deixar de a sublinhar.

Por fim, termino mesmo, só para dizer que fica evidente também a contratação externa de serviços que a Câmara Municipal tinha capacidade, ela própria, para assumir, através dos seus funcionários, e isso também merecerá discussão em outros pontos mais à frente.”

Aníbal Cardona (PS):

“É uma questão muito rápida. Nas páginas 91, 92 e 93 fala-se no resultado de desempenho da ETAR. Na última Assembleia Municipal, nós falámos que houve durante o ano de 2021 situações de descarga direta, sem tratamento, na linha de água. Nós entendemos que isso é um assunto que deveria estar perfeitamente plasmado no relatório de gestão, porque tem tudo a ver com gestão. Duas das descargas foram resultado de avarias, o que é que se fez, se efetivamente há um estudo de fiabilidade dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

componentes, qual foi o resultante dessa análise, se é que foi feita. E outra foi, mais uma vez, uma descarga ilícita.

Entendemos que esta informação deveria estar aqui devidamente mencionada, porque a reflexão sobre as falhas, a reflexão sobre as não conformidades, até são elementos que estão perfeitamente presentes, até nas normas ISO de sistemas de gestão. Ou seja, dentro de um mecanismo de melhoria contínua, é a reflexão sobre as falhas e as não conformidades.

E aqui, começa a tal incoerência, porque ainda há pouco o Senhor Presidente disse, e bem, que na avaliação do índice de felicidade das pessoas, a questão ambiental não é um indicador, será um tema, será refletido num indicador, com certeza, num indicador de percepção da felicidade, mas também as preocupações ambientais crescentes que notamos que o Executivo tem, relativamente a isso.

Portanto, isto é apenas uma sugestão para futuramente essa reflexão ser feita, porque é sobre a capacidade que nós temos de analisar, não só a resolução do problema, mas para fazermos uma investigação de causas condigna, e tomarmos as medidas adequadas, penso que enriqueceria o documento, e enriqueceria, obviamente, o recurso que nós estamos aqui a salvaguardar neste item, que é o rio, as linhas de água.

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Relativamente a este ponto, o que nós temos aqui em apreciação é, em primeira linha, aquilo que são os resultados do exercício de 2021, que terminou, os resultados operacionais, digamos assim, as contas com que o Município fechou o ano, e depois também a atividade que foi desenvolvida ao longo desse ano.

Relativamente às contas, fazer aqui algumas referências que me parecem importante referenciar nesta altura, nesta Assembleia, porque estamos aqui a discutir, a analisar e a votar um documento que é de especial importância para aquilo que é a atividade do Município – porque este documento reflete aquilo que efetivamente foram os investimentos, e aquilo que foram os gastos, e aquilo que foram as receitas do Município no exercício do ano anterior. E portanto, esses resultados, esse dinheiro investido significa mais ou menos atividade realizada, mais ou menos investimento feito no território.

E portanto, deixar aqui duas ou três notas. Dizer também que, obviamente, este é um relatório do exercício do ano de 2021, que acompanha aqui dois Executivos Camarários. Dar nota de que o Executivo anterior teve sempre essa marca – aliás, que era uma herança dos Executivos do PSD, já desde o tempo do Eng.º Narciso Mota – essa marca da responsabilidade financeira e orçamental. O Município de Pombal é um Município saudável em termos financeiros, de há vários anos a esta parte. E portanto, o Executivo anterior, no ano de 2021, manteve essa receita, digamos assim, manteve esse bom trabalho, e este novo Executivo continuou também esse trabalho desenvolvido. Mas, relativamente aqui ao documento, mais em concreto, dizer que quanto às receitas, houve aqui uma receita de cerca de 50.821.000,00€, que representa 96,81% do previsto em Orçamento, o que reflete aqui, obviamente, um bom grau de execução – aliás, na linha daquilo que tinham sido os graus de execução dos anos anteriores.

Tanto as receitas correntes como as receitas de capital têm aumentado desde 2018, e a variação entre 2020 e 2021 também foi positiva – quase mais 4.000.000,00 €.

Relativamente à despesa, dizer que houve aqui uma despesa de 43.770.000,00 €, que representa uma percentagem de 83,38% do previsto – ou seja, mais um bom grau de



MUNICÍPIO DE POMBAL

execução, ainda para mais não nos podemos esquecer que 2021 foi um ano muito condicionado pela pandemia, pelo Covid. E portanto, conseguir ter esses níveis de execução num ano onde tudo parou, onde tudo foi mais complicado de acontecer, de se realizar, é efetivamente salutar.

As despesas aumentaram, revelando um aumento da atividade, obviamente. O aumento das despesas foi bastante proporcional ao aumento das receitas – cerca de 4.000.000,00 €, revelando prudência – e os graus de execução foram semelhantes, tanto no PPI (80%), como no PAM (85%).

E portanto, pode-se retirar daqui algumas conclusões, tal como o Senhor Presidente de Câmara já retirou, e bem, e transmitiu a esta Assembleia, que há aqui, efetivamente, bons, ótimos graus de execução, há um saldo de gerência de cerca de 7.000.000,00 €, a receita corrente é superior à despesa corrente, o que revela bons princípios de gestão, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, e por ter sido superior à despesa corrente, a receita corrente libertou 10.000.000,00 €, o que corresponde a 27% da receita corrente, o que permitiu aumentar o financiamento de despesas de capital e investimento.

O grau de endividamento de médio e longo prazo do Município é abaixo do admitido por Lei – ou seja, estamos de acordo com aquilo que é a Legislação em vigor – e o endividamento a médio e longo prazo é de 3.500.000,00 €, fundamentado num investimento em habitação e saneamento básico, tendo aumentado cerca de 1.000.000,00 € em 2021, por causa do saneamento básico, uma vez que tem sido – e bem – estratégia do Município procurar alargar e levar a todo o concelho, ou ao máximo de área possível, a rede de saneamento básico. E para isso também é necessário dinheiro, e daí a necessidade de recorrer também a endividamento.

E portanto, estas contas revelam, efetivamente, solidez financeira e cumprimento dos bons princípios de gestão.

E isto, Senhor Presidente – e mesmo para terminar – parece-me que estamos aqui perante um documento extremamente técnico, bastante objetivo – ou é branco, ou é preto; as contas, ou estão bem ou estão mal, não há aqui cinzentos – e portanto, tenho alguma dificuldade em entender a posição do Partido Socialista, porque o que estamos aqui a votar são resultados, são dados objetivos, são contas. E portanto, não percebo como é que conseguem dizer que não têm nada a apontar quanto às contas – ou seja, acredito que entendam que as contas estão bem apresentadas e que refletem efetivamente aquilo que aconteceu – mas que depois digam que votam contra, só porque têm que votar contra.

Portanto, se dúvidas houvesse quanto àquilo que é a postura do Partido Socialista, ficavam dissipadas hoje. E depois, é estranho entender como é que, a seguir, nos querem exigir a nós que votemos a favor de moções apresentadas pelo Partido Socialista, se num documento tão objetivo como este conseguem votar contra.”

Carla Pereira (PS):

“Bom, então, o membro João Antunes dos Santos vai perceber por que é que votamos contra. Estou contente, Senhor Presidente, agora só fazendo aqui uma introdução – também ainda não falei hoje, tenho o direito também de dizer alguma coisa, um bocadinho fora aqui disto – estou feliz porque, então, podemos apresentar as nossas propostas via WhatsApp para si também, ficámos a saber. E, portanto, acho que também é uma boa via.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Bom, mas relativamente ao tema que nos traz aqui, ao Relatório de Gestão, nós estivemos a ver o documento, no que concerne aqui à parte do turismo, e obviamente que temos aqui algumas dúvidas que gostaríamos que nos respondessem. São dúvidas nossas, não só propriamente da Oposição, mas também das pessoas que votaram em nós, que também têm algumas dúvidas – que nós também falamos com elas, não vimos para aqui pôr perguntas, nem dúvidas, porque somos uns tontinhos que para aqui andamos. Nós também representamos uma parte de Pombalenses que também querem ver algumas dúvidas esclarecidas.

E neste sentido, olhando aqui para o Relatório de Gestão, na parte de turismo, que não queremos, com certeza, que seja idêntico a este o deste ano, nem do ano que vem, e olhando também para o Plano de Desenvolvimento Turístico, tivemos aqui algumas dúvidas, que vamos aqui colocar.

Quando olhamos para este relatório de turismo, chegamos aqui à conclusão de que continuamos a viver no nosso concelho charneira, da serra ao mar, e que o que poderia ser, por vezes, uma porta de entrada para visitantes é, afinal, uma porta quase de saída, um conceito que já asfixia este concelho há quase trinta anos, sendo que a Nova Ambição parece que é uma evolução dessa continuidade.

O que nós gostávamos que o Senhor Presidente explicasse aqui, a esta Assembleia, aos munícipes e aos pombalenses, às pessoas que também votaram em nós, que também são pombalenses, é o que é que quer dizer agora aqui com este paradigma destes novos chavões, do maciço calcário da Sicó e da costa atlântica.

Quando se refere à Serra da Sicó – e atenção, porque já aqui falámos hoje destas questões – estamos a falar do Vale dos Poios, tem aquela atração turística, com aquela paisagem natural fantástica, que proporciona, de facto, turismo ao ar livre. Mas, depois, temos aquela serra completamente esventrada pela pedreira, que apresenta como um postal de Pombal, que quem vem do IC2 para baixo e olha, e vê aquela serra, não sei se será o sítio propício para turismo.

E que retorno é que o Senhor Presidente espera, dos quase 3.000.000,00 € enterrados, nos sucessivos governos do PSD, na CIMU-Sicó? O que é que de lá vai sair, quando é que vai abrir, que retorno vai trazer isso para os Pombalenses.

E depois, fazemos um sprint até ao Osso da Baleia, e o senhor saberá tão bem como nós todos que a Praia Dourada, que está inserida na Mata Nacional do Urso, tem um ponto de apoio apenas no verão. Portanto, se lá quiser ir agora, no inverno, não há sequer um ponto de apoio para estar.

Senhor Presidente, falta-lhe aqui um outro chavão, que é o “turismo da boa viagem” também, porque quem aqui passa, não fica, e não pode ficar, porque o turismo de Pombal é por passagem, é a oferta hoteleira diferenciada que Pombal tem, tem 873 camas, segundo o Relatório de Gestão, 140 correspondem ao parque de campismo da Freguesia do Louriçal.

O relatório de gestão mostra-nos também que o Castelo de Pombal, que está inserido na Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, e igualmente inserido na Rota dos Templários, que consideramos, para nós, património histórico identitário, extremamente relevante, que teve uma média de visitas de 1.829 mensais, reportamo-nos aos anos de 2014 a 2021, não dando tanta consideração aos anos da pandemia. O Castelo de Montemor, que pertence também à Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, num evento em 2018, teve 70.000 visitantes, só num evento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós precisamos de tornar este concelho maior, mais ambicioso, não basta também ir só ali para a BTL e ver os stands. Senhor Presidente, é uma dor de alma a Bancada perceber que tal ambição que o senhor proclamava na sua campanha eleitoral não passa de um eufemismo de concelho charneira. São ambos cara ou coroa, só muda a moeda. Afinal, não passamos da cepa torta. Mas, temos ali os passadiços, que ainda não têm a sua continuidade.

Portanto, o que nós queremos aqui, ao analisar este Relatório de Gestão, é que os relatórios de gestão de 2022 e de 2023 sejam completamente diferentes deste, não baseados nestes chavões, e na serra e no mar, que nós sabemos perfeitamente bem que o turismo não é um turismo para fixar ninguém, é um turismo de passagem, Senhor Presidente. Pense nisso, faça a sua reflexão.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Então, relativamente aqui ao assunto do Relatório de Gestão e Prestação de Contas – sublinho também esta parte – na minha opinião, quando analisamos um documento destes, temos que o analisar no seu todo. Evidentemente, podemos pegar em partes com um objetivo concreto, mas se eu pego em pequenos detalhes que são complementares ao relatório, e utilizo daí o argumento de votação contra este documento, eu julgo que a legitimidade para quando apontadas as fragilidades de propostas que a Bancada do PS faz, essa legitimidade, votam contra porque votam contra, acho que se aplica totalmente aqui.

E vou explicar porquê, porque um relatório de gestão e contas, na minha opinião, deve ser visto também por comparação – por comparação com os outros Municípios, à nossa volta, para nós percebermos de que forma é que estamos a caminhar, com que velocidade é que estamos a andar, qual é a força que a nossa Câmara tem, qual é a força que o nosso Município tem, e também a dinâmica que tem.

E neste aspeto, eu acho que olhar para o documento e estar a falar do pormenor do apoio de praia do Osso da Baleia, ou estar a falar da conduta de saneamento que descarrega para o rio, é absolutamente desvirtuar e esvaziar a discussão dos pontos que são essenciais, e que são o ponto forte daquilo que é o Concelho de Pombal.

Vou dar só quatro ou cinco exemplos sobre aquilo que eu gostaria de destacar, e aquilo que eu acho que é verdadeiramente a radiografia da Câmara Municipal de Pombal e da gestão do PSD de todos estes anos.

Começo por uma questão muito simples: Pombal é um Município na 32.ª posição com a maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar, se fosse aplicada a taxa máxima de IMI, poupa 85,00€ por cidadão. Pombal é um Município com maior volume de vendas de bens e serviços, em 2020, na 33.ª posição, próximo de Leiria e Porto, com 5.000.000,00 €. Pombal é um Município com menor peso de pagamentos de despesas com pessoal, ocupa a 19.ª posição, em termos nacionais, com 22,6% do Orçamento. Pombal é um Município com maior volume de investimento, é o 27.º Município com maior volume de investimento pago, com 13.230.000,00 €. Pombal é o 26.º Município do país com maior equilíbrio orçamental. Pombal é o 26.º Município com melhor índice da dívida pública total, com 15,2%, com uma capacidade de endividamento que ronda os 50.000.000,00 €.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E com uma Câmara com o tronco vertebral da sua gestão aqui refletido, que se coloca nas melhores posições em termos nacionais, nós temos, da parte do Partido Socialista, um voto contra, porque, sublinho, o apoio de praia do Osso da Baleia, a conduta de saneamento... Quer dizer, acho que não vale a pena continuar.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, como Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, estou presente nesta Assembleia Municipal, e a primeira coisa, este relatório de contas também é, numa parte, do ano em que eu exerci funções como Chefe de Gabinete. E fico, nesta Assembleia, bastante triste, até deprimido, honestamente. Perceber que 50.000.000,00 € são investidos, perceber que há uma rede de saneamento no Concelho de Pombal – em todo o Concelho de Pombal, nos seus 604 km² – perceber que há uma rede rodoviária, perceber que há uma rede de saneamento básico com equipamentos do mais moderno que existe, perceber que há 13 centros escolares, perceber que há 3 milhares de alunos, perceber que há refeições para estes rapazes e raparigas, os dias todos, perceber o número de processos que existem na Divisão de Obras Particulares, que são apreciados, perceber e conhecer, como eu conheço, o trabalho dos 460 trabalhadores desta Câmara, perceber o trabalho que esta gente faz na recolha do lixo, perceber o trabalho de toda a Câmara Municipal de Pombal, perceber isso, chegar ao ponto em que deste trabalho são prestadas contas, passam este trabalho a escrito, perceber o que é que está neste documento, perceber a profundidade deste documento, e perceber que nesta Assembleia há quem não queira ter o trabalho que lhe advém da sua posição. Os membros da Assembleia Municipal têm o dever de escrutinar estes documentos, de os estudar, de os analisar com profundidade.

E o que me apraz registar é que, primeiro, fazem uma análise como se se tratasse de uma altura de Plano e de Orçamento. Não, esta é a prestação de contas, é aqui que se prestam as contas dos investimentos que se fizeram, das prioridades que se deram ou não se deram, e não é isto que eu vejo da parte da Oposição.

Parece que abriram o documento ao calhas, e que calhou uma página a um, calhou uma página a outro, calhou uma página a outro, e cada um vem ler a página. Ainda bem que o documento é tão grande, e há muitas páginas para calhar.

O trabalho que se pede é analisar o ano todo, de 460 trabalhadores, um investimento de 50.000.000,00 €, não é coisa pouca.

Acho que esta ligeireza não serve Pombal, nem os pombalenses e estou muito deprimido a dizer isto, peço desculpa.”

João Varela Coelho (PS):

“Muito obrigado pela oportunidade que me dá de tranquilizar o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas, e os demais presentes, porque a análise que é feita, primeiro, é a desqualificação da nossa opinião – mas, enfim, isso passemos à frente.

Segundo, não foi nada disso que nós dissemos. Aquilo que nós dissemos, e que começámos por dizer, era que houve uma análise política deste documento – aliás, muito semelhante àquela que o Renato Guardado acabou de fazer, mas num sentido contrário, uma avaliação positiva, o Partido Socialista, como um todo, órgãos políticos e concelhios inclusive, fez uma análise política do resultado da atuação da Câmara Municipal, resultado em termos de desenvolvimento do concelho, e a apreciação foi negativa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesse sentido, há duas hipóteses: ou fazemos uma apreciação em estrito senso do documento, de uma forma restrita, se o documento está bem redigido, ou não – e se isto fosse um problema de português ou de matemática, pois com certeza, o documento estava aprovado; sendo um órgão político, e fazendo uma avaliação política, a apreciação que foi feita foi da atuação da Câmara durante o ano que passou, e nós entendemos que apesar da boa gestão financeira, que já reconhecemos em devido tempo, e que está registado em ata, semi aprovada algures nesta Assembleia, lá verão, e verão noutros anos, e até no tempo em que eu estava cá, com o Eng.º Narciso Mota como Presidente da Câmara, os parabéns pela boa gestão financeira.

Mas, não é isso que estamos aqui a fazer; estamos a fazer uma análise da atuação política da Câmara Municipal e dos resultados obtidos. E nesse aspeto, entendemos que isso merece um voto contra, porque entendemos que a folga orçamental que aqui é conquistada ano após ano não é bem gerida, não é bem empregue a favor do desenvolvimento do concelho.

E depois, acabei por dizer que apesar desta apreciação política, subsistiram algumas dúvidas sobre alguns pontos particulares, coloquei dúvidas. Não disse que o documento era tão só e somente aquilo que eu falei, até porque só tenho cinco minutos para analisar um documento de quatrocentas e oitenta e tal páginas. Portanto, em cinco minutos, elenquei um conjunto de dúvidas que gostava de ver esclarecidas.

E era só isto, para esclarecer e para tranquilizar o Senhor Presidente da Junta das Meirinhas, que muito respeito.”

Colocado o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais e Certificação Legal das Contas, relativo ao ano de 2021, a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 6 (seis) votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Mais foi deliberado aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.3. Apreciação do Parecer Anual do Auditor Externo, para efeitos do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“É apenas para conhecimento, é um ponto sobre o qual não há debate. Penso que o auditor externo não está presente, e portanto, não lhe podem ser dirigidos esclarecimentos. Portanto, aquela prática de admitir esclarecimentos, penso que não é aqui aplicável, fica cumprido este ponto.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.4. Apresentação do Balanço Social 2021 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não há aqui debate.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Não sei se alguém pretende pedir algum esclarecimento. Não sendo o caso, eu propunha que nós, agora, no final deste Ponto n.º 2.4, que é onde estamos, fizéssemos um intervalo.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

(Os trabalhos foram interrompidos por 30 minutos, tendo recommençado às 21H30)

Ponto n.º 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal, que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.10.3. Proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022

Foi presente à reunião a informação n.º 146/DMRH/22, do Departamento Municipal de Recursos Humanos, datada de 01-04-2022, que a seguir se transcreve:

“Assunto: PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL PARA O ANO DE 2022

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Considerando:*

- I. O vigente Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022, originalmente aprovado por deliberações da Câmara Municipal, proferida em reunião celebrada em 10 de dezembro de 2021, e da Assembleia Municipal, proferida em sessão celebrada em 20 de dezembro de 2021 e alterado por ocasião de reestruturação da estrutura orgânica interna dos Serviços Municipais, cuja proposta foi aprovada em sede de reunião da Câmara Municipal, celebrada em 16 de fevereiro de 2022 e de sessão da Assembleia Municipal, celebrada em 23 de fevereiro de 2022;*
- II. O retomar do normal desenvolvimento das carreiras, no que se refere, também, a progressões e mudanças de nível ou escalão, a partir do ano de 2020 (n.º 1 do artigo 17.º do Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 21 de março), contingência parcialmente prevista nos anteriores Orçamentos de Estado (n.º 2 do artigo 16.º do Orçamento de Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e n.º 1 do artigo 18.º do Orçamento de Estado para 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro);*
- III. A avaliação interna da situação profissional dos quatro especialistas de informática e dos dois técnicos de informática ao serviço deste Município;*
- IV. Na sequência da realização, dia 22 de março de 2022, de reunião com a Vereadora com o Pelouro dos Recursos Humanos, Dra. Catarina Pascoal Silva e com o Eng.º Nuno Salvador, Chefe da Divisão de Informática, Modernização e Sistemas Inteligentes (DIMSI), para discussão do assunto e das opções possíveis, a decisão, em atenção o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no campo da informática e da modernização administrativa, melhor descrito no ponto VI. seguinte, de proposta de abertura, no curto*



MUNICÍPIO DE POMBAL

prazo e previsivelmente no decorrer do segundo trimestre do corrente ano de 2022, de concurso de prestação de provas para promoção de um especialista de informática, sem previsão no Mapa de Pessoal, e de procedimento interno de seleção para mudança de nível de um especialista de informática, com previsão no Mapa de Pessoal, e de um técnico de informática, sem previsão no Mapa de Pessoal;

- V. *A previsão no Mapa de Pessoal de todos postos de trabalho, como condição à abertura e desenvolvimento dos correspondentes processos de recrutamento;*
- VI. *As atividades desenvolvidas e os projetos implementados na DIMSI nos últimos anos (helpdesk a diversos utilizadores; intervenções ao nível de software e hardware; manutenções diversas; desenvolvimento interno de aplicações e respetiva melhoria, como WebDoc, WebMeeting, Nova Intranet, WebGPA, entre outras atividades e projetos);*
- VII. *O estabelecimento pelo Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, do estatuto das carreiras, categorias e funções do pessoal de informática (carreira não revista);*
- VIII. *A organização das carreiras de informática em categorias, níveis e escalões. Corresponde a cada categoria diferentes graus de complexidade e de responsabilidade. As categorias desenvolvem-se por níveis. Cada nível é integrado por escalões, que correspondem a índices remuneratórios diferenciados;*
- IX. *Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, a promoção a categoria superior da respetiva carreira, que se faz para o nível 1 da categoria imediatamente superior à detida, para o escalão 1 ou para o escalão a que na estrutura remuneratória do nível corresponda o índice superior mais aproximado e depende da realização de concurso de prestação de provas e da permanência na categoria anterior de quatro anos classificados de Muito bom (Desempenho Relevante) ou de seis anos classificados, no mínimo, de Bom (Desempenho Adequado);*
- X. *Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, a mudança de nível, que consiste na passagem para o escalão com índice superior mais aproximado do nível seguinte da mesma categoria, se opera mediante procedimento interno de seleção e depende da permanência no nível anterior de um período de dois anos classificados de Muito bom (Desempenho Relevante) e ainda da permanência no mesmo organismo pelo período de um ano; e*
- XI. *O disposto no n.º 5 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, e o cabimento da despesa em anexo,*
Propõe-se, caso V. Exa. concorde, para efeitos das competências estatuídas na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na atual redação, conjugadas com a prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2022, no sentido da criação dos postos de trabalho não previstos e mencionados no ponto IV supra., em conformidade com o mapa apenso.
À consideração superior.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais, respeitantes ao ano económico 2021.

Mais deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, remeter o mesmo para apreciação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se alguém quer usar da palavra sobre este ponto.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Sobre este assunto – e é um assunto que me é bastante caro, também pelo gosto pessoal sobre a questão das informáticas – gostava de chamar a atenção que a modernização administrativa é e será sempre uma das principais necessidades de todas as entidades públicas e privadas, e o Município é uma dessas entidades. Sem esta modernização, o Município terá cada vez mais dificuldades em responder aos munícipes, às empresas, aos investidores, e claro, aos Presidentes de Junta.

Não podemos menosprezar esta classe profissional, os técnicos de informática. São eles que fazem helpdesk – isto é, resolver os problemas do dia a dia, o BAM, o WebGPA, o Pombal Wi-Fi, as redes, os servidores, gerem o sistema do Pombus, o portal do Município, a videovigilância, os e-mails, gerem o RGPD, a cibersegurança, todos esses temas têm ligações informáticas que são fundamentais.

Também o desígnio do Município, as Smart Cities, estarão ligadas aos técnicos de informática. Muitas destas ferramentas foram desenvolvidas por estes técnicos, o que poupou valores consideráveis ao Município. Também são eles que gerem todas estas ferramentas desenvolvidas.

E por isso, creio que é de toda a justiça aprovarmos esta alteração do Mapa de Pessoal, e desafio todos os membros desta Assembleia a aprovar esta alteração do Mapa de Pessoal, sob pena de não termos os melhores para termos os serviços de informática de excelente qualidade.

Se não promovermos os nossos técnicos, poderemos perdê-los, pelo que é fundamental manter todo o conhecimento dos técnicos no Município.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Também sobre este ponto – e já não é novo, já o trouxe aqui, mas queria aproveitar também, e o Daniel já o fez – no fundo, estamos aqui a falar de quatro especialistas informáticos e de dois técnicos da área informática. E há bocadinho falámos nos documentos, e estes documentos são preparados por alguém, esse apoio é feito por alguém. Ou seja, as instituições são feitas por pessoas, algumas delas estão aqui, outras estão nas suas casas, mas queria lembrar que mesmo em tempos de pandemia, os serviços de informática aqui do Município foram incedíveis e deram um apoio, mesmo às freguesias. Tenho que o dizer aqui publicamente, já lhes disse pessoalmente, a Divisão do Nuno Salvador está de parabéns por todo o trabalho que tem feito ao longo destes anos, de modernização administrativa aqui do Município – e eu tenho que lhe agradecer, porque todos os dias nos prestam esse apoio.

E se nós dizemos que queremos ser uma Smart City, se queremos ser amigos do ambiente, acabar com o papel, digitalizar os documentos, depois temos que ter as pessoas para o fazer. E já foi dito aqui, fazemo-lo com pessoas, ou com internos, ou com externos – portanto, temos duas decisões. E para os ter internos, temos que lhes



MUNICÍPIO DE POMBAL

dar condições. E todos sabemos que é uma área – a área da informática – como outras, em que o mercado está ávido destes recursos humanos. E com o saber, e com o know how que todos eles têm, e vão desenvolvendo a tal proatividade, não tenho outra forma de dizer aqui que o Município faz muito bem, e fazia melhor se lhes conseguisse dar outras condições.

Portanto, não tenho problema nenhum em votar favoravelmente este ponto.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Câmara, comungamos do sentimento expresso pelos Senhores Presidentes de Junta que acabaram de falar, da necessidade de promover os funcionários que trazem resultados positivos, acrescidos, ao seu empenho e à organização dos serviços da Câmara Municipal.

No entanto, temos que questionar o processo, e o processo, infelizmente, está mal enquadrado, é o nosso sentimento. A alteração ao Mapa de Pessoal que hoje aqui nos chega, vem na sequência de duas votações, nas duas últimas Assembleias Municipais, do Mapa de Pessoal, precisamente. Em dezembro e em fevereiro não foi encontrada a necessidade de fazer esta alteração, e aquilo que tememos é que nós não consigamos ter uma análise em relação à gestão dos recursos humanos que nos diga qual é que vai ser a evolução. E já fizemos essa menção em dezembro, procurámos perceber qual é que era a evolução que a Câmara Municipal pretendia inculir na gestão dos quadros da Câmara; em fevereiro, fomos surpreendidos com uma alteração profunda, que inclusive levava a uma reorganização da gestão dos próprios serviços, com a introdução da figura do Diretor Municipal; e aqui temos uma promoção de uns funcionários, que é feita de uma forma discricionária, sem um critério evidente, para além do mencionado mérito – que não pomos em causa – dos funcionários em concreto, mas que não fornece ao conjunto dos serviços da Câmara evidências de como é que isto é analisado de forma equiparada para outros serviços – não há uma equiparação, de forma horizontal, dentro da estrutura da Câmara, de como é que vai ser o tratamento para situações semelhantes, não há também uma previsão de qual é que poderá ser a evolução da carreira dos funcionários ao longo da sua permanência nos serviços da Câmara.

Fica a sensação de que isto resulta de um momento muito particular, em que houve uma reunião – e isso inclusive é dito na justificação que aqui faz instrução do ponto – houve uma reunião, e essa reunião terá sido positiva. Se a reunião não tivesse sido positiva, então poderia ser exatamente ao contrário. Um momento, um sentimento em concreto de um determinado dia, e isto não pode, dentro da perspetiva política de análise mais profunda do que é a gestão dos recursos humanos da Câmara, não pode merecer o nosso acolhimento.

Desafiamos o Senhor Presidente da Câmara a trazer a verdadeira alteração ao quadro de pessoal, que a Senhora Vereadora Catarina Silva, numa reunião da Câmara Municipal, já disse que queria fazer. Nós gostávamos de perceber, então, e efetivamente, para onde caminhamos em termos de gestão de recursos humanos, não só nesta Divisão, mas no conjunto de divisões dos serviços da Câmara Municipal.

E referimos, há preocupações que são comungadas entre as várias forças políticas, já tentámos fazer essa demonstração de preocupação em ponto anterior, não teve resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara. Há dificuldades evidentes de trazer alguma previsibilidade na vida de algumas pessoas que têm aqui relações com a Câmara que



MUNICÍPIO DE POMBAL

são permanentes e, no entanto, têm um vínculo que é precário, há serviços que carecem de investimento na contratação de pessoas para que o serviço que é prestado às pessoas seja feito com outras condições e com outra acuidade.

E nesse sentido, nós não podemos estar permanentemente a ser convocados para situações avulsas, quando aquilo que é pretendido é uma demonstração clara de qual é que é a política de gestão dos recursos humanos da Câmara Municipal.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Deixar aqui duas notas.

A primeira é desse justo reconhecimento que a esmagadora maioria da Assembleia Municipal faz do trabalho que é desenvolvido na modernização administrativa da nossa organização, porque quem beneficia são as pessoas, são as empresas, são as instituições, pelo facto de nós conseguirmos internamente, com os nossos recursos humanos, fazer, do ponto de vista da modernização administrativa, algo que é estratégico para o desenvolvimento do nosso concelho, no nosso relacionamento com os nossos clientes, que são os nossos munícipes. E isso realmente merece esse destaque positivo.

E quando me perguntam, nomeadamente alguns membros da Assembleia Municipal, cuja posição de princípio é sempre desconfiar, desconfiar das apostas, desconfiar das medidas, porque desconfia, se calhar, devia perceber que estamos a falar de uma carreira especial, e a estratégia dos recursos humanos é de valorizar os nossos recursos humanos para que eles fiquem cá dentro, e o know how que adquiram possa ser colocado ao serviço do desenvolvimento de novas plataformas que melhorem o nosso relacionamento com as pessoas. Essa é a estratégia.

E o Mapa de Pessoal, tal como existe em relação ao Orçamento, ao PPI, etc., são instrumentos dinâmicos e, do ponto de vista estratégico, aquilo que nós fazemos com o Mapa de Pessoal é adaptar aquilo que é a gestão que nós temos dos recursos humanos com as necessidades que vão sendo identificadas, e com as urgências, e com as prioridades, porque não podemos fazer tudo de um dia para o outro; não podemos, infelizmente, porque no meio da Legislação que existe na Administração Pública, existem alguns profissionais que têm um estatuto diferente. É o caso, é uma carreira especial. É a própria Lei que faz essa diferenciação, não somos nós. E o que nós estamos a fazer é que nós, em relação a todos os profissionais que trabalham nesta área, todos, nós queremos valorizá-los, queremos que eles continuem cá, que continuem a desenvolver todos os processos que eles têm, de modernização administrativa, interna e externamente, no relacionamento com essas pessoas, para que sejam melhorados. É isso, é a estratégia. Positiva ou errada? Eu acho que para a maioria das pessoas é positiva, e até estamos a dar estabilidade a esses recursos humanos, e estarmos a dar progressões na carreira, isso é uma coisa positiva.

Portanto, eu, enquanto Presidente de Câmara, considero que é altamente positiva, e com um retorno que é palpável, naquilo que é o relacionamento com os nossos cidadãos.

E portanto, agradecer esse reconhecimento, e só registar mais uma vez que o facto de nós termos estas decisões, são decisões que se enquadram no âmbito da estratégia de valorização dos recursos humanos desta casa e eles são a razão de ser desta casa. Porque nós todos somos eleitos de quatro em quatro anos, e eles permanecem cá. E é



MUNICÍPIO DE POMBAL

bom que o know how que eles vão adquirindo, governação após governação, seja valorizado. E eu quero valorizá-lo.

E quero agradecer aos colaboradores do nosso Município o trabalho que eles desenvolvem, muitos deles com condições remuneratórias que, fruto da Lei, não são ao nível daquilo que eles mereciam, se estivessem nomeadamente na economia privada. E no caso em concreto destes trabalhadores, é isso que acontece. Portanto, deixar essa nota.

Mas, Senhor Presidente, para não dizerem que não há respostas, ou para não se alegar que não há respostas, deixe-me só dar aqui duas notas.

A primeira é que o Relatório de Gestão que V. Exas. aprovaram, relativamente a 2021, é relativo a 2021, só tem três meses da nossa governação, ou dois meses e meio. E portanto, eu quero dizer que apesar de só ter dois meses da nossa governação, eu revejo-me totalmente naquele documento – totalmente, disse isso na reunião de Câmara. É a gestão do meu Município, das várias áreas. E foi a gestão anterior. Portanto, comparar isso com uma Nova Ambição, é capaz de ser um bocadinho exagerado, digo eu. Mas, mesmo assim, eu assumo essa minha responsabilidade, dessa Nova Ambição, de querer continuar a valorizar a boa gestão financeira do nosso Município. E aí, isso pode ser concretizado.

Relativamente às questões paralelas e secundárias, ao grosso deste documento, eu posso dizer que se falou na rede escolar – e na rede escolar, quero informar que está neste momento no âmbito do Conselho Municipal de Educação o processo de revisão da Carta Educativa, para que nós possamos, nesse instrumento de planeamento prospetivo e de ordenamento do território educativo, estabelecer aquilo que há de ser o futuro, em termos de oferta formativa no nosso concelho.

Obras particulares, eu já respondi N vezes: nós, a primeira coisa que fizemos foi, com estes técnicos de informática, criarmos a Via Verde para o investimento, e termos internamente, do ponto de vista da plataforma de gestão dos processos e de todos os investimentos em Pombal, agilidade no processo. E por isso, nós estamos a apostar na agilidade e na forma rápida como nós queremos que esses processos de licenciamento decorram internamente, por intermédio da modernização administrativa, e também do reforço dos recursos humanos, como V. Exas. sabem.

E portanto, está respondido diretamente, mais uma vez, para não dizerem que não há resposta, e já disse isso várias vezes.

Para além disso, Aníbal Cardona, relativamente ao saneamento básico, este documento diz-nos que em 2021 foram feitos 73 km de coletores, 816 ramais de saneamento, que foram lançadas 5 obras públicas super estruturantes para o nosso concelho, nesta área da rede de saneamento básico, em que vamos ter mais 6 novas ETAR's, 86 km de coletores e de condutas elevatórias, e mais de 2.000 novos ramais de ligação. E depois, por causa de não constar um incidente relativamente a uma descarga de uma ETAR, colocar-se em causa todo um documento, parece-me pouco. Mas respeito isso.

Mas, estamos a falar da prestação de contas de 2021, que é para nós percebermos que estamos a condicionar um trabalho de muita gente, durante doze meses, com estes apontamentos. É só para, às vezes, termos noção da responsabilidade que estes documentos auferem.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E relativamente à Carla Mariza, dizer também que registei que não concorda com os chavões do maciço calcário de Sicó, e com a Praia do Osso da Baleia, e com a nossa orla costeira.

Pois, não concordam, mas enquanto eu for Presidente de Câmara, eu vou fazer o máximo que eu puder, que estiver nas minhas forças, para valorizar o maciço calcário de Sicó, transformar o “Explore Sicó” num centro que seja um centro que, do ponto de vista turístico, seja uma referência a nível nacional do turismo de investigação associado ao meio ambiente.

E na orla costeira, nós vamos querer, para além de continuar a apostar na valorização da Praia do Osso da Baleia, dar uma nova praia aos pombalenses. É esse o meu empenho, criar a Praia do Urso, ou acessos à Praia do Urso, para que mais pessoas usufruam daquele espaço, que é um espaço extraordinário, e que em termos turísticos, vai ser muito bom para o nosso território.

E também registei que, relativamente ao Castelo, o apontamento que é feito é que, comparativamente com outros territórios, devia haver mais eventos. Gostei, porque pode ser que, às vezes, eu repare que há algumas críticas de que há muitos eventos. Então, se o objetivo é fazermos mais eventos, muito bem, registei isso, vamos ter o parecer favorável e a vossa posição positiva, no sentido de ajudar a organizar mais eventos em Pombal, que promovam mais o nosso território e atraiam mais gente à nossa comunidade, percebendo realmente a importância que esses eventos têm para sermos um território mais atrativo.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 6 votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto n.º 2.6. Apresentação do Relatório Final da Auditoria realizada, pela AD&C, à operação POSEUR-03-2012-FC-000720 – Rede de Drenagem dos lugares de Outeiro do Louriçal e Foitos – Processo n.º EC20-21/ESA/1/SC1/POSEUR/0011 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém pretende usar da palavra? Não havendo inscrições, passamos à frente.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.7. Apresentação do Relatório Anual sobre a Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas) – Revisão 03 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“É também só para conhecimento, não se destina a haver um debate. Não sei se há intervenções sobre este ponto. Por favor, quer pedir um esclarecimento, provavelmente.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nuno Oliveira (PS):

“Aqui, a minha questão é a seguinte: nós constatamos aqui neste relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo aqui a corrupção e infrações conexas, alguns valores que nos causam alguma preocupação, nomeadamente a questão de, no total dos gabinetes e unidades orgânicas, termos o valor do grau de risco que se mantém, de 91,51%. Ou seja, o próprio relatório considera manter no Plano de Prevenção de Riscos 98,11% daqueles riscos. Quer isto dizer o quê? Que das trezentas e cinquenta e quatro medidas no relatório, em que já estão duzentas e dezoito medidas implementadas, temos, de facto, uma percentagem muito baixa de eliminação do risco aí contido.

E portanto, perceber se existem iniciativas previstas para melhorar estes números. E adiantando também já, em jeito de prefácio, essa resposta, que temos prevista para esta sessão precisamente uma proposta que, a nosso ver, vai contribuir positivamente para a melhoria desses números. E, portanto, contamos com a natural preocupação deste Executivo em relação a esse tema, e consequentemente com a aprovação do referido diploma.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu fazia parte da comissão que estava a rever o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas do Município de Pombal. Felizmente, mudei de vida, e já não faço parte da comissão de trabalho. E dar o meu contributo nesta área, que eu acompanhava com especial atenção.

A diminuição do risco numa entidade como a nossa não tem uma descida iminente e rápida. Deixem-me explicar-vos que existe um conjunto de enquadramentos jurídicos, de normas e procedimentos, que regulam a atividade do Município nas suas várias vertentes.

O que se procura com este documento é tentar, de alguma maneira, mitigar o risco, diminuí-lo. Mas, há riscos que se manterão sempre, e há riscos, que até vou arriscar dizer, até aumentam. A transparência aumenta certos riscos. Eu sou defensor da transparência, sou defensor de que devemos correr esses riscos, mas não podemos esperar que um edifício municipal, com uma Câmara como a nossa, com a nossa complexidade e com o nosso apurado grau de risco – que já está pelo menos elencado, e é acompanhado e monitorizado – não podemos esperar que o grau de risco baixe rapidamente e drasticamente. O risco vai-se diminuindo.

E este relatório, o que demonstra é que há trabalho a ser feito, que há trabalho que tem sido feito, e há trabalho que nunca estará feito. Mais de metade das entradas são coisas que nunca terão um grau de concretização acima de 50%, porque a própria Lei não o permite. Mas, a Câmara assumiu que é um risco e é um risco que temos que correr na nossa atividade. Um soldador, quando solda um bocado de ferro, corre o risco de se queimar, mas tem que o fazer daquela maneira. E este documento apresenta muitas especificidades dessas, situações em que o Município tem que correr o risco para concretizar a sua atividade. Mas, o que é importante é que esse risco é monitorizado e é mitigado, e é isso que se pretende.

Ou seja, não esperemos que haja uma diminuição do grau do risco catastrófica, porque não vai existir. Esperemos que haja um caminhar na mitigação do risco. Era isso que eu gostava de trazer à discussão, que era importante enquadrá-la nesta dificuldade, porque ninguém mais do que os funcionários da Câmara querem diminuir o grau de



MUNICÍPIO DE POMBAL

risco a zero, mas não é possível. Não é possível também pela complexidade do documento. Se fosse um documento com quatro ou cinco entradas, tudo bem, mas não, este documento já tem vários anos de trabalho, e esses vários anos de trabalho já levam a uma complexidade completamente diferente dos outros documentos existentes.

Sobre a contratação de pessoal, este documento apresenta o risco, apresenta fatores de mitigação, mas a norma de controlo interno também vem, por outro lado, auxiliar esta diminuição do grau de risco, pelo que a proposta – que por acaso até li – do Partido Socialista, poderá não ter enquadramento. Mas isso, no seu ponto se verá.

Eu só queria dar aqui este contributo à discussão.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.8. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest, E.M. – Relatório de Execução Orçamental – 4.º Trimestre 2021 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Este assunto também é para conhecimento. Não há intervenções? Passamos à frente.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.9. Apresentação do Relatório de Gestão 2021 da PMUGest, E.M. – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se há intervenções.”

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

“Sobre a PMUGest, na sequência também da última Assembleia Municipal em que nós já abordámos este assunto, relativamente a isto, aqui concretiza-se um bocadinho mais pelo facto de termos já dados sobre o relatório, ou sobre o peso da receita, relativamente à receita total da PMUGest.

Hoje já podemos ver que a chave da repartição apresentada nestes relatórios, e que plasma, é que 53,9% - ou seja, um pouco mais do que metade das receitas vêm de serviços urbanos – leia-se serviços urbanos, onde a grande fatia desta receita vem da recolha de esgotos domésticos. Ou seja, são os camiões que vão às nossas casas, os quais nós pagamos, é depois subsidiado também – ou seja, o preço que pagamos é abaixo do mercado, e é subsidiado pela Câmara.

A questão que aqui se coloca – e mais uma vez chamo à atenção, e sei que da última vez nos responderam que a nova administração ainda está a desenvolver o plano estratégico relativamente a esta questão, mas, efetivamente, daqui a dois anos, e subentendendo-se que a grande parte deste serviço é nas áreas que neste momento estão a ser terminadas no processo de saneamento básico, significa que isto implica automaticamente, a curto e médio prazo, uma redução gigante prevista da PMUGest, o que significaria que se coloca em questão a viabilidade desta empresa municipal para o Município. E ou se faz uma grande reestruturação desta empresa e garante-se a sua manutenção de existência, ou então – que é a opinião do Oeste Independente – que estes serviços sejam gradualmente integrados na Câmara.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Noto nos pontos seguintes que já temos aqui uma das valências, nomeadamente a questão da Cafetaria do Castelo e do Bodo, e portanto, aqui a revogação destas competências na PMUGest, já no sentido de reduzir aqui algumas questões, mas faz todo o sentido que a PMUGest seja, na nossa opinião, gradualmente integrada, até porque a partir do momento em que não se justifica ser uma empresa, mais vale estarem integrados todos estes serviços dentro da própria Câmara.”

Nuno Oliveira (PS):

“Em relação a este ponto, tenho três questões a apresentar ao Senhor Presidente da Câmara. Enfim, antecipando-me um pouco, eu compreendo a questão do Luís Couto, do Oeste Independente, que me parece, de facto, pertinente, e gostava que houvesse aqui um momento para discutirmos a questão da estratégia da PMU. Mas, não é o ponto, não vou divergir para esse lado.

Tenho três questões sobre este relatório, que aqui se colocam.

A primeira questão tem a ver com as tarifas apresentadas, nomeadamente nessa rubrica dos serviços urbanos, que é uma rubrica que pesa quase 54% do total das receitas da PMUGest, rubrica essa na qual há um cliente com um peso absolutamente esmagador, que é a Câmara Municipal de Pombal, que vale cerca de 90% das receitas afetas a essa rubrica. E como tal, tendo um peso tão significativo na gestão da entidade, era para nós importante perceber se tem, ao longo do tempo, e recentemente, havido alguma alteração tarifária que a empresa PMUGest fatura ao cliente Câmara Municipal de Pombal, ou se há alguma iniciativa nesse sentido a curto prazo. Esta é a primeira questão.

A segunda questão tem a ver com o facto de o Café Concerto e a Cafetaria terem, curiosamente, melhorado a sua performance no ano em que estiveram fechados. Quando não teve atividade nenhuma, a performance melhorou. Eu percebo pelos gestos do Senhor Presidente que assume que é uma atividade naturalmente deficitária, o que é um ponto de vista defensável; queria só que fosse clarificado, e se entende que esse, de facto, é o modelo que aponta para esses dois centros de custos da entidade.

A terceira questão, também muito rápida e muito simples, tem a ver com a questão do estacionamento subterrâneo Marquês de Pombal. Durante um ano inteiro teve um valor de faturação, sem IVA, de 12.691,00 € - estamos a falar de uma faturação de 1.000,00 € por mês. Naquele espaço, com aquele investimento, pergunto ao Senhor Presidente, ou ao Vereador responsável, se entende que esse valor é adequado, ou se não estaria na altura de ver se há uma forma de potenciar aquele espaço de uma forma mais evidente e com mais peso no relatório de gestão da PMUGest.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, sobre a PMUGest, eu acho que é de louvar o resultado positivo da PMUGest, é de louvar a gestão que está a ser implementada na PMU.

E era aqui para desmistificar duas coisas, que eu acho que são importantes.

A Comunidade Económica Europeia, quando contratou com os Estados membros a recolha de saneamento e a recolha dos resíduos domésticos, contratou uma taxa de execução de 75% do território. A cobertura contratada é de 75% do território. O Município de Pombal demorará algum tempo a chegar aos 75%, mas demorará muito mais tempo a chegar aos 100%, se alguma vez chegar. Não chegando, é importante ter um instrumento, ou uma empresa preparada para fazer a recolha porta a porta do



MUNICÍPIO DE POMBAL

saneamento. E acho que a PMU terá sempre, nessa área, mercado. Pode diminuir um bocadinho o cliente, mas terá sempre mercado.

Mas, por outro lado, há novas oportunidades que nascem no mercado, nomeadamente na parte dos biorresíduos, na parte das recolhas seletivas e tratamento em destino final, sobrantes agrícolas e florestais, que a PMU pode, na mesma área de resíduos, fazer uma transposição da sua operação para aquela área. E acho que é este o sentido do plano estratégico que vamos ter que discutir, e que vamos ter que contribuir. Acho que é importante, já que a PMU disse que iria apresentar.

E é com esta dificuldade que eu vejo a integração da PMU no Município, porque é importante ter um braço privado na gestão da coisa pública, porque poderá chegar mais rápido e ser mais ágil do que o próprio Município. Eu acho que termos este equipamento – na minha opinião, e são opiniões – acho que é importante.

Quanto à alteração tarifária, a última foi há dois anos. De lá para cá, o salário mínimo tem vindo a aumentar, os custos, infelizmente – e eu falo pelas empresas que conheço – os custos de exploração também têm vindo a aumentar muito. Falava-se que a inflação na indústria, em fevereiro, estava na ordem dos 40%, sendo que a inflação energética também tinha subido bastante, e é natural que se queremos a PMU equilibrada, sendo a PMU uma parte da família municipal, que temos que olhar para isto e realmente preparar aqui uma alteração da tabela. Infelizmente, vamos ter que nos deparar com isso, porque eu não vejo outra maneira de conseguirmos fazer face ao aumento da despesa, que quando vier o primeiro trimestre, aparecerá lá, de certeza.”

Nuno Oliveira (PS):

“Será muito breve.

Senhor Presidente, eu deixei passar a primeira vez, até pela grande estima que tenho pelo meu colega João Pimpão, mas queria aqui deixar notar que me parece haver aqui uma perversão na forma como os trabalhos estão a decorrer. Ou seja, não é para mim aceitável que o meu colega membro use o seu tempo, que supostamente deveria ser utilizado para fazer uma questão ao Executivo, que o use para fazer respostas, até porque eu não fiz a questão ao meu colega João Pimpão, cuja opinião muito estimo; eu fiz a questão ao Senhor Presidente Pedro Pimpão.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu entendi que estou a ser cerceado no meu direito de expressão?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“A Mesa não o cerceou em nada.

Não sei se se sentiu cerceado pelo colega Gabriel Oliveira, mas nós não o cerceámos. Se alguém se sentir cerceado, peço que o diga imediatamente. A Mesa não cerceia e também não deixará que nenhum membro da Assembleia Municipal cerceie outro, isso é claro.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Só para deixar aqui uma nota, que é para nós também termos noção de quais é que são os pontos, e o que é que está em análise.

Nos termos da Lei, o relatório de gestão, no caso da PMUGest, empresa municipal, vem para conhecimento dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, para terem conhecimento, por uma questão de transparência, daquilo que é o trabalho desenvolvido pela empresa municipal. E essa era a análise que, tendo conhecimento



MUNICÍPIO DE POMBAL

deste documento, compete a cada um dos membros da Assembleia Municipal. Nós, na reunião de Câmara, já abordámos esse assunto também.

Agora, outra coisa distinta é nós falarmos da estratégia futura da PMUGest. E neste momento, temos um novo Conselho de Administração, que até tomou posse há relativamente pouco tempo, que está a fazer este trabalho notável, que é dar continuidade a uma boa gestão de uma entidade participada pelo Município – o que é bom, desde logo nós devemos valorizar isso mesmo, é que temos uma empresa municipal que apresenta resultados positivos, que é rigorosa do ponto de vista da sua gestão financeira, que tem técnicos que são competentes, e isso é muito importante, porque se nós não valorizarmos as pessoas que trabalham connosco, não estamos a prestar – na minha ótica – um serviço correto, porque sendo também uma empresa municipal, é bom que a imagem que esta empresa tenha seja uma imagem credível, confiável, para que tenha mais serviços, para que consiga ter mais rendimentos. É isso que nós queremos. Pelo menos da minha parte, é esse que é o meu objetivo.

Relativamente às questões suscitadas, dizer que apenas 25.000,00 € daquilo que é o cômputo geral dos serviços urbanos – porque os serviços urbanos são a limpeza de edifícios, a desobstrução e a limpeza dos contentores, é um conjunto vasto de iniciativas que a PMUGest faz, e que faz também ao Município, no âmbito daquilo que é a sua atividade e a sua missão. Portanto, há aqui um conjunto vasto, não se põe em causa a sustentabilidade económico-financeira futura da PMU, com esta margem tão residual no impacto que tem em termos orçamentais. Não se põe, mas a questão é pertinente, no sentido de que se tivermos um decréscimo de receita em algumas áreas, como é que vamos compensar, e essa é uma pergunta pertinente.

Eu já vos referi, a todos os membros da Assembleia Municipal, aos vários Partidos políticos, que a administração da PMUGest, é um compromisso que foi assumido desde a primeira hora, agora, naturalmente, está a trabalhar no sentido de cumprirem com estes trâmites todos que têm que ser respeitados, e no âmbito da definição de uma estratégia futura da PMUGest, novas áreas de negócio, novas áreas de intervenção social e comunitária, novas áreas que beneficiem também aquilo que é a nossa estratégia, de termos um concelho mais verde, mais digital, mais atrativo ao investimento económico, que os Senhores Membros da Assembleia Municipal e os diversos representantes dos Partidos políticos, que vão reunir com a administração da PMU, no sentido de darem os vossos contributos relativamente a essa estratégia. Tudo tem o seu tempo, há essa disponibilidade, há essa vontade. E portanto, reitero esse nosso compromisso.

Dizer também que, do ponto de vista dos resultados, que são positivos, obriga-nos a manter uma gestão responsável da PMUGest. E naturalmente, todas as questões relacionadas com o estacionamento, etc., isso tudo tem que ser equacionado.

No âmbito daquilo que é uma das principais dificuldades que foi diagnosticada, em relação aos preços e às tarifas, a tabela já foi atualizada na última Assembleia Geral. E portanto, neste sentido, a resposta, Senhor Deputado – que é para vocês verem que têm respostas, e que nós damos respostas às perguntas que fizerem, aqui e em qualquer ponto, ninguém está aqui a esconder nada, pelo contrário, eu quero dar-vos o máximo de informação possível, a que tiver, e estou disponível, e continuamos a estar disponíveis – vejam a nossa humildade – para continuarmos a trabalhar em conjunto. E se tiverem alguma sugestão, algum contributo para a PMU – e vamos discutir agora,



MUNICÍPIO DE POMBAL

nos próximos dois pontos, se calhar também vão ter uma opinião sobre isso – podem vir dar os vossos contributos. É essa a nossa posição, simples.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a extinção de delegação de competências / Avocação de poderes delegados na PMUGest, E.M.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“A proposta foi distribuída e é conhecida. Pergunto se há intervenções sobre esta matéria. Alguém quer usar da palavra?”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Câmara, aquilo que nós estamos a tentar, já há duas sessões a esta parte, é discutir precisamente a estratégia da PMU. E isso não foi permitido na última Assembleia Municipal, porque houve um entendimento, no nosso entender, demasiado restritivo, do que é que estava a ser discutido – na altura, era o relatório de gestão do terceiro trimestre, se não me engano – e agora, enfim, estamos a tentar enquadrar a nossa posição estratégica em relação à PMU, mas também aqui não vamos ter essa possibilidade, porque o Senhor Presidente da Câmara, segundo o que percebi da última reunião, não permite que isto seja analisado como uma definição estratégica já do que vai ser a PMU daqui para a frente. O Senhor Presidente da Câmara disse que a avaliação do que vai ser a estratégia da PMU vai ser depois disto. Portanto, vocês podem discutir a realidade da PMU, mas depois de nós já tomarmos uma decisão impactante naquilo que é a realidade da PMU, mas muito impactante – e inclusive agora ficámos a saber uma segunda, confesso que não tinha essa informação, mas pelos vistos o tarifário já foi atualizado na última Assembleia, e não houve oportunidade, também aí, de termos uma discussão sobre esse assunto.

Portanto, eu estou disponível para discutir, realmente, a estratégia que deve orientar os trabalhos da PMU; no entanto, isso não está a ser concretizado, tão só e simplesmente. O nosso entendimento é que isto são equipamentos – aqueles que estão aqui a ser discutidos neste ponto – são equipamentos fundamentais, decisivos para o futuro da PMU, e em concreto sobre estes dois, temos uma opinião. Infelizmente, já não vamos a tempo de a fazer verter, sobre a definição do que é a estratégia da PMU para o futuro.

Em concreto sobre estes dois equipamentos, a nossa posição não seria coincidente com a que está aqui, faríamos de forma diferente em relação ao Café Concerto e em relação à Cafeteria do Castelo. Em relação à Cafeteria do Castelo, é um equipamento que como está numa posição destacada, podíamos discutir algo de que também não temos muita informação – mais uma vez analisada a reunião de Câmara, não tive um esclarecimento por parte da Senhora Vereadora Isabel Marto do que é que vai ser uma relação com um eventual privado que explore aquele espaço, mas eventualmente esse pode ser um modelo, mas não foi esclarecido, e peço esse esclarecimento – penso que ninguém me levará a mal, e deve responder o Pimpão certo...”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Deputado, pedia que a benefício da eficácia dos trabalhos, se centrasse. A Mesa assegurar-se-á de que responde quem deve responder. Por favor, continue.”

João Varela Coelho (PS):

“...E em segundo ponto, em relação ao Café Concerto, está integrado dentro de um espaço que tem um significado – que também tentámos explicar, por parte dos Vereadores do Partido Socialista, tentámos explicar à Senhora Vereadora Isabel Marto, mas sem grande sucesso – que tem um valor, enquanto equipamento completo, do ponto de vista cultural é um equipamento importante para a nossa cidade, diria que decisivo, aquele espaço do Café Concerto, integrado dentro desse equipamento, poderia ter uma valorização, e deve ter uma valorização muito diferente daquilo que é a política cultural do nosso concelho, e isso foi desconsiderado. Portanto, há um destaque de um equipamento dentro de algo que é decisivo para o futuro do nosso concelho, em concreto para a sua política cultural, e isso merecia da nossa parte uma objeção, mas que também não tivemos oportunidade de a transmitir.

Portanto, nesse sentido, não podemos estar de acordo com aquilo que é a definição já da estratégia para a PMU, sem a consideração da Oposição, e também não podemos estar, em concreto nesta sugestão que aqui é feita por parte da Câmara Municipal, não podemos estar de acordo, porque isso representa uma visão muito diferente daquilo que é a gestão dos equipamentos públicos que estão à disposição, para a definição de uma política cultural para o nosso concelho.

Portanto, Senhor Presidente da Câmara, tem o nosso contributo; sempre que quiser ouvi-lo, estamos cá. É pena é que tenhamos que esperar de dois em dois meses, para depois percebermos que já fomos ultrapassados pela vontade do Senhor Presidente.”

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

“Eu queria manifestar, naturalmente, na sequência da minha intervenção anterior, o total apoio relativamente a esta medida, não faz sentido esta manutenção. Esta concessão deste espaço, ou a exploração destes espaços à PMUGest foi dada em 2010. Passados doze anos, acho que é uma boa medida, no sentido certo, e tiveram a capacidade de reavaliar, de retirar esta responsabilidade da PMUGest.

E já aproveitando, no próximo ponto, fazendo aqui uma intervenção relativamente à questão da receita vinda dos parques de estacionamento aqui da cidade de Pombal, naturalmente, porque entendo que é uma forma de financiar ou subsidiar esta organização, quando, na verdade, não seria esse o objetivo de uma empresa como a PMUGest.

Portanto, fica já aqui registado para o próximo ponto também.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Importa, nesta Assembleia Municipal, saudar aqui o Município por esta decisão que, eventualmente, só peca por ser tardia, porque todos nós percebemos e todos nós reconhecemos a importância destes dois espaços para a cidade de Pombal – da Cafeteria do Castelo e do Café Concerto – e efetivamente percebemos, há algum tempo, que estas duas atividades, que eram perfeitamente secundárias para aquilo que é a atividade da PMUGest – representavam cerca de 3% a 4% do seu volume de negócios, e estavam longe de ir ao encontro daquilo que é o principal escopo da atividade da



MUNICÍPIO DE POMBAL

PMUGest – eram duas heranças, digamos assim, da extinta Pombal Viva, que na altura foi fundida com a PMU.

E, portanto, acho que faz todo o sentido o Município ter tomado esta decisão corajosa, de voltar a avocar estes dois espaços, para que depois, obviamente, possa voltar a colocá-los ao serviço dos pombalenses.

Não saberemos ainda – julgo que o Município ainda estará a fazer essa reflexão – em que medida, ou como é que eles serão colocados ao serviço dos pombalenses, se por concessão a privados – que na minha modesta opinião, seria a melhor solução – ou através de outro qualquer modelo, mas penso que para nós, obviamente, delinear-mos essa estratégia e colocarmos esses espaços o mais rapidamente possível ao serviço dos Pombalenses, era necessário tomar esta medida, esta posição e esta decisão.

E portanto, saudar o Município por o ter feito agora, e como eu disse, só pode pecar, efetivamente, por ser tardio.

Dizer também que relativamente à estratégia para a PMUGest, esse, obviamente, não é o ponto.

Dar nota também aqui ao deputado João Coelho que em todas as Assembleias Municipais existe um período de antes da ordem do dia, é um período livre, com um ponto para intervenções na generalidade, onde, efetivamente, pode fazer intervenções sobre o que lhe aprouver, nomeadamente sobre a estratégia para a PMU.

Às vezes, o Partido Socialista em Pombal parece que nos faz crer que nós, em Pombal, vivemos num Estado de exceção, ou seja, que há Legislação nacional, que há o mundo, que há os outros concelhos aqui à volta, que há o resto do país, mas que em Pombal a Legislação tem que ser outra, ou tem que se trabalhar de forma diferente. O Legislador, quando criou as empresas municipais, não disse que a Oposição tinha que estar representada na Assembleia Geral das empresas municipais. Aliás, não se deve confundir os órgãos, são entidades com personalidade jurídica distinta. Uma coisa é o Município de Pombal, outra coisa é a empresa municipal PMUGest. E portanto, quem está na Assembleia Geral da PMUGest é quem, efetivamente, deve delinear essa estratégia da empresa municipal. O Legislador nunca disse, em momento algum, que os representantes do Partido Socialista de Pombal deviam fazer parte da construção dessa estratégia.

E o Senhor Deputado João Coelho, no tempo que há pouco esteve a utilizar, se efetivamente tem uma estratégia para a empresa municipal – porque fala muitas vezes em estratégia, estratégia, mas até agora ainda não vi nada – podia ter utilizado esse tempo, ou o período de antes da ordem do dia, para dizer qual é que é a visão que o Partido Socialista tem para a empresa municipal, e nomeadamente para estes dois espaços.

Acho muito caricato agora estarem a criticar esta tomada de posição do Município, quando durante anos o Partido Socialista sempre defendeu que estes espaços deviam ser entregues aos privados, até para não fazerem concorrência com os outros operadores privados.

Agora que o Município toma esta decisão, estão contra e, eventualmente, irão votar contra.

Mas, Senhor Presidente, não perca um minuto de sono com esta atitude do Partido Socialista, porque se trouxesse aqui uma proposta diferente, no sentido de se fazer uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

reflexão sobre aquilo que se iria fazer com a PMU, com o Café Concerto e com a Cafeteria, certamente iriam votar contra só porque tinham que votar contra.

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Senhor Presidente da Câmara, relativamente a esta proposta, eu concordo, aplaudo a decisão da Câmara, e aproveito só para fazer mais uma sugestão – que normalmente as minhas intervenções são em termos de sugestões – porque a nossa zona do Castelo é das zonas turísticas com mais potencialidade para ser explorada. O que eu acho que tem – e vou dizer aqui uma coisa, enfim, que pode ser uma ideia peregrina, mas é a minha ideia, e as ideias peregrinas, às vezes, fazem caminho – o acesso ao Castelo é que não é o ideal, são acessos difíceis.

Eu conheço, em Albufeira, uma escada rolante exterior que faz o acesso de cá de baixo a um bairro lá em cima. Eu não sei qual é o valor da escada rolante. Um dia, no futuro, pode ser que alguém possa pensar implementar isso. O teleférico é pior, porque o teleférico obriga a ter um operador, enquanto a escada rolante, não, é a grande vantagem.

A grande vantagem é que uma pessoa chega lá e a escada rolante está a andar devagarinho, e passa a andar depressa. Todos os supermercados e todos os hipermercados têm escadas rolantes, julgo que não são coisas assim tão caras.

Mas, enfim, já noutros tempos também fui chamado de “sonhador”, porque propunha coisas para a minha terra que, de facto, eram coisas mirabolantes, e de facto, elas hoje existem lá, eu falei nelas foi há vinte anos. Pronto, pode ser que daqui a vinte anos – que eu também já não terei oportunidade de utilizar essas escadas rolantes, mas pode ser que alguns dos nossos conterrâneos venham a beneficiar dessa vantagem, e que o Castelo venha a ter, de facto, a procura e a utilização ideais, para promover também, em termos turísticos, o nosso concelho.”

Elisabete João (PPD/PSD):

“Como se fala aqui de um assunto de que eu sou um bocadinho conhecedora, porque estive na PMUGest algum tempo, quero felicitar o Município por ter alocado estas duas estruturas ao Município, porque eu, enquanto administradora da PMUGest – e já geri algumas empresas – sinto que é completamente impossível aquelas empresas darem lucro sem terem um apoio do Município. E acho que tendo os recursos do Município juntos – porque há recursos no mesmo edifício que são separados – e se tivermos o mesmo técnico de som, que dá apoio ao Café Concerto e dá apoio ao Teatro Cine, se calhar a partir daí as coisas são muito mais fáceis de rentabilizar.

Como estive alguns anos a gerir estes espaços, sei a dificuldade que é, e até desafiava o PS a dar aí umas ideias, porque eu não fui capaz.

Relativamente à PMUGest, acho que é tudo o que tenho a dizer, porque eu vivi e sinto que foi uma boa opção.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu confesso que isto é tudo agora um mundo novo, de, estando em funções, eu ser criticado por uma coisa, e ser criticado pelo seu contrário.

Primeiro, vamos ao objeto da nossa participação. V. Exas. são membros da Assembleia Municipal, todos, fazem parte do órgão fiscalizador que, nos termos da Lei, existe para fiscalizar e para acompanhar a atividade da Câmara. O que se está a fazer é que dois espaços que são nossos, que são das pessoas, agora são avocados – é a Câmara Municipal, são V. Exas., enquanto membros desta Assembleia Municipal, que podem



MUNICÍPIO DE POMBAL

também ter aqui um papel ativo e decisivo sobre o futuro destes espaços que vão ser avocados para a Câmara. A partir de agora, a partir do momento em que nós tomemos esta deliberação, V. Exas., em vez de continuarem sempre nessa postura de desconfiança, podem ter aqui uma postura positiva, construtiva, de também contribuírem com aquilo que sejam as ideias de exploração destes espaços, porque nós não tomámos decisão nenhuma sobre o futuro desses espaços, só demos o passo... E depois, é extraordinário, porque eu vejo alguns intervenientes políticos há anos a dizer que estes espaços devem ser concessionados.

No caso da PMUGest, representam 3% a 4% do volume de negócios. Isto significa que dentro daquilo que é o core business da PMUGest, estes espaços não são o essencial, nem do ponto de vista da gestão do dia a dia, nem do ponto de vista estratégico futuro. Então, queria que eu agora adiasse esta decisão mais uns meses, mantivesse o Café Concerto parado, mantivesse a Cafeteria do Castelo parada, sem qualquer tipo de decisão, porque não tínhamos pensado ainda qual é que era a estratégia da PMU, que vai muito para além da gestão destes dois espaços, que são pequenas partes de um complexo muito maior? É disso que estamos a falar. Então, tomámos uma decisão: vamos avocar aquilo que é a gestão destes espaços para o Município, e agora vamos avançar com o processo de envolver a nossa comunidade na gestão destes espaços. Posso dizer-vos que há muitas manifestações de interesse nestes espaços, pessoas da nossa comunidade que estão disponíveis para investir nestes espaços. É positivo, vamos ver agora os termos.

V. Exas. são desafiados a enviarem-nos os vossos contributos para aquilo que há de ser o futuro, a curto prazo – não é estratégia, é a curto prazo – da gestão destes espaços, porque eu tenho um objetivo, tenho uma estratégia; a estratégia é revitalizar estes espaços, que devem ser dedicados às pessoas o mais rápido possível. É isso que eu quero, foi o compromisso que eu assumi com os eleitores, e que outros também assumiram, de outras forças políticas.

E portanto, neste momento, vamos colocar estes espaços, por intermédio daquilo que há de ser a nossa estratégia de envolver as pessoas na própria gestão destes espaços, seja por intermédio do instrumento jurídico que for, concessão, concessão com um conjunto de requisitos, nomeadamente de componente cultural, artística, de inovação, etc. – vamos definir isso em conjunto. E se quiserem enviar os vossos contributos, são bem-vindos.

E portanto, esta é uma discussão é uma discussão interessante, não tem nada a ver com a estratégia futura da PMUGest. Como sabem, dentro até da essência da PMUGest, não tem nada a ver com esta questão, que era relacionada sobretudo com a Pombal Viva, e, nós já vimos, pelo percurso até agora, que não está bem. Se não está bem, então vamos alterar as coisas, para melhorar e para que as pessoas usufruam destes espaços. É esse o nosso objetivo.”

Colocado a proposta da Câmara sobre a extinção de delegação de competências / Avocação de poderes delegados na PMUGest, a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 6 (seis) votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de competências no domínio do estacionamento público – fiscalização das zonas de estacionamento de duração limitada (Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro) na PMUGest, E.M.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Para a discussão deste assunto, pergunto se alguém quer usar da palavra.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Para que não haja dúvidas, é melhor eu falar primeiro do que o João Coelho, para depois ele não percecionar que eu vá responder.

No mandato anterior, era a voz do Diogo Mateus, agora sou a voz do Pimpão. Pronto, levo isto como um elogio, é sinal de que me reconhecem qualidade.

Este é um processo que eu também acompanhei muito de perto, a descentralização de competências nas autarquias locais, nomeadamente esta do trânsito. Estamos a falar da competência de fiscalização do estacionamento e processamento administrativo das multas que daí advenham.

Na altura, quem estava com este processo era o Vereador Pedro Martins. O Vereador Pedro Martins estudou isto a fundo, e tínhamos várias opções em aberto. Uma opção era fazer como os Concelhos de outra dimensão, de maior dimensão do que a nossa, que contrataram os Correios e mantiveram esta competência no Município, e fizeram um contrato de prestação de serviços com os Correios, para o processamento da parte administrativa do processo, sendo que a Câmara, através da sua Polícia Municipal, fazia a fiscalização in loco das viaturas. Esse processo pareceu-nos um bom negócio demais para os Correios, e achámos que não era o parceiro que nós procurávamos.

Outra solução era, internamente, perceber até que ponto é que seríamos capazes, dentro do Município, de incorporar esta competência. Isto iria obrigar-nos a um aumento significativo do Gabinete Jurídico, iria obrigar-nos a um aumento de fiscalização, sendo que, ao mesmo tempo, já tínhamos a fiscalização da PMU na rua, com o custo associado, sendo que íamos sobrepor fiscalizações e entidades fiscalizadoras – teríamos o fiscal da Polícia Municipal, se fizéssemos pela Polícia Municipal, ou do Município, se os serviços de fiscalização ficassem com esta competência, juntamente com a fiscal da PMU, a passearem lado a lado, cada uma a ver na sua área de quem é que era a competência. E podia haver aqui alguma divergência quanto à competência.

A solução encontrada pelo Município parece-me uma solução melhor e mais equilibrada. Primeiro, porque a PMU já tem um conhecimento da cidade, já tem um conhecimento da organização que se quer para o estacionamento na cidade, e este conhecimento é importante para esta nova competência. Por outro lado, a PMU também já tem o processo administrativo todo incluído, é só colocar na operação mais um sem número de contraordenações.

As pessoas, também por seu lado, o habitante de Pombal sabe que se for multado, tem que ir à PMU. Isto é um caminho que já está aberto, há já uma ligação afetiva entre as multas da PMU e o cidadão pombalense. Por isso, já sabem muito bem onde é que se



MUNICÍPIO DE POMBAL

devem dirigir. E nós estarmos a mudar o local da multa – porque se fosse uma multa azul, tinham que ir aos Correios ou vir à Câmara, mas se fosse uma multa amarela, tinham que ir à PMU. Eu acho que esta solução me parece uma solução mais equilibrada: a Câmara mantém a competência no seu universo – porque a PMU é do universo do Município – coloca a operação nas mãos de quem já faz uma operação similar, dirime os custos de operação, e acho que vai no caminho de mantermos e otimizarmos o estacionamento na cidade.”

Colocada a proposta da Câmara sobre a Delegação de competências no domínio do estacionamento público – fiscalização das zonas de estacionamento de duração limitada, a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com um voto contra do Oeste Independente.

Mais foi deliberado, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto n.º 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de Competências ao Abrigo do DL 21/2019 – Proposta de Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Pombal e os Agrupamentos de Escolas.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Senhor Presidente, quer intervir primeiro, para dar um esclarecimento? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

É só porque na última Assembleia Municipal falámos sobre este ponto, e eu disse que nesta Assembleia Municipal traríamos cá os contratos interadministrativos que vamos celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, no âmbito do processo de descentralização na educação, o que faz com que este processo esteja a decorrer.

Queria dar essa informação aos membros da Assembleia Municipal, porque me perguntaram como é que ia decorrer este processo de transferência de competências, e está a decorrer com toda a normalidade, com serenidade, nomeadamente no âmbito dos estabelecimentos de ensino, também com muito sentido de responsabilidade por parte dos dirigentes dos diversos Agrupamentos de Escolas – que eu queria aqui aproveitar esta oportunidade para agradecer também o empenho e a colaboração que temos tido, no âmbito desta transferência de competências e desta corresponsabilização que nos próximos anos vamos ter, no sucesso educativo dos nossos alunos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu pergunto se há inscrições para intervir neste ponto. Humberto, faça favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Eu aqui também sou muito rápido. No fundo, concordando aqui com o Município, mas deixando um alerta, porque as Juntas de Freguesia, neste ponto, são entidades parceiras nas escolas – temos o serviço de refeições, as AEC’s – e era um apelo, e aqui uma chamada de atenção ao Executivo, para que não se perdesse esta oportunidade para melhorar os horários.

Ou seja, nós temos atualmente três entidades a gerir recursos humanos dentro de uma escola, e penso que era uma oportunidade, e será uma oportunidade de futuro, para



MUNICÍPIO DE POMBAL

que consigamos colmatar todos aqueles buracos que as Juntas são obrigadas a tapar, é uma oportunidade de melhoria que temos – concordando, como é óbvio, nesta fase de transição, que os Agrupamentos terão de gerir a parte de recursos humanos, dos horários, mas que, de futuro, pensemos todos aqui também em conjunto esta situação, porque, no fundo, alivia a parte das Juntas de Freguesia e melhora a resposta aos alunos.

Era só este pedido de atenção futuro.”

Não havendo mais inscrições, passou-se à votação da proposta da Câmara sobre a Delegação de Competências ao Abrigo do DL 21/2019 – Proposta de Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Pombal e os Agrupamentos de Escolas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.13. Apresentação da proposta da Câmara sobre Remessa de Processos de aquisição de bens e serviços para cumprimento da autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal em 21/12/2020 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém quer pedir algum esclarecimento? Não havendo intervenções, passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre a alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia, que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.11.2. Proposta de alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia

Foi presente à reunião a informação n.º 38/UT18/22, da Unidade de Turismo, datada de 01-04- 2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Proposta de alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia

Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Considerando que o Município de Pombal é o responsável por assegurar a gestão e garantir a limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia;

Considerando que, no âmbito desta competência, foi celebrado entre o Município de Pombal e a Freguesia do Carriço um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para Limpeza e Manutenção da Praia do Osso da Baleia;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Considerando que desde a data de celebração do referido contrato, maio de 2014, não foi feita qualquer revisão ao disposto no n.º 1, da Cláusula 4.ª, Capítulo II (Recursos Financeiros);

Considerando o valor/hora a pagar - € 2,50 e a evolução do aumento do custo de vida, ao longo do tempo de vigência do contrato em apreço, mormente no que concerne ao preço dos combustíveis;

Considerando que os recursos humanos necessários para a limpeza da Praia têm de se deslocar em transporte próprio;

Considerando ainda a dificuldade crescente, sentida pela Freguesia do Carriço, no recrutamento de mão-de-obra para o efeito;

Propõe-se, caso V. Ex.ª assim o entenda e para os efeitos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a proposta de alteração ao n.º 1, da Cláusula 4.ª, do Capítulo II do contrato interadministrativo de delegação de competências para limpeza e manutenção da Praia do Osso da Baleia que ora se anexa, celebrado com a Freguesia do Carriço, passando o valor a pagar por hora de trabalho a ser de € 3,00, o que corresponde a um aumento de € 0,50/hora, seja despachada à reunião de Câmara para que se delibere no sentido de que a mesma seja submetida à necessária aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior,

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de alteração ao n.º 1, da Cláusula 4.ª, Capítulo II (Recursos Financeiros) do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia do Carriço, à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto n.º 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências na área da Ação Social e Minuta de Protocolo de Colaboração a realizar com a APEPI.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara Municipal sobre a Transferência de Competências na área da Ação Social e Minuta de Protocolo de Colaboração a realizar com a APEPI, que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.11.6. Transferência de Competências – Ação Social – Minuta de Protocolo de Colaboração - APEPI

Foi presente à reunião a informação n.º 27/DDSS18/22, da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, datada de 10-04-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Transferência de Competências – Ação Social – Minuta de Protocolo de Colaboração – APEPI

Exmo. Senhor Presidente,

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.



MUNICÍPIO DE POMBAL

As competências transferidas no âmbito do serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) estão reguladas pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março – Operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

As competências transferidas no âmbito da celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), estão reguladas pela Portaria n.º 65/2021, de 17 de março – Celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI.

Com efeito, a partir de 1 de abril de 2022, foram transferidas para o Município de Pombal as competências no domínio da ação social, onde se encontram enquadradas as duas portarias anteriormente referidas.

Nos termos do n.º 1 e 2, do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, os acordos e protocolos vigentes à data da sua entrada em vigor caducam, por força deste, no fim do prazo inicial neles estabelecidos ou na data da sua renovação, sendo que, no final do prazo, os municípios podem optar por exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo ou por celebrar novo acordo ou protocolo de colaboração.

Já a o artigo 25.º Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, prevê que as câmaras municipais possam celebrar protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

Da mesma forma, também a Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, aditada pelo artigo 3.º da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, prevê a celebração de acordos específicos no âmbito do SAAS.

Por forma a operacionalizar as atividades agora previstas na Portaria n.º 63/2021, de 17 de março e na Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) tinha, até 31 de março de 2022, acordo atípico com a APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância. Ao abrigo deste acordo, a entidades APEPI cedia uma técnica superior com formação em Serviço Social, para que fosse possível operacionalizar as atividades até então sob responsabilidade do ISS, I.P.

Uma vez que se pretende que o processo de transferência de competências no domínio da ação social não venha a ter um impacto negativo na organização da vida dos munícipes do nosso concelho, é de todo pertinente proceder à celebração de protocolo de colaboração com a APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância.

A celebração deste protocolo permitirá ao Município de Pombal potenciar a sua intervenção no domínio da ação social e através do saber e experiência profissional acumulado pela técnica ao longo dos últimos anos de trabalho nesta área específica.

Face ao exposto, sugere-se a V. Ex.º, e caso assim o entenda, propor que a presente informação seja sujeita à apreciação do Órgão Câmara Municipal para que delibere no sentido de submeter à aprovação do Órgão Assembleia Municipal, a minuta de protocolo de colaboração com a APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância, apensa à presente informação.

À consideração Superior,



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter à apreciação da Assembleia Municipal a minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a APEPI, nos termos propostos na informação.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Como fiz relativamente ao outro setor que estamos a trabalhar, no âmbito da descentralização, fazer também só esse reconhecimento público, quer à APEPI, quer à Caritas Diocesana de Coimbra, que são as entidades com as quais havia vínculo com os trabalhadores que agora passam a ser da responsabilidade do Município na execução das competências que foram transferidas no domínio da ação social. E por isso, agradecer, em nome da Câmara, naturalmente – e também informar os Senhores Membros da Assembleia Municipal, uma relação muito positiva com estas entidades, e articuladas com a Direção Distrital da Segurança Social, no sentido de garantir que as competências que foram transferidas para o Município de Pombal continuam a ser bem desempenhadas, o processo está a decorrer com normalidade, com aproveitamento – e isso é muito importante – do know how destas técnicas, que já há vários anos acompanhavam estes processos. E por isso, também fazer esse reconhecimento – informar a Assembleia Municipal e esse reconhecimento também nesta área social, da forma correta como as coisas se estão a processar.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Aqui também muito rapidamente, e percebendo exatamente este processo, esta cedência dos dois recursos humanos que estavam em duas entidades, a prestar serviços à Segurança Social, passam agora a prestar serviços à Câmara Municipal, um serviço que, no fundo, é o RSI e o serviço de atendimento e acompanhamento social, fazer uma nota: ou seja, do que eu percebi dos últimos tempos, as nossas técnicas das Comissões Sociais de Freguesia têm feito um trabalho enorme durante estes últimos anos, estiveram numa ação de formação da própria Segurança Social para começar a operacionalizar também estas matérias. Qual é que é o meu receio? Houve essa formação, teoricamente terá que haver uma credenciação e um acesso à base de dados da Segurança Social; como é que, depois, se fará a operacionalização, de futuro, das Comissões Sociais de Freguesia, com estas duas técnicas, e como é que, depois, se operacionaliza todo este processo – ou seja, para que depois não tenhamos aqui, ou uma duplicação de trabalho, ou uma hierarquização.

É basicamente isto que todos nós temos de perceber, freguesias, porque da nossa parte, acho que estamos aqui todos nesse espírito e defendemos todos as Comissões Sociais de Freguesia, como já foi aqui falado em várias sessões, não é isso que está em causa; o que, na minha opinião, estará em causa é o tal reforço das comissões. E o que eu defendo é este reforço, ou seja, que a nível das Comissões Sociais de Freguesia haja este reforço tecnicamente, não esquecendo – e aqui, tenho que dar essa nota – também da precariedade que as nossas técnicas – e eu falo na nossa comissão – têm atualmente. São pessoas que já começaram há muitos anos atrás, e que temos que encontrar uma solução, e tenho que o dizer aqui uma vez mais, e é um dos assuntos – ou seja, quer este ponto, quer o ponto a seguir, falam no mesmo, e tinha que deixar aqui também publicamente esse reconhecimento pelo trabalho dessas técnicas, e fazendo esse apelo ao Executivo para que não nos esqueçamos de todo este processo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Isto tem um caminho, percebemos perfeitamente que, com esta descentralização, tivemos que alocar aqui estes dois recursos, não tenho nada contra, tenho só aqui esta nota.

E contem connosco também para fazer esse caminho.”

Marlene Matias (PS):

“Eu não era para intervir, mas depois desta intervenção do meu colega Humberto, sobre este ponto, eu não me vou substituir ao Presidente, que naturalmente irá responder, mas alertou aqui para uma coisa que é um pouco a minha preocupação, o que poderá acontecer futuramente, até com estas duas técnicas, que eu queria aqui deixar também bem claro que são técnicas que vêm da Segurança Social – embora tivessem contrato com outras instituições, e que estavam cedidas à Segurança Social.

São técnicas que trabalham há muitos anos na Segurança Social, que têm um know how muito grande. Compreendo o que foi aqui colocado acerca das técnicas das Comissões Sociais de Freguesia, mas confesso o meu receio que precisamente se queira substituir técnicos que trabalham nestas áreas especificamente, nomeadamente no acompanhamento de processos de rendimentos sociais de inserção e de ação social, que porventura possam, futuramente, ou haver essa dúvida, que possam ser substituídas pelas técnicas das Comissões Sociais de Freguesia.

Eu penso que estamos a falar de coisas diferentes. Acho que já há aí alguma dúvida e algum receio de parte a parte.

E portanto, era bom isto ser esclarecido aqui, para não haver dúvidas entre os técnicos. Estamos a falar de realidades diferentes. Concordo inteiramente, porque a Câmara podia não ter ficado com estes técnicos, mas concordo inteiramente que estes técnicos fiquem, precisamente pela riqueza que podem trazer para a facilidade nesta transição da delegação de competências, e que os técnicos que estão nas Comissões Sociais de Freguesia, na minha opinião, devem fazer aquilo para o qual foram contratados, que é precisamente estarem nos seus territórios e intervirem nos problemas que surgem nos territórios. Portanto, estamos aqui a falar de coisas diferentes.

Eu espero bem que não haja depois aqui uma substituição, ou um recurso aos técnicos das Comissões Sociais de Freguesia, para este trabalho, especificamente, porque ficaríamos a perder todos, quer esta delegação de competências, quer as Comissões Sociais de Freguesia, que provavelmente as Juntas de Freguesia veem isto como uma complementaridade, mas se calhar seria uma perda para os seus territórios.

E portanto, depois desta intervenção, eu tinha que, de facto, aqui também marcar uma posição muito clara, daquilo que eu considero que era um alerta e uma posição no que diz respeito a esta área, em relação à Bancada do Partido Socialista.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Realmente, ouvi aqui o colega Presidente de Junta e a Marlene Matias, que também conhece este setor e, enquanto Presidente de Junta e depois do trabalho desenvolvido nos últimos dois ou três anos, nesta questão da Comissão Social, que muito tem contribuído, especialmente nestes dois anos de pandemia, para aquela proximidade que existe entre as pessoas mais desfavorecidas, isso é um trabalho que só é de louvar, e consegue ser aquilo que é hoje pela articulação entre o Presidente da Junta e o seu Executivo, que é conhecedor do terreno, e as técnicas que foram para ali sem conhecer, mas que hoje são profundas conhecedoras desta situação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É claro que eu estou a falar porque, realmente, nos últimos tempos, se tem verificado, por exemplo, ao nível do Centro de Emprego, quando se pretende colocar um CEI+ - isto é um exemplo, mas há outros – alguém que está ali já fora do seu habitat de trabalho, numa vida completamente desadequada do que é a possível sustentabilidade da família, por vezes desempregados que estavam já ligados aos cafés, e tudo isso, nós fizemos esse trabalho, através de um CEI+, ir buscá-los e pô-los a trabalhar, conseguimos que aquela família se integrasse novamente. E é espantoso como, depois, as nossas técnicas nos acompanham, a dizer a informação para a questão da Segurança Social, dizendo que esta pessoa tem que ser imediatamente integrada – até já pedimos apoio aqui ao Município, recentemente, para que essa pessoa não ficasse pelo caminho, porque falta um ou dois anos para a reforma.

O que acontece é que dizem para este funcionário, que quer trabalhar e continuar a fazer aquilo que fez durante cinco ou seis anos – porque é o único sustento que tem para a família – “Não, eu aconselho-te a ires ter com a médica, e ficas em casa, e não trabalhas mais.” E anda a pessoa desorientada, não tem sobrevivência financeira para a família, e era preciso ouvir as técnicas e quem está neste trabalho todos os dias, porque depois somos nós que sofremos, tanto a Comissão Social, como os Presidentes de Junta, porque vamos ter que os apoiar nos alimentos e numa quantidade de coisas, que depois terá outras situações psicológicas, e os filhos são quem mais sofre.

Portanto, é importante que quem vai estar à frente disto, com a delegação de competências, que nunca deixe de respeitar quem faz o trabalho de proximidade, porque, sinceramente, por vezes dizem muito bem, quem está próximo das populações tem um valor acrescentado, mas às vezes é só dizer, porque depois, na realidade, na posição que por vezes têm, ignoram todos esses conhecimentos.

Portanto, eu reforço também aqui este pedido ao Senhor Presidente e à Senhora Vereadora Catarina Silva, que isto é um tema extremamente importante na vida social hoje das pessoas mais vulneráveis. Se nós não continuarmos a acompanhar este processo, são famílias perdidas, e vamos ter todos que pagar este descuido, ou esta falta de vontade.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Só para esclarecer algumas dúvidas que possam subsistir.

Há uma questão associada a estes processos, uma questão de princípio, e a outra de método.

Na questão de princípio, creio que estamos todos em sintonia, eu sou um descentralizador, genuinamente, mesmo no meu trabalho e na minha responsabilidade, como vocês já repararam, é a minha maneira de gerir, é a minha maneira de ver as coisas, e do ponto de vista das organizações, é também a forma como o nosso Estado melhor se tem comportado.

Sempre que nós descentralizamos e temos as competências mais próximas dos cidadãos, elas são melhor executadas. Por isso é que as Juntas de Freguesia têm um papel tão importante, por isso é que as Câmaras Municipais têm um papel tão importante, é que nós fazemos muito melhor – e quando dizemos “nós”, nem são as pessoas que aqui estão; “nós” enquanto entidades – as autarquias locais fazem muito mais e fazem muito melhor do que o Estado, a Administração Central, nos vários setores de atividade. E portanto, isso é uma evidência.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E nesse sentido, eu sou favorável à descentralização de competências, e foi por isso que nós assumimos os compromissos que vinham relativamente a esta matéria, e estamos a concretizá-los, valorizando as pessoas que trabalham no setor.

Onde é que há dúvidas? E eu não queria estar a falar, ou a aprofundar o tema agora, porque já falámos várias vezes sobre isto, mas há dúvidas nos métodos, porque na descentralização para a educação é de uma forma, para a ação social é de outra, para a saúde é de outra.

E como vocês já repararam, por vários colegas meus que têm falado a nível nacional, dos diversos quadrantes partidários – porque isto não é uma questão político-partidária, é uma questão de gerir melhor os recursos que temos à nossa disposição, e esta era uma oportunidade para nós fazermos mais e melhor, também nestas áreas.

E não falo nas outras áreas – por exemplo, na área da saúde, nós ainda não assumimos as competências, porque eu ainda não assinei o auto, porque eu ainda não consigo assinar um auto que me responsabiliza daquela forma, sem eu ter as respetivas contrapartidas financeiras. No caso da ação social, ainda é mais paradigmático, porque cria uma injustiça também nas próprias colaboradoras. Para perceberem todos, no caso em concreto, são duas colaboradoras que estão afetas à Segurança Social, que trabalham na Segurança Social, mas trabalham na Segurança Social por intermédio de dois protocolos com duas IPSS's. E o que nós fizemos, tínhamos uma opção: ou aproveitávamos o know how destas técnicas, que nós conhecemos perfeitamente, há muitos anos, pessoas que eu reconheço, do ponto de vista profissional, super competentes, isso é inquestionável, e deve ser valorizado, e o que nós dissemos foi que vamos aproveitar este know how, vamos integrar estas duas colaboradoras, para elas continuarem a fazer aquilo que têm feito nos últimos anos da vida delas, que é continuarem a tratar destes processos que agora passam a ser da responsabilidade do Município de Pombal.

O que é que o Legislador devia ter feito, na minha opinião? Devia ter criado um mecanismo, do ponto de vista legal, que me permitisse internalizar estas técnicas, querendo. E nós tomávamos a decisão. Estas técnicas trabalham para a Segurança Social, agora estas competências vão ser parte da Câmara, então a Câmara pode integrar estas técnicas, numa exceção do ponto de vista legislativo, no âmbito da descentralização, no Município. Era isso que devia acontecer, querendo – também não nos iam impor isso, do ponto de vista da autonomia da gestão autárquica. Mas, o Legislador devia ter previsto isto. Como não está previsto na Lei, nós tivemos, naturalmente, que seguir este procedimento – isto é um procedimento formal. O que é certo é que, depois, estas dúvidas subsistem, porque as próprias técnicas continuam a ter um vínculo laboral com as IPSS's de origem, apesar de trabalharem para o Município de Pombal. E nós temos um elemento altamente distintivo – e os Senhores Presidentes de Junta falaram, e muito bem – que é termos técnicas das Comissões Sociais de Freguesia que desenvolvem um trabalho que é notável – o trabalho que é feito na nossa rede social de proximidade é uma mais valia que nós temos, e que muitos não têm, a esmagadora maioria dos concelhos do nosso país não tem esse trabalho das Comissões Sociais de Freguesia, com técnicos qualificados, e nós temos. E isso é uma mais valia enorme. Portanto, é um desafio, no futuro.

Agora estamos a tratar dos processos formais, formalizar a descentralização de competências, fazer com que esta transferência de competências decorra de forma



MUNICÍPIO DE POMBAL

serena, que as pessoas que beneficiam destes serviços mantenham um acesso de qualidade a estes serviços, que não haja grandes alterações, no sentido de manter os nossos compromissos. Mas, o futuro é um desafio, e o futuro é tentarmos ao máximo beneficiar com o facto de termos estas técnicas, que se vão manter – para que não haja dúvidas nenhuma – que se vão manter ao serviço destas funções, e isso é um compromisso que eu já assumi com elas, e que assumo outra vez, para não haver dúvidas nenhuma, mas que vai ter que ser complementado com o trabalho que nós fazemos nas Comissões Sociais de Freguesia, e não só pelas técnicas, mas pelos núcleos executivos das Comissões Sociais de Freguesia, pelos plenários das Comissões Sociais de Freguesia, e temos uma rede com dezenas de instituições que periodicamente reúnem e que estão a acompanhar os processos, os casos sociais, um a um, cidadão a cidadão. Isto é extraordinário.

E portanto, esse é que é o desafio futuro. Infelizmente, essas dúvidas podem ser suscitadas por intermédio de não termos um mecanismo legal que nos permitisse fazer as coisas de forma diferente. Estamos a fazer, nos termos da Lei, aquilo que nos compete, e a assumir responsabilidades que vão aumentar aquilo que também são os desafios que temos neste setor, para o nosso concelho.

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar com a APEPI, nos termos propostos.

Ponto n.º 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências na área da Ação Social e Minuta de Protocolo de Colaboração a realizar com a Caritas Diocesana de Coimbra.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre a Transferência de Competências na área da Ação Social e Minuta de Protocolo de Colaboração a realizar com a Caritas Diocesana de Coimbra, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.11.7. Transferência de Competências – Ação Social – Minuta de Protocolo de Colaboração – Caritas Diocesana de Coimbra

Foi presente à reunião a informação n.º 28/DDSS18/22, da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, datada de 10-04-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Transferência de Competências – Ação Social – Minuta de Protocolo de Colaboração – Caritas Diocesana de Coimbra

Exmo. Senhor Presidente,

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

As competências transferidas no âmbito do serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) estão reguladas pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março – Operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço



MUNICÍPIO DE POMBAL

de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

As competências transferidas no âmbito da celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), estão reguladas pela Portaria n.º 65/2021, de 17 de março – Celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI.

Com efeito, a partir de 1 de abril de 2022, foram transferidas para o Município de Pombal as competências no domínio da ação social, onde se encontram enquadradas as duas portarias anteriormente referidas.

Nos termos do n.º 1 e 2, do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, os acordos e protocolos vigentes à data da sua entrada em vigor caducam, por força deste, no fim do prazo inicial neles estabelecidos ou na data da sua renovação, sendo que, no final do prazo, os municípios podem optar por exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo ou por celebrar novo acordo ou protocolo de colaboração.

Já a o artigo 25.º Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, prevê que as câmaras municipais possam celebrar protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social, ou entidades equiparadas, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

Da mesma forma, também a Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, aditada pelo artigo 3.º da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, prevê a celebração de acordos específicos no âmbito do SAAS.

Por forma a operacionalizar as atividades agora previstas na Portaria n.º 63/2021, de 17 de março e na Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) tinha, até 31 de março de 2022, acordo atípico com a Caritas Diocesana de Coimbra. Ao abrigo deste acordo, a entidade Caritas Diocesana de Coimbra cedia uma técnica superior com formação em Serviço Social, para que fosse possível operacionalizar as atividades até então sob responsabilidade do ISS, I.P.

Uma vez que se pretende que o processo de transferência de competências no domínio da ação social não venha a ter um impacto negativo na organização da vida dos municípios do nosso concelho, é de todo pertinente proceder à celebração de protocolo de colaboração com a Caritas Diocesana de Coimbra.

A celebração deste protocolo permitirá ao Município de Pombal potenciar a sua intervenção no domínio da ação social e através do saber e experiência profissional acumulado pela técnica ao longo dos últimos anos de trabalho nesta área específica.

Face ao exposto, sugere-se a V. Ex.º, e caso assim o entenda, propor que a presente informação seja sujeita à apreciação do Órgão Câmara Municipal para que delibere no sentido de submeter à aprovação do Órgão Assembleia Municipal, a minuta de protocolo de colaboração com a Caritas Diocesana de Coimbra, apensa à presente informação.

À consideração Superior,

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter à apreciação da Assembleia Municipal a minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a Caritas Diocesana de Coimbra, nos termos propostos na informação.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar com a Cáritas Diocesana de Coimbra, nos termos propostos.

Ponto n.º 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Licenciamento de Área Extrativa e anexos Mineiros da Mina C-150, Denominada de “Nasce Água” da Empresa IMOSA – Indústrias Mineiras do Mondego, S.A.

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara que a seguir se transcreve:

“Ponto 2.11.3. Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Licenciamento de Área Extrativa e anexos Mineiros da Mina C-150, Denominada de “Nasce Água” da Empresa IMOSA - Indústrias Mineiras do Mondego, S.A.

Foi presente à reunião a informação n.º 45/DUP/22, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 07-04-2022, que a seguir se transcreve: “Assunto: PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA LICENCIAMENTO DE ÁREA EXTRATIVA E ANEXOS MINEIROS DA MINA C-150, DENOMINADA DE “NASCE-ÁGUA”, DA EMPRESA IMOSA-INDÚSTRIAS MINEIRAS DO MONDEGO, S.A.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro (alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho) - Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Neste enquadramento, a empresa IMOSA - INDÚSTRIAS MINEIRAS DO MONDEGO, S.A. (IMOSA), empresa portuguesa do Grupo SAINT-GOBAIN, sediada em Estrada do Grou - Estação da Guia, 3105-095 Guia – Pombal, concelho de Pombal, NIPC 502671254, veio solicitar a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, com vista à ampliação da sua área de exploração e regularização dos seus anexos mineiros, no âmbito dos processos de licenciamento em curso.

O GRUPO SAINT-GOBAIN, é um grupo empresarial “de origem francesa, fundado em 1665, atualmente presente em 66 países, englobando cerca de 950 empresas, 11



MUNICÍPIO DE POMBAL

empresas em Portugal, e mais de 170 000 trabalhadores, 960 dos quais em Portugal. O pilar tecnológico-industrial do GRUPO SAINT-GOBAIN compreende as atividades de fabrico de vidro e de materiais de alta performance, disponibilizando um portfólio único de materiais e processos aos setores de Habitação, Transportes, Saúde e Indústria, sendo também líder mundial no mercado dos materiais para Construção através do fabrico de um leque variado de produtos, entre os quais, soluções de isolamento acústico e térmico, revestimentos e abrasivos, argamassas industriais, coberturas e condutas metálicas. Possuindo 8 centros de investigação espalhados pelo mundo, um deles em Portugal (Aveiro), a SAINT-GOBAIN é classificada como uma das 100 organizações mais inovadoras do Mundo, pela Thomson Reuters' Top 100 Global Innovators. De uma forma geral, em cada quatro produtos da SAINT-GOBAIN, um deles é um produto inovador que não existia no mercado.”

O grupo SAINT-GOBAIN adquiriu a IMOSA em 1998, pela necessidade de assegurar o fornecimento de areias de quartzo à Vidreira do Mondego (Figueira da Foz), tendo criado uma instalação de processamento das areias que envolveu um investimento da ordem de 1 600 000 €, e “desde então, a IMOSA especializou-se no processo de beneficiação das areias extraídas para a produção de matérias-primas minerais que obedecem aos mais elevados padrões de qualidade, essenciais ao fabrico de vidro (vidro branco e de cor), de materiais refratários, de materiais de revestimento (cimentos cola, rebocos projetados, pisos sintéticos) e de sistemas de filtração, de fundição e leitos fluidizados, entre outras aplicações”.

Nesta continuidade e em 2014, a IMOSA solicitou à DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA (DGEG), a alteração do regime de licenciamento da exploração de Nasce Água do domínio das massas minerais (pedreiras) para o domínio dos depósitos minerais (minas), tendo em consideração o tipo de matérias-primas extraídas e comercializadas (areias siliciosas/quartzosas e caulinos), tendo, para o efeito, requerido uma concessão de exploração mineira de depósitos minerais com uma área total de 133,60ha, englobando a área que se encontrava licenciada como pedreira.

Em junho de 2016, foi atribuída à IMOSA a concessão requerida para exploração de depósitos minerais de quartzo e caulino, com a celebração de um contrato com o Estado Português, em nome de IMOSA - INDÚSTRIAS MINEIRAS DO MONDEGO, S.A. (IMOSA), publicado em Diário da República, 2.ª Série, N.º 199, de 17 de outubro de 2016. A concessão mineira obteve o n.º de cadastro C-150 e a denominação “Nasce Água”.

A IMOSA requereu à DGEG, em julho de 2016, o alargamento da sua concessão de exploração com aumento de área em cerca de 8,82ha, que passou a integrar-se na concessão C-150, mediante adenda ao contrato de concessão, decorrente do despacho do Diretor-Geral de Energia e Geologia, de 21 de maio de 2019.

Assim sendo, a mina C-150 “Nasce Água” situa-se no lugar homónimo (topónimo que advém da presença ribeira de Nasce Água a ocidente da área mineira), na União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, concelho de Pombal, procedendo à exploração de um depósito arenoso a céu-aberto com a finalidade de produção de areias quartzosas e caulino.

A área da mina insere-se no domínio do diapiro de Monte Real, em área onde existem formações arenosas de origem eólica, correspondentes ao complexo Plio-Plistocénico Indiferenciado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

De acordo com elementos apresentados pela empresa, “o nível dos horizontes exploráveis na mina, a formação arenosa é constituída por areias siliciosas finas a médias, com fraco grau de coesão, cor variável em profundidade de amarelo-lacastanhado a branco acinzentado, com impregnações ferruginosas nas camadas mais superficiais e carbonosas nas camadas inferiores. No seio das areias, e mais em profundidade, ocorrem lentículas e intercalações de camadas argilosas. Globalmente, as areias apresentam in situ as características granulométricas e físico-químicas adequadas para a produção de areias quartzosas, a partir da beneficiação mineral realizada na instalação de processamento da mina, destinadas a diversos setores da indústria transformadora, nomeadamente à indústria vidreira, setor que absorve grande parte da produção da mina”.

Os resultados de caracterização mineralógica e química dos recursos geológicos existentes revelou que a formação arenosa ocorrente na mina de Nasce Água, designadas as areias também por “areias especiais” tem características únicas e excecionais “ao nível da composição química e da granulometria das areias, nomeadamente quanto aos teores in situ de sílica (SiO_2), alumina (Al_2O_3) e óxido de ferro (Fe_2O_3) e ao modo como estes elementos se relacionam com os parâmetros granulométricos, entre outros fatores, como a cor do grão e o grau de friabilidade do material”, sendo escassos, no território nacional, os depósitos com estas potencialidades.

A exploração da mina de Nasce Água contempla dois métodos de extração: o desmonte mecânico e a dragagem. O desmonte mecânico realiza-se nas camadas mais superficiais do depósito arenoso através de equipamentos de escavação, e abaixo da cota 40 m a exploração passa a fazer-se por dragagem até à cota 15 m (cota base da exploração prevista no Plano de Lavra), com a utilização de uma draga com funcionamento, a eletricidade, sendo que uma bomba instalada na parte terminal da lança da draga, efetua a sucção das areias que são enviadas também por ação de bombagem para a instalação de processamento de areias através de tubagem flexível. As areias extraídas são tratadas nos anexos mineiros, na instalação de processamento mineral da mina, designada por Lavaria Industrial, onde são realizados processos de redução de calibre, crivagem, lavagem e separação hidrogravítica, dos quais resultam diferentes gamas granulométricas de produtos finais - areias especiais de quartzo e areias comuns. As areias quartzosas são ainda submetidas a um processo de secagem. A água que resulta da separação sólido-líquido retorna à lagoa por meio de tubagem e a restante fração, composta por água e finos argilosos é enviada para uma bacia de retenção que alimenta a instalação de produção de caulinos. Na instalação de produção de caulinos a polpa argilosa é submetida a um processo de filtração e prensagem, resultando uma pasta de caulino espessado com baixo teor de humidade. A água resultante da filtro-prensagem é também enviada para a lagoa por tubagem.

É referido pela empresa IMOSA que a valorização do caulino decorre em parceria com a SABRIL (empresa vocacionada para este mercado específico) e permitiu abolir a produção de lamas resultantes do processamento das areias, inserindo-se numa lógica de racional aproveitamento do recurso explorado, evitando os desperdícios e aportando uma melhoria ambiental.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Verifica-se que todo o processo industrial de produção de areias e de caulino ocorre em circuito fechado, com tratamento e recirculação da água utilizada, que retorna à lagoa em condições de qualidade, não havendo perdas de água para o exterior da mina, não sendo originados efluentes líquidos.

Dentro dos anexos mineiros do processamento industrial, existem também as instalações sociais e administrativas, as quais incluem um parque de estacionamento de viaturas ligeiras e uma pequena oficina/armazém onde se realizam trabalhos de manutenção ligeira e armazenamento de peças e consumíveis.

A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO DA MINA C-150 DENOMINADA “NASCE-ÁGUA”

O projeto de ampliação da área para exploração tem, por objetivo de aceder a reservas que permitam assegurar a continuidade da mina de Nasce Água.

Em abril de 2017, a IMOSA apresentou à entidade licenciadora DGEG o projeto de ampliação da área de exploração da mina de Nasce-Água, sendo que:

- *Área licenciada (outrora pedreira):*
 - *Área de exploração - 22,27ha;*
 - *Área licenciada, ocupada por instalações anexas e outras funcionalidades (stock de inertes, aparcamento, acesso) - 1,90ha**Perfazendo uma área total licenciada de cerca de 24,17ha.*
- *Área de ampliação da exploração:*
 - *1.ª Fase de ampliação A - 7,18ha*
 - *1.ª Fase de ampliação B - 8,82ha;**Perfazendo um total da 1.ª fase de cerca de 16ha*
 - *2.ª Fase de ampliação - inicialmente uma área de cerca de 18,67ha, sendo ajustada recentemente e por questões de ordenamento do território, perfazendo atualmente cerca de 3,99ha;*

O projeto de ampliação da área de exploração da mina foi sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, conforme previsto no D. L. 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo D. L. 47/2014, de 24 de março e pelo D. L. 179/2015, de 27 de agosto, sendo a autoridade de AIA, a AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA), e obteve uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada, emitida em 16 de março de 2018. Menciona-se o facto que entre outros, as condicionantes da DIA impuseram a resolução das incompatibilidades com o PDM de Pombal, daí a necessidade, para dar prosseguimento aos licenciamentos inerentes a obtenção da Deliberação de Reconhecimento de Interesse Público Municipal prevista na alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º, do D. L. 165/2014, de 5 de novembro.

Mais se refere que esta área extrativa e enquanto pedreira foi alvo de outras duas Avaliações de Impacte Ambiental (2001 e 2007), sendo acompanhada em sede de procedimentos/monitorizações de pós-avaliação de AIA.

No referente às áreas de ampliação propostas para extração há a referenciar:

- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Carta de Classificação e Qualificação do Solo – este pedido abrange para a área licenciada (anterior pedreira) Espaço de Recursos Geológicos – Área de Exploração Consolidada; Para a ampliação da exploração 1.ª Fase – Área A - 4,66ha em Espaço de Recursos Geológicos – Área de Exploração Complementar sobreposta a Espaço Florestal de Produção e 2,52ha em Espaço de Recursos Geológicos –*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Área de Exploração Consolidada; Para a ampliação da exploração 1.ª Fase – Área B – 8,75ha em Espaço de Recursos Geológicos – Área de Exploração Complementar sobreposta a Espaço Florestal de Produção e 0,07ha em Espaço de Recursos Geológicos – Área de Exploração Consolidada; Para a ampliação da exploração 2.ª Fase, verifica-se que a totalidade da área, está inserida em Espaço Florestal de Produção, não estando integrada em Espaço de Recursos Geológicos;

- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Recursos Geológicos e Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertente - verifica-se que a totalidade da área está inserida no Sistema Aquífero Leirosa - Monte Real, que no território do concelho de Pombal assume a designação Sistema Aquífero da Mata do Urso (SAMU);*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Estrutura Ecológica Municipal – verifica-se que as áreas de ampliação da exploração 1.ª Fase – Área A e 1.ª Fase – Área B e 2ª Fase – são abrangidas na sua totalidade, pela Estrutura Ecológica Municipal – Complementar – Área Complementar Tipo II;*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Equipamentos e Infraestruturas – não apresenta condicionalismos, sendo de salientar a proximidade das áreas de ampliação da exploração 1.ª Fase – Área A e 1.ª Fase – Área B – relativamente a infraestruturas de gasoduto existente, das quais devem ser salvaguardadas as devidas distâncias;*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Sistema Patrimonial – não apresenta condicionalismos;*
- *Na Planta de Condicionantes – Condicionantes Gerais do PDM - verifica-se que as áreas de ampliação da exploração 1.ª Fase – Área A e 1.ª Fase – Área B – têm por limite Este a passagem de um Gasoduto de 1.º Escalão, ligado às instalações de armazenagem subterrânea de gás natural, do qual devem ser salvaguardadas as devidas distâncias; A área de ampliação 1.ª Fase – Área A faz limite com a concessão mineira C-125 denominada “Guia”; Quanto à área de ampliação da exploração 2.ª Fase, uma parcela encontra-se inserida no perímetro de proteção – Zona de Proteção alargada do furo P1-200 (Portaria n.º34/2013 de 29/01);*
- *Na Planta de Condicionantes – Carta da Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas – não apresenta condicionalismos;*
- *Na Planta de Condicionantes – Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) – verifica-se que as áreas de exploração são todas elas abrangidas parcialmente por servidão de REN, em Tipologias – Duna (Dunas costeiras e dunas fósseis), a área de ampliação da exploração 1.ª Fase – Área A apresenta-se abrangida em 1,13ha; a área de exploração 1.ª Fase – Área B apresenta-se abrangida em 2,77ha, e a área de exploração da 2.ª Fase, é abrangida na sua quase totalidade na mesma tipologia;*
- *Na Planta de Condicionantes – Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal e Áreas percorridas por Incêndio – verifica-se que a área não foi percorrida por incêndios florestais e nada há a referenciar relativamente à perigosidade de incêndio florestal.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Verifica-se que todas as áreas previstas para ampliação da exploração da mina “Nasce-Água” se encontram inseridas no Sistema Aquífero da Mata do Urso e apenas as áreas de exploração da 1.ª Fase – Áreas A e B estão abrangidas na sua totalidade por Espaço de Recursos Geológicos. A ampliação proposta para exploração 2.ª Fase, não se encontra inserida em Espaço de Recursos Geológicos, mas sim em Espaço Florestal de Produção.

De acordo com o definido no Título III – Salvaguardas e particularmente no ponto i) da alínea d) do ponto 1 do art.º 20.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Pombal (PDM), publicado no Aviso n.º 4945/2014, da 2.ª Série do Diário da República n.º 71 de 10 de abril de 2014, no Sistema Aquífero da Mata do Urso, são proibidas as «(...) explorações de recursos geológicos fora das áreas delimitadas como Espaço de Recursos Geológicos na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM-Pombal.» Para a área inserida em Espaço de Recursos Geológicos, de acordo com o estipulado na Secção VIII, do Regulamento do PDM de Pombal é permitida a exploração e aproveitamento de recursos geológicos de forma racional e sustentada.

Verifica-se que apenas a 2.ª Fase apresenta condicionalismos em termos de ordenamento do território que impedem a sua legalização e nessa base é solicitado o Reconhecimento de Interesse Público Municipal (RIPM). Nestes termos e para o efeito, a 2ª Fase foi reduzida, passando de 18,67ha na proposta inicial para a proposta em análise com cerca de 3,99ha, abrangendo apenas Estrutura Ecológica Municipal – Complementar – Área Complementar Tipo II.

Anexa-se para conhecimento certidão da reunião da Câmara Municipal de Pombal, datada de 8.11.2017, para a área inicial da 2ª Fase, com cerca de 18,67ha, de anterior pedido de RIPM da IMOSA, altura em que se observava uma Moção de Recomendação da Assembleia Municipal de Pombal, de 18 de fevereiro de 2015, sendo que o Município de Pombal apenas poderia emitir parecer favorável para exploração nas áreas inseridas em Espaço de Recursos Geológicos no PDM em vigor, para todo o território concelhio.

Atendendo à solicitação efetuada e no âmbito do processo de licenciamento e respetiva conferência decisória deverão ser tidos em consideração os pareceres/condicionalismos das entidades intervenientes nas respetivas matérias em causa, em termos ambientais e de ordenamento do território, nomeadamente a APA, a CCDR-C e o

A REGULARIZAÇÃO DOS ANEXOS MINEIROS

Em junho de 2017, a IMOSA apresentou à entidade licenciadora DGEG, no âmbito do RERAE, o pedido de regularização relativo aos anexos mineiros, de forma individualizada das questões referentes à ampliação da exploração mineira propriamente dita, como dispõe o D. L. 165/2014, de 5 de novembro, havendo neste âmbito também a necessidade para dar prosseguimento ao processo, de apresentar a Deliberação de Reconhecimento de Interesse Público Municipal.

Os anexos mineiros a regularizar consistem, num pavilhão afeto à exploração de caulino e em instalações ou pequenas ampliações complementares da instalação de processamento de areias e das instalações sociais. Todas estas instalações ficam integralmente localizadas na área primordialmente licenciada como pedreira, atualmente inserida na concessão C-150 “Nasce Água”.

No referente aos anexos mineiros há a referenciar:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Carta de Classificação e Qualificação do Solo – os anexos mineiros encontram-se em Espaço de Recursos Geológicos – Área de Exploração Consolidada;*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Recursos Geológicos e Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertente – verifica-se que a totalidade da área está inserida no Sistema Aquífero Leirosa - Monte Real, que no território do concelho de Pombal assume a designação Sistema Aquífero da Mata do Urso (SAMU);*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Estrutura Ecológica Municipal – verifica-se que os anexos mineiros, particularmente a área afeta à unidade de filtro-prensagem de caulino são atravessadas por linha de água que é abrangida por Estrutura Ecológica Municipal – Complementar – Área Complementar Tipo II;*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Equipamentos e Infraestruturas – a área dos anexos mineiros não apresenta condicionalismos;*
- *Na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Sistema Patrimonial – não apresenta condicionalismos;*
- *Na Planta de Condicionantes – Condicionantes Gerais do PDM – verifica-se que a área afeta aos anexos mineiros, está inserida em área de pedreira (massa mineral); parcialmente a área dos anexos mineiros englobando a área afeta à unidade de filtro-prensagem de caulino encontra-se inserida no perímetro de proteção – Zona de Proteção alargada do furo P1-200 (Portaria n.º34/2013 de 29/01) e é atravessada por linha de água;*
- *Na Planta de Condicionantes – Carta da Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas – não apresenta condicionalismos;*
- *Na Planta de Condicionantes – Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) – verifica-se que a linha de água referenciada na Planta de Condicionantes – Condicionantes Gerais do PDM e na Planta de Ordenamento do PDM de Pombal – Estrutura Ecológica Municipal é uma linha de água com servidão de REN – Leitões dos Cursos de Água;*
- *Na Planta de Condicionantes – Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal e Áreas percorridas por Incêndio – verifica-se que a área não foi percorrida por incêndios florestais e nada há a referenciar relativamente à perigosidade de incêndio florestal.*

Verifica-se que toda a área afeta aos anexos mineiros se encontra inserida em Espaço de Recursos Geológicos – Área de Exploração Consolidada. Para a área inserida em Espaço de Recursos Geológicos, de acordo com o estipulado na Secção VIII, do Regulamento do PDM de Pombal é permitida a exploração e aproveitamento de recursos geológicos de forma racional e sustentada, admitindo-se, de acordo com o estipulado na alínea a) do ponto 2, do art.º 74.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Pombal (PDM), publicado no Aviso n.º 4945/2014, da 2.ª Série do Diário da República n.º71 de 10 de abril de 2014, «As instalações de apoio e complementares da atividade extrativa, nomeadamente a indústria anexa e transformadora, bem como a edificação necessária e indispensável para o funcionamento da atividade de exploração de recursos minerais (...)».



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quanto aos condicionalismos existentes, nomeadamente no referente à existência de uma linha de água com servidão de REN – Leitões dos Cursos de Água, abrangida por Estrutura Ecológica Municipal – Complementar – Área Complementar Tipo II, em trabalho de campo verificou-se que a linha de água tem orientação E-W, e a Este da Concessão Mineira C-150 é visível a sua existência até à proximidade do aceiro que contém o gasoduto, não havendo vestígios geográficos da mesma depois do aceiro até à C-150; A W das instalações da empresa verifica-se que a mesma existe, sendo uma linha de drenagem natural, desprovida de água.

Referencia-se novamente que devido a esta servidão existente no PDM em vigor, há a necessidade do pedido de regularização ser instruído com a deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal (RIPM) para a regularização das instalações anexas/ anexos mineiros, sendo que a questão desta linha de água deverá ser analisada pela entidade responsável nestas matérias, a APA, bem como nas questões da REN, a CCDR-C, em sede de conferência decisória.

Município de Pombal – Proposta de Condicionalismos a impor em sede de Conferência Decisória no âmbito dos Licenciamentos em curso

Atendendo à localização deste projeto, em termos ambientais e de ordenamento do território, e tendo sempre em atenção a salvaguarda do SAMU em equilíbrio com as atividades em desenvolvimento no mesmo, tendo em vista o desenvolvimento sustentável propõe-se:

- *Assegurar que todos os trabalhos são efetuados de acordo com critérios de gestão ambiental responsáveis, avaliando, prevenindo e minimizando todos os impactes, particularmente nos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, tendo em consideração que a área se encontra inserida no interior do Sistema Aquífero da Mata do Urso (SAMU), onde existe uma grande reserva de água doce, a partir da qual está a ser efetuado abastecimento público de água, sendo pois da mais elevada importância, a salvaguarda e proteção desses recursos, no referente a qualquer tipo de interferência ou contaminação;*
- *Demonstrar que se procede à exploração sustentada dos recursos geológicos existentes, melhoramento dos processos de exploração, tendo em vista o melhor aproveitamento dos recursos minerais existentes, reduzindo ao mínimo possível os desperdícios de recursos e as externalidades sobre o ambiente;*
- *Considerando a existência de Estrutura Ecológica Municipal – Área Complementar Tipo II, deverão obrigatoriamente implementar-se todas as medidas de minimização de impactes desta atividade e demonstrar que são salvaguardados os valores ambientais em presença no interior dessas áreas, nomeadamente pela valorização e proteção ecológica, biofísica e paisagística da área em questão, na dicotomia exploração/recuperação paisagística;*
- *Deverá ser monitorizado o Nível Freático, através de medições piezométricas regulares do aquífero superficial livre;*
- *Deverá ser monitorizada a cota de fundo da dragagem, através de levantamento batimétrico do fundo da lagoa;*
- *Deverá ser monitorizada a qualidade de água existente na lagoa;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Verificar/monitorizar as condições de operação da draga, no referente ao controlo da cota máxima de dragagem, corrigindo de imediato eventuais anomalias detetadas, de forma a assegurar cumprimento das cotas de fundo estabelecidas no projeto;*
- *Não exceder a cota base da exploração definida no projeto e aprovada no Plano de Lavra;*
- *Deverá ser dado cumprimento integral a todas as medidas de minimização de impactes, provenientes da exploração, tendo em conta a salvaguarda e proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas locais, bem como a qualidade do ar e da água e o ambiente acústico;*
- *O cumprimento integral de todas as zonas de defesa referentes a todos os caminhos públicos que existem nas proximidades da área e/ou a ladeiam e/ou a atravessam, devendo ser devidamente protegidos e salvaguardados, bem como todas as serventias públicas existentes;*
- *A recuperação paisagística e ambiental da área de lavra deve ser efetuada de forma faseada, à medida que vão sendo libertas áreas de extração;*
- *Deve ter-se em atenção na recuperação paisagística e ambiental da área de lavra, a reconstrução de forma cuidada da rede de drenagem natural, em toda a área afeta ao núcleo extrativo, com o objetivo evitar o escoamento aleatório das águas pluviais pela área da mina;*
- *Todos os trabalhos de exploração a serem executados, devem ser efetuados de acordo com os critérios de boas práticas da indústria extrativa, assegurando que as bancadas de desmonte apresentam as dimensões estabelecidas no projeto de modo a conferirem estabilidade às zonas exploradas e evidenciem um espaço funcional e espacialmente organizado;*
- *Todas as linhas de água devem ser salvaguardadas e protegidas em todos os seus domínios; Efetuar ações que garantam a proteção permanente à ribeira de Nasce Água, evitando situações, mesmo provisórias ou temporárias que possam pôr em risco a obstrução desta linha de água por deslizamentos, acumulação de materiais ou outros;*
- *Todas as áreas afetadas à lavra devem ser, e permanecer devidamente vedadas e sinalizadas, com sinalização adequada;*
- *Dar cumprimento a toda a legislação ambiental e demais legislação complementar em vigor;*
- *Tomar todas as medidas adequadas e necessárias à garantia e salvaguarda da segurança de trabalhadores e terceiros, por quaisquer trabalhos decorrentes da atividade da empresa, na área(s) de lavra da concessão mineira em causa;*
- *Dar cumprimento a todas as medidas necessárias para a diminuição do empoeiramento;*
- *Os stocks de materiais geológicos produtivos, bem como de estéreis devem ser devidamente acondicionados, em condições de estabilidade e segurança, com declives pouco acentuados e pouco alteados; Evitar a localização destes depósitos em locais da área da mina por onde se processe o escoamento preferencial das águas pluviais;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *A não plantação de eucaliptos, na recuperação paisagística e ambiental das áreas intervencionadas pela lavra, neste caso particular porque a área se insere no Sistema Aquífero da Mata do Urso, e de acordo com o disposto no ponto i) da alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do Regulamento do PDM de Pombal, é proibida a sua plantação;*
- *As fossas seguidas de poços absorventes existentes para receção de esgotos domésticos das instalações sociais, e para as águas dos separadores de óleos, devem obrigatoriamente ser fossas estanques, devendo verificar periodicamente a integridade das mesmas, assegurando a sua estanquicidade e o seu bom estado de funcionamento;*
- *A escolha do floculante a ser utilizado nos processos deve garantir que o mesmo apresente uma boa proteção do ambiente;*
- *Preservar e reforçar o coberto arbóreo existente;*

Ponderação de Fatores e Avaliação de decisão

A IMOSA posiciona-se como uma empresa capaz de responder às exigências impostas pelos mercados a que se dirige, capacidade que lhe advém da utilização de processos organizacionais e tecnológicos modernos, encontrando-se apetrechada com as melhores tecnologias ao dispor deste segmento da indústria extrativa, assegurando matérias-primas com elevados padrões de qualidade, ao nível dos parâmetros químicos e granulométricos, bem como na estabilidade destes mesmos valores ao longo dos fornecimentos.

O mercado principal da IMOSA é a indústria vidreira, a nível nacional, destacando-se, entre os seus clientes, a Vidreira do Mondego - Verallia Portugal, S. A., o Grupo Barbosa e Almeida – BA Class, S. A. e a Gallo Vidro, S.A. (Grupo Vidrala), seguindo-se outros setores industriais associados a variados processos de fabrico, tendo também como clientes como a Soporcel, S.A. e a Portucel, S.A. (Grupo Navigator), a Celbi, S.A. e a GreenVolt, S.A. (Grupo Altri), a Revigrés, S.A., o Grupo Preceram, a MateCerâmica, S.A. e a Agremor, S.A.

É de fundamental importância a continuidade da Mina de Nasce Água para suprir as necessidades de matérias-primas necessárias aos processos de fabrico de diversos setores da indústria transformadora nacional. A nível internacional, no comércio das exportações, as vendas da IMOSA, fazem-se para destinos como Espanha, Irlanda, Argélia, Marrocos, Chile e Austrália, entre outros.

Salienta-se a conduta de responsabilidade social da IMOSA, através de ações voluntárias que, entre outras finalidades, visam apoiar financeiramente as instituições locais de carácter social e humanitário, sendo referido pela empresa, que sempre que solicitado, tem disponibilizado os meios existentes na mina para ações no âmbito da Proteção Civil.

Na Mina são utilizados processos organizacionais e tecnológicos que permitem efetuar um aproveitamento racional e ambientalmente sustentado de todas as matérias minerais extraídas. De acordo com o apresentado, as condições existentes são o resultado de grandes investimentos realizados pela IMOSA na Mina de Nasce Água, tendo obtido o aumento da eficiência produtiva e da qualidade dos produtos, a par com a proteção ambiental e a segurança de pessoas e bens.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Face a todo o exposto, e tendo em vista a fundamentação do eventual Reconhecimento de Interesse Público por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Pombal, procedeu-se à ponderação de um conjunto de fatores económicos, sociais e ambientais em presença, assim como à ponderação de um conjunto de indicadores de apoio à decisão, tendo por base o preceituado na Constituição da República Portuguesa, bem como os princípios gerais da Administração Pública, conforme parecer jurídico emitido, com vista à clarificação dos critérios a utilizar na atribuição do interesse público, datado de 25 de fevereiro de 2015, vertidos em tabela no final da presente informação.

Tendo em consideração o anteriormente descrito e os fatores ponderados, e considerando que a dinâmica industrial, e particularmente a Indústria Extrativa é um dos motores de desenvolvimento concelhio, e tendo em consideração o histórico da empresa em termos de aproveitamento racional e ambientalmente sustentado dos recursos minerais existentes na jazida que explora, sugere-se a atribuição de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para a ampliação da área de exploração da mina C-150 e para os anexos mineiros existentes no interior da mesma. À consideração superior,

Fatores Económicos	Ponderação
<i>Indicação do volume de investimento realizado/ a realizar</i>	<i>Sem informação</i>
<i>Investimento que permita a mobilização de recursos locais no que se refere à construção e dinamização da atividade económica direta.</i>	<i>Sim</i>
<i>Existência de alternativa à deslocalização da atividade para local adequado, no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo e apresentação de estudo económico</i>	<i>Impossível; É uma jazida mineral de elevado interesse e é naquele local que existe;</i>
<i>Demonstração de procura de mercado</i>	<i>Sim. Mercado interno e externo/ exportação dos recursos minerais específicos da mina</i>
<i>Existência de impactes em atividades conexas, a montante ou a jusante (possibilitar a dinamização/criação de atividades económicas em complementaridade que acrescentam valor ao produto ou que venham a possibilitar a sua produção com valor acrescentado; i.e. atividades não ligadas diretamente à atividade produtiva mas que acrescentam valor para a economia).</i>	<i>Sim. Fornecimento de matérias primas a vários tipos de empresas, nomeadamente a vidreira, e a cerâmica, entre outras; Comércio internacional;</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

<i>Indicação da faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos</i>	<i>IMOSA: Nos últimos 5 anos apresentou volume de negócios acima de 3 milhões de euros; cifrado em cerca de 3,7 milhões de euros em 2020</i>
<i>Existência de produtos certificados</i>	<i>Várias certificações</i>
<i>Fatores sociais</i>	
<i>Aferição do número de postos ex novo diretamente pela realização do investimento no objeto de declaração de interesse público</i>	<i>Sem informação</i>
<i>Satisfação das necessidades da população abrangida pelo seu raio de atração (independentemente de vir a gerar lucro para a entidade que beneficiará da declaração) ou necessidades particulares</i>	<i>Apresentou declarações em como dá apoio às populações locais</i>
<i>Ponderação do conjunto de respostas sociais desenvolvidas através do objeto de declaração de interesse público</i>	<i>Sem informação</i>
<i>Indicação dos custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações</i>	<i>Sem informação</i>
<i>Indicação do número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local</i>	<i>Atualmente emprega 15 colaboradores diretos na mina, pretendendo contratar mais mão-de-obra qualificada. Possibilidade de admissão de novos recursos humanos com a ampliação da mina</i>
<i>Fatores ambientais</i>	



MUNICÍPIO DE POMBAL

<i>Garantia de estabilidade do equilíbrio ecológico atualmente existente, justificando tecnicamente as soluções com estudo adequado</i>	<i>Mina licenciada; Realização ao longo do tempo de três Avaliações de Impacte Ambiental (2001;2007 e 2018, todas com DIAs Favorável Condicionado</i>
<i>Adoção de medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactes ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar.</i>	<i>Acompanhamentos em sede de pós avaliação de AIA/ Realização de monitorizações em vários descritores ambientais</i>
<i>Possuir certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social.</i>	<i>Sim, tem implementado um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança</i>
<i>A implementação de métodos de valorização dos recursos naturais em presença, bem como de resíduos resultantes da atividade.</i>	<i>Sim, com a criação de infraestrutura de aproveitamento de caulinos</i>
<i>Existência de ocorrências que afetaram pessoas e bens</i>	<i>Não</i>
<i>Existência de reclamações por parte da população residente</i>	<i>Não</i>
<i>Utilização de produtos químicos em quantidades significativas</i>	<i>Sem informação</i>
Outros fatores	
<i>Distinções nacionais e internacionais</i>	<i>Sem informação</i>
<i>Existência de outras entidades que possam beneficiar do mesmo tipo de declaração por estarem em condições de igualdade</i>	<i>Sim</i>
<i>Existência de pedidos previamente indeferidos a outras entidades na mesma situação</i>	<i>Não</i>



MUNICÍPIO DE POMBAL

<i>Necessidade das populações satisfeitas está em consonância com as necessidades prosseguidas pelo próprio Município de forma imediata ou mediata</i>	<i>Sim, potencia o crescimento económico do concelho</i>
<i>Potenciação da fixação das populações no concelho de Pombal, nomeadamente a fixação de população jovem, prevenindo o êxodo de mão-de-obra qualificada do concelho de Pombal</i>	<i>Sim. Através da criação de emprego direto e indireto</i>
<i>Não constituição para a autarquia de qualquer encargo com a execução de obras ou infraestruturas não previstas nas opções do plano.</i>	<i>Salienta-se com o licenciamento da ampliação/ a atribuição de royalties gerados anualmente na mina ao Município de Pombal conforme estabelecido recentemente na Lei de Minas DL30/2021 de 7/05</i>

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Odete Alves e Luís Simões, do Partido Socialista, remeter o presente pedido à Assembleia Municipal para efeitos de reconhecimento de interesse público, nos termos propostos na informação supratranscrita.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se há intervenções sobre este ponto. Estão abertas as inscrições.”

Aníbal Cardona (PS):

“A intervenção que eu vou fazer está relacionada não só com este ponto, mas também com alguma insistência de discussão relativamente à possibilidade de extração mineira. Eu acho que nós não estamos aqui propriamente a falar de uma questão, nem técnica, nem económica; nós estamos aqui a falar de uma questão política, ou então mesmo a falta dessa política.

Eu acho que houve oportunidade, nestas últimas décadas, de se fazer uma definição clara do que é que nós queremos, efetivamente, para Pombal.

Eu nem sequer vou discutir o impacto ambiental e de paisagem – e não só, desde logo a utilização dos meios de circulação e de contaminação do meio ambiente, de uma exploração destas. Eu entendo que se é esse o caminho que Pombal quer traçar em termos de desenvolvimento económico e industrial, deveria ser claramente definido num primeiro ponto. E se nós não definirmos esse caminho, estas situações vão ter que ser analisadas uma a uma, e não me parece que seja aquele argumento do Senhor Presidente, se isto não tem impacto na população. Não, isto devia corresponder a uma política que nós temos que definir a montante, qual é o nosso modelo de



MUNICÍPIO DE POMBAL

desenvolvimento, se é o de Donetsk ou o de Silicon Valley. Isso não está definido, como não esteve definido para o comércio tradicional, quando se licenciaram as grandes superfícies dentro do perímetro urbano de Pombal e dizimámos a nossa identidade socioeconómica, que era o comércio tradicional.

Portanto, aquilo que eu sugiro é que, efetivamente, se clarifique qual é o tipo de indústria que nós queremos, e o tipo de indústria que nós não queremos. Basta a resposta a esta pergunta, e já nos clarifica qual é o nosso caminho perante estas possibilidades de extração.

Quando nós falamos nas areias, nós estamos a falar desde logo num tipo de material que tem de ser explorado em quantidade. E aqui, nós temos aqui um exemplo – mais do que um exemplo – aqui mesmo dentro de Pombal, em que nós olhamos e até vemos que as próprias regras de exploração são sofrivelmente cumpridas, que não sabemos – que isso foi uma pergunta que o João fez, que não sabemos se aquela taxa é cobrada ou não é cobrada – e o Senhor Presidente esqueceu-se de colocar essa questão.

Eu penso que o facto de termos aqui dois pontos nesta Assembleia sobre assuntos que são bastante semelhantes, eles estão aqui porque não houve uma definição exatamente do que é que nós queremos para Pombal. E essa pergunta deve ser formulada claramente, deve ser respondida claramente – efetivamente, o tipo de indústria que queremos, se será este, ou se será outro, porque isto não pode ser analisado como o Senhor Presidente disse, qual é o benefício para a população, etc. Eu tenho é que saber, se eu criar aquele impacto na paisagem, qual é a atividade económica que eu estou a delapidar, de alguma forma, porque ao ter impacto na paisagem, posso estar a limitar outro tipo de atividade económica, nomeadamente até de maior valor acrescentado – o turismo, por exemplo.

Portanto, esta reflexão não deve ser vista meramente na perspetiva técnica, nem na perspetiva económica; deve ser uma questão política que deve ser clarificada de uma vez por todas, porque assim nós provavelmente teremos esta questão logo à cabeça respondida.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente da Câmara, efetivamente venho insistir na pergunta de 28 de outubro: há ou não há cobrança de taxa de exploração de inertes no nosso concelho, também referente a esta exploração?

Peço desculpa pela insistência, mas como não tenho resposta, tenho que aproveitar todos os momentos em que a agenda me permite, e que está presente essa questão, de uma forma evidente. Está levantada, e continuo sem esclarecimento.

Isto porquê? Porque, efetivamente, há um impacto na vida das pessoas por causa destas explorações e destas atividades económicas, isso é inquestionável. E o Senhor Presidente da Câmara até referiu num ponto anterior, numa resposta a uma cidadã, que teríamos que avaliar esses impactos. Esses são evidentes, são evidentes, por isso é que as populações se manifestam.

Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara podia estar a identificar, em relação a esta atividade económica em concreto – até porque está um pedido de declaração de interesse público – é, efetivamente, qual é que é o interesse público que se sobrepõe aos prejuízos que são evidentes para a população, nomeadamente os riscos ambientais, e aqui em causa até estaria a defesa do aquífero que serve Pombal, o Concelho de Leiria, e não só.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, não fica evidente do pedido – ouvi a explicação do Senhor Vereador Pedro Navega, a elencar que isto seria quase um processo automático, na medida em que decorre de um instrumento legal que está ao dispor de alguns cidadãos para legalizar alguns equipamentos, que de outra forma não seriam legalizáveis, mas isso não colhe, porque está pedida uma identificação do interesse público, e esse não resulta evidente do pedido que veio à reunião de Câmara, do pedido que aqui está a ser discutido, para ser aprovado, não está identificado. São os quinze postos de trabalho? É isso que faz com que nós tenhamos que suportar o risco iminente de ter uma diminuição da utilização do aquífero e dos recursos naturais que estão naquela zona, ou noutras zonas do concelho? Eu tenho dificuldade em identificar. E portanto, se me quantificassem isso numa taxa e num valor concreto, poderia analisar – podia não concordar, mas tinha algo objetivo para analisar. Efetivamente, não temos. E isso continua há décadas – permitam-me dizer isto, porque já estou aqui nesta casa há décadas, a perguntar precisamente isto. O Senhor Presidente da Câmara, Narciso Mota, não me quis responder, o Senhor Presidente da Câmara, Diogo Mateus, não teve a pergunta da minha parte, e o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Pimpão, ainda não me respondeu – aliás, sobre uma coisa curiosa, é que na altura em que eu lhe fiz a pergunta, ainda não tinha nada a ver com o seu mandato, era apenas uma curiosidade.

E neste momento, já impende sobre o seu mandato.

Portanto, em termos estratégicos, convinha perceber se cada vez que, realmente, tivermos uma exploração mineira, se tivermos uma exploração de inertes no nosso concelho – e não são poucas – se temos que ponderar entre receber nada por conta de uma atividade económica que merece, naturalmente, o nosso respeito, porque não temos nada contra a iniciativa privada, mas se não há necessidade de prover um justo equilíbrio entre essa atividade económica e o impacto público que essa atividade económica particular tem numa determinada zona, ou no concelho como um todo.

E portanto, eu continuo sem me sentir esclarecido, e por consequência, sem me sentir capacitado para votar a favor deste ponto em concreto. E não tem nada a ver com o Senhor Presidente da Câmara; tem a ver, em concreto, com o pedido do particular, é isso que eu estou a dizer – com o pedido deste particular, e outros semelhantes, naturalmente.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Ora, sobre este ponto, só aqui duas observações, e vamos também definir qual é o ponto onde queremos pôr a discussão – se queremos colocar a discussão no ponto teórico ou no ponto prático.

É que, em teoria, a defesa do ambiente, pois com certeza; em teoria, o turismo, árvores, zona verde, claro que sim; mas, evidentemente, as explorações têm que existir, porque senão o vidro não existe, as estradas não existem, as casas não existem. Portanto, elas têm que ser devidamente enquadradas, efetuadas nos locais próprios para isso, e por isso é que estão previstas nos instrumentos de gestão territorial.

Naturalmente, nós não podemos colocar no mesmo saco a IMOSA e as pedreiras. Quer dizer, nós estamos a discutir a IMOSA, ou as pedreiras, ou estamos a discutir o quê? Neste ponto, estamos a discutir a IMOSA. Eu acho que quem traz outros assuntos para a mesma discussão é exatamente com o objetivo de fazer uma “salada russa” de coisas, em que ficamos na parte superficial da discussão, e ficamos na parte da teoria, do



MUNICÍPIO DE POMBAL

ambiente, da defesa do ambiente, e tudo o que é intervenção de exploração é má para o ambiente.

Vamos ver aqui duas coisas. Primeiro que tudo, estas matérias-primas exploradas na IMOSA são exportadas para muitos países do mundo, e são de boa qualidade. Esta entidade, esta empresa que explora, emprega diretamente – está no relatório – quinze trabalhadores. O que é que será que acham esses quinze trabalhadores sobre as observações que se fazem aqui, do ponto de vista teórico, desta Assembleia, se estiverem a assistir?

Esta empresa tem três avaliações de impacto ambiental favoráveis nos últimos quinze anos – julgo que a primeira é de 2007. Esta avaliação tem também um programa de monitorização constante dos lençóis freáticos, da profundidade de exploração, da dragagem e do desmonte mecânico, e são permanentemente acompanhados.

Uma pergunta também: qual a proporção de ampliação daquilo que existe que esta empresa está aqui a pedir, e que nós, se votarmos favoravelmente, vamos permitir? Tiveram oportunidade de verificar? É uma percentagem de dobrar a capacidade de exploração, é uma percentagem de mais 10%, mais 5%? Não estamos a falar de quatro hectares sequer, são 3,99, e era muito diferente daquilo que a empresa queria num primeiro momento – queria muito mais, e a Câmara propôs-lhe uma ampliação muito mais condicionada, face àquilo que a empresa tinha.

E por aqui, concluir só com duas observações, que me deixam muito tranquilo, depois de tudo o que expressei, sobre o voto favorável a este ponto, que tem a ver com o seguinte: primeiro que tudo, os técnicos do Município, nomeadamente a Eng.^a Túlia, que acompanha estas matérias, é do mais minucioso e do mais cuidadoso que nós temos neste Município, em termos ambientais – é a área de formação dela – e é absolutamente minuciosa. E portanto, se eu tenho um documento assinado por esta técnica, que tem uma informação favorável, pois com certeza, merece-me essa confiança.

Para além disso, também salientar aqui uma questão que eu acho relevante: nós vamos discutir, no ponto a seguir, a petição de uma associação de moradores desta zona do território do Concelho de Pombal, que é uma associação muito atenta às explorações, ao meio ambiente naquele local. Pois, tivemos oportunidade inclusivamente, e tive oportunidade de o fazer pessoalmente, de interpelar essa associação relativamente à questão da IMOSA, isto a pretexto da comissão de acompanhamento do investimento da Lusaves naquele território. E do ponto de vista da associação de moradores, que versa a sua defesa do aquífero na petição que nos fez chegar na última Assembleia Municipal, não há qualquer preocupação sobre a questão da IMOSA.

E portanto, não vamos diabolizar simplesmente este investimento e esta empresa, apenas porque está a extrair recursos do solo, e vamos ver os pequenos detalhes que temos aqui presentes nesta informação, relativamente à forma controlada e à forma bastante observada por parte das entidades, e do Município também, no que toca ao licenciamento da sua atividade. E portanto, não vamos fazer disto uma “salada russa”, porque só porque estamos a explorar os recursos naturais, é uma coisa má e diabólica.”

Nuno Oliveira (PS):

“Bem, eu vou começar por ler uma frase que está aqui no documento, e que eu atribuo ao Vereador Pedro Navega – suponho que tenha sido por si redigida – que diz que “tendo em consideração o anteriormente descrito (...) e considerando que a dinâmica industrial, e particularmente a indústria extrativa, é um dos motores de desenvolvimento concelhio”, que é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

frase que, de facto, e neste contexto das generalizações, eu gostava de ver mais concretizada, porque a nossa questão aqui tem a ver precisamente com isso, com perceber se é, de facto, estratégico para o concelho entender que essa atividade extrativa é uma atividade essencial para o concelho, e se entenderem que é, como aqui está escrito, por quê.

A nossa questão continua a ser essa, quais são os benefícios para o Município que decorrem da existência dessa atividade extrativa.

Há aqui, de facto, um processo que não é um processo mais típico – ou seja, o que está aqui é um reconhecimento de interesse público municipal, a atribuir aqui a uma entidade privada – e eu pergunto se não haveria um outro processo de licenciamento da estrutura. O que suponho é que existem ali estruturas para licenciar, se não poderiam ter sido licenciadas de uma outra forma, se há aqui alguma construção que tenha sido feita sem licença no passado – é uma pergunta objetiva – e aqui numa questão que até foi aqui também lançada pelo Renato Guardado, e que me parece pertinente, esta questão da comparação da IMOSA com as pedreiras.

Nós não pretendemos, obviamente, diabolizar a empresa em si, que, de facto, é conhecida por ter algumas boas práticas. E portanto, nós não temos nada que nos mova contra a empresa, da qual temos as melhores referências; o que queremos perceber é o que é que isso beneficia o concelho, porque não chega a empresa ter boas práticas e ter boas referências.

Vimos aqui um argumento, que não sei se é o único, que é a questão dos quinze trabalhadores, e se é esse o argumento que justifica o reconhecimento do interesse público municipal, porque se for isso, teremos esse caso a poder ser mimetizado por uma infinidade de empresas. E eu aproveito – porque talvez possa ser um auxílio nessa resposta – para perguntar também por que é que o Município – que entendo das palavras do meu colega Renato Guardado, pelos vistos a empresa pediu para licenciar mais de dezoito hectares, e pelas suas palavras, terá sido por interferência da Câmara que esse pedido foi reduzido para 3,99 hectares. Qual foi o critério da Câmara? Ou seja, terá havido algum motivo para reduzir essa área? E eu gostava de saber esse motivo, porque, se calhar, esse motivo justifica também o facto de estar contra ou a favor destes 3,99 hectares que agora se propõe validar.”

Manuel Serra (PPD/PSD):

“Ora, sobre este assunto, eu tenho algum conhecimento, foi um assunto que ainda me passou nas mãos, enquanto Presidente de Junta, e sobre o qual também dei parecer.

A minha Junta preocupava-se enormemente com a desfiguração do terreno, com este tipo de explorações, porque quem for ao Google e faça uma imagem de cima, e veja toda aquela zona, estão ali uma série de areiros, uma série de buracos, em que eu cheguei, nesta Assembleia, também a dizer que nós qualquer dia temos lá uma paisagem lunar, sem grandes vantagens. Isto porquê? Porque as areias saem, as águas saem – foi outro processo que também aqui andámos, e foi a própria Câmara que se pôs nessa guerra, era o Senhor Presidente de Câmara, na altura, deputado, e também acompanhou esses trabalhos, quando se tratou da exploração da água pela Águas do Mondego, para levar para Leiria.

E portanto, nós sempre defendemos, ou tentámos defender, os recursos do nosso território, para que, de alguma forma, o que fosse explorado no nosso território pelo



MUNICÍPIO DE POMBAL

menos revertesse em algum benefício para o território. E essencialmente reverte muito pouco.

A Câmara nunca o fez, não sei se por efeitos legais está impedida de o fazer, o que é um facto é que fica muito pouco – é evidente, fica a boa vontade das empresas, que dão umas carradas de areia quando é preciso, que fazem uns jeitinhos quando é preciso, mas, quer dizer, isso não tem nada a ver, de facto, com uma parte da riqueza que é explorada ficar, efetivamente, no território.

E mais, no futuro, como todos sabem, quando as empresas encerram, e muitas delas encerram na falência, não há plano de lavra nem de recuperação que resulte, porque já não há dinheiro para o fazer. E portanto, quem lá está fica com o prejuízo.

Portanto, há que haver um grande cuidado da Câmara Municipal para ir acompanhando estes casos.

Concretamente neste caso, o que é que se passa? Desculpem, tenho que dizer aqui mais uma coisa: é que se os senhores forem ver as concessões da Direção Geral de Energia e Geologia, o espaço todo entre Monte Redondo e o Carriço, daquela mata, é tudo concessões – são tudo concessões em que os concessionários não reclamam a exploração, mas elas são todas concessionadas. O PDM veio impor algumas condicionantes. Mesmo assim, há reservas de direitos adquiridos que se impõem ao PDM, julgo que eram durante vinte anos, não sei se algumas já prescreveram, ou se não, eu julgo que a empresa Adelino Duarte da Mota era uma delas, que tinha mais concessões na zona, na ordem das dezenas de hectares.

Ora, esta IMOSA pediu exatamente uma dessas concessões que tinha há muito tempo, que se prolongava ao longo da estrada, quase até ao Grou, e que dá os tais vinte e dois hectares – aliás, tinha uma Fase A e uma Fase B.

O PDM inscreveu uma zona de exploração mineira, que é exatamente na zona a norte dessa exploração. E então, a empresa resolveu, porque atingiu os trinta metros de profundidade autorizados para fazer a prospeção de areia, e portanto, estava a ficar sem espaço para fazer a prospeção. E então, avançou para onde podia, para esses quatro hectares disponíveis – 3,99, se não me engano – dos quais uma parte está em Área Ecológica Nacional, ou estava. E é exatamente essa parte da Área Ecológica Nacional, que eu julgo que não faz parte do PDM, que necessita desta declaração de interesse público para poder ser ultrapassada em termos legais.

Os argumentos que se dizem aqui – e com razão, obviamente que nós temos que ter locais onde vamos explorar as matérias-primas, mas eu também dizia aqui o que é que nós vamos deixar para os nossos filhos e para os nossos netos, porque nós vamos explorar tudo, e qualquer dia os outros ficam cá com as lixeiras.

Portanto, há que haver aqui este cuidado também de contenção. Só que o problema é que as situações se vão mantendo, e os mandatos vão-se passando. E hoje, o que é válido, e que se argumenta – e que o Renato argumentou, e que eu concordo com ele, numa parte, noutra parte não concordo – é que hoje em dia se pergunta: a empresa, para ter viabilidade, precisa de espaço para explorar. E pergunto eu: então e a empresa, quando acabar aquela exploração – que agora não são os vinte e dois hectares que eles queriam, mas são só quatro – a necessidade de mais espaço vai-se pôr rapidamente. E depois? Voltamos com o mesmo argumento? Ou seja, as empresas deste tipo de exploração, um dia têm um fim. E portanto, há que prever esse fim. E portanto, eu tenho muita pena dos funcionários que lá trabalham, mas estes



MUNICÍPIO DE POMBAL

funcionários que lá trabalham, quando a empresa chegar ao fim, têm que ir trabalhar para outro lado. A menos que nós tenhamos um outro tipo de planeamento que consiga ir dando espaço e ir dando conforto a estas necessidades de exploração. Mas, sinceramente, é muito complicado.

E portanto, ainda bem que não sou eu que tenho de decidir isto. Eu agora posso decidir o interesse público, mas ainda bem que quem tem que decidir são os senhores, porque isto é um “molho de brócolos”.

O Senhor Presidente da Câmara e o Executivo têm esta enorme responsabilidade, que eu, sinceramente, gostava de não a ter.

Muito obrigado. Era isto que eu queria dizer. De qualquer maneira, vou votar a favor.”

Gonçalo Ramos (Presidente U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, Independente):

“Eu vou fazer esta declaração, para justificar também o meu voto favorável, e depois terei, por imperativos de ordem familiar, que me ausentar.

Mas, quero deixar aqui rapidamente a minha orientação de voto neste ponto, em função de ser, efetivamente, uma matéria já discutida durante o meu mandato, nomeadamente no que ao parecer para esta área concessionada, em termos de exploração, diz respeito. É evidente que são matérias que auferem sempre discussão, são matérias que auferem sempre análises cuidadas, conforme são outras também já aqui devidamente escalpelizadas. E o que eu quero também transmitir é que se trata de uma empresa – e devo dizer isto, ao contrário do que aqui foi dito, na altura, quando chegámos à Junta de Freguesia, não assumia, efetivamente, nenhum tipo de responsabilidade social, no que à Junta de Freguesia dizia respeito, nós tivemos o cuidado de conhecer a empresa, conhecer as pessoas, perceber, efetivamente, o seu funcionamento, e em alguns momentos distintos tivemos, como disse, todas as explicações dadas, que nos foram dadas de forma transparente, de forma clara, de forma aberta, de livro aberto, e foi nessa sequência que assumimos um protocolo de colaboração com a empresa, sem com isso querermos aqui dizer – estou a falar da forma mais transparente possível, porque nós não nos vendemos, de todo – assumimos um protocolo de responsabilidade social da empresa para com a Junta de Freguesia, que tem vindo a assumir as suas responsabilidades com a Junta, com as Instituições de Solidariedade Social da freguesia, com as associações da freguesia, numa perspetiva de colaborar em tudo o que sejam iniciativas.

E portanto, é evidente que não demos de mão beijada uma exploração nos termos que eram pedidos, concordamos que todas as explorações têm que ser estanques, têm que ter um limite, esta terá o seu limite também, naturalmente, mas ao abrigo da sua responsabilidade social, e da forma como vem tratando a Junta de Freguesia, os seus fregueses e as suas instituições, não teríamos como não votar favoravelmente este ponto.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“O mundo não começou agora, o mundo não começou em outubro de 2021, e muito menos o Município de Pombal. Por isso é que é importante perceber que não é por nós – eu, ou nós aqui, cada um de nós – não termos refletido, que as coisas não são refletidas.

O Plano Diretor Municipal, pelo menos na sua primeira revisão, que foi aprovado ainda em 2013 ou 2014, quando alguns membros que estão aqui ainda eram Vereadores da Câmara, teve reflexão por várias entidades. E esta reflexão levou a uma definição



MUNICÍPIO DE POMBAL

dos usos do solo e a uma definição, em concreto, das zonas a serem zonas mineiras, das zonas em que seria permitida a exploração extrativa. E esta discussão foi tida por várias entidades, por várias pessoas, teve discussão pública. E daí resulta, neste caso concreto da IMOSA, a área de exploração que agora a IMOSA quer utilizar na sua totalidade. A reflexão nestes planos é tida em conjunto com vários organismos. E o Senhor Presidente da Câmara já informou que vai, neste mandato, inaugurar a segunda revisão, que é um tempo novo de reflexão. Por isso, se calhar, nós temos de continuar a fazer a nossa reflexão, apontá-la, e no momento certo apresentá-la. Agora, que a reflexão existiu, existiu, que resultou numa definição dos usos do solo, resultou, e o território está assim ordenado.

A IMOSA: todas as empresas são importantes, e mais importantes são as empresas que têm a sua atividade e que carecem da sua legalização. E penso que, neste aspeto, uma vez que não vai contra o PDM – aliás, recorro que esta Assembleia Municipal, no passado, foi muito perentória no que concerne à indústria extrativa, definiu que o Município de Pombal não dava parecer favorável a aumentos de zonas de lavra para além do definido no PDM.

Esta foi uma moção votada no mandato anterior, e no mandato antecedente, penso que deve ser uma norma que deve continuar a imperar nesta casa, em que o PDM tem força reforçada, e que o Município de Pombal não dá pareceres favoráveis, nem autorizações de outro nível, para zonas que não estejam inscritas em PDM como indústria extrativa e zona mineira – como é o caso da IMOSA, que esta área que eles querem lavrar está no PDM como utilização mineira.”

Aníbal Cardona (PS):

“É aqui uma coisa muito rápida. Dos votos a favor anunciados, não percebi qual era o interesse público, que é isso que está aqui em discussão.

E depois, também registei aqui a confusão do meu colega João.

Não é o PDM que determina a estratégia dos concelhos, não é o PDM; o PDM é uma ferramenta. Agora, eu é que vou definir o que é que quero implementar, porque o PDM até me pode permitir eu ter ali uma pedreira, mas se eu não quiser, como Executivo, ponho ali uma placa de “proibido o trânsito de pesados”.

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito rapidamente, só deixar essas duas notas, das várias intervenções.

A primeira, é uma dimensão teórico-estratégica, e a outra é prático-administrativa.

Na dimensão teórico-estratégica, o PDM é um elemento estratégico para o desenvolvimento do território, é um instrumento fundamental. É um instrumento, eu estou a usar a palavra certa, um instrumento. E aquilo que nós dissemos, assumimos esse compromisso com os pombalenses, é que vamos, no âmbito do nosso mandato, desencadear uma revisão estratégica do PDM para preparar o futuro e adequar aquilo que é um instrumento essencial para o nosso território e para as nossas comunidades àquilo que é a estratégia que vamos também iniciar agora, do Plano Estratégico 2030, para a próxima década, aproveitando o PRR, aproveitando o Portugal 2030, alinhando com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. E com este conjunto de documentos orientadores, nós depois aí podemos definir.

Agora, não pode é, com todo o respeito, ser ao contrário.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós estamos aqui há cinco ou seis meses, e estão a dizer que não há estratégia do ponto de vista industrial, para definirmos quais é que são as áreas de atividade principais, quando existem documentos que estão a ser implementados e há estratégias que estão a ser desenvolvidas. Neste caso em concreto, não estamos a discutir se queremos uma empresa nova cá em Pombal, não estamos a discutir isso; o que nós estamos a discutir é que há uma empresa que está a explorar no nosso território, e que está no seu processo de legalização.

E agora, vamos à dimensão prático-administrativa, respondendo também às questões suscitadas pelo Gabriel. O que se está a fazer, com toda a transparência do mundo, é, nos termos da Legislação em vigor, adequar aquela intervenção que existe ao processo de legalização que o Legislador escolheu. Portanto, este é o procedimento que foi estabelecido na Lei para legalizar este investimento e esta atividade económica.

Portanto, V. Exas., todos, no caso em particular, se não concordam com a Legislação e com estes mecanismos de legalização deste tipo de atividades, temos de interceder junto da DGEG, desde logo, e do Ministério da Economia e do Parlamento, porque são essas as entidades que têm competência para alterar a Legislação.

E portanto, aquilo que nós estamos a fazer é aquilo que, nos termos da Lei, é necessário ser feito.

E agora, duas dimensões importantes: a parte da responsabilidade social desta empresa, é importante perceber se é uma empresa que, dos lucros que tem, tem algum impacto positivo no seio da comunidade – e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já fez questão de salientar aquilo que é o retorno para a comunidade, para as IPSS's. Nós sabemos que existe responsabilidade social desta empresa, e isso é importante. Portanto, no momento da decisão, isso é importante.

E depois, a questão ambiental, e essa, para mim, ainda é mais importante. E quando, do ponto de vista estratégico, se pergunta o que é que nós queremos para o nosso território, nós queremos equilíbrio – equilíbrio entre a atividade económica, que é muito importante para desenvolver o país, a preservação do meio ambiente e a salvaguarda dos interesses da nossa população.

É este equilíbrio; não somos fundamentalistas de nada, pelo contrário, tem que haver este equilíbrio.

Eu queria dizer-vos que esta empresa tem uma performance, do ponto de vista do desempenho ambiental, verdadeiramente singular. E esta é a informação que eu tenho dos técnicos, dos serviços técnicos do Município que prestam esta informação, com toda a independência que têm relativamente a estas matérias.

Teve já três avaliações de impacto ambiental, tem um programa de monitorização ambiental que avalia regularmente, entre os vários descritores, os recursos hídricos, monitorizando a qualidade da água e o nível freático, faz um aproveitamento racional e ambientalmente sustentável dos recursos minerais existentes na jazida que explora.

Portanto, é também, do ponto de vista daquilo que é o comportamento ambiental desta empresa, um bom exemplo positivo. Há empresas que não fazem isto, esta faz, esta tem uma performance ambiental e uma preocupação.

Isto só para dizer que é por isso que está salvaguardado, no nosso entender, o interesse público desta decisão.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra e duas abstenções.

Mais foi deliberado, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra ao membro **João Varela Coelho**, do Partido Socialista, que fez a seguinte declaração de voto:

“Senhor Presidente, justificando o meu voto contra, queria referir que este pedido de licenciamento de uma atividade em espaço contrário ao prescrito inicialmente pelo PDM é feito sem a devida demonstração do interesse público, nomeadamente do interesse económico superior ao prejuízo e ao risco que estão aqui criados por esta violação possível do PDM, que está aqui a tentar ser enquadrada legalmente.

Nesse aspeto, não posso votar a favor e continuo à espera da resposta ao nosso requerimento de 28 de outubro, que permitiria, em alguma parte, compensar financeiramente aquele que é o prejuízo evidente e o risco demonstrado no espaço para o aquífero que estava ali em causa, e referido pelo meu colega Manuel Serra, até pela presença do Senhor Presidente da Câmara, em 2014, enquanto deputado.”

Ponto n.º 2.18. Apresentação, discussão e votação do Relatório da Comissão constituída no âmbito da deliberação da Assembleia de 23.02.2022, relativa à Petição contra Instalação de uma Unidade de Processamento de Produtos à base de Carne da empresa Lusiaves junto ao tecido urbano da Vila da Guia e a Defesa do Sistema Aquífero Leirosa – Monte Real.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Este relatório foi apresentado.

Aproveito para dizer que o entendimento da Mesa é de que a sua aprovação é válida, independentemente do requerimento que foi apresentado sobre o mandato de um dos subscritores, uma vez que ele é votado por quatro (4) votos a favor, e teve apenas um voto contra, com uma declaração de voto.

E portanto, juridicamente, não está aqui em causa esse relatório.

Pergunto quem quer usar da palavra. “

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Na qualidade de relator do relatório, queria fazer uma pequena apresentação do documento.

Na passada Assembleia foi definida a comissão de avaliação da petição da AMAGO, onde ficou definida a seguinte constituição: cinco elementos do PSD, dois do PS, um do Oeste Independente e o Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, eleito por um movimento independente.

Conforme está patente no relatório, foram efetuadas reuniões com todos os intervenientes do licenciamento e com os peticionários.

Foram levantadas muitas e pertinentes questões relativas às condições de localização e de laboração da indústria da Lusiaves.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também aos peticionários foi-lhes perguntado quais as suas preocupações e anseios. Também foi efetuada uma visita a uma das instalações da Lusiaves, que embora em menor escala, tinha linhas de produção semelhantes às que serão instaladas na Guia. Tanto as reuniões, como a visita, foram de extrema relevância e esclareceram todas as questões levantadas no decorrer da reunião com a empresa e com os peticionários. Saliento o bom entendimento e a cordialidade entre todos os membros da comissão, que permitiu a discussão dos diversos pontos de vista e que levou a um relatório e a que as recomendações fossem aprovadas por unanimidade – apesar de algumas declarações de voto, mas foi votado por unanimidade.

Esta unanimidade mostra bem a capacidade de discussão e de entendimento de todas as forças políticas e movimentos independentes do concelho quando existe diálogo.

Em conclusão, esta comissão entende que o investimento proposto constitui uma mais valia para a região de implantação, mas considera legítimas as preocupações dos peticionários e da população relativamente ao seu eventual impacto ambiental, do investimento que o Grupo Lusiaves pretende executar na zona industrial da Guia.

Assim, esta comissão recomenda que, para acautelar o interesse de todos e, acima de tudo, dos Pombalenses:

1. O Município emita uma recomendação às entidades competentes que apreciarão o processo de licenciamento da indústria em apreço, nomeadamente a Direção Regional de Agricultura e Pescas e/ou outras, da necessidade de realização de um estudo de impacto ambiental, realçando o eventual potencial de impacto no aquífero de Monte Real – Leirosa, mesmo que a Legislação a isso não o obrigue. O estudo não responderá somente às questões ambientais levantadas pela petição, como deverá permitir um acompanhamento de eventuais impactos ambientais ao longo do tempo. Caso a entidade competente não aceda a esta recomendação, o Executivo deverá solicitar a realização de um estudo de incidência ambiental e relatório de diagnóstico ambiental independente, que acorde, juntamente com o investidor, a divulgação periódica dos indicadores de consumo de água, qualidade dos efluentes, impacto de ruído e medições de odores.

2. Inclua no processo de aprovação do pedido de informação prévia em análise as condicionantes constantes no art.º 20.º do Plano Diretor Municipal, com especial ênfase à captação de água no aquífero e ao tratamento dos efluentes desta indústria.

3. A promessa feita verbalmente a esta comissão, de transmitir informação credível e concreta sobre os consumos de água em quantidade e descrição de subprodutos e resíduos a introduzir no sistema de saneamento municipal, seja cumprida pelo Grupo Lusiaves, divulgada, e se constitua condição indispensável a verificar previamente à aprovação do PIP.

4. O Município procure estabelecer salvaguardas jurídicas firmes, que podem passar por sanções pecuniárias adequadas ou cláusulas de reversão, no sentido de impedir qualquer implementação futura naquela unidade industrial de centros de abate, pavilhões de produção avícola ou equipamentos congéneres.

5. O Município exija ao Grupo Lusiaves medidas significativas de mitigação de impactos visuais, de ruídos, de odores e de outros tipos de perturbação para a população que se venham a verificar resultantes da atividade a desenvolver.

6. Caso este relatório venha a ser aprovado em sede de Assembleia Municipal, o mesmo passe a fazer parte integrante do projeto de licenciamento, devendo o Município



MUNICÍPIO DE POMBAL

remetê-lo às entidades competentes ao processo de licenciamento da atividade, bem como ao Grupo Lusiaves.”

João Varela Coelho (PS):

“Sobre o relatório, tenho dificuldade em emitir opinião porque ele foi entregue hoje. No entanto, por respeito ao trabalho desenvolvido, e porque confesso que fui acompanhando por relatos que me foram sendo transmitidos pelos membros do Partido Socialista presentes na comissão, votarei a favor. Penso que com isso posso descansar desde já algum nervosismo precoce da parte dos restantes membros da Assembleia Municipal.

E digo isto porquê? Estava a tentar transmitir a minha preocupação em relação ao funcionamento desta comissão, para que isso não se repita no futuro, porque há um conjunto de erros que se tornaram evidentes no desenvolvimento do trabalho desta comissão, e devo dizer que em função das condições que foram oferecidas e da pressão do tempo que estava definido para a apresentação do relatório, entendo que foi feito um trabalho meritório. No entanto, penso que não é isso que se deseja para o cabal esclarecimento das pretensões das populações, nomeadamente dos peticionários.

Aquilo que aqui se consegui foi uma proeza, em termos até de consenso sobre a redação de um documento, mas, no entanto, nós temos o documento entregue hoje – integralmente, entregue hoje. Se considerarmos que já houve propostas e recomendações chumbadas na sua apresentação para serem votadas numa Assembleia Municipal por conta da violação de um determinado prazo, podem estabelecer-se aqui paralelos interessantes.

E portanto, o que eu queria era deixar um desejo para que, no futuro, as coisas fossem feitas de uma forma atempada, cuidada, no sentido de esclarecer as pessoas, dar-lhes conforto em relação à sua votação, em relação ao esclarecimento até eventual, com alguns colegas, sobre algo do que possa estar plasmado nesse relatório. E portanto, deixo essa preocupação, e até sobre o desenrolar dos trabalhos, que teve dois eventos assinaláveis: o primeiro é o facto de não ter um Presidente, um Vice-presidente e um relator designados para a saudável condução dos trabalhos, e o segundo foi, da parte de um membro da comissão, o encarar como normal ter uma reunião paralela com uma das pessoas que tinha sido ouvida anteriormente – não interessa se era Vereador da Câmara Municipal, ou não. Como entender isso normal, quando isso em tudo condiciona a sua posição de análise, e até de contributo para o documento, em relação aos demais, porque há deveres que devem ser atendidos pelos membros da comissão, que tornam a sua posição diferente daquelas que correspondem ao conjunto dos membros da Assembleia Municipal que não fazem parte dessa comissão.

E portanto, acho que isso tudo foi comunicado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal em devido tempo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal certamente terá feito a sua análise, não tem interesse em que haja necessidade de nós protelarmos mais este processo e adiarmos isto para a próxima Assembleia Municipal, e portanto, está aqui a ser discutido. No entanto, eu não ficaria bem com a minha consciência – e estou a dizê-lo a título pessoal – não ficaria bem com a minha consciência se não assinalasse aqui estas falhas de processo, que eu espero honestamente que não se criem novamente, até porque é a minha expectativa – e posso estar enganado, mas atendendo à realidade da presença de uma cidadã aqui hoje, em relação a outra situação noutra parte do concelho, e porque a participação política vai ser feita de forma diferente num



MUNICÍPIO DE POMBAL

futuro muito próximo – as pessoas participam politicamente e civicamente de outra forma, que não necessariamente através dos Partidos – se calhar, vamos ser confrontados com novas petições para o futuro.

E portanto, gostaria que também para a dignificação dos trabalhos da Assembleia Municipal e até para uma feliz convivência entre as pessoas, gostava que estes erros não fossem repetidos.

E portanto, deixo essa recomendação. Ainda assim, descansei no início e descanso no fim novamente, o nosso voto é a favor, reconhecendo todo o esforço que foi feito por parte dos membros da comissão e presto a minha homenagem e o meu agradecimento, enquanto membro da Assembleia Municipal não presente nesses trabalhos.”

Nuno Oliveira (PS):

“Em relação a este ponto, queria também referir a forma como os trabalhos decorreram, que foi, de facto, exigente, atendendo às medidas que foram necessárias fazer e ao pouco tempo.

Este relatório que aqui é produzido, e que eu espero que seja aprovado nesta Assembleia, cria um conjunto de recomendações muito concretas a este Executivo, que eu confio que, sendo aprovado, serão cumpridas escrupulosamente.

Ainda assim, e embora manifeste total concordância com o relatório que aqui é produzido, farei depois, no final, uma declaração de voto, que em nada belisca aquilo que é a minha perceção em relação a este relatório de absoluta concordância.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Ora, de forma muito breve, só sublinhar aqui dois ou três pontos relativamente ao relatório, e também aqui uma observação sobre aquilo que o João Coelho acabou de dizer, por parte do Partido Socialista. João, isso não é uma sacanice para comigo, nem para com a Bancada do PSD, é para com os teus próprios colegas de Partido que estiveram incluídos na comissão, e que me ouviram dizer e impulsionar muito para que este relatório – para mim, não havia outra hipótese que não vir a esta Assembleia, de primeiro momento, porque se tivéssemos três meses para o fazer, faríamos em três meses; se tivéssemos uma semana, faríamos em uma semana, mas ele vinha à Assembleia.

No dia 18 deste mês, já tinha saído a convocatória para a Assembleia Municipal, ainda estávamos a fazer uma visita para termos mais profundidade no trabalho e para o podermos fazer com mais descanso da nossa parte.

E portanto, é assim, há uma opção muito simples: quer dizer, se as pessoas não são capazes de fazer o esforço de ler o documento durante uma tarde, para o poder votar em consciência, tudo bem, fica o ónus na pessoa que não quer fazer esse esforço de votar numa próxima Assembleia Municipal este relatório. Fui eu próprio que, quando este assunto se falou, e da visita que tínhamos a fazer no dia 18, na comissão falei no assunto e disse que se as pessoas que quiserem que assim seja, ficam com o ónus.

E portanto, João, se achares que não é o momento, tudo bem, atrasa-se para a próxima Assembleia Municipal, e ficas com esse ónus.

Eu acho que está perceptível a todos que os membros da comissão, de forma articulada – são nove membros, o texto teve que ser lido por todos, acordado por todos, conseguiram gerar propostas de consenso, com posições muitíssimo vincadas e muitíssimo diferentes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E já agora, devolvo também a elegância, no ponto em que, se calhar, os membros do Partido Socialista não foram os mais solícitos no tratamento da documentação. E portanto, elegância com elegância se paga.

Indo ao relatório em si, eu destaco, para além daquilo que o Daniel acabou de referir, dos considerandos, em que basicamente a comissão entende que o investimento proposto constitui uma mais valia para a região de implantação, e que a questão ambiental é acautelada, do ponto de vista desta recomendação, de uma avaliação de impacto ambiental que seja solicitada à empresa.

Agora, eu sublinho aqui também as imagens que acompanham o relatório, relativamente à volumetria do edifício, ao seu impacto no local – que também foi um dos assuntos muito versados – e faço um especial destaque para um e-mail que o Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca teve a cortesia de partilhar connosco, onde relata a visita que fizemos ao local – e posso testemunhá-lo de viva voz – também daquele que é o sentimento da população da Marinha das Ondas, que tem um processo ainda mais prejudicial para o ambiente do que este que se vai implantar na Guia, porque tem matadouro, e percebemos, pelo e-mail do Presidente de Junta, e na visita que fizemos ao local, que este tipo de investimentos e este tipo de indústria são bem acolhidos naquela população.

E portanto, sobre isto, estou muito confortável com o voto favorável. Gostei muito de fazer parte da comissão, e fico, ao dia de hoje, muitíssimo mais confortável com este investimento do que estava quando integrei a comissão.

E portanto, queria partilhar convosco esta minha perceção, porque mais do que aquilo que está escrito, e como pode não ter tido tempo para ler e refletir sobre o assunto, partilho de viva voz aquilo que fui mandatado para fazer enquanto membro de uma comissão, que era avaliar, e a minha avaliação é que, com esta recomendação de uma avaliação de impacto ambiental para responder às preocupações da população, podemos estar descansados sobre a implantação deste investimento neste local, e dar esse descanso também às populações.”

Luís Couto dos Santos (Oeste Independente):

“Em primeiro lugar, como membro integrante desta comissão, quero manifestar que foi muito gratificante um trabalho de envolvimento de posições tão distintas, de nove pessoas diferentes, de todas as forças políticas, e inclusivamente foi notório também, dentro das próprias forças políticas, posições diferentes relativamente a esta posição e a esta análise, e conseguiu-se, efetivamente, um trabalho muito profícuo e muito positivo.

Eu acho que, acima de tudo, o que se ganhou com esta comissão foi a informação sobre o desconhecimento, um equilíbrio vs. um extremar de posições. Ou seja, o que esta comissão aqui tentou encontrar foi um equilíbrio entre os peticionários desta comissão, em que efetivamente manifestavam posições de preocupação relativamente à questão do aquífero e questões ambientais na sua generalidade, e por outro lado, os interesses do Município e da própria empresa, no sentido de ter investimento privado, no sentido de crescimento económico deste concelho.

No entanto, não posso deixar de refletir relativamente à questão do investimento, ou deste tipo de investimento na sua globalidade – ou seja, na questão do investimento industrial no concelho – que, efetivamente, tem a sua morosidade. Ou seja, este processo já não é curto, já vem desde o mandato passado, é um processo que veio



MUNICÍPIO DE POMBAL

atribulado, notou-se também, durante o final do mandato anterior, algum cansaço acerca deste assunto, e que esta comissão trouxe um exemplo de como é que se pode trabalhar e recolher informação, informar a população, ter as garantias necessárias para o investimento, e de certa forma mostrar o que é que se pode fazer daqui para a frente.

Nós, efetivamente, estamos num mercado competitivo, nós vemos concelhos aqui ao lado – e já o falámos várias vezes – que têm uma capacidade maior que a nossa de atração de investimento, e este pode ser um início de informação, de consciencialização, de ter aqui todas as partes integradas, enquadradas. Naturalmente, vai sempre haver uma ou outra pessoa que vai ter uma posição mais radical, é justo, é reconhecido, mas não significa que represente o interesse global do concelho.

Portanto, naturalmente, digo isto também aqui para um desafio para o próximo ano, para o plano estratégico para o concelho que ainda há de vir um dia, mas que, de certa forma, pensem o próximo ano de 2023 como um ano interessante, de estratégia muito mais reforçada de atração de investimento, de envolvimento da população mais cedo, para não gerar desinformação, como aconteceu nos últimos dois anos, relativamente à questão da Lusiaves, e de certa forma que se olhe definitivamente para duas zonas industriais específicas – ou seja, nos dois nós naturais, logísticos que existem, um deles aqui da AI, o Parque Industrial Manuel da Mota, a ligação com a Pelariga, e, quem sabe, aqui também com o esforço do Senhor Presidente da Junta das Meirinhas, de Vermoil, e de Carnide, uma potencial ligação aqui à AI, que já foi algo defendido por mim no passado, que eventualmente teremos aqui três nós cruciais de desenvolvimento industrial, e que se possa olhar de uma forma muito mais pragmática, ativa e proativa. E portanto, obviamente que esta comissão foi um excelente exemplo, e esperemos que, efetivamente, o Concelho de Pombal possa ser um concelho reconhecido pela sua atratividade de investimento, desenvolvimento e crescimento económico para a população.”

João Varela Coelho (PS):

“Não quero entrar em diálogo com ninguém.

No entanto, fico surpreendido com a forma como é permanentemente catalogada a intervenção do Partido Socialista quando tenta fazer até, inclusive, algum contributo, que eu considero – falsa modéstia – que é positivo, uma tentativa de autorregulação das nossas práticas para futuro, em eventuais comissões.

O que é concreto é que o relatório foi entregue hoje, penso que de manhã, pela alusão que foi feita à tarde que eu teria disponível para ler o documento. E isso, com o devido respeito, não é o tempo suficiente para fazer uma análise maturada de um documento, independentemente do tempo que eu demore a lê-lo – felizmente, a Prof.^a Margarida ensinou-me a ler português, não tenho essa dificuldade.

O problema está em fazer uma tomada de posição política, com alguma responsabilidade. E acrescento que não é só aos membros da Assembleia Municipal que é pedida essa responsabilidade; estão envolvidos peticionários, estão envolvidos cidadãos, está envolvida a empresa.

E portanto, eventualmente essas pessoas também estariam interessadas em saber, em devido tempo, com a devida maturação, até com algum parecer técnico ou jurídico, para que hoje estivessem aqui a fazer a sua interpretação, posição legítima, no tempo de intervenção do público, eventualmente, ou então num tempo próprio, dentro deste



MUNICÍPIO DE POMBAL

ponto, para fazer uma análise daquilo que aqui é entregue como relatório final para ser votado.

Eu não fiz nenhuma sacanice – e até me custa citar aqui a expressão usada em relação à minha posição; o que eu fiz foi uma alusão em relação à responsabilidade que todos nós temos de responder cabalmente aos cidadãos, e isso parece-me – apesar da interpretação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é soberana – que não foi feito, porque não demos tempo de análise suficiente para um documento que deu muito trabalho a muita gente fazer, e que mereceu esses parabéns da minha parte. Portanto, lamento que tenhamos que, depois, confundir as coisas, para no final fazer aqui uma bravata, quando não é nada disso que está em causa. Portanto, vamos avançar, passemos, então, às votações, com o voto favorável do Partido Socialista, que é isso que interessa.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Peço desculpa, Marlene, peço desculpa, Carla, mas tinha que falar. Porquê? Porque isto é mais do mesmo. É mais do mesmo, é aquele tom de ver uma coisa boa, bem feita, e bem feita por todos, e boa por todos, mas arranjar um pequeno pormenor para achincalhar a coisa, para deturpar, para enublar.

E se não é da forma, é do papel; se não é do papel, é da letra; se não é da letra, é de outra coisa.

Isto realmente não engrandece a Assembleia, porque somos um órgão representativo, e isto é uma dupla representação, ou quase, porque também nós, os Grupos Políticos, estão representados naquela comissão, e o trabalho do representante é representar. E se este documento chegou hoje, já foi apreciado pelas forças políticas antes de aqui chegar, já todos nós, que confiamos nos nossos representantes, tínhamos a nossa posição tomada. Agora, vir aqui, depois, com o queixume, com a ladainha, com a coisa para enublar e para encobrir, para tornar um pouco ofuscada uma coisa que é clara e evidente, é mau para o trabalho – é mau para o trabalho e é mau para a nossa respeitabilidade também.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Ora bem, se este relatório não chegou em tempo, se o Partido Socialista não teve oportunidade de se articular previamente para que possa confortavelmente votá-lo, não vamos deixar que este procedimento, que este apontar do prazo – como já se disse aqui os Partidos estavam representados na comissão e não se articularam também – presumo, na minha opinião, para não contaminar esta discussão.

João, sê conseqüente e solicita formalmente que seja retirado o ponto, para ser apreciado na próxima Assembleia. És conseqüente e ficas com o ónus dessa tomada de posição.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vou perguntar se a Assembleia Municipal pretende o adiamento da votação. Quem pretende o adiamento, que se manifeste. Ninguém pretende o adiamento.

Vamos passar à votação.”

Colocado este ponto a votação, foi o Relatório aprovado, por unanimidade e por minuta.

Nuno Oliveira (PS), fez a seguinte declaração de voto:

“Nós votamos favoravelmente este relatório, no que versa relativamente à petição que foi apresentada e ao trabalho que a comissão desenvolveu sobre a comissão



MUNICÍPIO DE POMBAL

apresentada. Mas, para esclarecer, face a um possível equívoco que daqui pudesse advir, não entendemos que esta petição esclareça todas as dúvidas que o processo em si nos coloca, mas que estão fora desta petição – por isso, não interferem aqui neste sentido de votação. Dúvidas que têm a ver, por exemplo, com o processo de aquisição e o preço dessa aquisição, a quantificação do real interesse para a população, questões relativas a PDM ou classificação de solos – enfim, há outras questões em relação ao processo, mas que não estão versadas na petição, e daí não condicionarem o nosso sentido de voto.”

Ponto n.º 2.19. Eleição de Membro da Assembleia Municipal (Presidente de Junta) para o Conselho Municipal da Saúde.

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, informou ter em seu poder uma proposta intitulada “Proposta A”, assinada por uma série de membros do Grupo Municipal do PSD, a qual leu e a seguir se transcreve:

“No âmbito do Ponto n.º 2.19, Eleição de Membro da Assembleia Municipal (Presidente de Junta) para o Conselho Municipal da Saúde, o Grupo Municipal do PSD propõe para integrar o Conselho Municipal da Saúde, João Carlos Antunes Faustino Pimpão dos Santos.”

De seguida passou-se à votação, por escrutínio secreto.

Após contagem dos votos constatou-se que a “Proposta A” foi aprovada, por maioria, com vinte votos a favor, oito votos brancos e dois nulos, tendo sido eleito para o Conselho Municipal da Saúde o Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, João Pimpão dos Santos.

Ponto n.º 2.20. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias – Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pergunto se alguém pretende usar da palavra sobre este ponto. Humberto Lopes, por favor, pode usar da palavra.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente. Também vou ser rápido.

No fundo, só dar aqui esta nota, é um dos apoios que vem aqui, uma forma que encontramos, em parceria com o Município, de realizar aqui a limpeza dos caminhos florestais antes da época crítica de incêndios. E tenho que dar esta nota aqui, e agradecer o empenho pessoal da Vereadora Catarina Silva, porque sem este trabalho – e este trabalho está a ser feito a tempo e horas, ou seja, julgo que este ano vamos conseguir ter tudo limpo – os caminhos estavam piores – antes da época crítica – apesar de que, com a alteração da Legislação, a época crítica agora vai passar a ser o ano todo, dependente das temperaturas. Mas, de toda a maneira, tenho que dar esta nota.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E dar outra nota: as unidades locais de freguesia têm voluntários das brigadas de intervenção, vão ter uma formação agora, no dia 30 de abril, e também dar essa nota aos voluntários, ou seja, que em parceria com a própria GNR, com o Comando que temos aqui, novo, no Casalinho, esta parceria que tem havido com a GNR também tem sido positiva. E no fundo, solicitar ao Município que continue a apoiar aqui as nossas brigadas, as nossas unidades locais, para que consigamos potenciar a nossa floresta – já aqui foi falado em coisas muito negativas – e penso que Pombal e as nossas freguesias têm que apostar na parte florestal, nessa riqueza que temos cá no nosso concelho e nas nossas freguesias, e temos que fazer tudo também para proteger esta riqueza.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu vou pedir desculpa, mas tenho amanhã, por outras funções que desempenho, uma reunião bastante cedo em Lisboa, vou ter que me ausentar e vou passar a condução dos trabalhos ao Dr. João Coucelo.

Muito obrigado.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD), que assumiu a presidência da Mesa da Assembleia:

“Ora bem, vamos continuar, então, com a nossa ordem de trabalhos.

Em termos regimentais, eu deveria chamar alguém para a Mesa, para que a Mesa fique composta, uma vez que ela é constituída por três elementos – dois secretários e um Presidente. E, portanto, neste caso, iria chamar o Henrique Mota para vir até à Mesa, se faz favor e se não se opõe, evidentemente.”

Ponto n.º 2.21. Apresentação, discussão e votação da Recomendação n.º 6/GM-PS/2022 – Regulamento de procedimento e informação relativo a contratações por entidades controladas pela Câmara Municipal de Pombal.

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Eu vou perguntar quem se quer inscrever para falar sobre este assunto. Posso dar desde já a palavra ao João Coelho, que pode começar a sua intervenção.”

João Varela Coelho (PS):

“Esta recomendação pretende responder a alguns deveres de fiscalização que estão na posse dos membros da Assembleia Municipal, mas também a alguns deveres de informação e de transparência, que também devem nortear a atividade da Câmara Municipal e das entidades que são controladas direta ou indiretamente pela Câmara Municipal de Pombal. Há responsabilidades democráticas dos Partidos políticos, nomeadamente a de fiscalização, e à Câmara Municipal é permitida a exigência de



MUNICÍPIO DE POMBAL

informação acrescida a estas entidades, para além daquela que está mencionada na Lei, , pelo facto de as controlar.

Assim, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentar uma recomendação para que esta Assembleia se manifeste no sentido de a Câmara Municipal criar um Regulamento para que, em todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Câmara Municipal, sejam criados procedimentos que façam cumprir os seguintes princípios:

- *que os administradores executivos destas entidades que sejam nomeados por dois anos, após concurso público, com júri obrigado a incluir um representante de cada Partido político representado no Executivo Camarário;*
- *que os fiscais únicos (ROC's, TOC's), para a concretização da indicação destes fiscais únicos, seja obrigatória a recolha e a divulgação de, no mínimo, três propostas, publicitando a Câmara Municipal (ou a entidade) com antecedência mínima de um mês, em jornal local ou regional, o processo de seleção;*
- *que em relação às prestações de serviços regulares (avenças) seja obrigatória a recolha e a divulgação de, no mínimo, três propostas, informando com a antecedência mínima de um mês, em jornal local ou regional, o processo de seleção;*
- *que em relação a prestações de serviços pontuais haja o dever de informação ao Executivo Camarário, apresentando trimestralmente, em reunião de Câmara Municipal, com a justificação da despesa e do prestador selecionado; e,*
- *que em relação a contratações de recursos humanos, sem termo ou a termo certo, haja o dever de informação ao Executivo Camarário, apresentando na reunião de Câmara Municipal que se segue ao momento da contratação um documento, ou a lista com o nome da pessoa selecionada, função a desempenhar, e o critério de admissão.*

É nossa recomendação ainda que se faça constar nesse regulamento uma regra que impeça que qualquer das contratações acima mencionadas se repita ou renove sem que se repitam os procedimentos encontrados para fazer cumprir os princípios antes mencionados.

Pretendemos com isto contribuir para um processo mais partilhado de responsabilidades de fiscalização, não só da parte do Executivo, mas também da Assembleia Municipal, em relação a estas entidades, que têm algumas falhas de fiscalização que se tornaram evidentes, ao ponto de apresentarmos esta recomendação, no sentido positivo. E gostávamos que a Assembleia Municipal acolhesse nesse sentido, exclusivamente construtivo e positivo.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Previamente, queria apenas dar duas notas. Ouvi duas “bocas” ali da Bancada do Partido Socialista, e pedia para não repetirem, porque se nós aqui nos excedemos um bocadinho, atiram-se ao chão e fazem birra. Uma é: “Não é vodka, é água”, dirigida a um membro da minha Bancada, e outra: “Oh pá, se estás farto, sai”. Não necessitamos disto. Era só esse reparo. Vamos levar isto a sério, porque isto, de facto, não é um circo, nem é uma creche; é para ser levado a sério.

Eu vou fazer, em primeiro lugar, uma declaração de interesses: não tenho, nem tive negócios com as empresas com participação municipal, nunca lhes vendi quaisquer



MUNICÍPIO DE POMBAL

bens ou serviços, nem delas sou credor de quaisquer remunerações, ou nelas tenho quaisquer interesses. Esta é a cultura tradicional do PSD. A mim, dá-me a liberdade e a legitimidade para falar da proposta do PS.

Lendo a proposta do PS, e verificando a enormidade das anormalidades da proposta, pareceu-me que a Bancada do PS não terá articulado a sua elaboração com os membros do Executivo – talvez esteja enganado, mas pareceu-me.

Bem, mas podemos avaliar a proposta sob vários critérios para determinarmos a sua viabilidade. Indico apenas três.

O primeiro será o da inovação: a proposta terá de conter algo de novo e diferenciador. Porém, mais uma vez, o PS aproveita a passagem da procissão para se colocar à frente. A Câmara Municipal já tem regras para estas situações, concretamente a norma de controlo interno e o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas, e existe Legislação aplicável, como o Código da Contratação Pública.

O segundo critério é o da legalidade da proposta. O PS pretende recomendar a elaboração de uma norma para todas as empresas – ou seja, é uma norma que se aplica a todas as empresas. Também esta proposta não respeita a Legislação e outras regras aplicáveis. Temos que tomar em conta os estatutos das empresas locais participadas – cada uma tem o seu estatuto, essa é a sua constituição, e temos que determinar também as competências da própria empresa e dos seus órgãos, a personalidade jurídica, para compreendermos que não se aplica uma regra, ou que a Câmara não pode impor uma regra a todas as empresas participadas. E temos que ver também as regras consagradas na Legislação comercial, como o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, e das participações locais, e no Código de Contratação Pública – e repito, além da Legislação comercial. E para fazermos uma proposta destas, tínhamos que estudar isto tudo. Dá trabalho, mas tinha que ser feito assim.

Mais uma vez, a proposta não foi pensada e estudada, de forma a poder ter alguma viabilidade. Estamos perante mais uma proposta mal estruturada, quanto ao enquadramento legal e aos objetivos.

Apresenta uma proposta com valor de pelo de cão, como se tivesse valor de lã de vicunha.

O terceiro critério é o da utilidade da proposta. Usando a linguagem doce dos membros da Bancada do PS, diria aos meus amigos que a sua finalidade de transparência pode ter boa aparência, e as imperfeições talvez tenham sido um mero lapso, por alguma ligeireza, pois não acredito que a tenham feito por leviandade, com o intuito de chicana, de entorpecer a ação do Executivo Camarário e de atingir as pessoas envolvidas nas empresas participadas.

A proposta não tem viabilidade, o voto é contra.”

Nuno Oliveira (PS):

“Ora bem, em relação a esta proposta, a questão da inovação aqui invocada pelo meu colega José Gomes Fernandes, na minha opinião, não colhe. Há aqui, de facto, uma inovação, sim, porque a proposta não versa sobre o órgão Câmara Municipal de Pombal, como seguramente tiveram oportunidade de ler, mas sim sobre as empresas controladas direta ou indiretamente pela Câmara Municipal – e portanto, é isso que aqui invocamos – e sobre as quais o Município se comporta como entidade detentora, ou sócia maioritária com capacidade de influência sobre essas entidades.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Daí que também a questão da legalidade não me parece – e obviamente que este é o campo do José Gomes Fernandes, e não é o meu -, uma matéria que seja difícil de reverter, uma vez que a Câmara pode, sim, influenciar a forma como os estatutos estão previstos, como acontece em qualquer entidade em que a parte maioritária do capital social dessa entidade pode, se os estatutos não o consagrarem, fazer uma alteração dos estatutos que passe a permitir que o consagre.

A questão da utilidade, essa para mim é mais fácil de responder. Aqui a questão é muito simples, é ter mais transparência num processo – e não estamos aqui a ofender a honorabilidade de ninguém, porque a transparência não foi feita para ofender a honorabilidade de ninguém. Todos nós queremos transparência em todos os organismos em que estamos, e não estamos com essa procura de transparência a pôr em causa a honorabilidade das pessoas; pelo contrário, quanto mais transparência, mais assegurada está, de facto, essa honorabilidade – porque essa honorabilidade pode ser injustamente colocada em causa se não houver informação, e se não houver transparência.

Portanto, aqui a questão é muito simples: ou querem mais transparência ou não querem mais transparência – até porque a proposta é feita em moldes, de facto, que não são levianos, caro José Gomes Fernandes; são, sim, de forma a permitir o correto enquadramento por parte do Executivo, porque o que a proposta diz é que nós recomendamos ao Município que regulamente no sentido de obter esses benefícios da proposta e, portanto, volto a sublinhar, aqui a questão é muito simples: ou querem mais transparência, também nesta parte da gestão camarária, ou não querem mais transparência.

E portanto, no meu entendimento, já percebi qual é o sentido de voto do PSD, e já percebi também qual é claramente o significado desse sentido de voto.”

Aníbal Cardona (PS):

“É só uma coisa muito rápida, para esclarecer aqui uma situação. Eu não mando “bocas”, eu sou amigo do João, e como sou amigo dele, tenho incapacidade de entrar nesta Assembleia e esquecer-me que está ali um amigo meu, estão ali mais. E aquela “boca” – porque se fosse um assunto sério, eu encaro as pessoas de frente, porque felizmente não tenho medo de homens – o João é meu amigo, eu não o quis ofender. Mas, se ofendi, ou alguém se sentiu atingido, humildemente – porque não me custa nada pedir desculpa – peço desculpa.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“De transparência, o Partido Social Democrata em Pombal não recebe lições de ninguém. Antes da transparência ser um facto da atividade política, já este Município se pautava pelos mais altos graus de transparência.

Tenho dito.”

Colocada a Recomendação n.º 6/GM-PS/2022 – Regulamento de procedimento e informação relativo a contratações por entidades controladas pela Câmara Municipal de Pombal, a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 6 votos a favor da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.22. Apresentação, discussão e votação da Recomendação n.º 7/GM-PS/2022 – Candidatura à Rede Nacional de Centro de Apoio à Integração de Migrantes.

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Penso que todos têm à sua disposição esta proposta. Eu vou perguntar quem se quer inscrever para falar sobre este assunto e dar a palavra à Marlene Matias, faça favor.”

Marlene Matias (PS):

“Eu inicio a minha intervenção, desde já, porque tenho o dever moral de mostrar o meu desagrado pela saída do Presidente da Assembleia Municipal, precisamente no início da apresentação das propostas do Partido Socialista, já para não falar que passou a maior parte do tempo ao telemóvel. E, portanto, isto também demonstra o respeito para com o órgão. E, portanto, eu não estaria bem com a minha consciência se não o dissesse.

Posto isto, independentemente do voto que esta recomendação terá, pelo menos ela terá um valor: é que, nestes últimos dias, eu acho que nunca se ouviu falar tanto no CLAIM. Pois, eu recordo o 31 de janeiro de 2020, página 14 da ata da reunião de Câmara, quando a Vereadora Odete Alves propôs o CLAIM a este órgão.

Para nós, não é importante requerer a paternidade das recomendações. Senhor Presidente, eu estou a ser constantemente interrompida, sempre pela mesma pessoa. Não é o Senhor João Pimpão, é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, já na última Assembleia Municipal eu fui constantemente interrompida...”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Eu agradeço pela informação, não vamos perder muito mais tempo com isso. Eu agradeço que não haja mais intervenções. Está a falar a Senhora Deputada Marlene, e portanto, mais ninguém intervém.”

Marlene Matias (PS):

“... Eu também vou entrar às oito e meia da manhã, mas eu fui eleita e estou aqui para cumprir com as funções para as quais eu fui eleita. Eu gasto o meu tempo como bem entender, se eu quiser falar sobre o tempo, eu falo sobre o tempo.

Portanto, como eu estava a dizer, eu acho que esta proposta pelo menos serviu para, tal como a dos desfibriladores, recordar à Câmara que, de facto, a Oposição realmente serve para alguma coisa, pelo menos que sirva para isto.

Eu vou escusar-me dos considerandos iniciais, porque já leram, tanto que o CLAIM tem sido muito veiculado. Contudo, tenho a dizer que considerando a inexistência de qualquer estrutura em Pombal vocacionada para o apoio a todos os cidadãos estrangeiros, cuja presença no Concelho de Pombal tem vindo a aumentar, oriundos de vários países; considerando que a invasão da Rússia à Ucrânia provocou um impacto gravíssimo em toda a população ucraniana, com milhões de deslocados por toda a Europa; considerando que o Concelho de Pombal é destino de um número considerável destes refugiados; considerando que o Gabinete de Acolhimento de Pombal, recentemente criado pelo Município, no âmbito do Plano Especial de Apoio à Comunidade Ucraniana, apenas e só presta apoio aos refugiados da guerra da Ucrânia, excluindo todos os outros imigrantes; considerando que no passado recente o



MUNICÍPIO DE POMBAL

PS já propôs que o Município de Pombal submetesse uma candidatura a esta rede nacional, tendo sido aceite e estabelecido um compromisso por parte do mesmo, como consta da ata de 31 de janeiro de 2020, página 14, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentar a presente recomendação a esta Assembleia, pedindo que esta se manifeste no sentido de que a Câmara Municipal proceda a todo e qualquer esforço junto do Alto Comissariado das Migrações, para que seja possível uma candidatura bem sucedida à Rede Nacional dos CLAIM.”

Renato Guardado (PPD/PSD):

“Relativamente a este tema, e sobre a questão da paternidade das propostas, de que aqui se fala, eu acho que, por vezes, quando nos apresentamos a votos, não damos a devida importância àquilo que são os programas eleitorais. E vir aqui levantar a bandeira da proposta do CLAIM, que é uma bandeira do Partido Socialista, porque eventualmente em alguma reunião foi falado, mas não lhe foi dada a devida importância para ser inscrito em programa eleitoral, por parte do PS.

Já da parte do PSD, tenho aqui comigo o programa eleitoral, compromisso com os Pombalenses, agenda para a década, um compromisso com os Pombalenses que, à época da campanha, foi até alvo de chacota pela sua dimensão, mas o que acontece é que, de facto, as propostas estão aqui vertidas, e estamos a concretizar o nosso programa eleitoral, que passo a citar, na página 14, Ponto 3: “Criar um programa de acolhimento e integração de imigrantes, e dar continuidade aos projetos dinamizados em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações.”

Portanto, esta proposta é uma proposta que constava do programa eleitoral do Partido Social Democrata quando se apresentou a votos. E naturalmente, o Partido Social Democrata está a executar o seu programa – está a executar o seu programa, naturalmente, é assim que a democracia funciona: apresentamo-nos a votos com programas eleitorais, os Partidos são votados, há quem governe e executa o programa, e há quem faça Oposição.

Agora, fazer Oposição não é pegar nas propostas que estão vertidas no programa eleitoral de outros Partidos e colocar, sobre uma bandeira de uma moção e uma proposta em Assembleia Municipal, quando não as colocámos no nosso programa eleitoral – na altura da constituição dos programas não tiveram essa importância, mas agora, na Assembleia, porque temos esta história da guerra na Ucrânia, se calhar, então, é de tempo de o fazer.

E também sobre isto, dizer uma outra coisa, que é: esta proposta está em execução. Esta proposta teve – e vem na própria moção do PS, no penúltimo parágrafo: “Considerando que, no passado recente, o PS já propôs que o Município de Pombal submetesse uma candidatura a esta rede nacional, tendo sido aceite e estabelecido um compromisso por parte do mesmo.”

Portanto, o próprio Partido Socialista sabe disto. Pergunto eu: qual é o sentido de estarmos a votar algo que está no programa eleitoral do PSD, que está em execução neste momento, e que o próprio PS o escreve na sua proposta?

Posso ainda dizer, sobre este tema, que a 22 de março, com a ADILPOM, o Município de Pombal manifestou junto do Comissariado para as Migrações o seu interesse em aderir a esta rede. E neste momento, o Município encontra-se na fase de instrução do processo de candidatura, e isto consta na informação do Presidente, página 45, também desta Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, face ao exposto, e para que não tenhamos aqui a ladainha do costume – votam desfavoravelmente, votam favoravelmente – vamos ver uma coisa: a proposta está em execução, está nos programas eleitorais, o próprio PS sabe disso, escreve-o na própria proposta. E portanto, eu acho que não faz sentido estarmos aqui a brincar às propostas. Acho que o que faz sentido aqui é retirar a proposta e manifestar com isso boa fé na discussão política. Acho que é a única solução possível relativamente a este ponto.”

João Varela Coelho (PS):

“Apenas para esclarecer que as propostas são apresentadas com um propósito: é que o que está nelas contido seja concretizado. Saudamos que se esteja a concretizar, à data da elaboração da proposta não estava, no nosso entendimento, a ser concretizado da forma mais evidente.

Aquilo que o Senhor Deputado Renato Guardado mencionou é verdade, nós apresentámos a proposta em devido tempo, pela Vereadora Odete Alves, no Executivo anterior. Na altura, houve disponibilidade do Executivo Municipal para a concretizar; no entanto, isso não se materializou em algo concreto, e este Executivo que tomou posse não fez nenhuma iniciativa que se tornasse pública – faço essa ressalva – que fosse do conhecimento desta Bancada. E portanto, sentimos que havia uma oportunidade perdida que se estava a arrastar, dentro de um processo que era perfeitamente ao alcance deste Executivo Municipal, que não implicava grande investimento, apenas uma iniciativa muito concreta. Saudamos que esteja a concretizar.

E, portanto, não entendemos que haja necessidade de retirar a proposta, apenas uma votação por aclamação deste órgão, concordando com o trabalho que está a ser feito. Isso também, sim, seria a única coisa que esta proposta mereceria.

São interpretações, penso que bem intencionadas, ainda que diferentes, do mesmo documento e da mesma iniciativa. E não vou aqui reclamar qualquer tipo de paternidade em relação à proposta. Felizmente, a proposta foi apresentada em devido tempo pelo Partido Socialista neste Executivo, felizmente este Executivo acolheu-a, acho que no final quem vai beneficiar são as pessoas que serão os utentes deste Centro Local, assim o Alto Comissariado para as Migrações trabalhe no sentido positivo.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Eu salvaguardo o espírito intelectual e de desenvolvimento que o Partido Socialista apresenta, porque se até setembro isto não era uma prioridade no seu programa eleitoral – que eu tenho aqui à frente, na ação social são cinco itens, e nenhum destes é –vêm defender isto. Mas, eu tenho uma impossibilidade de votar favoravelmente a proposta. Só conseguiria votar esta proposta se, a seguir, viesse uma proposta de que a Câmara deve ter um sistema de abastecimento público de água, ou que a Câmara deve fazer a recolha do lixo, porque são coisas que já fazemos.

Por isso, acho que é extemporânea.”

Colocada a Recomendação n.º 7/GM-PS/2022 – Candidatura à Rede Nacional de Centro de Apoio à Integração de Migrantes a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 6 votos a favor da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto n.º 2.23. Apresentação, discussão e votação da Recomendação n.º 8/GM-PS/2022 – Tarifa Familiar da Água.

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Eu agradeço que façam as inscrições.

Aproveitando as inscrições, embora o Presidente da Assembleia não tenha que fazer mais do que este tipo de trabalho, de orientar as coisas – que felizmente foi pacífico, não houve nada de especial aqui na Assembleia, de grandes trocas de galhardetes – mas, eu queria fazer aqui um reparo, e não me vão levar a mal que o faça, talvez devido à minha idade, por ser, a seguir ao Rogério, o mais velho aqui presente na sala, e com mais anos desta casa.

É que houve aqui uma confusão – e eu acho que tenho o direito de fazer esse reparo – houve aqui uma confusão relativamente à apresentação do relatório pela comissão eleita por esta Assembleia, que nos representa a todos, que teve o nosso voto de confiança, com escolha dos elementos por cada um dos Partidos, e que é trazida um pouco em cima da hora – é verdade, em cima da hora – que não tem nada a ver com uma moção apresentada pelo PSD, pelo PS, por qualquer outro Partido que aqui existisse, essa, sim, teria que vir dentro do prazo dos cinco dias antes.

Portanto, acho que não se podem comparar estas duas situações. Quando muito – e isso foi falado, e eu subscrevo isso – se eu estivesse no papel do João Coelho, eu teria dito: “Isto chegou em cima da hora, não tivemos tempo, e portanto, eu proponho que isto passe para a próxima Assembleia.” Acho que isso é normal, faz parte da nossa vida democrática, não tem problema absolutamente nenhum, nem ninguém tem que levar a mal uma situação dessas. Mas, as pessoas têm que o fazer com frontalidade. Não podem é “misturar alhos com bugalhos”, para daí tirar outras conclusões.

Não me levem a mal, não estou a dizer isso para acusar ninguém, estou a dizer que penso que são coisas diferentes. Evidentemente podem discordar, mas eu acho que, sobre esta matéria, nós temos de ir, e todos vamos aprendendo, no dia a dia, como é que nos vamos comportando relativamente a estas situações. Agora, misturar as duas, não, porque elas não são, de maneira alguma, iguais.”

Carla Pereira (PS):

“Eu reitero as palavras da minha camarada de Bancada, Marlene Matias, relativamente à presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Realmente, acho triste abandonar a Assembleia logo agora, nesta fase.

Esta é uma proposta sobre a tarifa familiar da água, se calhar também já está no programa do PSD, e eu estou para aqui a ler, e se calhar não vale a pena estar aqui a apresentar.

Renato, veja aí o programa, se está ou se não está. Esta está? É que assim não vale a pena nós estarmos a ler, nem estarmos a apresentar a proposta. Não, não é para retirar, eu não disse que é para retirar; eu apenas perguntei se estaria no programa do PSD. Penso que não, mas como a hora é tardia, também tenho muitas coisas para fazer, se calhar li aquilo mal. Intelectualmente também é difícil estar a ler aquele documento extenso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, vamos lá, então. Uma das políticas que este Município proclama é a fixação de jovens. E como sabemos, o concelho está a envelhecer e há necessidade, então, de fixar jovens. Eu não vou ler a proposta toda, porque acho que já leram e já devem ter esmiuçado bem.

É urgente o Município incrementar políticas que conduzam para um aumento da natalidade e a fixação de famílias jovens. E uma das medidas que o Partido Socialista achou importante – dentro de muitas – será a tarifa familiar da água. Sabemos que há onze Municípios do Distrito de Leiria que já aderiram à tarifa familiar da água, para agregados familiares extensos, com mais de cinco elementos, e que a tarifa familiar da água foi criada exatamente para visar a igualdade tarifária das famílias numerosas. A tarifa familiar da água aplica-se também aos serviços de saneamento, águas e resíduos, serviços prestados com base em renda fixa ou bens móveis.

Considerando a Bancada do Partido Socialista uma medida importante para os agregados familiares mais extensos, colocamos, então, esta recomendação para ser aprovada hoje aqui, em Assembleia Municipal, garantindo que as famílias com agregados familiares maiores consigam ter uma tarifa de água justa.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“A hora já vai longa, vou ver se consigo ser curto.

Bem, sendo eu filho e irmão de mais dois, já me considero família numerosa, e estando aqui algumas famílias numerosas, ou pelo menos pais de famílias numerosas, este assunto é caro a todos.

Mas, antes de apontarmos soluções populistas para o apoio às famílias numerosas do concelho, convém fazermos uma retrospectiva de tudo o que já se tem feito e se continua a fazer.

Como primeiro ponto, e indo diretamente à recomendação efetuada, fazem referência a que onze Municípios do Distrito de Leiria têm tarifário familiar, e é verdade. Mas, o mais importante não é ter uma tarifa familiar, e sim, ter um valor a pagar mais baixo. Para podermos avaliar o que os pombalenses pagam temos que cruzar vários dados. Primeiro, o relatório da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, em que o Município de Pombal aparece como segundo Concelho no preço total – ou seja, o segundo mais barato – isto para famílias de três a seis elementos, sendo que grande parte das famílias numerosas são constituídas por cinco a seis elementos.

Assim, e é a própria Associação Portuguesa de Famílias Numerosas que o indica, podemos comprovar que temos um tarifário amigo das famílias numerosas, mas não só, também das outras famílias que constituem a grande maioria da população do Concelho de Pombal.

Outra análise que temos que fazer é a utilidade / eficácia da recomendação.

Vejamos: o Município tem 23.936 clientes de consumo doméstico, sendo que destes, 98,7% apresentam consumos que não excedem o primeiro escalão – aquele em que se paga 0,56€ por metro cúbico. Dos restantes, 295 clientes – não são todos famílias numerosas, se é que está alguma nesta condição – grande parte ultrapassa este escalão devido a regas de jardim – eu próprio sou um desses, no verão ultrapasso o escalão. 200 apenas consomem 21 a 24 metros cúbicos por mês – ou seja, apenas 1 a 3 metros cúbicos acima do primeiro escalão. Esses que estão acima do primeiro escalão são



MUNICÍPIO DE POMBAL

isentos da tarifa de saneamento e de resíduos nos consumos do segundo escalão – mais uma redução de preço para todos.

Considerando que a Associação Nacional de Famílias Numerosas considera o consumo médio mensal de 3,6 m³ / mês, se dividirmos os 20 metros cúbicos do primeiro escalão pelos 3,6, temos em média um consumo de agregados com 5,5 pessoas. Todas as famílias com cinco elementos estão no primeiro escalão, e as famílias com seis elementos, quase todas também ficarão nesse escalão, pelo menos as que consomam de modo moderado, o que nos leva a outra questão, a gestão diária do consumo da água por todos. Sendo um bem tão escasso, podemos sensibilizar a nossa população para moderar o consumo, e isso, sim, é reduzir os custos das águas.

Outra comparação que temos que fazer é comparar com alguns Municípios de referência. Logo, se considerarmos o Município de Leiria e, por exemplo, o da Figueira da Foz, para consumos de 20 metros cúbicos, Leiria cobra 50,01€, Figueira, 55,69€, Pombal, 31,19€. Para 25 metros cúbicos / mês, Leiria, 61,05€, Figueira da Foz, 77,96€, já Pombal, 46,94€. Para 30 metros cúbicos, Leiria, 72,10€, Figueira da Foz, 93,61€, Pombal, 62,69€. Sim, vemos o quanto Pombal é amigo das famílias numerosas, e não só, de todas as famílias.

Falando em Municípios amigos das famílias, gostava também de salientar que, em 2021, o Município foi novamente, e pelo sexto ano consecutivo, distinguido como Autarquia Familiarmente Responsável pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, pelas medidas implementadas em diversas vertentes, como o apoio prestado à maternidade e paternidade, o apoio a famílias com necessidades especiais, as medidas de conciliação entre o trabalho e família, o desporto e os tempos livres, a educação, a habitação, os transportes públicos, a saúde, a cultura, e sim, também a redução do IMI para as famílias numerosas, entre outras.

Aproveito para dar nota de que não é só o Município, também as Juntas de Freguesia apoiam as famílias – no caso de Vermoil, que neste momento está a dar o apoio aos recém-nascidos.

Deixo aqui uma preocupação: o Município recebeu uma recomendação da ERSAR para atualizar o seu tarifário, em virtude de existirem alguns serviços em défice tarifário – leia-se, aumentar os preços dos serviços – pelo que, por questões legais, tivemos que alterar o valor dos escalões e o número de escalões. Cá estaremos para reavaliar os escalões e as necessidades para todas as famílias Pombalenses.

Outro ponto não menos importante é solicitar a implementação da recomendação para a próxima Assembleia, quando estamos a falar de um bem extremamente precioso e indispensável. Não podemos tratar este assunto em cima dos joelhos, não é em dois meses que nós resolvemos este assunto, como solicita a Bancada do PS.

Por isto, a Bancada do PSD irá votar contra esta recomendação.”

João Varela Coelho (PS):

“Senhor Presidente, antes de mais, queria agradecer o conselho, a quem reconheço valor, por todas as razões pessoais, e pela posição que ocupa, naturalmente. E portanto, só tenho que lhe agradecer o conselho, esclarecendo que a minha posição foi exclusivamente pessoal – reforço isso, eu frisei isso na minha intervenção, a que o Senhor Presidente aludiu – era pessoal, não estava a falar enquanto Líder da Bancada do Partido Socialista, e era para, de alguma forma, corrigir algum eventual erro que eu, pessoalmente, detetei, para situações semelhantes para o futuro. E fi-lo,



MUNICÍPIO DE POMBAL

condicionando logo à partida a minha análise a um voto favorável, que declarei previamente.

Portanto, não fiz a defesa da honra em relação à maneira como foi catalogada a minha intervenção, de “sacanice”, ainda para mais em relação aos meus colegas de Bancada, que me fez, naturalmente, suscitar a minha indignação, que eu considero que é justa, e agradeço a oportunidade que me deram de a manifestar.

Em relação ao ponto em concreto, queria só esclarecer que, até pelo que foi demonstrado agora pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vermoil, não há condicionante financeira nesta proposta do Partido Socialista, que por vezes é invocada como incapacidade para tomar como boas as nossas propostas. Não há aqui nenhuma incapacidade de a Câmara assumir esta proposta, de a regular como bem entendesse para que ela fosse bem percecionada e bem recebida pelos eventuais beneficiários desta proposta, e penso que beneficiaria também a Câmara Municipal, o concelho como um todo, com um carácter diferenciador, meter dentro dos seus catálogos de taxas a cobrar a eventualidade de ter aqui um benefício que fosse percecionado pelos eventuais beneficiários como fator distintivo em relação a outros concelhos – ou então, se quisermos percecionar de outra forma, como fator nivelador em relação a concelhos que já estão dentro desta realidade da tarifa familiar da água.”

Nuno Oliveira (PS):

“Bem, é também no seguimento da intervenção do meu colega Daniel Ferreira, esta proposta – volto a frisar, porque provavelmente o Daniel não teve na devida conta esse pormenor – destina-se a fazer uma distinção para as famílias numerosas. E portanto, a recomendação do gasto moderado da água é uma recomendação sempre útil, sempre pertinente a todos; agora, convenhamos, não me parece adequado fazer essa recomendação a uma proposta que se destina às famílias numerosas, porque, obviamente, toda a gente perceberá por que razão natural e óbvia é que as famílias numerosas gastam mais água do que as famílias menos numerosas. E portanto, aí não creio que seja um reparo muito adequado para esta proposta.

A bandeira invocada sobre a Autarquia Familiarmente Responsável é uma bandeira que seguramente o Município quer manter, e da qual se orgulha, e é também por isso que me custa a perceber que não seja acatada esta diferenciação para as famílias numerosas.

Volto a referir também que é uma medida que não impacta financeiramente, não é esse o argumento invocado para o chumbo desta proposta, e portanto, não compreendo, de facto, que não se faça essa segregação.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Se calhar não fui claro na minha intervenção, o que eu quero dizer é que isto é válido para todas as famílias, não são só as numerosas. E demonstra-se pelas contas que estão aqui apresentadas, e que eu explanei, que qualquer família com cinco a seis elementos continua a manter-se no escalão reduzido. Ou seja, não há aqui benefício absolutamente nenhum. Ou seja, isto é para a população toda, não é só para as famílias numerosas. Pombal, neste momento, é dos concelhos que tem a água mais barata.

Esta proposta é completamente irrelevante porque não vai beneficiar absolutamente ninguém, porque já estão a ser beneficiados. Não é uma novidade, isto já acontece neste momento, já está a acontecer.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Senhor Presidente, eu peço desculpa, tinha prescindido há pouco da palavra porque achava – e acho – que o Senhor Presidente da Junta de Vermoil tinha sido suficientemente esclarecedor na intervenção que fez, mas parece que para os nossos colegas do Partido Socialista, não foi o suficiente e, portanto, dizer o seguinte:

O que está aqui em causa, em primeiro lugar, a proposta tem mérito – ou seja, a proposta, em termos teóricos, era uma proposta que poderia ser equacionada em alguns Municípios do país, porque, efetivamente, prevê algo que já acontece também em alguns Municípios, mas podia ser uma proposta pertinente se, neste caso, se justificasse em Pombal. Não se justifica, de todo, porque o que a proposta pretende, ou propõe, é que, efetivamente, haja aqui uma discriminação positiva para algumas pessoas – neste caso, para as pessoas que têm famílias numerosas.

Neste caso, no Concelho de Pombal, essa discriminação positiva, ao dia de hoje, acontece para toda a gente, sejam as famílias numerosas, ou não numerosas, monoparentais – toda a gente, ao dia de hoje, todos os pombalenses são discriminados positivamente com o preço da água que se pratica.

Aliás, a nossa tarifa normal de água até é mais baixa do que a tarifa praticada em muitos Municípios para famílias numerosas.

Portanto, os Pombalenses ainda têm – e esperamos que continuem a ter – o privilégio de pagar a água a um preço bastante abaixo daquilo que é praticado nos concelhos vizinhos, no resto dos concelhos do país, e isso também se deve ao facto de nós, em boa hora, termos assumido a gestão da água – as águas são nossas, são do Município, uma decisão tomada nos tempos do Eng.º Narciso Mota, e que temos sempre que lembrar que foi uma boa decisão, porque nos permite, ao dia de hoje, termos este bem a um preço bastante acessível, ao contrário, por exemplo, de outros bens, como é o gás, a energia, o combustível, que o Governo Socialista tem sido incapaz de evitar o aumento dos mesmos, e esses, sim, as pessoas sentem os aumentos no bolso.

E portanto, dizer só o seguinte: a proposta, em termos teóricos e abstratos, tem a sua pertinência e validade; no caso de Pombal, não faz qualquer sentido, porque em Pombal, todos os pombalenses pagam um preço de água bastante baixo, tendo em conta aquilo que é a média nacional.

E dizer também outra coisa, para terminar: é injustificável, na proposta diz que se a mesma fosse aprovada, que deveria vir à próxima Assembleia Municipal a alteração ao regulamento. Não se percebe esta dualidade de critérios do Partido Socialista. Há pouco, quando foi aquela questão do Café Concerto, queriam tempo para refletir sobre o Café Concerto; agora, numa área tão importante e que carece de tanto trabalho como é alterar os escalões da água, já poderia ser de uma Assembleia para a outra. Ou seja, isto era totalmente impraticável.

Portanto, a proposta não faz sentido aplicar em Pombal, era impraticável alterar isto para a próxima Assembleia Municipal, e em Pombal, toda a gente, independentemente do número de membros do agregado familiar, paga a água a um preço bastante acessível e bastante baixo, comparando com a média nacional.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Eu apresento um requerimento à Mesa para passarmos de imediato à votação, se faz favor, e o requerimento tem precedência sobre todas as outras intervenções.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Marlene Matias (PS):

“Ou seja, há bocado sentiu-se cortado na sua palavra, e agora quer cortar as nossas intervenções. 25 de abril, sempre.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Já era nascido e já lutava antes do 25 de abril para que houvesse um 25 de abril. Eu não estava a tentar cortar a palavra à Marlene; só estou a dizer que, uma vez que há requerimento, eu tenho que pôr à votação o requerimento.

Já sei o que é que vai acontecer, naturalmente, mas é assim que dizem os regulamentos.

Colocado o requerimento a votação foi o mesmo aceite por maioria, com duas abstenções.

De seguida referiu o seguinte:

“Vamos passar à votação. Não é necessário fazer mais comentários, porque as coisas são mesmo assim.

Eu queria dizer ao deputado Aníbal Cardona que, provavelmente, devido ao adiantado da hora, estava distraído – não é hábito, mas estava.

O requerimento para que se passe imediatamente à votação, o Presidente da Assembleia pergunta à Assembleia, em geral, se aceita o requerimento, ou não. É assim que se passa em qualquer lado, eu não tomei nenhuma decisão arbitrária. É assim e sempre foi, nesta Assembleia e em todas as outras.

Portanto, é só para dizer que, lamentavelmente, ou não, eu tenho que pôr à votação a proposta, tal como ela está.

Desculpem, mas a minha função é essa.”

Colocada a Recomendação n.º 8/GM-PS/2022 – Tarifa Familiar da Água a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 6 votos a favor e uma abstenção.

Marlene Matias (PS):

“Eu queria apenas dizer que, de facto, vivemos em democracia, e em democracia aceitamos, como é evidente, qualquer resultado de qualquer votação, de qualquer proposta ou recomendação que nós aqui trazemos. Mas, não deixa de ser surpreendente, de facto, quando nós votámos contra outros pontos, a reação da maioria. É curioso.

Pois, não nos vão vencer pelo cansaço, porque nós vamos continuar a apresentar as recomendações, porque estas recomendações e estes votos contra, não são contra o Partido Socialista, não são contra estes eleitos, porque estas propostas são a favor das nossas populações, e é por elas que nós aqui estamos, e é por elas que vamos aqui continuar.

E viva o 25 de abril.”

Ponto n.º 2.24. Apresentação, discussão e votação da Moção n.º 01/GM-PS/2022 –Pela salvaguarda dos interesses da população de Casal da Rola e Casais do Porto face a eventual concessão de exploração de Tripoli e outros minerais associados.

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“Eu agradeço que quem queira intervir faça a sua inscrição.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nuno Oliveira (PS):

“Ora bem, no dia 25 de outubro de 2020, a empresa Clariant, de nacionalidade suíça ou alemã, apresentou um requerimento para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, de tripoli e minerais associados, na zona do Casal da Rola, e um outro também na zona dos Casais do Porto.

A população tem vindo a mostrar preocupações que nos parecem legítimas em relação a este processo – e quando nós falamos no processo, não falamos apenas no processo que está a decorrer, que é o processo de prospeção, mas todo o processo, uma vez que uma das consequências inevitáveis da prospeção, se for considerada viável, é a fase seguinte, de exploração do mesmo minério.

Ora, já terminou o período de consulta pública, sem que a população se tivesse sentido informada, embora o tivesse procurado fazer.

E portanto, apresenta o Partido Socialista uma moção a esta casa, no sentido de recomendar ao Executivo deste Município que extravase e que seja mais ambicioso na obtenção de informação que possa tranquilizar a população, e portanto, que vá para além daquilo que são os requisitos mínimos legais, no que a este processo respeita. E entendemos que o deve fazer porque as preocupações manifestadas são, de facto, preocupações legítimas, sérias, e infelizmente, em explorações de natureza semelhante – algumas já aqui tratadas durante esta sessão – temos um histórico que, a nosso ver, não é muito favorável para o Município – temos feridas abertas no nosso território, que não sabemos como irão ser tratadas, e o que delas irá resultar no nosso futuro, e portanto, receamos que estejamos a deixar uma má herança para as gerações vindouras.

E é por reconhecer a legitimidade dessas preocupações que entendemos que essa obtenção de informação deve ser promovida de uma forma bastante viva por parte deste Executivo e é nesse sentido a moção.

As preocupações estão elencadas no documento, creio que não será necessário referi-las, mas basicamente têm a ver com aspetos relativos à própria exploração, como áreas de exploração, o layout industrial detalhado e a tecnologia a afetar, o impacto da erosão, o consumo de água previsto – enfim, uma série de preocupações que estão aqui elencadas, e que seguramente a população se sentiria muito mais confortável se tivesse informação providenciada por quem tem, para além das competências legais e das competências formais atribuídas a este órgão, uma competência moral de estar sempre – como aqui já foi repetido várias vezes pelo Senhor Presidente da Câmara – ao lado da população.

Eu sublinho ainda dois pontos, neste pedido de informação, que aqui elencamos, que são os dois pontos finais. Por um lado, quais são os reais benefícios para a comunidade local previstos, e por outro lado, qual é a previsão de valores a recolher a título de taxas de impostos municipais, nomeadamente pela aplicação do regulamento municipal de extração de inertes.

Mais uma vez, eu pedia, nesta resposta que eu espero que seja favorável por parte desta Assembleia, e nos comentários que aguardo por parte do Executivo, que não se escudem, por favor, atrás dos mínimos legais que esta situação enquadra, e que demonstrem à população que, efetivamente, pode contar com a sua classe política quando sente receios e dúvidas que são legítimos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, é precisamente para dar voz a essa confiança, e para não defraudar essa confiança da população na sua classe política que estou convicto de que, finalmente, vamos ter um voto favorável por parte do PSD a uma proposta apresentada pelo Partido Socialista.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Enquanto Presidente de Junta, considero, antes de passar à leitura deste texto que tenho aqui, pouco ética a questão de, quando se fala no Poder Local e a nossa proximidade com as pessoas, não ter tido sequer a honra de a Direção Geral de Energia e Geologia ter enviado à Junta de Freguesia o comunicado e um pedido de parecer de que isto podia acontecer. Não é porque nós estejamos aqui contra tudo o que pode acontecer, mas simplesmente porque devemos ter acesso à informação, para depois, com o conteúdo, também podermos informar as pessoas. E na verdade, isto não aconteceu, como não acontece noutras coisas, mas depois, naquilo que diz respeito ao envio dos editais, aí aparece, e simplesmente nem pedem para que afixemos, que façamos o que quisermos.

Mas, nesse conteúdo, eu quero aqui deixar esclarecido o seguinte: acabou de terminar o dia 26 de abril, precisamente o dia em que termina o prazo de consulta pública publicado pela Direção Geral de Energia e Geologia, referente à pretensão de prospeção do minério tripoli nos lugares de Casal da Rola e Casais do Porto, pertencentes à Freguesia do Louriçal.

Lembro que à Junta de Freguesia do Louriçal nunca foi solicitado por este organismo qualquer tipo de parecer, para qualquer tipo de prospeção. Recebemos, sim, unicamente, dois editais por parte da Direção Geral de Energia e Geologia, no dia 15 de fevereiro do corrente ano, que prontamente publicámos no site e no Facebook da Junta, e mandámos afixar cópias nos mesmos lugares habituais da freguesia.

Entrámos em contacto imediato com o Município, no sentido de perceber quais os objetivos pretendidos e quais os passos que, enquanto Junta de Freguesia e Município, deviam ser tomados para esclarecer as populações. Foi informado pelo Senhor Vereador Pedro Navega do ofício enviado à Direção Geral de Energia e Geologia, no dia 18 de março de 2022, a exigir, com a maior brevidade possível, uma sessão pública de esclarecimento às populações em causa, reforçando ainda a proibição da execução de qualquer furo em caminhos públicos e florestais.

Com este esclarecimento, a Junta de Freguesia, e dentro das suas competências, em reunião do Executivo do passado dia 5 de abril, decidiu por unanimidade apresentar um voto contra o processo de prospeção de tripoli previsto nestes lugares de Casal da Rola e Casais do Porto, uma vez que entende não estar salvaguardado o direito à informação da população. O Presidente da Junta e seu Executivo, como sempre, estiveram e estarão sempre ao lado das populações, na defesa do território.

Assim, é nosso entendimento que deverá decorrer com urgência uma sessão pública de esclarecimento a promover pela Direção Geral de Energia e Geologia e pela empresa interessada, nos termos da Lei em vigor, com vista a prestar a adequada e necessária informação à população, nomeadamente quanto ao local de prospeção, como vai ser executada, quais os impactos ambientais associados, e caso a prospeção venha a acontecer, como será efetuada a reposição da zona envolvente, e quais as compensações para as populações em causa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi com este teor que propusemos à Assembleia de Freguesia do Louriçal que se pronunciasse, perante a participação também nesta consulta pública, e que no passado dia 21, em Assembleia Geral Ordinária, decidiu por unanimidade apresentar um voto contra esta prospeção, apresentando a contestação com o mesmo teor do Executivo da Junta de Freguesia.

Quero aqui lembrar que após a fixação e divulgação dos editais, a Junta de Freguesia recebeu presencialmente uma freguesa a pedir esclarecimentos, juntando mais dois fregueses que enviaram o mesmo pedido através de e-mail, aos quais foi enviada a resposta, dentro daquele que é o nosso conhecimento.

Mediante todos estes esclarecimentos e a articulação do pedido dos mesmos à Direção Geral de Energia e Geologia por parte do Município, penso que algo fica aqui a fazer uma grande confusão às pessoas – e lamento aqui, porque acho que o Partido Socialista, ao colocar esta moção, percebeu bem que o trabalho já está feito, democraticamente, e aquilo que é a cidadania, e nós quisemo-lo fazer nos locais certos. E por vezes aparece, no meio uma outra pessoa, que nem dirige uma palavra à Junta de Freguesia, nem requer uma reunião, e que utiliza as redes sociais, pensando que o que é bonito é ter “likes”, e não é assim, está provado que não é.

Portanto, por vezes aparecem aqui a tirar fotos, iludindo as pessoas, e aí, lamento. Não estou de forma nenhuma contra esta proposta, mas estou contra ela ter sido posta como moção, uma vez que já foi tomada posição pelo Município, e que a Junta de Freguesia acompanhou. Portanto, as populações estão esclarecidas, naquilo que é a posição da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.

Aquilo que esperamos é que, a muito curto prazo, seja esclarecida toda esta prospeção que possa acontecer, de forma a que as populações fiquem descansadas.

E da nossa parte, enquanto Presidente de Junta e Executivo, podem contar comigo sempre ao lado das populações, que não estarei aqui para outra coisa.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Começo por dizer que há vários anos que tenho estado nesta Assembleia Municipal, e já não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que vêm a esta Assembleia Municipal assuntos desta índole, ou seja, relacionados com eventuais prospeções e de conhecimento daquilo que é o nosso solo, e também outros temas de assuntos que se relacionam com aquilo que é a vida das pessoas. E a minha postura nesse campo é sempre de máximo respeito por aquilo que são as sensibilidades, as motivações, as preocupações das populações, porque é muito fácil, mas temos de ter a capacidade de nos colocarmos no lugar dessas pessoas. E portanto, obviamente que se eu perceber que junto da minha casa vão fazer alguma coisa, vão tentar procurar alguma coisa, naturalmente eu fico preocupado. E portanto, respeito máximo, em primeiro lugar, pelas populações que estão com algum receio, que até estão com algum medo, ou estão preocupadas com aquilo que possa vir a acontecer.

Agora, perante essa preocupação da população, julgo que os responsáveis políticos – nós, e sobretudo os decisores políticos, e neste caso, o Executivo – em primeiro lugar, devem ser responsáveis. E ser responsáveis é não embalar em fundamentalismos. Ou seja, todos nós, ao dia de hoje, estamos sensíveis para a causa ambiental, todos nós queremos proteger, como é óbvio, o meio ambiente; agora, todos nós também temos a noção de que o nosso quotidiano, também na nossa vida diária, necessitamos de muitas



MUNICÍPIO DE POMBAL

matérias-primas que, efetivamente, se não fossem exploradas – se não for ao pé da nossa casa, é ao pé da casa de alguém – não existiriam. E portanto, temos que conseguir fazer este equilíbrio, não embalando em fundamentalismos e, obviamente, acautelando ao máximo as eventuais consequências, neste caso, desta eventual prospeção ou exploração.

E depois, também devemos contribuir para evitar a desinformação, ou seja, devemos sobretudo – e é aqui que eu quero colocar o foco – dizer a verdade às pessoas. A melhor defesa que nós podemos fazer das pessoas é dizer-lhes a verdade, nem mais, nem menos do que a verdade, sem excessos, sem omissões, pura e simplesmente a verdade.

E portanto, custa-me, e acho que não devemos, em momento algum, aproveitar estes sentimentos mais intrínsecos, mais genuínos, mais sensíveis das pessoas – porque é de pessoas que nós falamos, pessoas de carne e osso, com coração, não são máquinas – para com isso fazer política, ou até fazer algum aproveitamento político.

E quanto ao caso em concreto, já foi aqui hoje esclarecido pelo Senhor Presidente de Câmara, no início desta Assembleia, que o que está aqui em causa é que o Município, efetivamente, para esta prospeção, deu um parecer não vinculativo – o parecer é não vinculativo – condicionado. Eu estive a contar e o parecer que o Município deu tem dezassete condicionantes – ou seja, não foi um parecer onde o Município simplesmente disse “façam, avancem”; não, deu um parecer que não é vinculativo, porque quem licencia a atividade não é o Município, é a Direção Geral de Energia e Geologia, e nesse parecer que foi dado, o Município elencou dezassete condicionantes que, obviamente, pretendem salvaguardar aquilo que é o meio ambiente e, naturalmente, o interesse das populações.

E como eu estava a dizer, neste momento, está nas mãos do Governo, está nas mãos da Direção Geral de Energia e Geologia, que responde a um Secretário de Estado até bastante conhecido, que é o Secretário de Estado João Galamba, e portanto, nada melhor do que o Governo, que tem esta matéria na mão, que tem a capacidade para licenciar ou não licenciar esta atividade, fazer aquilo que deve fazer. E o que é que deve fazer? A Direção Geral de Energia e Geologia diz – e está no site – entre outras coisas: “Na missão da DGEG inclui-se, naturalmente, a necessidade de sensibilizar os cidadãos para a importância daquelas políticas no quadro do desenvolvimento económico e social que se deseja para o país, informando-os sobre os instrumentos disponíveis para a execução das decisões políticas e divulgando os resultados do seu acompanhamento e execução.”

Ou seja, neste momento, cabe à Direção Geral de Energia e Geologia esclarecer e informar as populações, não cabe ao Município.

O Município não se deve substituir àquilo que é uma responsabilidade do Governo, e muito menos se deve substituir àquilo que é uma eventual responsabilidade da empresa. Imaginem o que é o Município ir fazer algo que deveria ser a empresa a fazer – neste caso, o eventual esclarecimento à população; no limite, o Município estava a investir recursos, todos para beneficiar, neste caso, a empresa – até podia haver aqui um enriquecimento sem causa para a própria empresa.

E portanto, o Município em momento algum se deve substituir, neste caso, à entidade licenciadora, que é a Direção Geral de Energia e Geologia.

E portanto, dizer que a melhor resposta que nós pombalenses, que nós eleitos pelo PSD, que representamos a população, podemos dar à população, e a melhor resposta que



MUNICÍPIO DE POMBAL

podemos dar a esta moção é dizer sempre a verdade. Estar ao lado da população é estar ao lado da verdade, é não mentir à população.

E portanto, vamos votar contra esta moção, vamos votar contra porque não queremos fazer aproveitamento político deste assunto, e não queremos estar aqui a enganar as pessoas, porque aprovar documentos bacocos, inconsequentes e estéreis é enganar as pessoas, nós vamos votar contra porque, efetivamente, estamos ao lado das populações, e estar ao lado das populações é estar ao lado da verdade.”

Marlene Matias (PS):

“Só para dizer que para além de eleita da Assembleia Municipal, sou eleita na Assembleia de Freguesia de Almagreira, e na passada sexta-feira, eu subscrevi uma moção apresentada pelos eleitos do PSD, e portanto, eu subscrevi a moção, e de facto, estou muito orgulhosa dos eleitos do PSD de Almagreira, provavelmente aqui não houve articulação entre os eleitos do PSD de Almagreira e a Comissão Política do PSD. Eu não tenho nada que ler, estou só a fazer a minha interpretação daquilo que eu conheço, e daquilo que subscrevi, e estou a fazer análise política. Posso?

E portanto, eu só queria dizer que esta moção, para além do que está referido, também vai atingir a Freguesia de Almagreira, e foi decidido em Assembleia de Freguesia de Almagreira, proposta pelo PSD, que se constituísse uma comissão de acompanhamento, porque a população também quer ser esclarecida, e também não quer exploração de tripoli, que se vai aliar e se vai juntar à comissão formada na Freguesia do Lourical.

Era isto que eu queria dizer.

Organizem-se.”

Nuno Oliveira (PS):

“Então, eu registo aqui as palavras do Senhor Presidente da Junta do Lourical, alegando, de uma forma muito resumida, que na sua opinião, esta moção é desnecessária porque as populações já estão esclarecidas.

Tenho a dizer que, de facto, não é essa a perceção que tenho junto das pessoas da Freguesia do Lourical, que nem sequer é a única freguesia atingida por este caso.

Por outro lado, diz o João Antunes dos Santos que em algum sítio deve ser explorado. Tudo bem, não estou contra isso, embora confesse que em outros sítios do Concelho de Pombal tenhamos outras explorações, em que é difícil convencer disso mesmo, e da bondade desse argumento, as pessoas que lá moram. Mas, vou tomar isso como bom, para já.

Agora, a questão é que a moção que aqui é apresentada para votação não é, de facto, para permitir ou não permitir aquela atividade. E é evidente que, pelas minhas palavras, provavelmente já terão antecipado qual é o meu sentimento, à partida, em relação a esta atividade. Agora, não é sobre isto que esta moção versa; esta moção é aqui apresentada para fazer um esforço para prestar mais informação à população, que não se sente esclarecida, e que tem receios legítimos em relação a esta questão. É uma questão de informação apenas, e é essa informação que o PSD se prepara para negar à população.

E portanto, eu quero até aqui estabelecer um paralelismo: sabem que a mesma empresa fez também quatro pedidos semelhantes no Concelho de Soure, e desistiu – e vocês sabem por que é que desistiu de fazer essa atividade em Soure, provavelmente, mas eu vou recordar-vos, para ficar claro: desistiu porque percebeu imediatamente que o Concelho de Soure não via vantagens nesta exploração. Eu vou até citar aqui algumas



MUNICÍPIO DE POMBAL

palavras do Presidente Mário Jorge Nunes, da Câmara Municipal de Soure, que diz, sobre processos análogos, o seguinte:

“A fase de exploração poderá ter impactos negativos significativos para o concelho, pondo em causa o desenvolvimento sustentável, o equilíbrio ambiental, a segurança das populações e o sossego público, porque é uma atividade associada a poluição ambiental e sonora, e a um volume de tráfego pesado considerável.”

Isto foram declarações do Presidente da Câmara Municipal de Soure ao jornal “Terras de Sicó”.

Agora, isto não é uma demonstração de coisa nenhuma, isto não é uma verdade infalível; agora, é, no mínimo – e terão que o reconhecer – uma assunção da legitimidade das dúvidas daquela população.

Portanto, mais uma vez, volto a insistir e a pedir que, por um momento, pensem a sério na população e naquilo que a população vai entender daquilo que seja a nossa ação esta noite. Nós estamos a pedir mais informação à população, por sermos, de facto, aquele poder mais próximo dessa população. E eu espero que retrocedam nessa tentativa de não assumir esse compromisso de informar a população.”

Aníbal Cardona (PS):

“Esta moção não tem propriamente o objetivo de politizar, pelo contrário. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lourical até falou em quais eram os aspetos que ele queria ver esclarecidos. E nós sabemos – e alguém que esteja aqui envolvido na parte ambiental, e que estude especificamente esses fenómenos – eu consigo responder a tudo sem responder a nada. E quem olhar para este documento percebe que todos aqueles aspetos que ali estão elencados exigem uma resposta clara e cabal. Se eu for vago no meu pedido de esclarecimento, arrisco-me a não ter resposta nenhuma. E este documento tem o mérito de elencar todos os aspetos que efetivamente são relevantes. Eu já trabalhei numa pedreira, sei muito bem como é que funciona, quais são os aspetos da minha perceção académica e da minha perceção pessoal.

E este contributo não é um esforço, nem de politização deste assunto, e custa-me ouvir o meu amigo João a dizer que isto é um esforço para enganar. É, efetivamente, colocar-nos num plano de desqualificação extraordinária.

A única coisa que nós aqui estamos a dizer é: se esclarecerem, se esse esclarecimento, que é devido às populações – eu nem sequer estou aqui a falar do que é que se passa na organização administrativa americana ou inglesa, em que os districts, ou as zonas que correspondem às freguesias, têm direito a esta informação e decidem. E esta informação que lá está é um auxiliar para quem vai pedir esclarecimentos.

Portanto, não há nada mais claro nem honesto do que este documento. Não é um documento para enganar; é para esclarecer. Portanto, a tal má fé que nós temos de cada vez que pomos aqui um papel, que nos explicamos mal, aqui, sinceramente, Senhor Presidente, eu não percebo. Eu não percebo, eu estou a ver a sua expressão de desinteresse relativamente a esta questão. É um esforço honesto, tecnicamente equilibrado. Há bocado, o colega Manuel Serra falou sobre um problema muito grande, que é: então, e quando acaba a exploração, nós sabemos que as garantias bancárias que sustentam os planos de reconversão paisagística muitas vezes nem sequer são as suficientes para eu colocar lá as máquinas, isto são processos que têm de ser analisados com pinças, com inteligência, seria importante que essa estratégia, e essa ideia do que eu quero que Pombal seja daqui a uns anos, se estivesse clarificada, não havia dúvida



MUNICÍPIO DE POMBAL

nenhuma relativamente a esta matéria, mas perceba o Senhor Presidente que isto é uma questão muito sensível e que precisa da minha sensibilidade, assim como da sensibilidade do Nuno, do Senhor Presidente, do João, e das outras pessoas bem intencionadas que estão aqui nesta Assembleia, e que serão todas, com certeza.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Também neste ponto, já o referi aqui, e a Marlene também já fez questão de o dizer, não tenho qualquer complexo em dizer, pelos exemplos, ou os maus exemplos que temos tido na Freguesia de Almagreira, não tivemos qualquer problema em votar essa moção na última Assembleia de Freguesia, e eu próprio, também em nome da Junta de Freguesia, também emiti parecer na consulta que terminou agora, à meia noite do dia 26.

Portanto, é um tema em que não tenho complexo nenhum em falar, porque todos nós temos olhos, todos nós percebemos. E não é preciso fazer nenhuma sessão de esclarecimento, na minha opinião; ou seja, é olhar para as pedreiras ativas e perceber o que é uma pedreira.

O que acontece aqui – e o Aníbal também já tocou no assunto – aquilo que mais me preocupa é o depois; ou seja, não é o durante, é o que acontecerá àquele buraco depois de ser explorado. O meu receio – e este é o alerta que faço a todos aqui presentes nesta sala, nós todos sabemos os malefícios, ninguém ainda aqui conseguiu demonstrar, nem noutros fóruns, o que ganhamos, a nível de território, com este tipo de exploração.

O que devemos é tentar que as nossas populações percebam o que está em causa, sem aquele alarmismo, sem estes aproveitamentos, porque isto não resulta. Nós tivemos estes processos já noutras situações, e não é aí que ganhamos nada. O que ganhamos é em sentar as entidades – e aqui, infelizmente, tenho que o dizer, quem licencia este tipo de instalação e quem fica com esses retornos financeiros é a Direção Geral de Energia e Geologia, e que para o território em si – é essa a nossa luta durante estes anos – não fica nada. Ou seja, é uma entidade que está lá em Lisboa, que não sei como é que fiscaliza, sinceramente, já tivemos essa discussão por outras explorações, e o meu receio é que, mais uma vez – e estamos só a falar numa fase de prospeção, ou seja, para que também tenhamos todos aqui os pés assentes na terra, não estamos a falar ainda de uma exploração, mas, como é óbvio, se há uma intenção de prospeção, é óbvio que aquelas populações que vivem ali ao lado estão alarmadas, porque têm maus exemplos. Eu fiz, na altura, questão a outras empresas, aqui do nosso concelho, deem-me um bom exemplo para, depois, dizer à minha população que a vossa empresa cumpre os requisitos todos, como nós sabemos. Nós fazemos estudos de impacto ambiental – e fazemos – e também o conseguimos demonstrar. Agora, demonstrem-me um bom exemplo, para depois convencer a minha população que a vossa empresa, as vossas explorações, têm futuro, e nós conseguirmos demonstrar que no nosso território conseguimos ter este tipo de atividade.

Também já foi dito aqui, todos precisamos dos produtos, ninguém está contra as empresas – e eu falo pessoalmente, em meu nome e em nome da minha freguesia – nem contra os trabalhadores dessas empresas, não é isso que está em causa; temos é que, como comunidade, como elementos eleitos em órgãos, ter aqui alguma serenidade, ter a sapiência, ou seja, tentar perceber, nesta fase, o que é que será melhor para as pessoas que vivem ali, não é esta agitação toda.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Certamente temos que todos ter aqui calma, e a Câmara de certeza que está ao lado das populações, como as freguesias, quer de Almagreira, que é ali ao lado, quer do Louriçal, que tem este problema no seu território, como se forem ler nos mesmos documentos, haverá outras explorações noutras freguesias, é mesmo assim, o nosso território é mesmo assim. Temos que ir à empresa, temos que ir à Direção, e temos que ter essas garantias.

Também já foi aqui dito, as próprias garantias bancárias, que vêm já na fase de exploração, não nos garantem muito, porque, como nós sabemos, se houver uma falência, essa garantia bancária pode desaparecer.

Agora, esse trabalho, temos que estar todos para o mesmo, digo-o aqui, em nome da população que nos elegeu, sem este alarmismo que não traz nada de novo.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Senhor Presidente, para ser rápido, é simples: a moção diz, resumidamente, que a Câmara deve esclarecer as pessoas, só que a Câmara não tem esclarecimento para dar às pessoas, porque esta matéria não é da competência própria do Município; esta é uma matéria da competência própria da Direção Geral de Energia e Geologia. E a Direção Geral de Energia e Geologia tem que informar as populações condignamente. Eu conheço vários processos, há décadas, e nunca a DGEG veio fazer uma sessão de esclarecimento, para esclarecer o que quer que seja.

E o que mais me chateia neste processo é este artifício do Partido Socialista, de vir pôr para cima da Câmara a exigência de um esclarecimento, quando quem tem que esclarecer é o Secretário de Estado do Ambiente e da Energia, que tutela a DGEG, do Partido Socialista.

Os senhores devem, junto do vosso Partido, junto de quem vocês elegeram e de quem vocês apoiam, requerer um imediato esclarecimento disto. E não venham para aqui atirar para cima da Câmara uma ação que não é da Câmara. Reclamem isso do Governo. Eu não vi, não li, não ouvi nada do Partido Socialista de Pombal a reclamar junto do Governo o cabal esclarecimento disto, e vêm para aqui fazer um número para mandar para cima da Câmara uma coisa que é do vosso Governo, que é o Governo do Partido Socialista que tem que explicar.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Só para dizer que, em primeiro lugar, subscrevo tudo aquilo que foi dito, tanto pelo Presidente de Junta, João Pimpão, como pelo Presidente de Junta, Humberto, porque, efetivamente, o que eles transmitiram é aquilo que nós sentimos.

Nesta sala, não há ninguém, nem uns, nem outros, não há aqui ninguém que esteja mais preocupado com as populações; acho que estamos todos preocupados ao mesmo nível, não há aqui um que está mais, e outro que está menos.

Agora, aqui a questão é: o que nós estamos a fazer neste momento, o exercício que estamos a fazer não está a ajudar em nada o processo. Ou seja, nós, em vez de estarmos a informar a população, estamos a desinformar.

Já está aqui uma confusão, porque, em primeiro lugar, o que se trata nesta fase é a fase da prospeção, nem sequer ainda é a fase da exploração. Se eventualmente, depois, a empresa chegar à conclusão que até pode ser útil ou rentável explorar, há uma fase nova de licenciamento. E aí, a Câmara, naturalmente, vai pedir os pareceres e vai fazer todos os esforços para salvaguardar o meio ambiente e para salvaguardar as populações.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, em primeiro lugar, deixar isso bem claro, estamos numa fase muito precoce do assunto, e numa fase diferente de Soure, porque em Soure, efetivamente, já estão numa fase mais avançada, daí o Município já se ter pronunciado nesse sentido.

E aquilo que é pedido – como o João Pimpão disse agora, e bem – na moção do Partido Socialista, esta informação toda que é aqui colocada, a Câmara, ao dia de hoje, não tem esta informação para dar, ponto final, parágrafo.

Aliás, eu também não sei como é que se concretiza aquilo que o Partido Socialista propõe aqui na moção, que é pedir ao Município que inicie imediatamente um processo claro de informação à população, mais ambicioso e clarificador. Eu não sei como é que isto se concretiza, e obviamente que aqui está bastante claro que essa obrigação é da Direção Geral de Energia e Geologia. O Município já escreveu uma carta à Direção Geral de Energia e Geologia, e diz na carta – que tenho aqui – para, com a maior brevidade possível, virem ao território fazer uma sessão de esclarecimento. Quem tem que fazer essa sessão de esclarecimento não é o Município, é a Direção Geral de Energia e Geologia.

Portanto, o Partido Socialista, se queria que esta moção merecesse a aprovação, dirigisse esta moção à Direção Geral de Energia e Geologia, porque é a entidade responsável por licenciar a atividade e é a entidade que tem a obrigação de vir esclarecer as populações.

E para terminar, e volto a referir este aspeto – isto, para mim, é o mais importante, e é o que me toca mais – nós não votamos a favor desta moção porque nós não queremos criar uma falsa ilusão na população, de que a nossa deliberação aqui ia acrescentar alguma coisa ao processo. Não ia acrescentar absolutamente nada, íamos aprovar um documento inconsequente, bacoco, estéril, que em nada ia ajudar no processo. Aliás, íamos mais uma vez – como eu disse há pouco – estar a aproveitar-nos dos sentimentos das populações para fazermos política com isso. E se isso é a forma de V. Exas. fazerem política, façam-na sozinhos, porque nós não embalamos nesse campeonato.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Eu só queria intervir aqui, lembrando o Nuno Gabriel que, na verdade, nunca saiu da minha boca essa palavra, de que as populações estão esclarecidas – aliás, tudo o que votámos é no sentido de exigir o esclarecimento. Portanto, não vale a pena estar aqui a tirar coisas da minha boca que eu não disse. Peço desculpa, mas isso não é verdade. Depois, dizer uma coisa e lembrar aqui o seguinte: eu ouvi aqui também dizer que, em Soure, o Presidente da Câmara decidiu que automaticamente não, mas também o Nuno podia dizer que o Presidente da Câmara já veio dizer que depois de a Direção Geral de Energia e Geologia voltar à carga, que já pensa, efetivamente, se for uma área mais diminuta, então pode-se negociar.

Portanto, é preciso também perceber que há aqui coisas que não são bem assim.

Depois, dizer o seguinte: eu não estou, de forma nenhuma, aqui a dizer, ou a levantar tudo contra. Foi aqui dito, e bem, que é preciso esclarecer. O Nuno é das Cavadas, só para dizer, há uma riqueza muito grande que serviu o Louriçal, com mais de cinquenta trabalhadores, que foi o barreiro que serviu a cerâmica do Louriçal, e está no Lugar de Cavadas. Ninguém contestou, foi uma riqueza para quem vendeu, e foi uma riqueza de produção, que tomaríamos nós que a indústria ainda estivesse a funcionar. E não prejudicou nada o ambiente, foi reflorestada, e está lá. Eu também tenho que dizer estas verdades.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Agora, se me perguntarem: “Então, por que é que não esclarecem as populações, a Junta de Freguesia, para nós sabermos que estamos aqui todos descansados?” Por exemplo, em 1960 foram feitos furos de prospeção de petróleo, a Ribeira de Santo Amaro hoje é rica numa fonte extraordinária de água, foi esse furo que contribuiu para essa prospeção, que não deu em nada.

Portanto, é preciso que haja esclarecimento, e muito bem, nós também não andamos aqui a dormir. Agora, não vale a pena pôr as populações contra nós, quando nós estamos aqui a sofrer no campo, porque também não somos devidamente informados.”

João Varela Coelho (PS):

“Eu confesso que não consigo compreender como é que se tenta que não haja responsabilidade política nesta questão, porque o processo começou aqui, nesta Câmara Municipal. Houve um pedido de autorização para que houvesse uma prospeção, e esse pedido foi autorizado, na altura, pelo Presidente em funções, Pedro Murtinho, na ausência do Senhor Presidente da Câmara, eleito no Executivo anterior. E, portanto, tendo começado aqui, é por isso que estamos aqui a discutir isso, porque há essa franca possibilidade de virmos a ter uma exploração de tripoli que começou precisamente nesse ato do Executivo anterior.

Portanto, isso mencionado, até gostaria de perceber, da parte do Senhor Presidente da Câmara, qual é que seria a sua vontade, ou não, de autorizar, em processo posterior, depois de feita a avaliação e prospeção, e a capacidade financeira de avançar, ou não, com este projeto, de termos a concretização desse projeto. E, evidentemente, eu acho que isso já pode ser um esclarecimento que pode ser dado à população, eventualmente. E portanto, acho que o Senhor Presidente da Câmara podia juntar já essa tomada de posição a um outro esclarecimento que eu acho que convém também dar à população – mas, não só ali, para todo o lado. E eu falo do último ponto, previsão de valores a recolher a título de taxas de impostos municipais. Eu peço desculpa de ser uma pessoa repetitiva na minha prospeção de esclarecimento para algo que subjaz a tudo isto. Eu peço desculpa de ser, realmente, uma pessoa insistente na tentativa de esclarecimento das populações, sobre uma coisa que antecede tudo isto, que é: que benefício – neste caso, financeiro – de uma forma geral, temos da exploração de inertes, de uma forma indiscriminada, no nosso concelho. Eu gostava de perceber qual é o referente que a Câmara tem para fazer uma análise deste tipo de licenciamentos, porque eu confesso que ainda não consegui compreender. São os postos de trabalho? É isso que vocês querem convocar o Partido Socialista para avaliar, são os postos de trabalho criados? Eu já percebi, da parte do Senhor Presidente da Junta do Louriçal, que é isso.

Portanto, se é realmente essa a análise, eu confesso que é uma análise bastante reduzida. E eu percebo que a população não se sinta esclarecida, porque eu próprio não estou esclarecido. E portanto, eu não consigo, enquanto representante de populações, tomar qualquer tipo de voto responsável, como foi o caso, há bocado, no pedido de licenciamento extraordinário por parte da empresa IMOSA.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Bem, para terminar, eu já me referi a este processo no início desta Assembleia Municipal, eu disse às pessoas – porque respeito muito todas as pessoas, de todos os Partidos políticos, ou que não tenham Partido nenhum, que são da minha comunidade – que podem contar com o Município de Pombal, com os nossos serviços técnicos, para esclarecerem todas as dúvidas que tiverem.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, vocês estão a apresentar uma moção para a Câmara fazer aquilo que está a fazer neste momento, é dar a informação toda disponível que tem. E posso garantir-vos – e a Catarina é testemunha, que eu sei que foi uma das pessoas, como outras pessoas dos Casais do Porto e da Freguesia do Lourical, que entraram em contacto com os serviços técnicos da Câmara para terem toda a informação que nós podíamos dar. E nós temos dado toda a informação.

Portanto, esta moção, o que está a pedir é que o Município faça aquilo que está a fazer. E também sempre foi por minha orientação, o Município está a prestar toda a informação que tem, quer aos autarcas, quer à população, que isto fique muito claro. E eu vou continuar a dizer isto, porque os meus técnicos, nesta Câmara, estão ao lado das pessoas, e ao lado do território, e a instrução que têm é que toda a informação disponível deve ser fornecida às pessoas.

Segundo, fomos nós, no dia 18 de março – não andámos a reboque de abaixo assinados e da contestação das pessoas nas redes sociais – fomos nós, por iniciativa própria, que no dia 18 de março, enviámos um ofício à Direção Geral de Energia e Geologia, a exigir que fosse feita uma sessão de esclarecimento por quem competia, por quem tinha informação sobre o processo, para que as pessoas pudessem participar de forma consciente – ou mais consciente – e mais sabedora do que ia acontecer no processo de participação e de consulta pública. Fomos nós.

Nós estamos agora a discutir, depois de já ter passado o processo de consulta pública, a dizer que as pessoas devem estar mais informadas; não, nós fizemos isso de forma proativa, que fique bem registado. Fomos nós que escrevemos um ofício à Direção Geral de Energia e Geologia, a dizer: “Promovam uma sessão de esclarecimento com a empresa exploradora, para as pessoas do meu território saberem o que é que vai acontecer.”

E para além disso, nós exigimos no nosso parecer – que apesar de não ser um parecer vinculativo, porque a Lei assim o estabelece – e a Lei pode mudar-se, e há deputados que têm essa capacidade, movam influências nesse sentido – o nosso parecer não é vinculativo, e portanto, o processo não começou aqui, o processo começou do interesse de uma exploração e da Direção Geral de Energia e Geologia, começou em Lisboa, não começou em Pombal, que é para não desvirtuarmos as situações, e nós viemos exigir que qualquer exploração que viesse a ser feita no território fosse precedida de parecer da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia.

E portanto, nós estamos genuinamente ao lado das pessoas, e elas sabem disso.

Só para esclarecer, esta moção, aquilo que os Senhores Deputados do Partido Socialista vieram dizer é exigir – está lá escrito – ao Município de Pombal que prestasse informações que não tem. Agora, se V. Exas. tivessem nesta moção, duas páginas e nem sequer fundamentam com a entidade que tem capacidade, nos termos da Lei, de licenciar este tipo de investimentos, nem sequer fala da Direção Geral de Energia e Geologia, nem tampouco da empresa que vai explorar, da empresa que tem interesse, da empresa que tem que explicar quais é que são as contrapartidas que dá à população, quais é que são as medidas que tem, do ponto de vista da preservação ambiental. É a empresa que tem que explicar, nós não temos conhecimento dessa informação, porque ela não existe nesta fase precoce do processo.

Senhor Deputado João Coelho, deixe-me terminar a minha intervenção e o meu esclarecimento. Não há taxas nenhuma, não estamos nesse momento; estamos numa



MUNICÍPIO DE POMBAL

fase só de prospeção, que é para não baralharmos os assuntos quando as coisas não nos correm como nós gostaríamos que corressem.

Neste caso, o que V. Exas. deviam ter pedido era que o Município de Pombal continuasse as suas diligências no sentido de sensibilizar a Direção Geral de Energia e Geologia, que no âmbito das suas competências próprias, viesse esclarecer a população de um pedido de prospeção e pesquisa, no território. Era isso que vocês deviam fazer. Não, o que vocês disseram, para as pessoas que aqui vieram, vieram dizer que estão a exigir mais informações ao Município de Pombal, colocando o ónus no Município de Pombal, quando nós não temos esse ónus, nós não temos essas informações, e quem tem são as entidades competentes no nosso território. E por isso é que a vossa moção está altamente mal dirigida, e tem aqui pedidos de informação que nem sequer nesta fase do processo, nesta fase ainda tão inicial, nós temos à disposição. Não existem, não existem áreas poligonais definidas, não existem planos de lavra, como é lógico, porque ainda estamos só nesta fase.

E aquilo que se passou em Almagreira, na moção que foi apresentada e que foi aprovada – e ainda bem que foi aprovada por unanimidade -, porque o que diz a moção não é só o tema; reparem numa coisa, não é só falarmos do assunto, dizermos que somos contra o tripoli, e vocês são a favor, não é isso, isso é demagogia.

Agora, dizer, como disseram na moção em Almagreira, que eu tenho aqui, e que diz que os membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Almagreira, relativamente a este pedido, entendem que seria importante existir, o mais breve possível, uma sessão de esclarecimento na Freguesia de Almagreira, por parte da empresa Clariant Iberica Produccion. Pronto, é isto. O que os membros da Assembleia de Freguesia de Almagreira disseram e aprovaram foi que a empresa devia fazer um esclarecimento sobre o que quer fazer no território. Não foi isso que vocês aqui apresentaram; o que vocês aqui apresentaram é que o Município de Pombal devia dar a informação que a empresa é que devia dar, e que a Direção Geral de Energia e Geologia é que pode ajudar a fornecer. É isto, simples.

E sinceramente, da nossa parte, e da minha parte, e de todos os Vereadores – e creio que isto até é um assunto que, como são assuntos sensíveis, são assuntos que nos unem – nós estaremos sempre ao lado das pessoas, e ao lado dos esclarecimentos todos que tivermos. E as informações que nós tivermos, iremos dar às pessoas. E até lhe disse mais, disse à Eng.^a Túlia, que é responsável, como sabem, técnica dos serviços, que todas as informações que lhe fossem solicitadas por parte de cidadãos do nosso concelho, relativamente a esta ou a outras explorações, que devia fornecê-las – coisa que tem feito. É essa a nossa genuína intenção, de darmos a informação toda possível às pessoas. Da nossa parte, estamos a fazer o nosso trabalho, estamos a assumir as nossas responsabilidades. Não nos estamos a esconder, pelo contrário. Agora, a Direção Geral de Energia e Geologia e a empresa que fez este pedido de exploração, é a essas entidades que têm que pedir esclarecimentos. E sim, que fique aqui bem ciente, se esta for uma exploração que for prejudicial para o Concelho de Pombal, não vai ter parecer positivo da Câmara. Essa análise é uma análise que se tem que fazer posteriormente, eu ainda nem sei se vai ser licenciada, ou não, porque quem tem competência é a Direção Geral de Energia e Geologia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aníbal Cardona (PS):

“Tenho aqui uma dúvida: o objetivo desta moção foi também porque há um conjunto de processos – e nós podemos ver qual foi o caminho que algumas explorações deste tipo tomaram, em que as coisas, quando não são cabalmente esclarecidas – e eu sei muito bem o que é um esclarecimento, nomeadamente em termos de impacto ambiental, que possa ser difuso. Não, nós tentámos ajudar, com honestidade, os pontos que devem ser cabalmente esclarecidos, porque uma coisa é esclarecer, outra coisa é esclarecer mal, porque não é numa sessão de esclarecimento, com pessoas que percebem pouco de geologia, que percebem pouco de engenharia de minas, ou de mobilidade, que de repente colocam exatamente as dúvidas de uma forma correta, que efetivamente tenham validade e defendam os seus interesses. Isto foi honesto, o que nós fizemos.”

João Coucelo (1.º Secretário, PPD/PSD):

“De qualquer das formas, eu queria, uma vez que vamos passar à votação, também fazer apenas uma pequena observação, porque eu próprio não estou esclarecido, nem me vou conseguir esclarecer hoje, nem vocês, nem ninguém.

Isto está na fase de prospeção, foi o que eu entendi. Ora, numa fase de prospeção há informações que estão nesta moção que ninguém pode prestar, não há condições para as prestar ainda. Agora, entendo que sim, que com certeza todos nós subscrevemos globalmente as preocupações que estão manifestadas pelas populações, pela Bancada do Partido Socialista, pela Bancada do PSD, como já foi aprovada a moção na Freguesia de Almagreira.

Agora, nos termos em que este documento está, cada um votará em consciência, como muito bem entender, eu penso que há algumas questões que estão aqui levantadas – isto é quase como uma declaração de voto – há algumas questões que estão aqui levantadas que a Câmara não pode responder, não é a Câmara que tem que responder, mas tem que se preocupar com este assunto, como todos nós, em benefício das populações.”

Colocada a Moção nº 01/GM-PS/2022 – Pela salvaguarda dos interesses da população de Casal da Rola e Casais do Porto face a eventual concessão de exploração de Tripoli e outros minerais associados, a votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com 6 votos a favor e duas abstenções.

Nada mais havendo a tratar o **Senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia** deu por finalizados os trabalhos, era uma hora e quarenta e cinco minutos do dia 27 de abril, tendo-se lavrado a presente ata, que eu João Manuel Carreira da Conceição Coucelo (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: